

Humberto José da Rocha

**Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz
do Chapecó na bacia do rio Uruguai**

CAMPINAS, 2012



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Doutorado em Ciências Sociais

Humberto José da Rocha

**Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz
do Chapecó na bacia do rio Uruguai**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, para
obtenção do Título de Doutor em Ciências
Sociais.

Orientadora: Emília Pietrafesa De Godoi

Este exemplar corresponde à redação final da
Tese defendida pelo aluno Humberto José da
Rocha e orientada pela Prof^ª Dr^ª Emília
Pietrafesa De Godoi. CPG 02/05/2012.

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

R582r Rocha, Humberto José da, 1976-
 Relações de poder na hidreletricidade : a instalação da
 UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai / Humberto
 José da Rocha. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012

 Orientador: Emília Pietrafesa de Godoi
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
 Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Energia hidrelétrica - Brasil, Sul. 2. Poder (Ciências
 Sociais). 3. Redes de relações sociais. 4. Uruguai, Rio,
 Bacia - Barragem. I. Godoi, Emília Pietrafesa de, 1960-.
 II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
 e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Power relations in hydroelectricity : the installation HEP
Foz do Chapecó in the Uruguay river basin

Palavras-chave em inglês:

Hydroelectric power plants - Brazil, South
Power (Social sciences)
Social networks
Uruguai River Watershed - Barrage

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Emília Pietrafesa de Godoi [Orientador]
João Carlos Tedesco
Lúcia da Costa Ferreira
Maria José Reis
Fernando Antonio Lourenço

Data da defesa: 02-05-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Tese de Doutorado

Humberto José da Rocha

AS RELAÇÕES DE PODER NA HIDRELETRICIDADE: A INSTALAÇÃO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ NA BACIA DO RIO URUGUAI

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, para obtenção do Título
de Doutor em Ciências Sociais, sob a
orientação da Prof^a. Dr^a. Emilia
Pietrafesa De Godoi.

Este exemplar corresponde à redação final da
Tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 02 / 05 / 2012.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Prof^a. Dr^a. Emilia Pietrafesa De Godoi (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Lúcia da Costa Ferreira

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenco

Prof^a. Dr^a. Maria José Reis

Prof. Dr. João Carlos Tedesco

Suplentes:

Prof^a. Dr^a. Arlene Anelia Renk

Prof^a. Dr^a. Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

ERRATA

Onde se lê: AS RELAÇÕES DE PODER NA
HIDRELETRICIDADE: A INSTALAÇÃO DA
UHE FOZ DO CHAPECÓ NA BACIA DO RIO
URUGUAI", leia-se "Relações de poder na
hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do
Chapécó na bacia do rio Uruguai"

Campinas
Maio de 2012

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Membro da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que viabilizou financeiramente a pesquisa e a divulgação dos resultados.

À professora Emilia Pietrafesa de Godoi, pelo crédito, a atenção, a paciência e o rigor nas orientações.

Aos professores do IFCH/UNICAMP, especialmente aos professores Fernando Lourenço e Mauro Almeida, pelas contribuições fundamentais no exame de qualificação.

Aos professores Gilles Massardier e Eric Sabourin, pela acolhida, paciência e apoio quando da minha passagem pelo CIRAD em Montpellier.

À professora Maria José Reis, pela disposição em discutir a pesquisa ainda quando dos primeiros resultados, além da participação na banca examinadora.

Aos professores Carlos Rodrigues Brandão, Lúcia Ferreira, Andrea Zhouiri e Arlene Renk, pela participação na banca examinadora.

Ao amigo João Carlos Tedesco, pelo incentivo e as lições de conhecimento, profissionalismo e simplicidade. Obrigado.

À equipe da Secretaria de pós-graduação do IFCH, especialmente a Maria Rita, sempre pronta para os esclarecimentos sobre a vida acadêmica dos alunos, e ao Reginaldo, pela substituição à altura.

Aos colegas de doutorado, especialmente a Samira e a Neila, companheiras nas pesquisas sobre hidrelétricas.

A todos os entrevistados que aceitaram falar não somente sobre a hidrelétrica, mas sobre as próprias histórias de vida.

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), especialmente ao Pedro e ao Evanclei, pelas conversas e esclarecimentos que foram muito além de entrevistas formais.

À minha família e a Iara pela parceria em mais esta empreitada.

À Cássia e ao Vande, pela acolhida em Chapecó, a parceria e as indicações precisas sobre o processo de negociação da hidrelétrica.

Aos colegas do projeto de avaliação das formas de remanejamento populacional, na UFRGS, o Baquero, o Rodrigo, a Saionara e a Bianca, e na UFPel, a Jennifer, o Matheus e especialmente o Hemerson, pelo crédito e o apoio na pesquisa.

*“Quando um rio corta, corta-se de vez o discurso-rio de água que ele fazia;
Cortado, a água se quebra em pedaços, em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale a uma palavra dicionária: isolada,
Estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada;
E mais: porque assim estancada, muda e muda, porque com nenhuma comunica,
Porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria.
O curso de um rio, seu discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez;
Um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que fez.
Salvo a grandiloqüência de uma cheia lhe impondo de passo outra linguagem,
Um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enfrasem:
Se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frase e frase,
Até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz a seca ele combate”.*

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

A energia elétrica está na base do estilo de vida da sociedade atual assumindo papel estratégico nos projetos de desenvolvimento econômico. No Brasil a hidreletricidade é a forma consagrada para a geração de energia elétrica, respondendo por mais de 70% da capacidade de operação. A importância da energia hidrelétrica contrasta com impactos ambientais e sociais que mesmo relativizados em relação a outras fontes de energia como a nuclear ou termelétrica, comprovadamente afetam a vida das comunidades locais e do meio ambiente no sentido amplo. A instalação de cada nova Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) acontece através de relações de poder entre agentes sociais com diferentes interesses de acordo com o caso específico, mas, de maneira geral, segundo um processo social amplo que no Brasil ultrapassa um século. Da multiplicidade de agentes e situações, partimos da tese de que a assimetria dessas relações de poder em favor dos empreendedores tende a apontar para a inevitabilidade da instalação dessas obras alheamente ao posicionamento da população local. O estudo analisa o processo de instalação da UHE Foz do Chapecó, situada no rio Uruguai, entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas de Chapecó (SC), este abrigando o canteiro de obras localizado na comunidade de Saltinho do Uruguai, *locus* empírico da pesquisa que desenvolvemos entre os anos de 2006 e 2011. Considerando o caso segundo um processo social amplo, discutimos a instalação da hidrelétrica sob a luz do conflito entre dois projetos políticos antagônicos, o neoliberal, conduzido pelo empreendedor, e o democrático-participativo, representado principalmente pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Nesta perspectiva, analisamos uma rede social relacionando diferentes agentes compreendendo desde instituições transnacionais até ribeirinhos que poucas vezes em suas vidas se afastaram da barranca do rio. Esta rede compreende um campo social transpassado por aspectos políticos, jurídicos, econômicos e ambientais, a partir do que se estabelecem os conflitos e alianças entre os múltiplos agentes sociais com interesses variados, onde cada agente utiliza estratégias tendo em vista um ambiente democrático marcado pela tensão entre legalidade e legitimidade, onde o resultado significa a instalação – ou não – de uma hidrelétrica.

Palavras-Chave: Alto Uruguai, Hidrelétrica, Poder, Rede Social

ABSTRACT

Electrical energy is the basis of the lifestyle of today's society assuming a strategic role in economic development projects. Hydroelectricity in Brazil is the established way to generate electricity, accounting for more than 70% of operating capacity. The importance of hydropower contrasts with environmental and social impacts that even relativized in relation to other energy sources such as nuclear power plant or demonstrably affect the lives of local communities and the environment in the broad sense. The installation of each new Hydroelectric Power (HEP) happens through the power relations between social actors with different interests according to the specific case, but, in general, according to a broad social process that goes beyond a century in Brazil. The multiplicity of actors and situations, we start with the thesis that the asymmetry of these relations of power in favor of entrepreneurs tends to point to the inevitability of the installation of these works unrelated the positioning of the local population. The study analyzes the process of installing the HEP Foz do Chapecó, located on the Uruguay river between the towns of Alpestre (RS) and Águas de Chapecó (SC), this housing the construction site located in the community Saltinho do Uruguai, empirical *locus* the research that developed between the years 2006 and 2011. Considering the case in a broad social process, we discuss the installation of the dam in light of the conflict between two antagonistic political projects, the neoliberal, led by the entrepreneur, and democratic participation, represented mainly by the Movement of People Affected by Dams (MAB). In this perspective, we analyze a social network connecting different agents including from transnational institutions to riparian few times in their lives away from the riverbank. This network comprises a pierced by the social political, legal, economic and environmental, from settling the conflicts and alliances between multiple social agents with varied interests, where each agent uses strategies aimed at a democratic environment characterized by tension between legality and legitimacy, where the result means the installation - or not - of a hydroelectric.

Keywords: Upper Uruguay, Hydroelectric, Power, Social Network

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAI	Avaliação Ambiental Integrada
AARU	Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes
ABAL	Associação Brasileira do Alumínio
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACP	Ação Civil Pública
AGU	Advocacia Geral da União
AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
ALL	América Latina Logística
AMFORP	American & Foreign Power Company
AMISTA	Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó
AMZOP	Associação dos Municípios da Zona de Produção
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AP	Audiência Pública
APAM	Associação para a Preservação do Meio Ambiente
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Brigada Militar-RS
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CC	Carta de Crédito
CCFD	Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEEE	Companhia Estadual Energia Elétrica (RS)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGH	Centrais Geradoras Hidrelétricas
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CHESF	Companhia Hidroelétrica de São Francisco
CL	Comissão Local
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CMN	Comitê Municipal de Negociação
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COTREL	Cooperativa Tritícola Erechim Ltda.
CPFL	Companhia Paulista Força e Luz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CR	Comissão Regional
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CSE	Cadastro Socioeconômico
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil

CUT	Central Única dos Trabalhadores
EBASCO	Electric Bond & Share Corporation
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETOBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
ELETROSUL	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENGEVIX	Engenvix Engenharia S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FAPES	Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior
FATMA	Fundação do Meio Ambiente-SC
FCE	Foz do Chapecó Energia S.A.
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental-RS
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAF-SUL/CUT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata
FRN	Fórum Representativo para Negociação
FT	Força de Trabalho
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCESP	Fundação CESP
FUNDESTE	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste-SC
FURNAS	Furnas Centrais Elétricas
GE	General Electric
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil
GO	Goiás
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBERÊ	Consórcio Iberê
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana
IPPUR-UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro
LFP	Levantamento Físico da Propriedade
LI	Licença de Instalação
LIGHT	Brazilian Traction Light & Power
LO	Licença de Operação
LT	Linha de Transmissão
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAB OESTE	Movimento dos Atingidos por Barragens (São Carlos-SC)
MAB SUL	Movimento dos Atingidos por Barragens (Erechim-RS)
MG	Minas Gerais
MISEREOR	Obra Episcopal de Cooperação para o Desenvolvimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente

MMC	Movimento das Mulheres Campesinas
MME	Ministério de Minas e Energia
MNDH	Movimento Nacional dos Direitos Humanos
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
OTCA	Organização do Tratado da Cooperação Amazônica
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PBA	Projeto Básico Ambiental
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PND	Plano Nacional de Desestatização
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
PR	Paraná
PR	Pequeno Reassentamento
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
RAR	Reassentamento em Áreas Remanescentes
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RJ	Rio de Janeiro
RRC	Reassentamento Rural Coletivo
RS	Rio Grande do Sul
SAIC	S.A. Indústria e Comércio Chapecó
SC	Santa Catarina
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SIN	Sistema Interligado Nacional
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISTEL	Fundação Sistel de Seguridade Social
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPTR	Sindicato Patronal dos Trabalhadores Rurais
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
TA	Termo de Acordo
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRF	Tribunal Regional Federal
TI	Terra Indígena
UF	Unidade Familiar
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UNAG	Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas
UNIÃO	Governo Federal Brasileiro
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária Regional de Chapecó
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Z22	Colônia de Pescadores de Iraí-RS
Z29	Colônia de Pescadores de Goio-En-RS/SC
Z35	Colônia de Pescadores de São Carlos-SC

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rede Social UHE Foz do Chapecó	51
Figura 2 – Quadro das variáveis da Condição de Atingido por Barragem	60
Figura 3 – Mapa da hidrografia brasileira segundo as Regiões Hidrográficas	75
Figura 4 – Mapa do Relevo Brasileiro (Classificação de Aziz Ab’Saber)	76
Figura 5 – Mapa do Sistema Interligado Nacional	82
Figura 6 – Mapa da bacia hidrográfica do Uruguai	85
Figura 7 – Vale do Alto Uruguai anteriormente à hidrelétrica, na altura da foz do rio Passo Fundo (Goio-En)	86
Figura 8 – Quadro das principais UHEs da bacia do rio Uruguai	87
Figura 9 – Foto da visita à casa de um agricultor na comunidade de Saltinho do Uruguai	92
Figura 10 – Mapa da região da UHE Foz do Chapecó	98
Figura 11 – Quadro do perfil demográfico e fundiário dos municípios atingidos pela UHE Foz do Chapecó	99
Figura 12 - Mapa das hidrelétricas pretendidas pela ELETROSUL em 1979	103
Figura 13 – Desenho demonstrativo da obra da UHE Foz do Chapecó	109
Figura 14 – Mapa da Linha de Transmissão (LT) Guarita - Foz do Chapecó – Xanxerê	110
Figura 15 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	130
Figura 16 – Acionistas das principais UHEs da bacia do Rio Uruguai	135
Figura 17 – Acionistas da UHE Foz do Chapecó	138
Figura 18 – Foto de solenidade na UHE Foz do Chapecó	140
Figura 19 – Os Agentes Sociais no Espaço	143
Figura 20 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	145
Figura 21 – Audiência Pública em Alpestre-RS (11/04/2002)	159
Figura 22 – Audiência Pública em Chapecó-SC (12/04/2002)	160
Figura 23 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	164
Figura 24 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	198
Figura 25 – Reservas e Terras Indígenas na região da UHE Foz do Chapecó	201
Figura 26 - Vista a partir do centro da Reserva sobre a área demarcada até o rio Uruguai	205
Figura 27 – Lideranças da Aldeia Condá.	208

Figura 28 - Comemoração do dia do Índio na Aldeia Condá em 19 de abril de 2010	213
Figura 29 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	217
Figura 30 – Acampamento montado pelo MAB no canteiro de obras da UHE Foz do Chapecó	221
Figuras 31 e 32 – Cartaz da Campanha da Fraternidade 2004 e Romeiros na 18° Romaria da Terra e da Água, em São Carlos-SC (12/09/2004)	224
Figura 33 – Bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens	230
Figura 34 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	232
Figuras 35 e 36 – PM acionada em decorrência de manifestação do MAB	240
Figura 37 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	250
Figura 38 – Quadro do número de famílias atingidas pela UHE Foz do Chapecó segundo o Cadastro Socioeconômico (CSE)	251
Figura 39 – Avaliação das terras na UHE Foz do Chapecó	255
Figura 40 – Cálculo da Força de Trabalho (FT) na UHE Foz do Chapecó	258
Figura 41 – Tabela para ressarcimento do beneficiário ao empreendedor	259
Figura 42 – Correspondência entre tamanho do lote/Força de Trabalho	261
Figura 43 – Quadro para determinação do tamanho das benfeitorias	262
Figura 44 – Lote com casa e galpão no RRC Mangueirinha-PR	265
Figura 45 – Obras do ginásio de esportes no Reassentamento Rural Coletivo (RRC) em Mangueirinha-PR	266
Figura 46 – Quadro para o tamanho dos lotes em PR	267
Figura 47 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	274
Figura 48 – Opções das famílias a partir das modalidades disponíveis para negociação nas principais hidrelétricas da bacia do rio Uruguai	275
Figura 49 – A evolução das negociações na bacia do rio Uruguai	276
Figura 50 – Distâncias entre a UHE Foz do Chapecó e o RRC Mangueirinha-PR	294
Figura 51 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó	306
Figura 52 - Enchimento do reservatório da UHE Foz do Chapecó em setembro de 2010	316
Figura 53 – Barragem da UHE Foz do Chapecó concluída em setembro de 2010	320

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
PARTE I: OS AGENTES SOCIAIS NO ESPAÇO E TEMPO	
CAPÍTULO 1: OS AGENTES E A REDE SOCIAL	35
1.1 O instrumento analítico	37
1.2 A Rede Social da UHE Foz do Chapecó	50
1.3 O agente social em evidência	58
CAPÍTULO 2: PANORAMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA HIDRELETRICIDADE: O PAÍS, A REGIÃO E O LOCAL	73
2.1 Panorama histórico-geográfico da hidreletricidade brasileira	74
2.2 A região da bacia hidrográfica do rio Uruguai	84
2.3 O local da UHE Foz do Chapecó e a estruturação de dois projetos políticos	97
ANEXO I – Agentes sociais da UHE Foz do Chapecó	113
PARTE II: O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ	
CAPÍTULO 3: A INSERÇÃO DO PROJETO GLOBAL NO LOCAL E O LICENCIAMENTO PRÉVIO	127
3.1 A concepção de um projeto hidrelétrico	128
3.2 A inserção do projeto pela ótica ambiental	144
3.3 A conformação de outros espaços de discussão	163
CAPÍTULO 4: MOBILIZAÇÃO SOCIAL, RESISTÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO NO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO	195
4.1 A questão indígena	196

4.2 Mobilização e resistência	216
4.3 A criminalização do movimento social	231
CAPÍTULO 5: NEGOCIAÇÃO ANTE O INEVITÁVEL E A JUDICIALIZAÇÃO DA	
QUESTÃO PARA O LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO.....	247
5.1 Critérios e procedimentos para o remanejamento populacional	249
5.2 As “opções” dos atingidos sob a luz da configuração social e do controle	
do espaço-tempo	273
5.3 A judicialização do caso e a emissão da Licença de Operação (LO)	305
CONSIDERAÇÕES FINAIS	321
REFERÊNCIAS	329
BIBLIOGRAFIA	329
FONTES PRIMÁRIAS	
Documentos Oficiais	344
Entrevistas	347
SITES CONSULTADOS	350

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sua tendência para a dúvida pode se tornar
uma boa qualidade se o senhor a *educar*.
Ela precisa se tornar *saber*, precisa se tornar crítica.
Pergunte a ela, a cada vez que quiser estragar algo seu,
por que algo é feio, exija provas dela, teste-a,
e o senhor talvez a deixe indecisa e confusa, talvez revoltada.
Mas não desista, reivindique argumentos e aja assim,
de modo atento e coerente, a cada vez.
Dessa maneira chegará o dia em que sua dúvida
se converterá de uma destruidora em sua melhor colaboradora
– talvez a mais esperta no meio de tudo aquilo
que trabalha na construção de sua vida.
(Rainer Maria Rilke – Cartas a um jovem poeta)

O encontro com o tema

Quando acendemos uma lâmpada, principalmente numa sala climatizada ou mesmo quando ligamos um computador como agora para escrever essas primeiras linhas, normalmente não paramos para pensar qual é o processo – social – que se desencadeia para proporcionar tais comodidades inerentes à sociedade atual. No Brasil, este modo de vida é sustentado principalmente através da eletricidade, que, considerando a predominância da fonte hidrelétrica, se estima que já tenha ocorrido o alagamento de mais de 34 mil Km² de terra causando o “deslocamento compulsório” de mais de 200 mil famílias o que está em ritmo “acelerado” pelas políticas de governo no Brasil, mais especificamente através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

O exposto acima já serviria para justificar a pertinência do tema da hidreletricidade enquanto objeto de análise sociológica. Porém, o fato de o país contar com um “sistema interligado” de energia elétrica (SIN) permite a instalação de hidrelétricas de acordo com o potencial natural mais conveniente, o que faz com que a maioria da população consumidora de

energia, principalmente nos grandes centros urbanos, nem sempre tenha a noção das implicações da instalação dessas hidrelétricas sobre as populações dos locais dessas obras.

Desde a década de 1960 a bacia do rio Uruguai passou a ser estudada sistematicamente para fins de exploração hidrelétrica, tendo usinas hidrelétricas de energia (UHE) como Itá e Machadinho consideradas marcos tanto no que diz respeito à engenharia civil e mecânica quanto na “engenharia política e econômica”, caras no caso em questão. Neste processo de intensificação da instalação de hidrelétricas, por volta de 2006, passou-se a discutir a viabilidade de uma usina no rio Passo Fundo – afluente do rio Uruguai – que se localizaria entre os municípios gaúchos de Nonoai e Faxinalzinho, este, local de origem da minha família – descendente de caboclos e imigrantes italianos – e onde ainda habitam os mais velhos seguindo na agricultura familiar. Como é recorrente nesses casos, a notícia da instalação da UHE Monjolinho (84 MW) causou certa efervescência no município de Faxinalzinho, porém, o que saltava aos olhos foi a maneira como os agentes sociais locais – políticos, comerciantes, agricultores – se posicionaram ante a questão, ou seja, as formas de argumentação e relação entre esses agentes e como isto poderia influenciar sobre a inserção da obra na região e consequentemente sobre a região, despertando um interesse subjetivo sobre a questão que me levou a procurar compreender melhor o processo de instalação desta obra.

A mencionada decisão de intensificação da exploração hidrelétrica na bacia do rio Uruguai propiciou uma sobreposição de hidrelétricas no rio principal e nos afluentes, o que fez com que, por ocasião da pesquisa sobre a referida hidrelétrica, eu percebesse que, embora geograficamente mais distante do município de Faxinalzinho, outra hidrelétrica – a UHE Foz do Chapecó (855 MW) –, pela sua envergadura, acabaria influenciando mais a localidade do que a própria hidrelétrica local. Desta constatação, percebi a possibilidade de um objeto de pesquisa substancial, a UHE Foz do Chapecó, então em instalação no rio Uruguai entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas de Chapecó (SC), que passou a ser meu destino em dias de folga – do magistério público estadual – e finais de semana de forma a colher informações e impressões que ajudassem a construir metodologicamente um projeto de pesquisa.

Considerando que a biografia e a trajetória acadêmica do pesquisador têm influência importante sobre a abordagem que se dá aos temas estudados, a trajetória acadêmica de historiador e a biografia ligada aos agricultores familiares do Alto Uruguai não conferia *a priori* uma posição pró ou contra a instalação da hidrelétrica em questão. Este aspecto, ao passo que

complicava de certa forma a organização das idéias para a fundamentação da pesquisa, era ponto gerador de inúmeras questões que, à medida que se aprofundavam as discussões, ganhavam posição de objetivos da pesquisa. Quanto a este conflito da pesquisa – e do pesquisador –, encontrei certo conforto nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 19), quando ele defende que, “em vez de distância crítica, a proximidade crítica. Em vez de compromisso orgânico, o envolvimento livre”, palavras que iluminariam esta empreitada.

A imersão no tema e as fontes

Minha imersão na região da pesquisa se deu através de contatos ainda em Erechim – onde morava na época –, com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que tem sua sede da região sul na cidade. Lá, conversando com lideranças da região sul e com fundadores do movimento social dos tempos da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), de 1978, colhi as primeiras impressões sobre a instalação da hidrelétrica do ponto de vista de um importante agente social do processo, além de estabelecer contato com o MAB/Oeste, atuante no local da hidrelétrica. Paralelo ao contato com o MAB, outro caminho de inserção no campo de pesquisa foi possível graças aos parentes e amigos do município de Faxinalzinho-RS que possibilitaram que eu acompanhasse junto com o Comitê Municipal de Negociações (CMN) daquele município atingido¹, algumas reuniões de negociação referentes à hidrelétrica, o que propiciou analisar o mesmo processo só que sob a ótica de outro importante agente social. Em uma dessas reuniões, já foi agendada a primeira entrevista com membros do Consórcio responsável pela instalação da hidrelétrica – Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE) –, o que possibilitou outro viés de análise da questão. Desta confluência de pontos de vista passei a esboçar o que viria a ser um projeto de pesquisa.

¹ Segundo Rothman (1996, p. 131), o termo sempre foi ponto de confronto entre empreendedores e movimentos sociais, já que envolve o reconhecimento ou não de direitos em cada nova hidrelétrica. Nos diferentes locais do Brasil, termos como “afetados”, “inundados” e “afogados” foram usados para se referir aos grupos que, de alguma maneira, sofreram as consequências dessas obras. Na visão de Almeida (2004, p. 164), o fato do termo “atingido”, utilizado pelas lideranças da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) desde o final da década de 1970, ter sido incorporado ao nome do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em nível nacional, representa “uma das demonstrações de força da organização dos atingidos da bacia do Uruguai”, já que passou a ser utilizado pelo movimento em todas as regiões onde atua. Ao longo deste trabalho utilizaremos o termo de forma genérica para se referir a toda a pessoa ou grupo que venha a sofrer efeitos decorrentes da hidrelétrica, sentido que utilizamos tendo em vista a heterogeneidade, a construção e a transitoriedade que envolve o termo, o que discutimos na Seção 1.3.

A pesquisa que havia dado os primeiros passos em 2006 através de visitas esporádicas e leituras genéricas sobre o tema, passou a ser empreendida através de consultas a bibliografias, documentos oficiais e pesquisas de campo de forma mais sistematizada, com duração média de sete dias cada uma, o que mudou significativamente a partir de março de 2009 tendo em vista que passei a realizar pesquisas de até vinte dias na região, já que então contava com uma bolsa de estudos do CNPq, mas, sobretudo, com a orientação da Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi, por ocasião da admissão no curso de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP-SP, lograda com o projeto em curso.

A inserção no campo de pesquisa possibilitou um mapeamento de fontes que se faziam necessárias na medida em que nos aproximávamos e tentávamos aprofundar diferentes questões. A documentação oficial acerca da instalação e das negociações envolvendo a hidrelétrica foi considerada fonte primária para a pesquisa, tal como Laudos Técnicos, Termos de Acordo de Conduta e Resoluções de Órgãos Oficiais – Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) –, o que buscamos junto ao empreendedor, ao MAB, aos CMN e nos órgãos públicos competentes. O uso de fontes orais como instrumento de pesquisa mostrou-se importante para o conhecimento específico sobre o objeto estudado, além de *dialogar* com a documentação oficial. Neste sentido, além dos próprios atingidos, procuramos manter contato com agentes de diferentes segmentos sociais tais como: Universidades (“intelectuais orgânicos” e direção institucional), Comitês Municipais, Consórcio (diretores responsáveis pelo setor social e ambiental), Estado (Órgãos e políticos regionais e nacionais), Associações – representantes da Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (AMISTA), Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes (AARU), Associação para a Preservação do Meio Ambiente (APAM), Consórcio Iberê (IBERÊ) –, Sindicato de Trabalhadores Rurais (dirigentes da época da UHE Itá e atuais na região atingida), Igreja (clérigos e leigos) e o MAB (lideranças nacionais, regionais, locais e militantes), a fim de facilitar o acesso a entrevistas de acordo com o andamento do trabalho.²

O registro das fontes orais – como entrevistas, depoimentos e narrativas – se deu em momentos distintos do trabalho, de acordo com a questão em pauta, os recursos disponíveis e a

² Inicialmente optamos por apresentar as siglas por extenso, sendo que ao longo do texto o leitor pode rever os significados na “Lista de siglas e abreviaturas” no início da tese.

disponibilidade dos entrevistados, que selecionamos pela sua notoriedade na questão hidrelétrica na bacia, pela representatividade na região ou pela especificidade do seu envolvimento no caso estudado. Tendo em vista que eu já conhecia alguns dos entrevistados antes da pesquisa, a coleta dos depoimentos foi facilitada sendo que foram feitas por mim, mediante agendamento prévio ou em visitas ocasionais e gravadas em áudio e vídeo³. Inicialmente fizemos entrevistas estruturadas com agentes sociais elencados na rede social sendo que de acordo com o objetivo, passamos a utilizar entrevistas em profundidade com os mesmos agentes ou com outros que se fizeram necessário à medida que os entrevistados definiam a sua posição na rede segundo seus interesses e em relação a outros agentes.

Além dos informantes locais, a imprensa foi fonte importante no sentido de atualização das informações sobre o andamento das obras e das negociações, o que fizemos a partir do acompanhamento periódico de jornais locais (*Expresso d'Oeste* e *Voz Regional*) e estaduais (*Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Diário Catarinense*), além de materiais informativos e de divulgação da FCE, MAB, Igrejas, Sindicatos, Universidades e ONGs, sempre levando em conta o interesse dos respectivos agentes sobre o caso. Desta forma, não permaneci entre os entrevistados ao longo do processo, mas procurei acompanhar os acontecimentos e realizar investigações específicas com incursões que duravam em média uma semana, acompanhando os momentos de maior efervescência como reuniões, manifestações e discussões pontuais, as quais eu entendia importantes para os rumos do processo de instalação da hidrelétrica.

Na trajetória da pesquisa dois aspectos são dignos de nota. Primeiro, sob o ponto de vista teórico, é que, embora esta pesquisa enfatize o aspecto sociológico, a bibliografia de apoio foi se mostrando naturalmente interdisciplinar, visto que o tema, pela relevância atual, conta com a atenção de diferentes áreas do conhecimento (Ambientalismo, Antropologia, Demografia, Direito, Economia, Educação, História, Política e Religião). Depois, do ponto de vista empírico, à medida que passamos a transitar com maior frequência entre os diferentes espaços e atores envolvidos no processo de instalação da hidrelétrica acumulamos informações de direções contrárias paralelamente a questionamentos sobre a relação do pesquisador com os grupos distintos, visto que, houve situações em que conversamos com membros do consórcio pela manhã e com lideranças do MAB pela tarde. A partir desta condição, e tendo em vista o ambiente

³ A lista de entrevistados bem como as datas e locais das entrevistas estão relacionadas nas “Fontes Primárias” ao final da tese.

conflitivo, na maioria das entrevistas foi necessário uma apresentação narrativa de nossa pesquisa, o que foi facilitado algumas vezes, pelo acompanhamento de outras pessoas do lugar. Neste sentido, procuramos esclarecer aos diferentes grupos que – para além da nossa opinião acerca do processo – a pesquisa não representava nenhum interesse sobre os resultados das negociações, mas sim, na compreensão do processo que culminaria em tais resultados. Mesmo em um ambiente de conflito, a boa aceitação por parte dos entrevistados, mesmo num cenário de conflito, foi o sinal de que conseguimos transmitir o interesse da pesquisa, o que ficou claro nas entrevistas formais e informais que realizamos, dentre as quais selecionamos quarenta que entendemos melhor sintetizarem as impressões colhidas na pesquisa.

Alguns trabalhos proeminentes

Paralelamente à pesquisa de campo e ao mapeamento das fontes orais e documentais, o trabalho foi ganhando contornos através de leituras sobre o tema principalmente a partir da produção acadêmica de forma a procurar responder aos questionamentos empíricos, identificar o que já havia sido feito sobre o tema e o que ainda poderia ser feito para contribuir com a discussão.

Tendo em vista o considerável número de trabalhos sobre o tema em diferentes áreas, convém fazermos uma breve alusão a alguns desses que foram importantes para a definição dos rumos da nossa pesquisa. Nos trabalhos acadêmicos específicos sobre hidrelétrica, podemos perceber recortes espaciais a partir de uma barragem (GERMANI, 2003), por bacia hidrográfica (BOAMAR, 2001), além dos panoramas estaduais, nacionais, ou ainda internacionais (MCCULLY, 2004). No aspecto temporal, encontramos orientações seguindo o processo de instalação das barragens tratadas nos respectivos trabalhos, desde seu inventário até a operação, ou ainda, quando analisam os reassentamentos, podem ir além deste período (REIS, 1998; REBOUÇAS, 2000). Ainda são imprescindíveis de nota, trabalhos com abordagens a partir de temas pertinentes às barragens, como o ambientalismo (ZHOURI, LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005), a mobilização social (MORAES, 1996), a questão indígena (SANTOS & NACKE, 2003), estudos comparativos com outras matrizes energéticas (ROSA; SIGAUD; MIELNIK, 1988), político-econômicos (GONÇALVES JR., 2007), jurídicos (REZENDE, 2006), coletâneas de

casos onde se reúnem diferentes estudos priorizando regiões ou populações locais (REIS & BLOEMER, 2001), ou ainda, coletâneas com diferentes locais e enfoques com a apresentação de ângulos variados da discussão sobre hidrelétricas (ROTHMAN, 2008).

Além do que mencionamos acima, outros trabalhos contribuíram de forma ainda mais pontual para a estruturação deste trabalho. Sobre estes, convém alguns comentários – mesmo que breves – para que possamos dizer de que forma as ideias destes autores contribuíram para os encaminhamentos do nosso trabalho.

O trabalho de Bermann (1991) na área da Engenharia Mecânica, intitulado “Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos” discute as políticas de implantação dos projetos, de licenciamento socioambiental e tarifária, pelo ponto de vista do Estado e sua relação com a sociedade, principalmente através do movimento social, num cenário de confronto e de transição para a privatização do setor energético. Através dessa discussão, podemos atentar para a importância da ação do Estado, porém, quando o autor deixa como sugestão a possibilidade de aprofundamento das relações sociais envolvendo a hidreletricidade, percebemos, neste ponto, uma possibilidade de avanço neste sentido procurando elencar uma pluralidade maior de agentes sociais envolvidos na questão de forma a possibilitar múltiplos vieses de análise.

O trabalho sociológico de Scherer-Warren (2005) intitulado “Redes de movimentos sociais”, de certa forma demonstra o aprofundamento proposto por Bermann, o que a autora faz em nível de movimentos sociais, embora não concentre a análise apenas sobre a temática das barragens. A idéia de rede é fundamental no trabalho, possibilitando o alargamento da análise de casos específicos como a instalação de uma hidrelétrica a partir da relação do movimento social em questão com outros agentes sociais como ONGs, igrejas, sindicatos além de outros movimentos sociais. A natureza relacional da análise expressa já no título do trabalho ajudou na ampliação do horizonte de análise, além de sugerir a discussão sob a perspectiva da dicotomia legalidade/legitimidade, sobre o que se baseiam respectivamente as ações dos empreendedores e do movimento social.

Ribeiro (1991) também apresenta um estudo sob a perspectiva relacional, mas pelo viés antropológico e com ênfase nas ações do empreendedor para a instalação de uma hidrelétrica em um cenário internacional. No trabalho intitulado “Empresas Transnacionais” o autor desenvolve duas análises importantes: a primeira sobre os “consórcios” de empresas estatais e privadas de diferentes setores relacionados com a obra, e a segunda sobre o termo “bichos-de-obra” para se

referir à *expertise* dos profissionais do setor hidrelétrico no circuito das obras, conhecidos no Brasil como “barrageiros”. A análise sobre as relações de aliança entre agentes sociais para determinado fim e o acúmulo de saberes sobre esta matéria, foram pistas sugeridas pelo trabalho, porém, percebemos que poderíamos tratar dos efeitos dessa aliança e *expertise* no processo de instalação tendo em vista uma relação conflituosa destes com um projeto antagônico – contrário à barragem –, o que foi incorporado ao nosso trabalho.

O trabalho de Moraes (1994) na área da Educação, discute a organização de um movimento social contrário à instalação das barragens a partir da mediação da Igreja, das Escolas Sindicais e de ONGs como o CEPO (Centro de Educação Popular) – este sediado em Erechim-RS. Este trabalho, intitulado “No rastro das águas: pedagogia do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai”, demonstra a importância desses agentes sociais num cenário rural baseado na agricultura familiar e com uma conformação populacional predominantemente de descendentes de imigrantes europeus, tendo em vista o seu *locus* da pesquisa. Além de enfatizar a importância da abordagem desses agentes no processo de instalação da hidrelétrica em questão, o trabalho suscitou uma questão importante: sendo que a abordagem dos agentes considerou os anos 1978-90, como esses mesmos agentes figuram no cenário atual tendo em vista as mudanças no campo social ocorridas desde então? Este foi o ponto em que o referido trabalho ao mesmo tempo em que fundamentou a análise, suscitou a pergunta também a outros agentes como o Estado, na estruturação da nossa análise.

O trabalho de Boamar (2003), intitulado “A implantação de empreendimentos hidroelétricos”, realizado a partir da área da Engenharia de Produção, analisa também de forma relacional o processo de instalação de uma hidrelétrica na bacia do rio Uruguai, porém, este estudo é apresentado sob uma perspectiva de possibilidade de minimizar os efeitos negativos dessas obras e potencializar os positivos a partir de ações dos empreendedores e da organização da sociedade local com o objetivo de aproveitar a obra para o desenvolvimento regional, a partir de iniciativas como a capacitação de mão-de-obra local e a exploração do turismo. Assim como os trabalhos mencionados acima – também pela qualidade – este reforçou a possibilidade de uma abordagem relacional, porém, o diferencial neste caso foi o fato de chamar a atenção para a possibilidade de ganho que a obra possa representar para a sociedade local. Ao passo que o autor trabalha numa perspectiva de sugestão no sentido de minimizar os efeitos negativos e maximizar os positivos, nós, tendo em vista a perspectiva conflitiva e processual pretendida na pesquisa em

curso, percebemos a importância de avançar sobre a possibilidade de maximização dos benefícios da obra para a região, só que no sentido de analisarmos de que forma os agentes sociais que tomam esta posição poderiam influenciar e serem influenciados no processo de instalação da hidrelétrica tendo em vista o conflito de projetos políticos antagônicos.

Conforme pode ser observado na breve relação dos trabalhos comentados acima, a complexidade do tema das barragens permite a contribuição de uma multiplicidade de disciplinas capazes de abordar a questão. A partir desta variedade de possibilidades, foi fundamental o apoio do professor e amigo João Carlos Tedesco (Universidade de Passo Fundo) que com indagações e sugestões proporcionou a orientação necessária para organizar as ideias advindas da pesquisa empírica e dos trabalhos de diferentes áreas a que recorremos. Logo, foi possível visualizar em que estes poderiam contribuir e onde a pesquisa em curso poderia avançar. A ação do Estado em contraposição ao movimento social, a organização dos empreendedores em forma de consórcios, a organização dos movimentos sociais a partir dos mediadores e ainda a possibilidade de relações de aliança entre atingidos e empreendedores numa perspectiva de eventuais ganhos com a obra, foram percebidas a partir desses trabalhos, embora cada um deles privilegiasse um aspecto restrito desta rede de relações. Disto, vislumbramos a possibilidade de mapear esta multiplicidade de agentes, analisarmos a natureza das relações entre eles – aliança e rivalidade – e de que forma cada uma dessas relações específicas e momentâneas poderiam definir os rumos do processo de instalação – ou não – de uma hidrelétrica, sendo que isto constituiu o objeto de nossa pesquisa.

Objetivos e hipóteses do trabalho

Da pesquisa empírica e bibliográfica comentada anteriormente podemos dizer que o objetivo geral deste trabalho é analisar as relações de poder na hidreletricidade a partir da rede social envolvendo o processo de instalação da UHE Foz do Chapecó. Este objetivo geral é transpassado por outros específicos que recaem sobre as análises de agentes e situações distintas que compõem este todo. Disto, é importante assinalarmos que temos plena consciência de que partes das análises empreendidas aqui poderiam ser aprofundadas, mas, se não foram, creditamos à busca pelo panorama geral, sendo que sob tal orientação, procuramos obter o suficiente para tratar das questões pontuais e o necessário para tratar da questão de fundo, que seja o conjunto das relações sociais que compõem o caso em questão.

As hipóteses levantadas na pesquisa mostraram-se recíprocas aos objetivos, que na medida em que eram traçados para confirmar ou rechaçar as primeiras – algumas vezes – acabavam sugerindo novas hipóteses, disto, podemos apresentar duas a serem investigadas sob a perspectiva sociológica neste trabalho:

Primeiramente, tendo em vista que a UHE Foz do Chapecó já havia sido submetida à instalação na região na década de 1980 sendo rechaçada pela sociedade local naquela oportunidade – UHE Iraí –, podemos especular que mudanças no contexto social, político e econômico promoveram um rearranjo nas relações sociais alterando as posições além de acrescentar novos agentes sociais à rede de forma a favorecer para que a proposta fosse acolhida nesta segunda vez.

Compreendido o contexto atual, a segunda hipótese advém do posicionamento de uma autoridade do setor energético ao se manifestar publicamente sobre a tramitação dos licenciamentos ambientais defendendo que, *“ou o governo dá um soco na mesa e libera os projetos do setor de energia ou esse povo (do meio ambiente) vai parar o Brasil”*.⁴ Disto, podemos especular que meios dispõem os empreendedores – Sociedades de Propósito Específico – para pressionar a execução de projetos de grande escala como as hidrelétricas independentemente da mobilização contrária no ambiente democrático.

Essas duas hipóteses dão corpo para a nossa tese de que a instalação de uma hidrelétrica compreende relações de poder assimétricas que tendem a apontar para a inevitabilidade dessas obras nos locais determinados de certa forma alheamente ao posicionamento da população local, o que pretendemos demonstrar com base no estudo do caso das relações de poder na instalação da UHE Foz do Chapecó, na bacia do rio Uruguai.

A estrutura do trabalho

Para atingirmos os objetivos e investigarmos as hipóteses apresentadas acima, o trabalho está organizado em duas partes, sendo a primeira – capítulos 1 e 2 – dedicada à contextualização espacial e temporal além da apresentação dos conceitos gerais que orientam a discussão, ao passo

⁴ Declaração do então presidente da ELETROBRAS, Aloísio Vasconcelos, em 08 de agosto de 2006. Disponível em: <www.eletrobras.gov.br/IN_Noticias_Temas/2006/regulacao.asp>. Acesso em: 06 jun. 2009.

que a segunda parte – capítulos 3, 4 e 5 – trata do caso específico analisando o processo de instalação da UHE Foz do Chapecó.

O primeiro capítulo trata da rede social vislumbrada através da pesquisa empírica tendo como referência as idéias de Barnes (1987), Castells (2003), Foucault (2007) e Elias (2006) e tendo o poder como elemento fundamental (WEBER, 1999; ARENDT, 2009; BOURDIEU, 2009 e FOUCAULT, 2007). Os agentes são apresentados pela perspectiva dos grupos sociais, mas também dos “quase-grupos” (MAYER, 1987), conceitos importantes em análises situacionais. Ainda sobre os agentes sociais, é importante a noção de “projetos políticos” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006), sendo que os projetos “neoliberal” e “democrático-participativo” perpassam todo o trabalho através de uma relação conflitiva (SIMMEL, 1999) que é tomada numa perspectiva de processo social (ELIAS, 2006)⁵. Além de apresentarmos o panorama geral da rede e os conceitos fundamentais do trabalho, no primeiro capítulo uma primeira consideração pontual é feita sobre aquele que acreditamos ser um agente social em evidência ao tratarmos da questão das hidrelétricas pelo viés sociológico, a dizer, os *atingidos por barragem*, categoria de sujeitos discutida pela perspectiva da *condição* de atingido por barragem, tendo em vista o sentido de *construção* e *transitoriedade* que o termo evoca, além do perfil de *negociante* e *militante* referente a este agente social (ROCHA, 2010). Este capítulo tem a pretensão de possibilitar a visualização de uma rede social proposta no caso em questão, mas que também possa ser aplicada em casos semelhantes respeitando as peculiaridades destes. Ainda em relação à estrutura do trabalho, através deste capítulo apresentamos as linhas gerais tanto sobre os conceitos como sobre aos agentes sociais de forma a abrir a discussão ampla que ao mesmo tempo exige enfoques mais pontuais através dos capítulos subsequentes.

O segundo capítulo trata do espaço e do tempo em que os agentes sociais são considerados na discussão. Inicialmente apresentamos um panorama da hidreletricidade no Brasil de forma a ajudar na compreensão da estrutura atual sob os aspectos político e institucional. Para tanto, empreendemos uma breve retrospectiva do setor hidrelétrico (MIELNIK; NEVES, 1988) tendo em vista a primeira UHE instalada no Brasil em 1883 chegando até a ocasião da instalação da UHE Foz do Chapecó. Ainda no aspecto histórico, ao passo que é apresentado o processo de estruturação do setor hidrelétrico pelo viés dos empreendimentos, também é apresentada,

⁵ Aquém da interdisciplinaridade inerente ao estudo, a opção por autores que muitas vezes trabalham sob perspectivas distintas, justifica-se pelo fato destes analisarem casos semelhantes.

paralelamente, a organização dos movimentos sociais (ROTHMAN, 1996; POLI, 1999) contrários a esta lógica de forma a ajudar na compreensão do caso pela ótica dos projetos políticos em disputa. Quanto ao espaço, através de conceitos geográficos apresentamos primeiramente uma caracterização física deste explicando por que a hidreletricidade tem a predominância na matriz energética brasileira – em complemento ao aspecto político-institucional – evidenciando o caso da bacia hidrográfica do rio Uruguai e finalmente o local da hidrelétrica em questão. Esta relação entre os diferentes níveis espaciais – global, nacional, regional e local – é fundamentado através do conceito de “escala” (SANTOS, 2004) evidenciando a importância da relação entre estes para o estudo. Além de orientar no espaço e no tempo os agentes sociais apresentados no capítulo anterior, o segundo capítulo tem o objetivo de caracterizar o local do estudo segundo os aspectos naturais, demográficos, econômicos e culturais (RENK, 1997; SEYFERTH, 1994; MANFROI, 2001; FERNANDES, 2003) além de apresentar o empreendimento em seus dados técnicos de forma a percebermos a dimensão do mesmo. Em relação à estrutura do trabalho, este capítulo complementa a contextualização do caso e permite a discussão de forma mais específica e pontual a partir das peculiaridades locais em relação ao global dando suporte para a análise empreendida na segunda parte do trabalho.

Como Anexo da primeira parte fazemos uma breve apresentação dos agentes vislumbrados na rede social de forma a possibilitarmos consultas esporádicas à medida que a discussão avança, já que acontece de agentes serem apenas mencionados em algumas situações ao passo que assumem posição de protagonistas em outras. Disto, optamos pela disponibilização de um lugar no corpo do texto onde se possam ter informações contextuais que ajudem na compreensão de situações pontuais em questão.

O terceiro capítulo abre a segunda parte do trabalho com a discussão acerca da concepção de um projeto hidrelétrico, neste caso objetivando a hidrelétrica em questão enquanto parte de um projeto global a partir de instâncias e agentes internacionais bem como pelo viés do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (VERDUM, 2007). Retomando a relação global/local, buscamos analisar como o projeto – concebido de forma nacional ou global – é inserido no local (IANNI, 1997; HARVEY, 2004) através de instâncias de discussão que neste período do processo de instalação concentra-se principalmente na questão ambiental (ACSELRAD, 2004; LEFF, 2009; ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005) compreendendo espaços como as Audiências Públicas (APs) onde é discutido o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) além do Fórum Representativo de Negociação (FRN) reunindo os Comitês Municipais de Negociação (CMN) que se conformam em virtude do processo de instalação, além de outros agentes como associações e movimentos sociais. Tendo em vista o conjunto do trabalho, este capítulo compreende o período de licenciamento prévio, em que o empreendedor “discute” com a sociedade local a pertinência do empreendimento. Disto, analisamos a apropriação da temática ambiental enquanto discurso dos agentes sociais além da configuração dos espaços de discussão no sentido da participação efetiva dos agentes sociais envolvidos. Do ponto de vista da análise das relações de poder, o capítulo apresenta a caracterização do projeto neoliberal e a mediação pertinente à inserção deste projeto – global – no local.

O quarto capítulo apresenta uma questão que se desenvolve paralelamente à discussão ambiental, mas que já aponta para o avanço do processo de instalação no sentido das primeiras ações do empreendedor para iniciar os trabalhos de engenharia civil no local, ou seja, a construção da barragem propriamente dita adentrando no período que compreende o licenciamento de instalação. Neste momento do processo a questão indígena assume papel relevante tendo em vista que a obra envolveu a Reserva Indígena Aldeia Condá (kaingang) no município de Chapecó-SC, que acabou se tornando condicionante à concessão de exploração da hidrelétrica (FERNANDES, 2003). Ao passo que no capítulo anterior a discussão priorizou o projeto neoliberal e seus mediadores na região, neste capítulo apresentamos o projeto antagônico – democrático-participativo – questionando a instalação da hidrelétrica num movimento de mobilização e resistência baseado em argumentos de *legitimidade* de suas demandas (SCHERER-WARREN, 2005) o que chegou a embargar as atividades do empreendedor que reagiu com medidas principalmente através da *judicialização* (VALLINDER, 1994; SANTOS, 1999; ANDRADE, 2003) da questão no sentido da *legalidade* da sua demanda. Sob a luz da interface legalidade/legitimidade neste capítulo analisamos como se organizou e se desenvolveu a resistência ao empreendimento e como essas ações foram contrapostas pelo empreendedor enquanto projeto político contrário, compreendendo o momento considerado de maior acirramento entre os representantes dos projetos políticos antagônicos, a dizer, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e o consórcio representado pela Foz do Chapecó Energia S.A.. Os resultados dessas relações de poder, apontam a discussão para o momento seguinte do processo de instalação da hidrelétrica, já encaminhando o caso para seu desfecho.

O quinto e último capítulo trata de um período do processo em que as discussões se concentram na negociação das indenizações, caminho anunciado pelos rumos das ações no período anterior tratados no capítulo quarto. Este momento compreende a fase de licenciamento de operação, quando as obras de engenharia civil já estão avançadas e o empreendedor prepara-se para a obtenção da autorização para o funcionamento da hidrelétrica. A noção de conflito que perpassou o trabalho continua nesta fase do processo – e persiste no pós-licenciamento como apresentaram Reis (1998) e Rebouças (2000) – já que é o momento em que as indenizações são negociadas e pagas – ou negadas – refletindo em acordos, ações judiciais e despejos no sentido do “deslocamento compulsório”. Este capítulo apresenta os reflexos das decisões geradas nos espaços sociais conformados no período de licenciamento prévio (capítulo 3) e dos resultados dos confrontos ao longo do período de instalação (capítulo 4) tendo como pano de fundo a configuração espaço-temporal – que está em disputa neste momento – e de características dos agentes sociais envolvidos conforme apresentado na primeira parte do trabalho sobre os grupos, especialmente os atingidos por barragem. Em suma, este capítulo analisa como se deram as negociações entre empreendedor e atingidos e como se chegou aos resultados alcançados considerando as vantagens e desvantagens para ambos tendo em vista o processo discutido ao longo do trabalho, o que aponta para o fechamento da discussão.

A estruturação da tese segue uma orientação cronológica considerando o processo de instalação da hidrelétrica. Optamos por esta organização tendo em vista a complexidade do tema e as diferentes perspectivas de análise que perpassam a discussão pelo aspecto sociológico, a dizer, a política, a econômica, a ambiental e a jurídica. Logo, conduzimos a discussão cronologicamente com base nas etapas de licenciamento ambiental da obra, sendo que assuntos e agentes enfocados em determinado momento de um capítulo poderão ser retomados em discussões subsequentes, pois essa organização cronológica não pretende cortes abruptos na análise do caso.

Lembrando a epígrafe de Rilke, fizemos um esforço de “educar” a tendência para as dúvidas através de críticas e questionamentos. Procuramos submeter nossas hipóteses a provas e nossas crenças a testes, confrontando o que acreditamos e estudamos com os resultados da pesquisa empírica. Desta forma estruturamos este trabalho com o propósito de compreendermos as relações de poder para a instalação de hidrelétricas.

PARTE I: OS AGENTES SOCIAIS NO ESPAÇO E NO TEMPO

CAPÍTULO 1: OS AGENTES E A REDE SOCIAL

Glória ao Espírito que nos pode unir;
pois em verdade vivemos em figuras.
E a passos curtos andam os relógios
junto ao nosso dia genuíno.
Sem sabermos o nosso lugar certo,
nós agimos em real relação.
As antenas sentem as antenas,
e a lonjura vazia aguentou.
(Rainer Maria Rilke – Sonetos a Orfeu).

Neste primeiro capítulo apresentaremos as linhas gerais da abordagem teórico-metodológica que orientam o nosso trabalho, tendo em vista o caso da UHE Foz do Chapecó. Sem pretensão de um capítulo teórico, podemos dizer que este é o menos empírico dentre os cinco capítulos da tese, pois procuramos neste espaço apresentar os conceitos pertinentes para o desenvolvimento do trabalho sem discuti-los teoricamente, mas sim, procurando demonstrar brevemente a sua aplicação no caso estudado de forma a fundamentar a nossa tese.

Na primeira seção apresentamos o “instrumento analítico” através de conceitos fundamentais como “rede social”, apoiado principalmente nas ideias de Barnes (1987) e Castells (2003), e “poder” partindo da ideia de Weber (1999), mas procurando relacionar com ideias de autores como Foucault (2007), Arendt (2009) e Bourdieu (2009). Sobre os agentes sociais que compõem a rede, é importante o conceito de “projeto político”, apoiado na ideia de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) além da ideia de “quase-grupos”, que será discutida a partir do trabalho de Mayer (1987). Outro recorte analítico é empreendido através dos conceitos de “processo social”, baseado nas ideias de Elias (2006), segundo as quais desenvolvemos o trabalho sob uma perspectiva ampla do processo social da hidreletricidade no Brasil e noutra perspectiva mais restrita, sobre o processo social específico tratado a partir da inserção e do licenciamento ambiental da hidrelétrica em questão. Outro conceito fundamental que perpassa todo o trabalho é o de “conflito social”, apoiado nas ideias de Simmel (1983), a partir do que discutimos a relação entre os projetos políticos distintos – neoliberal e democrático-participativo. A interface entre esses conceitos tem como pano de fundo as ideias de Marx (1982, 2001) acerca da “acumulação

primitiva”, “expropriação” e o “poder do dinheiro”, elementos que fundamentam nossa teoria da assimetria nas relações de poder para a instalação de hidrelétricas.

Na segunda seção apresentamos a “rede social UHE Foz do Chapecó” vislumbrada pela pesquisa empírica e apoiada nos conceitos e ideias apresentadas na primeira seção. Além da representação gráfica da rede social, apresentamos as noções de espaço e tempo referentes a esta, a partir das ideias de Milton Santos (2004; 2008), bem como, uma noção do posicionamento dos agentes sociais – guardadas as precauções metodológicas – de forma a proporcionar uma visão prévia da rede social no sentido de ajudar nas discussões pontuais feitas nos capítulos da segunda parte.

Na terceira seção apresentamos a primeira discussão pontual tendo em vista a rede social, ao discutirmos a *condição de atingido por barragem*. Partindo das ideias de Vainer (2008), sobre o “conceito de ‘atingido’”, procuramos enfatizar os aspectos de *construção e transitoriedade* que envolvem este termo. Os atingidos enquanto agentes sociais serão privilegiados pela análise por entendermos que este é um ponto fundamental na discussão da questão hidrelétrica pela ótica sociológica, podendo-se falar de uma *onipresença* destes nos diferentes momentos do processo de instalação da hidrelétrica, direta ou indiretamente, tanto nas discussões pontuais como na análise da rede social em seu conjunto.

Através das três seções que compõem este primeiro capítulo pretendemos orientar as discussões pontuais que seguem na segunda parte do trabalho de forma a tomá-las, a partir das suas especificidades, mas como partes integrantes de um conjunto que influencia e é influenciado por cada um dos agentes sociais ou situação analisadas, de forma a compreendermos o processo de instalação da hidrelétrica tendo em vista o conflito entre dois projetos políticos distintos.

Ao final desta primeira parte do trabalho apresentamos uma rápida caracterização de cada agente social que integra a rede vislumbrada sobre o caso (Anexo I), de forma a situá-los no contexto da discussão possibilitando eventuais consultas sobre estes ao longo das situações analisadas nas próximas seções.

1.1 O instrumento analítico

A hidreletricidade representa aproximadamente 70% da geração e 85% do consumo da energia elétrica no Brasil atualmente. As Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) em operação no país somam 180 empreendimentos⁶, num quadro de expansão do setor que prevê um número superior a 200 empreendimentos para os próximos anos, tendo em vista os projetos em estudo e instalação (ANEEL/BIG, 2011). As Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs) implicam em grandes áreas atingidas pela formação dos reservatórios, instalação dos canteiros de obras, estradas para circulação de pessoal, material e linhas de transmissão de energia que já causaram danos ambientais significativos, além do “deslocamento compulsório”⁷ de mais de um milhão de pessoas principalmente no meio rural brasileiro, muitas vezes privando essas populações do acesso aos recursos naturais e afetando drasticamente seu modo de vida.

A previsão de expansão do setor hidrelétrico fomentado pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) acentua a necessidade de estudos sociológicos no sentido do aprofundamento da discussão, o que fazemos aqui a partir do caso da UHE Foz do Chapecó, uma das obras consagradas no referido Plano. A localidade de Saltinho do Uruguai⁸, no município catarinense

⁶ Quanto ao tamanho das hidrelétricas, considera-se as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) aquelas com até 1 MW de potência instalada; as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) aquelas entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada; e as Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) aquelas com mais de 30 MW de potência instalada, sendo que estas correspondem a mais de 70% da geração hidrelétrica brasileira.

⁷ Segundo Magalhães (2007, p. 14), o termo designa “o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa”. A autora analisa o termo considerando as instâncias pública, acadêmica e o caso específico de Tucuui, demonstrando a relação deste deslocamento com aspectos como “Stress”, “sofrimento social” e “constrangimento”. É certo que esses fatores estão associados ao “deslocamento compulsório”, porém, para o caso da UHE Foz do Chapecó, a contribuição maior está no fato de que o termo serve como um “guarda-chuva” onde se abrigam termos como “relocação, reassentamento, reinstalação, transferência de população; e alguns outros que designam fases intermediárias de processos de deslocamento, como indenização, desapropriação” (MAGALHÃES, 2007, P. 113-114), que aparecem neste trabalho sob essas formas de acordo com os agentes e a situação em tela dentro do processo de instalação da hidrelétrica. Em outras palavras, mesmo que utilizemos estes conceitos, seja citando outras fontes ou mesmo na narrativa do texto, é preciso considerar estes sob a luz da ideia de “deslocamento compulsório”, principalmente quando a autora discute “em termos de uma relação de causalidade, que acaba por relevar as determinações desestruturadoras – irreversibilidade, compulsoriedade e imprevisibilidade – inerentes ao processo (MAGALHÃES, 2007, p. 262).

⁸ De acordo com os dados do Processo nº 48500.001706/2006-34/ANEEL, o canteiro de obras constou de uma área de 324,2364 hectares no município de Alpestre-RS, na margem esquerda do rio, e outros 210,4430 hectares no município de Águas de Chapecó-SC, totalizando uma área de 534,6794 hectares. Embora o canteiro abranja as duas margens do rio, a comunidade de Saltinho do Uruguai, no município de Águas de Chapecó, acabou recebendo a parte principal do canteiro onde foram mais intensos e demorados os trabalhos de engenharia civil. A comunidade que antes da barragem contava aproximadamente trinta famílias de pequenos agricultores (alemães, italianos e caboclos), teve metade da população atingida em decorrência principalmente da instalação do canteiro de obras, sendo que a

de Águas de Chapecó, onde se instalou o canteiro de obras da usina, é tomado como local privilegiado da pesquisa, ponto de ancoragem de uma rede de poder que liga o local ao global, de forma que em alguns momentos serão tratadas situações que têm lugar em comunidades vizinhas, outros municípios da região ou em outras partes do país e do mundo, mas que, de alguma forma, compõem a rede de poder que se conforma e se rearranja ao longo do processo de instalação da hidrelétrica, tendo em vista a dinâmica da rede conforme os interesses dos distintos agentes em relação.

A discussão sobre a questão hidrelétrica se justifica pela importância estratégica da energia na manutenção do estilo de vida da sociedade atual, além de refletir a complexidade desta através da pluralidade de áreas de abordagem (engenharia, direito, economia, ambientalismo) e agentes sociais envolvidos na instalação das usinas, abrangendo desde consórcios de empresas de capital transnacional até ribeirinhos que poucas vezes em suas vidas deixaram a barranca do rio, o que caracteriza um cenário heterogêneo com diferentes discursos e ações através das quais esses agentes tentam fazer valer seus pontos de vista. Portanto, são importantes algumas considerações sobre as formas de abordagem teórica e metodológica considerando esta complexidade inerente à instalação de projetos de grande escala como as hidrelétricas.

Os trabalhos mencionados nas considerações iniciais são algumas das referências importantes de estudos sobre barragens no sentido de sugerir possibilidades de abordagem sobre o tema. Deste panorama geral, passaremos para os apontamentos teórico-metodológicos que o caso em tela requer para a melhor compreensão de sua complexidade, apresentando possibilidades para o tratamento da questão enquanto um processo social amplo, reconhecendo as configurações que compõem o caso estudado, evidenciando os diferentes aspectos que pautam o campo social e considerando a circulação de projetos políticos distintos que perpassam esses aspectos, tudo isso, à luz da ideia de rede social, proposta que apresentamos como uma alternativa eficiente enquanto viés metodológico para pesquisas sobre o tema das hidrelétricas.

estrutura comunitária (Capela e Igreja) precisou ser realocada para um lugar mais alto na comunidade, onde foi reconstruída.

As hidrelétricas enquanto processo social

Mesmo em casos como este em que se aborda determinada hidrelétrica de forma específica, é fundamental a consciência de que esta se encontra no interior de um *processo social* que “refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração, ou seja, em geral não aquém de três gerações” (ELIAS, 2006 p. 27), do qual o caso estudado é condicionante e condicionado respectivamente. No aspecto sociológico, tomando como exemplo a bacia do rio Uruguai, podemos perceber reflexos do processo de instalação da UHE Itaipu (Brasil/Paraguai), que, apesar de localizada em outra bacia hidrográfica (bacia do Paraná), influenciou significativamente o processo de instalação e mobilização social na UHE Itá (RS/SC), referência na bacia hidrográfica do Uruguai. Na mesma linha, podemos notar importantes reflexos da UHE Itá sobre as subseqüentes na mesma bacia, como a UHE Machadinho (RS/SC) – que estava prevista para ser construída antes – Barra Grande (RS/SC), Campos Novos (SC), até chegar ao caso da UHE Foz do Chapecó, onde podemos perceber mudanças na estratégia tanto daqueles que defendem a obra quanto aos contrários a ela, ambos em decorrência de experiências em obras anteriores.

A longa trajetória de um *processo social* compreende “estágios”, que não podem ser tomados como cortes instantâneos, mas que se estabelecem através de “surto” em diferentes direções podendo favorecer determinados segmentos em detrimento de outros, mas, que pela complexidade do processo, podem ser revertidos no momento seguinte em favor daqueles segmentos desfavorecidos, que passam a ter prioridade no novo “estágio” inaugurado a partir da exaustão do anterior (ELIAS, 2006, p. 28). Isto é importante para lembrarmos que os processos sociais não compreendem uma sequência de situações calculadas, mas sim, são frutos de uma trajetória relacional que pode tomar diferentes rumos em decorrência dessas relações e não com base em uma organização prévia.

Sob esta perspectiva de processo social, de modo geral, é recorrente a ideia de que o setor elétrico brasileiro compreende três estágios: inicialmente sob a direção privada (1883-1930), num segundo momento sob a égide estatal (1930-1990), e no estágio atual – pós-1990 – com a concomitância entre o estatal e o privado através das Parcerias Público-Privadas (PPP), que instituem as Sociedades de Propósitos Específicos (SPE). Já sobre as negociações e mobilizações

sociais, se considerarmos a primeira barragem instalada no Brasil⁹, veremos que apenas aos atingidos-proprietários coube indenização (REBOUÇAS, 2000, p. 21). À medida que o processo avançou, podemos perceber, ainda que timidamente, a incorporação de aspectos sociais e ambientais que passaram a ter relevância na discussão acerca da viabilidade dos projetos, tendo o caso da UHE Itá como exemplar no tocante à mobilização social e negociações para a instalação daquela barragem, o que acabou servindo de parâmetro para casos futuros.

Então, para o estudo da temática das hidrelétricas de uma perspectiva sociológica, o primeiro passo é ter em vista sua natureza processual, segundo a qual, cada novo projeto traz influências de projetos passados e, de acordo com sua especificidade, poderá apresentar mudanças que servirão de parâmetro para projetos futuros.¹⁰ Neste trabalho, a ideia de processo social pode ser percebida na própria organização da tese, além de seções específicas onde traçamos a gênese social de situações particulares que ajudam no entendimento de determinadas situações.

Considerando a UHE Foz do Chapecó como um objeto a ser estudado a partir de um processo social amplo, é preciso esclarecer qual o enfoque pretendido por este estudo. Daí, a importância da abordagem do campo social no qual agentes com distintos interesses estão em relação. Neste trabalho, privilegiaremos o campo social sendo permeado principalmente por quatro aspectos da análise: o político, o econômico, o jurídico e o ambiental. Estes aparecerão em diferentes momentos do trabalho de forma a conduzir a discussão sob determinado viés de forma interdisciplinar, recorrendo às diferentes áreas do conhecimento, tais como, o Ambientalismo, a Antropologia, a Demografia, a Geografia, o Direito, a Economia, a Educação, a História, a Política e a Religião. Esta abordagem vai permitir que tratemos o caso em questão de forma ampla, a partir de ângulos de análises particulares em momentos distintos, sem que para isso seja necessária a compartimentação desses aspectos de forma a excluir a interferência de outros sobre aquele que está priorizado em determinado momento do trabalho.

Tendo em vista o campo social, o advento de uma hidrelétrica em determinada região provoca uma reconfiguração da realidade local, não apenas no aspecto físico, geográfico e

⁹ A UHE Ribeirão do Inferno (afluente do rio Jequitinhonha) foi instalada em 1883 no município de Diamantina (MG), por iniciativa de empresas de mineração e têxteis, sendo que a referida hidrelétrica constava de 0,5 MW de potência e 2 km de linhas de transmissão.

¹⁰ A ideia de *processo social* será considerada sob duas perspectivas neste trabalho: primeiro, para se referir à trajetória da hidreletricidade no Brasil, no sentido mais amplo; no outro caso, mais restrito, quando se referir ao processo de instalação da UHE Foz do Chapecó, sobre o qual serão considerados três momentos distintos: o licenciamento prévio, de instalação e de operação; sempre considerando o processo mais amplo.

ambiental, mas também no aspecto social. Neste sentido, é importante a ideia dos “quase-grupos”, ao se referir a indivíduos ou grupos sem uma estrutura organizacional definida, mas que, pela situação em que se encontram em determinado momento, podem ou não vir a formar um grupo, mesmo que este sobreviva apenas enquanto a situação exigir (MAYER, 1987). Disto, a instalação de uma hidrelétrica pode ser tomada como uma circunstância em que os quase-grupos poderão vir a formar grupos de acordo com o lugar onde a obra é proposta (espaço) e o seu andamento (tempo).

Na mesma linha, mas, especificamente sobre hidrelétricas, Almeida (1994, p. 523) afirma que “de acordo com as lutas localizadas e imediatas constituem-se, pois, *unidades de mobilização* de cuja coesão social não se pode duvidar tanto pela uniformidade de suas práticas, quanto pela força com que se colocam nos enfrentamentos diretos”, sendo que esses grupos sociais podem receber denominações como “comissões”, “conselhos”, “associações” ou “comunidades”. No caso que estudamos essas unidades de mobilização podem ser percebidas através de agentes sociais como a AMISTA (Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó) e a APAM (Associação para a Preservação do Meio Ambiente), por exemplo, que se mostraram atuantes no caso estudado, conforme apresentaremos na segunda parte do trabalho.

A reconfiguração social não pode ser tomada aleatoriamente, mas como algo que, ao longo do processo social, se tomarmos cada nova hidrelétrica em particular, pode significar uma tendência mínima no sentido da disposição das alianças e rivalidades entre os agentes sociais. Diante da complexidade da sociedade atual e, sobretudo do tema estudado, fazemos uma abordagem a partir da ideia de “projetos políticos”, sobre o que, inspirados em Gramsci, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 199) apresentam o conceito “para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. De maneira geral, pode-se dizer que três projetos políticos distintos circulam na América Latina atualmente: o Projeto “Autoritário”, o Projeto “Neoliberal” e o Projeto “Democrático-participativo”, sendo os dois últimos presentes no Brasil (Ibid., 2006).

Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 55), no *projeto neoliberal* “o primado do mercado, enquanto eixo reorganizador da economia é visto como devendo se estender ao conjunto da sociedade”, que a partir de preceitos mercadológicos orientaria sua vida nos diferentes campos. No tocante às hidrelétricas, o projeto neoliberal é principalmente representado

pelo Estado e pelas grandes empresas do capital privado, aliança que tem se materializado através das Sociedades de Propósito Específico (SPE). No caso em tela, a Foz do Chapecó Energia S.A. é a SPE que representa este projeto político.

Já na perspectiva do *projeto democrático-participativo*, ainda de acordo com os mesmos autores (Ibid., p. 48-52), “a participação da sociedade nos processos de decisão assume um papel central”, sendo vista como “instrumento da construção de uma maior igualdade” e “cidadania”, onde se articulariam demandas específicas de cada grupo social e da sociedade em seu conjunto. Na questão das hidrelétricas, este projeto é representado principalmente pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), porém, é preciso enfatizar grupos como Sindicatos, Igrejas, Universidades, Associações, e Organizações Não Governamentais (ONGs), que têm se mostrado alinhados sob este projeto – o que merece ser considerado em cada caso pela pesquisa empírica.

Embora estes projetos se apresentem como dicotômicos, é preciso considerar que os projetos políticos não podem ser tomados como grupos fechados, estáticos e com fronteiras rígidas. Eles precisam ser abordados enquanto linhas gerais que tendem a orientar as ações e alianças dos diferentes agentes, tanto que pode acontecer de um determinado grupo adotar uma postura alinhada com um projeto em determinado momento do processo de instalação de uma hidrelétrica, e, em outro momento, de acordo com a situação, adotar outra postura, que poderá ser entendida como alinhada ao projeto político antagônico. Sobre essa possibilidade, é preciso considerar o que Dagnino (2004) chama de “confluência perversa” entre os projetos. Tendo em vista que ambos “requerem uma sociedade civil ativa e propositiva”, que embora não consista numa participação de fato, tem sua aparência “sólida e cuidadosamente construída”, expressões semelhantes podem aparecer no discurso de agentes de ambos os projetos, de forma a dificultar o esclarecimento da natureza distinta entre eles. Termos como “geração de renda”, “qualidade de vida”, “desenvolvimento sustentável”, “participação” e “solidariedade”, entre outros, podem ser encontrados nas propostas dos dois projetos, embora, em essência, signifiquem coisas diferentes. Essa confluência de discursos dos agentes envolvidos visa conquistar a simpatia da opinião pública para seu projeto (Ibid., 2004, p. 197).

Na análise que empreendemos, a ideia de projetos políticos distintos é fundamental à medida que é considerada ao longo do processo social, sendo que cada projeto é compreendido a partir do estágio em que se manifesta, o que no caso do estudo sobre as hidrelétricas, tende a afastar a possibilidade de compartimentação no tratamento das questões de forma dicotômica –

sociedade civil/sociedade política, material/simbólico, macro/micro –, além de contrariar a homogeneização no tratamento de agentes ou situações, evidenciando, ao contrário, a heterogeneidade inerente à sociedade atual.

Do que foi exposto até aqui apresentamos a seguinte perspectiva analítica para este trabalho: tomemos uma hidrelétrica, para ser estudada a partir de um processo social amplo que configura uma situação específica, onde uma pluralidade de agentes sociais compreendidos a partir de projetos políticos distintos tecem relações de poder em diferentes aspectos do campo social, tendo em vista a instalação da hidrelétrica. Para que esses conceitos funcionem de forma efetiva, é preciso um viés metodológico que corresponda a essa complexidade. Então, utilizamos a noção de “rede social” de forma a conectar grupos e quase-grupos com distintos projetos políticos dentro de um campo social atravessado por diferentes aspectos: econômico, político, jurídico, ambiental.

A noção de rede como viés analítico apresenta uma diversidade de agentes e ações que precisam ser “mapeados” pelo estudo para que se estabeleça um nexos entre eles. Segundo Deleuze & Guattari (1995, p. 21-22), esta “cartografia” é um princípio fundamental para o entendimento da rede social, pois através dela se evita a ideia de “decalque”, segundo a qual, os componentes da rede estariam estáticos e determinados de forma fechada, ao passo que, “mapeando” esta rede, se estaria vislumbrando ligações, entradas e saídas, noções de distância e aproximação entre diferentes pontos dentro de um determinado contexto que também não é restrito às suas fronteiras, pois ele poderá ser expandido à medida que as relações se proliferam.

Então, a rede social enquanto instrumento de análise, precisa ser constituída a partir da relação entre os diferentes pontos que a compõem. A apresentação desses pontos pode variar de acordo com o interesse sobre o tema, pois, assim como é possível obtermos diferentes mapas sobre a mesma região (político, pluviométrico, geológico), da mesma forma, podemos pretender diferentes visões do mundo social através da construção da rede social. Neste sentido, Bourdieu (2009, p. 29-30) apresenta uma proposta que pode ajudar no mapeamento do conjunto dos agentes sociais e das relações entre eles. O autor sugere que se construa um “quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições”, onde, através do cruzamento dos agentes no quadro, se vislumbrará quais as propriedades de cada um deles é pertinente aos demais. À medida que se obtém certo número de qualidades dos agentes, refaz-se o quadro, aumentando a quantidade de cruzamentos, isto feito aos poucos e repetidas vezes, possibilitará o

mapeamento proposto por Deleuze & Guattari (1995), além da possibilidade de vislumbamento dos diferentes aspectos que venham a compor a realidade deste mundo social.

É importante ainda apresentarmos alguns conceitos que servem de orientação para o trabalho sob esta perspectiva. Partindo das ideias de Barnes (1987, p. 166), uma “rede social total”, seria “arbitrariamente delimitada”, contendo a “maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde”. Castells (2003, p. 566) entende que “rede é um conjunto de nós [agentes sociais] interconectados”, compreendendo “estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede”. Já Deleuze & Guattari (1995, p. 22), usando o termo botânico de “rizoma” – em oposição ao arbóreo – afirmam tratar-se de uma “multiplicidade que não tem nem sujeito nem objeto, [...] não pode crescer sem que mude de natureza”, sendo que a “noção de unidade aparece unicamente quando se produz numa multiplicidade”. Finalmente, Foucault (2007) apresenta o termo “dispositivo”, que ele conceitua como sendo “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas”, sendo que “o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Ibid., p. 244).

Os conceitos apresentados até aqui ajudam na compreensão de questões referentes à morfologia da rede social. Tendo claro este aspecto da pesquisa, é preciso evidenciar qual é a natureza das relações entre os agentes sociais mapeados. No caso da UHE Foz do Chapecó, podemos dizer que a rede vislumbrada é caracterizada sobretudo pela natureza conflitiva entre os diferentes agentes.

Simmel (1983a) enfatiza a importância sociológica do conflito entendendo este como uma forma de “socialização”. O autor reconhece sentimentos de discórdia (ódio, inveja) como elementos constituintes do conflito, porém, estes precisam ser entendidos enquanto causas que fazem irromper o conflito e não como síntese das relações, já que, estabelecido o conflito, este representa um dos modos de “conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes” (Ibid., p. 122).

Esta socialização nos permite identificar uma unidade – de análise – que acontece a partir de “consequências desfiguradoras e purificadoras, enfraquecedoras e fortalecedoras do conflito”, de forma que ao participar deste, os agentes sociais tendem a se transformar “não apenas em sua

relação com o outro, mas consigo mesmo” (SIMMEL, 1983c, p. 150). Disto, o conflito estabelece uma reconfiguração social formando esta nova unidade que não implica numa homogeneidade – nem de agentes nem de relações –, ao contrário, o autor chama a atenção para um “mal entendido” no que se refere à forma excludente com que possam ser tomadas as ideias de “unidade” e “discordância”, enfatizando que a “unidade” pode representar “a síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais” (SIMMEL, 1983a, p. 125). Esta ideia é fundamental para uma análise macro como a que pretendemos aqui, pois, mesmo que algo seja considerado negativo para determinado agente em uma situação específica, o mesmo, se considerado em relação a outros agentes noutra situação, poderá ser tomado como positivo, daí a complexidade das relações de poder.

Esta complexidade que se revela na unidade entre alianças e rivalidades entre os agentes se manifesta em uma variação importante do conflito, a dizer, a “competição”, que Simmel (1983b, p. 135-137) caracteriza como sendo uma forma onde os concorrentes competem por algo sem necessariamente voltarem-se uns contra os outros, mas agindo em relação ao objeto da disputa. Este aspecto do conflito é importante para ratificar a ideia de “socialização”, pois, tendo em vista que a competição na sociedade envolve a disputa por determinado “favor de uma pessoa ou de terceiros”, os concorrentes a este “favor” tendem a se aproximar do “objeto pretendido” e daquele que poderá ser o doador, mas também tendem a se aproximar dos rivais, no sentido de procurar descobrir as forças e fraquezas de ambos tendo em vista o êxito na relação (Ibid. p. 139).

As alianças e rivalidades entre os diferentes agentes sociais não se dão de forma definitiva. Pode ocorrer de agentes sociais adotarem posicionamentos distintos de acordo com situações específicas de forma que as noções de “redes parciais” e “condição”, que apresentaremos adiante, ajudam na compreensão das diferentes situações em relação ao processo no sentido macro.

Então, a “unidade” que nos permite analisar diferentes agentes sociais, com interesses distintos, que alternam relações de aliança e rivalidade em situações específicas compondo um processo social amplo, só é possível se considerarmos o “conflito” em sua “função socializante”, onde, no caso em questão, a competição é a principal forma de relação entre os agentes.

Nesta unidade de análise marcada pela complexidade, heterogeneidade e conflito, as relações sociais merecem ser consideradas enquanto “um conjunto de ações sobre ações

possíveis”, onde os agentes interagem mutuamente num campo amplo de possibilidades que alternam aliança e rivalidade (FOUCAULT, 1995, p. 242-243). Esta alternância pode ser demonstrada através de estudos considerando o “sentido empírico *visado* pelos participantes no caso concreto”, já que a natureza das relações entre os diferentes atores pode apresentar mudanças de acordo com as variações históricas no contexto social, nas instituições e seus interesses momentâneos (WEBER, 1999, p. 16-17).

As relações sociais entre os agentes, sejam eles aliados ou adversários, baseiam-se no *poder*. Inicialmente, Max Weber (1999, p. 33) afirma que o *poder* seria “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. A contundência desta concepção serve como ponto de partida – genérica – para a discussão, porém, em se tratando de uma rede de agentes sociais que se relacionam a partir da instalação de uma hidrelétrica, avançamos sobre esta concepção utilizando a ideia de Hannah Arendt (2009, p. 69) quando a autora afirma que

o poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; de que ele realmente precisa é legitimidade. [...] O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então possa seguir. A legitimidade, quando desafiada, ampara-se a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim que jaz no futuro.

As palavras da autora servem para assinalar que, no caso da instalação de um projeto de grande escala, como uma hidrelétrica, tendo em vista um cenário relacional de agentes sociais variados, mesmo em se tratando de um projeto de Estado, com amparo legal e suporte econômico, as ações se efetivam a partir da coesão de agentes sociais no sentido da legitimação do processo e não de uma simples imposição de um agente independentemente da vontade dos demais.¹¹

¹¹ A dicotomia legalidade/legitimidade envolve aspectos políticos, jurídicos e morais, e, fundamentalmente, envolve relações de poder. Para o objetivo deste trabalho, seguimos a conceituação apresentada por Paulo Bonavides (2011) quando o autor explica que “o poder legal representa por consequência o poder em harmonia com os princípios jurídicos, que servem de esteio à ordem estatal”. Logo, segundo o autor, “o conceito de legalidade se situa assim num domínio exclusivamente formal, técnico e jurídico”. Complementarmente, o autor explica que “a legitimidade é a legalidade acrescida de sua valorização”, sendo que, neste conceito, “entram as crenças de determinada época, que presidem à manifestação do consentimento e da obediência” (BONAVIDES, 2011, p. 120-121). Com base nisto, a dicotomia legal/legítimo será tratada neste trabalho tendo em vista a relação entre estes aspectos, sendo que o projeto hidrelétrico, legalmente constituído, precisa de legitimidade perante a sociedade para ser executado, ao passo que as demandas entendidas como legítimas por determinados grupos (indenizações, por exemplo) precisam encontrar amparo legal para serem atendidas.

Indo além, é importante considerar a noção de *poder simbólico*, que, segundo Bourdieu (2009, p. 15), “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder [...] capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”, pois, ao reunir em si essas diferentes formas de poder, tem a possibilidade de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”. A afirmação do autor serve para indicar um caminho a ser seguido na análise do caso em questão, pois, mesmo que uma hidrelétrica tenha o amparo legal, tendo em vista o ambiente democrático e que existam resistências por parte de outros agentes sociais, é possível dizermos que os diferentes agentes em conflito tentarão impor a sua vontade, mas esta imposição se dará por meios que não desconsideram as ações dos opositores. Ante isto, nos propomos a entender como os agentes lançam mão de estratégias como discurso, pressão, barganha e pactos de forma a fazer valer a sua posição no conflito, neste caso, envolvendo a instalação da UHE Foz do Chapecó.

Complementarmente, no sentido proposto neste trabalho, é importante o que Foucault (2007, p. 183) chamou de “precaução metodológica” ao tratarmos o tema *poder*, que, para o autor, “deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia”, o que ele resume defendendo que “o poder funciona e se exerce em rede”.

Da interface entre os conceitos apresentados, empreendemos nossa análise do ponto de vista de que o poder é a capacidade de imposição de um ponto de vista, o que, num ambiente democrático, precisa considerar o binômio legal/legítimo, mas também os discursos, as trocas, as formas de pressão, o que acontece em rede, envolvendo agentes e situações variadas. Através da análise dessa complexidade no sentido macro é que defendemos a nossa tese da assimetria nas relações de poder, o que propomos tendo como ponto de partida a teoria marxiana da “acumulação primitiva”.

Marx (1968, p. 829) explica que “dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital. Tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias” em que se confrontam aqueles que possuem o poder econômico (dinheiro) e aqueles que possuem meios de subsistências e produção (trabalho). Essas “circunstâncias” que formam o capital, o autor identifica segundo um “processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de

produção”, processo este que tem sua pré-história no que Marx chamou de “acumulação primitiva” (Ibid., p. 830).

Embora o autor assinala que o pré-capitalismo tenha suas origens ainda no século XV, baseado especialmente no caso inglês podemos identificar pontos importantes deste processo. Sendo a Igreja Católica o principal Senhor Feudal medieval, quando da Reforma Religiosa, no Século XVI, a supressão de terras da Igreja (propriedades, conventos) e a doação para aliados da Corte e venda para especuladores, expulsou os moradores daqueles lugares unindo os vários sítios formando propriedades maiores. No século XVII, a Revolução Gloriosa abriu caminho para outro momento importante deste processo, os “cercamentos”, segundo o que, as terras públicas foram cercadas e os moradores expulsos dando lugar principalmente à criação de ovelhas, que teve impulso no século XVIII com a Revolução Industrial que requeria mais matéria prima têxtil. No século XIX, o processo tem outro grande momento através da chamada “limpeza das propriedades”, segundo o que, os chefes dos clãs – proprietários titulares das respectivas terras, ao passo que a Coroa era a proprietária do território inglês como um todo – enxotaram os moradores dessas terras resumindo a população remanescente a arrendatários que desempenhavam principalmente a criação de ovelhas. Empurrados para as regiões litorâneas, os expropriados passaram a desenvolver a pesca, mas não demorou para a orla ser também arrendada e esses serem novamente enxotados (MARX, 1968).

Marx apresenta o processo de acumulação primitiva assinalando esses pontos cruciais de expropriação das populações pelo capital. Essas populações não saíram sem resistência – conforme relata Thompson (1987) ao analisar a questão dos cercamentos e a resistência empreendida pelos “negros”¹² –, porém, isto traz outro aspecto importante do processo de acumulação, a dizer, a influência do Estado e do Judiciário. Os donos do dinheiro, por si, não conseguiriam desenvolver as ações de expropriação descritas anteriormente, porém, com a regulação legal do trabalho e da propriedade pelo Estado, esse processo ganhou a legalidade necessária e ante a mobilização dos expropriados, inclusive através de tentativas legais via parlamento, outro aspecto do processo de acumulação entrou em cena, a dizer, o judiciário, que se prontificou para enquadrar as ações dos trabalhadores naquela oportunidade como “conspiratórias” (Marx, 1968, p. 854-858).

¹² Retomaremos esta análise específica na Seção 4.3.

A análise de Marx apresenta um processo que embora o autor tenha denominado “primitivo”, por estar na gênese do capital, tende a ser “renovada e intermitente” (1968, p. 862). Desta trajetória, o fundamental é que a formação e a expansão do capital acontecem por meio de relações de poder que têm na expropriação – violenta – de um grupo sobre outro a sua dinâmica básica, mas que, com o passar do tempo, aumentou sua complexidade e a variedade de agentes envolvidos. Voltando a discussão para o nosso objeto, percebemos no processo envolvendo a hidreletricidade, aspectos muito semelhantes aos apresentados por Marx, sendo que podemos identificar analogamente traços do processo de acumulação primitiva que se renovam e se modificam em cada nova hidrelétrica instalada.

Ao determinar um perímetro para o canteiro de obras, o consórcio proponente da hidrelétrica determina de certa forma uma espécie de “cercamento”, a partir do qual, iniciar-se-á um processo de “limpeza do terreno” que é previsto para toda a região a ser atingida pela referida hidrelétrica, caracterizando o processo de “expropriação” que acontece primeiramente pela negociação, mas que acaba recorrendo ao suporte do Estado através de Declarações de Utilidade Pública e do judiciário quando da criminalização e judicialização da questão hidrelétrica. Considerando a confluência de aspectos pertinentes do campo social, como o econômico, o político, o judicial e o ambiental, analisaremos a proeminência do primeiro sobre os demais, no sentido da preponderância dos empreendedores neste processo a partir da possibilidade de que o dinheiro “constitui o meio externo, universal, e o poder para mudar a representação em realidade e a realidade em representação” (MARX, 2001, p. 170).

Então, nos propomos a analisar as relações de poder na hidreletricidade considerando a complexidade de agentes e situações, porém, através desta análise macro, chegamos à nossa tese central de que essas relações de poder são assimétricas em favor dos empreendedores. Para compreender tal assimetria, partimos do fato de que a instalação de uma hidrelétrica corresponde a um processo de acumulação por meio de expropriação, segundo o qual o capital se estabelece e se reproduz. Considerando que este processo envolve diferentes aspectos do campo social (econômico, jurídico, político e ambiental) chamamos a atenção para a proeminência de um desses aspectos – o econômico – sobre os demais, no sentido de que “o seu poder é o poder de compra do seu capital, a que nada pode se contrapor” (MARX, 2001, p. 80). A partir do caso concreto, procuramos demonstrar que em diferentes momentos do processo de instalação, o poder econômico, que está nas mãos dos empreendedores, tende a desequilibrar as relações de poder,

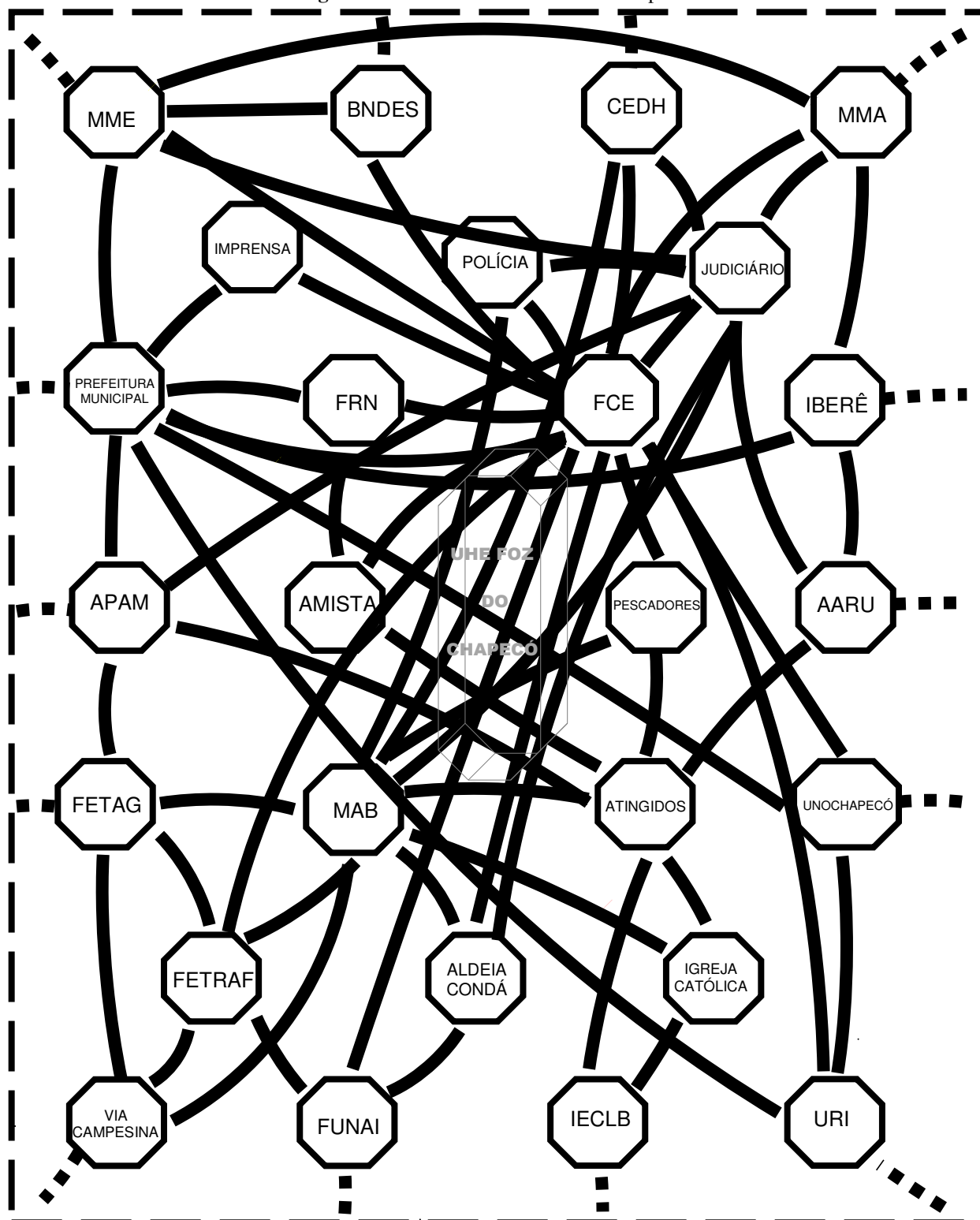
seja na contratação de pessoal capacitado, seja na disponibilidade de recursos para ações “promocionais”, “mobilizadoras”, “mitigadoras” ou “compensatórias”, seja para justificar um suposto “desenvolvimento” regional ou nacional.

Daí, a nossa tese central de que, a partir do poder econômico em suas diferentes nuances, os empreendedores conseguem mobilizar os agentes e recursos necessários para seu empreendimento, o que, no limite, aponta para a inevitabilidade das obras projetadas, o que fundamenta a nossa tese da assimetria nas relações de poder para a instalação de hidrelétricas. Apresentadas as linhas gerais que orientam a discussão ao longo do trabalho, partimos para a apresentação da rede social correspondente ao caso em questão.

1.2 A Rede Social da UHE Foz do Chapecó

Com base na interface entre os conceitos apresentados na seção anterior, fundamentamos a discussão sobre as relações de poder envolvendo a instalação da UHE Foz do Chapecó a partir da rede social vislumbrada através da pesquisa empírica (Figura 1).

Figura 1 – Rede Social UHE Foz do Chapecó¹³



Fonte: Elaborado pelo autor.

¹³ No ANEXO 1 ao final da I Parte deste trabalho apresentamos cada um dos agentes da rede social. Na seção 3.1 (Figura 19) apresentamos um mapa com a disposição dos agentes sociais no espaço geográfico.

Por se tratar de uma tentativa de representação da realidade, feita aqui graficamente, a rede social representada através da Figura 1 precisa ser acrescida de algumas ressalvas referentes à “morfologia” e “dinâmica” (LUNA, 2004).

O aspecto morfológico refere-se principalmente aos agentes que compõe a rede social. A partir da afirmação de Barnes (1987, p. 166), de que “a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade”, sendo o universo uma grande rede, o recorte metodológico para a análise é feito a partir da percepção do pesquisador sobre este universo, logo, entendemos perfeitamente possível que, se outro pesquisador se dispusesse a representar a mesma situação, provavelmente uma rede diferente poderia ser vislumbrada sobre o mesmo caso. Logo, advertimos que a rede social proposta neste trabalho compreende um recorte metodológico para análise – que embora justificado, é arbitrário – representado pela *linha pontilhada* que significa não o final, mas o limite de análise da rede social proposta, no sentido de que as relações sociais podem extrapolar essa linha, momento em que fogem ao horizonte de análise deste trabalho.

Neste sentido, é importante mencionarmos exemplos de agentes sociais que poderiam compor a rede, como o Banco Mundial, importante financiador de projetos hidrelétricos, a Alston, empresa fornecedora de turbinas, inclusive para a hidrelétrica em questão, ou ainda a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), pelo fato de representar um espaço de convergência de projetos desenvolvimentistas no continente americano, isto para mencionar alguns exemplos de agentes sociais importantes na questão hidrelétrica. Estes agentes estão ausentes da rede social em questão por critérios empíricos da pesquisa, ou seja, embora reconheçamos sua importância, estes, por não desempenharem papéis diretos no processo de instalação da UHE Foz do Chapecó, especificamente, são mencionados no trabalho (seção 3.1) sem que para isso precisem estar incluídos na rede social proposta. Já em escala local, empresas como a Engevix Engenharia S.A., responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) na região do empreendimento – sem esquecer a abrangência nacional desta empresa – também são agentes que participam do processo, porém, da mesma forma como ocorre nos outros exemplos anteriores, optamos por tratar este agente social a partir da característica de expansividade e do recorte arbitrário inerentes às redes social do ponto de vista metodológico.

Ainda sobre a morfologia, além dos agentes, “objetos” pertinentes também podem compor a rede social. Disto, optamos por incluir a UHE Foz do Chapecó como o “intermezzo” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 43) transpassado pelas relações da rede, sendo que os agentes sociais estão dispostos tendo em vista uma relativa proximidade geográfica com a hidrelétrica e com os outros agentes, mesmo que isso não possa ser tomado de forma definitiva.

A dinâmica da rede social está diretamente ligada à morfologia. A disposição dos agentes sociais da forma como está representada (geograficamente e por afinidade) apresenta limitações quanto à representação fiel da realidade, visto que a dinâmica da rede possibilita aos agentes a mudança de lugar, se aproximando de alguns agentes e se afastando de outros de acordo com a situação, além da mudança de posição dos agentes na rede em virtude do momento do processo de instalação. Neste caso – até onde sabemos – ainda não dispomos de um formato de representação da realidade social que dê conta da intensa movimentação dos agentes sociais e das instabilidades dessas relações. Seria preciso algo como a representação de um átomo, animado em tempo real, que nunca cessaria o movimento, o que ainda não dispomos para este trabalho, e mesmo que pudéssemos contar com tal ferramenta, isto poderia até auxiliar com o problema da representação, mas dificilmente resolveria o problema da análise das relações de poder.

Ainda sobre a dinâmica das relações sociais, Deleuze (1999, p. 155) explica que “desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, levantar um mapa, cartografar, recorrer terras desconhecidas, e isso é o que Foucault chama de ‘trabalho no terreno’”. Tomando essas linhas como as relações de poder entre os agentes sociais, o autor defende que “é preciso instalar-se sobre as mesmas linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal”.

Seguindo as recomendações do autor, ao nos “debruçamos” sobre essas linhas buscando entender a natureza das relações sociais para fins de representação, inicialmente nos propomos a diferenciá-las através de cores e setas que indicariam sentido e características dessas relações. Inicialmente, isso conferiu certa organização nas relações da rede de forma a diferenciar estas em virtude dos agentes envolvidos. Todavia, à medida que aprofundamos o estudo e procuramos variar as análises cruzando agentes sociais em diferentes situações do processo de instalação da hidrelétrica, percebemos que essas clivagens aos poucos foram se exaurindo, e, no limite, passaram a complicar as análises.

Desta forma, as relações entre os agentes estão representadas graficamente por linhas que não explicam a natureza dessas relações por si, devendo ser tomadas apenas como indicativo a ser complementado pela narrativa em cada seção de acordo com a situação analisada (rede parcial). Depois, procurando enfatizar a expansividade da rede, as linhas pontilhadas representam as relações dos agentes para além do processo de instalação, o que significa também a retroalimentação da rede social.

Independente da natureza primordial de cada linha que representa a relação entre os agentes sociais da rede esclarecemos que estas não são tomadas como unilaterais, tampouco podem ser consideradas exclusivamente de aliança ou rivalidade, mas sim, como já foi mencionado, “ações entre ações possíveis”.

Observando a rede social proposta, percebemos que esta conecta agentes num amplo espaço geográfico, tendo o local da instalação da UHE Foz do Chapecó, a comunidade do Saltinho do Uruguai, no município catarinense de Águas de Chapecó, como o ponto de referência para as relações envolvendo agentes sociais locais como os próprios atingidos ou o empreendedor, que se ligam através da expansividade inerente à rede com agentes de performance nacional ou global como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Via Campesina. Disto, é pertinente o esclarecimento prévio de como será tratado o espaço, o tempo e os agentes na perspectiva deste trabalho.

Milton Santos (2004, p. 63) trata o espaço como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Este “hibridismo” assinalado pelo autor e que caracteriza o espaço, baseia-se em três pontos que precisam ser mais bem apresentados, os “objetos”, as “ações” e o “tempo”.

Os “objetos” compreendem “tudo o que existe na superfície da Terra, toda a herança da história natural e todo o resultado da ação humana que se objetivou” (SANTOS, 2004, p. 72-73). Então, para o que propomos neste trabalho, os objetos serão considerados amplamente, compreendendo os naturais (terra, água, ar, fogo, flora, fauna, inclusive o homem ou agente social) e os artificiais (ferramentas, obras em geral como estradas, prédios, principalmente a

própria hidrelétrica) enquanto um sistema, que funciona relacionalmente, tanto que a própria hidrelétrica compõe a rede social vislumbrada para o estudo do caso.¹⁴

Sobre a “ação”, a partir de idéias de diferentes autores, Milton Santos (2004, p. 78) orienta que esta precisa ser entendida como algo processual, no sentido de buscar um propósito. As ações se dão em determinadas situações que as condicionam ou motivam, de forma que serão orientadas a partir desta situação e deste propósito. Ao praticar uma ação, não se está alterando apenas o objeto da ação, mas o meio como um todo, isto inclui o próprio agente. Tomando as ações também como sistemas, onde todas estão de alguma forma relacionadas, estas são analisadas a partir da sua pertinência na instalação da hidrelétrica, identificando o agente e os efeitos destas ações na totalidade da rede.

No que diz respeito ao “tempo”, é interessante a proposta de abordagem a partir de duas perspectivas: “das sucessões” e “das coexistências”. A primeira se refere à sucessão dos fenômenos remetendo à noção de processo social apresentada anteriormente. Esta perspectiva perpassa todo o trabalho, tanto na observância constante do processo social amplo – apresentado de forma panorâmica nesta primeira parte do trabalho –, como quando em referência ao processo social restrito à instalação da hidrelétrica em questão, o que orienta a segunda parte do trabalho. Mesmo se analisando a instalação de uma hidrelétrica num espaço e tempo determinados (2000-2010), serão imprescindíveis eventuais recuos no aspecto temporal para entendermos as trajetórias dos objetos e ações para o entendimento do contexto atual. Já a segunda perspectiva, refere-se à coexistência de “temporalidades” – no sentido da percepção e organização do tempo – distintas entre os diferentes agentes sociais no caso em questão, sendo que estes coexistem sob uma mesma região e tempo abrangente (SANTOS, 2008, p. 153-154). Esta coexistência de temporalidades será analisada através das relações de poder no sentido da influência que o tempo pode exercer sobre as relações sociais para a instalação da hidrelétrica.¹⁵

Referindo-se a uma rede social envolvendo agentes a partir da instalação da hidrelétrica, e considerando sua mobilidade, tanto no sentido da ação em rede quanto no espaço físico, são importantes algumas considerações acerca do entendimento do espaço do ponto de vista das

¹⁴ Do ponto de vista pretendido neste trabalho, evitamos a discussão filosófica do que poderia ser considerado – ou não – como um objeto. Por exemplo, se o homem é considerado um objeto, isto poderá representar um complicativo quando se pretender explicar a ação deste sobre o meio, já que o próprio seria considerado um objeto. Ou ainda, a discussão entre o que seria um objeto natural ou artificial, como no caso de um rio, que é natural, mas que ao ser represado, como ocorre nas hidrelétricas, já poderia ser tomado como artificial, já que é decorrente do trabalho humano. Logo, este trabalho passa ao lado dessas discussões.

¹⁵ Retomaremos a discussão sobre o espaço-tempo na seção 5.2.

redes, enfatizado neste trabalho. Nesta perspectiva, Milton Santos (2004, p. 270) sugere que podem ser admitidos três níveis de espaço que se confirmam e se contradizem mutuamente. De maneira genérica, o autor apresenta o “nível mundial” ou “global”, que se refere ao planeta, o nível “dos territórios dos Estados”, que se refere aos países – sem entrar aqui na questão das fronteiras diante da globalização –, e o nível “local”, onde os outros dois níveis tendem a ocorrer de forma condizente com cada especificidade.

Procurando adequar as idéias de Milton Santos neste trabalho, apresentamos os níveis espaciais considerando a rede social exposta anteriormente, a partir do que se justificam tais níveis. Disto, recorreremos à noção de “escala”, que precisa ser considerada em sentido duplo: primeiro, quanto à “origem”, para nos referirmos à demanda de determinada ação, ou seja, em que parte do espaço se organizou esta ação; segundo, para nos referirmos à “ocorrência”, ou seja, em que parte do espaço esta ação – originada no próprio espaço, em outro, ou ainda, numa pluralidade de lugares, próximos ou distantes – vai ser empreendida, sendo que este local precisa considerar além do fator espacial, referente à área de ocorrência, o fator temporal, referente à variação dos efeitos ao longo do tempo (SANTOS, 2004, p. 152).

A partir desta noção de escala, propomos a organização do espaço em quatro níveis, o *global*, o *nacional*, o *regional* e o *local*, que serão tomados na seguinte perspectiva neste trabalho: Quando falamos em nível *global*, não pretendemos colocações a esmo, ao contrário, queremos dizer que decisões importantes em diferentes áreas, e que vão influenciar sociedades locais, são tomadas por grandes corporações internacionais que agem de forma desterritorializada. No caso em questão, a presença de agentes como o Banco Mundial é o exemplo disto, pois através de seus relatórios e proposições, baseados em diferentes casos espalhados pelo globo, influenciam as ações locais referentes às hidrelétricas¹⁶.

Quando falamos em nível *nacional*, estamos considerando também o nível anterior, só que agora, adequado às normas deste território que precisa ser compreendido em sua especificidade política, jurídica, econômica, ambiental, social e cultural. Embora se discuta a consistência dessas especificidades ante a globalização, no caso das hidrelétricas, e em se tratando de Brasil, a especificidade ambiental, a ação do Estado principalmente na esfera federal, além da legislação em vigor, são aspectos preponderantes.

¹⁶ O mapa da Figura 19 ajuda na compreensão deste aspecto do trabalho.

Dada a extensão territorial e heterogeneidade cultural do Brasil, entendemos necessária a noção de *região* como outro nível espacial a ser considerado. Conforme destacado no mapa da hidrografia brasileira (Figura 3), o país possui regiões hidrográficas que além do aspecto ambiental, sobretudo o fluvial, distinguem-se política, econômica e culturalmente, conferindo a esses espaços, particularidades que são importantes para o tratamento da questão hidrelétrica, pois, seria difícil entender o tema na bacia do rio Uruguai, tomando como base as características amazônicas, por exemplo, se considerarmos as particularidades mencionadas anteriormente.

O quarto nível, o *local*, se refere especificamente ao ponto do espaço onde ocorre a instalação da UHE Foz do Chapecó. Embora admitamos que a distinção entre *região* e *local* possa ser menos relevante, ou mesmo um complicador a partir do momento em que nos propomos a tratar os quatro níveis de forma relacional, tal opção é justificável neste trabalho. Se tomarmos a bacia do rio Uruguai como região, temos, ainda, uma variação de condições que tornam o *Alto Uruguai*, distinto do *Baixo Uruguai*, por exemplo, o que, mesmo restrito a uma mesma bacia hidrográfica, precisa ser distinguido para que não tratemos de problemas específicos de determinado local, com base em generalizações regionais, que nem sempre correspondem à totalidade desta região, muito menos às diferentes realidades locais (CHRISTOFOLETTI, 1979).

Esses quatro níveis espaciais precisam ser entendidos com o devido cuidado em relação às eventuais hierarquizações entre eles. Em oposição a isto, procuramos idealizar a relação entre os diferentes níveis a partir da idéia de um circuito entre o global e o local, passando pelo nacional e o regional, onde cada um pode se manifestar nos subsequentes, influenciando e sendo influenciado a partir dessas relações. Em outras palavras, um fator global pode se manifestar em determinado país, região ou localidade de acordo com as especificidades destes, alterando as suas configurações, que, em contrapartida, alteram o mesmo global a partir da inserção dessas novas realidades.

Apresentados os agentes sociais que compõem a rede de poder envolvendo a instalação da UHE Foz do Chapecó, bem como a perspectiva espacial e temporal em que serão considerados, na próxima seção dos voltaremos para um agente social em especial que precisa ser mais bem apresentado de maneira a esclarecer de que forma figura neste trabalho, a dizer, os *atingidos por barragem*.

1.3 O agente social em evidência

Considerando que o *campo social* seja o ângulo de análise privilegiado, acreditamos que os “atingidos por barragem” representem um ponto crucial neste trabalho. Disto, nesta seção discutiremos a condição de atingido por barragem e as suas características de *transitoriedade* e *construção*, fundamentais para a discussão das negociações na sequência do trabalho.

Ao longo do processo social referente à hidreletricidade, que no Brasil ultrapassa um século, a discussão sobre o conceito de “atingido”, mostra uma evolução – mesmo que tímida –, no sentido da sua ampliação. Nas primeiras hidrelétricas instaladas, apenas os proprietários das terras a serem inundadas eram considerados atingidos por aquelas obras, privilegiando a noção de que os atingidos seriam apenas os “proprietários-inundados”. Posteriormente, o conceito foi ampliado, abrangendo também os não-proprietários (posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros), e, na mesma linha, gradativamente passou-se a conceder benefícios aos considerados “atingidos indiretos”, isto é, aqueles que não necessariamente estariam nas áreas a serem inundadas, mas que de alguma forma seriam prejudicados pela barragem.

Considerando o atual contexto da instalação de hidrelétricas, acreditamos que a ideia de *condição* corresponda à complexidade do tema permitindo a possibilidade de pensarmos os “atingidos” como uma categoria de dupla dimensão, considerando segundo uma identidade política, mas também segundo seus interesses econômicos na negociação, aspectos que não são excludentes. Neste sentido, três aspectos são importantes para a discussão acerca da condição de atingido: Primeiro, é preciso vislumbrar, em linhas gerais, o que entendemos pelo termo e qual sua relação com a ideia de identidade, recorrente nas discussões que abordam disputas entre agentes sociais. Segundo, é preciso perceber o termo como uma construção social que se dá a partir de relações de poder ao longo de um processo social amplo, que sofre alterações em cada caso específico, ou seja, em cada nova hidrelétrica. Terceiro, aceitando que a condição de atingido possa seguir linhas gerais, e que estas compõem cada caso distinto de forma a construir uma condição específica para aquele caso, a transitoriedade que o termo sugere precisa ser discutida procurando entender de que forma a condição de atingido é preponderante à medida que o processo de instalação da hidrelétrica anace em momentos distintos, que aqui serão assinalados pela Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), sendo que em cada um deles as relações sociais assumem naturezas distintas. Embora a discussão esteja

centrada no caso da UHE Foz do Chapecó, na bacia do rio Uruguai, ocasionalmente, estabelecemos relações com realidades distintas de forma a assinalar as semelhanças, diferenças, e possibilidades de reflexão sobre a condição de atingido a partir dos diferentes casos de instalação de hidrelétricas.

Por “condição social”, compreendemos um “conjunto de circunstâncias e dos acontecimentos que fazem com que uma pessoa ou um grupo ocupem determinada situação ou determinada posição na sociedade” (BIROU, 1973, p. 77). Procurando adequar o conceito genérico à especificidade deste trabalho, estas “circunstâncias e acontecimentos”, serão aqui tratados como *variáveis* que nos possibilitam vislumbrar o que entendemos como *atingido por barragem*. Essas variáveis precisam ser percebidas em seu sentido mais restrito, ou seja, que nunca podem ser tomadas como algo estático, pré-definido. Elias e Scotson (2000, p. 53), ao estudarem um bairro de trabalhadores ingleses, esclarecem que as impressões colhidas na sua pesquisa “não podiam ser explicadas por meio de métodos voltados para a medição de ‘fatores’ ou ‘variáveis’, como se cada um deles existisse e pudesse variar por si, independente da configuração social completa”. Transpondo esta consideração dos autores para o caso das hidrelétricas, podemos dizer que as variáveis – mesmo aquelas mais gerais – precisam ser consideradas em cada barragem de forma particular.

Considerando que as hidrelétricas alteram significativamente a configuração social do local onde são instaladas (RIBEIRO, 1991, p. 109), para a compreensão do termo *atingido* num determinado caso, é preciso empreender um exercício de relação entre as diferentes variáveis identificadas no referido caso. Então, seguindo novamente as orientações de Bourdieu (2009, p. 29-32), apresentaremos um quadro de variáveis que serão relacionadas com indivíduos e grupos, de forma que possamos visualizar algumas das possibilidades da condição de atingido por barragem. O referido quadro (Figura 2) foi elaborado tendo em vista a condição de atingido no aspecto coletivo (aldeias indígenas, comunidades quilombolas, vilas, cidades) e no aspecto individual, por entendermos que mesmo dentro de um grupo, pode acontecer que as variáveis condicionem as pessoas de formas distintas, tanto que optamos por apresentar algumas das variáveis identificadas em diferentes casos a fim de reforçar a complexidade do conceito. Embora a maioria das variáveis e seus desdobramentos sejam auto-explicativos, apresentamos um breve comentário para contextualizarmos minimamente cada item.

Figura 2 – Quadro das variáveis da Condição de Atingido por Barragem

Figura 2 – Quadro das variáveis da Condição de Atingido por Barragem

VARIÁVEIS COLETIVAS		
VARIÁVEIS	DESDOBRAMENTOS	COMENTÁRIOS
ÉTNICA	INDÍGENA	Segundo esta variável, a discussão dar-se-á de forma individualizada por unidade familiar no caso de colonos e caboclos, ou de forma conjunta, no caso de indígenas e quilombolas
	QUILOMBOLA	
	COLONO	
	CABOCLO	
ZONEAMENTO	URBANO	O urbano tende a ser tratado de forma conjunta (cidade), enquanto o rural, tende a ser tratado de forma individualizada (propriedades)
	RURAL	
COMUNIDADE	EM COLAPSO	Comunidade em colapso é aquela localizada na área de instalação da hidrelétrica, ocorrendo sua desestruturação, enquanto a comunidade anfitriã é aquela que recebe os remanejados da primeira
	ANFITRIÃ	
ÁREA DE IMPACTO	DO RESERVATÓRIO	Esta variável considera a localização do atingido em relação à hidrelétrica, variando se o grupo atingido estiver na área desapropriada pela Utilidade Pública, se tiver seu fluxo de relações comprometido pela hidrelétrica, ou ainda, mesmo que distante fisicamente da usina, seja atingido devido a alterações no ecossistema em decorrência da hidrelétrica
	DE FLUXOS E RELAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E CULTURAIS	
	ECOSSISTEMAS	
VARIÁVEIS INDIVIDUAIS		
VARIÁVEIS	DESDOBRAMENTOS	COMENTÁRIOS
HÍDRICA A PARTIR DO RESERVATÓRIO	INUNDADO	Esta variável também é conhecida como atingido “direto” ou “indireto”, considerando a área do reservatório
	NÃO-INUNDADO	
HÍDRICA A PARTIR DA BARRAGEM	MONTANTE	À montante, pode-se ser inundado, ou ter o acesso inviabilizado pela inundação, enquanto à jusante, pode-se ser atingido em decorrência da alteração da vazão normal do rio
	JUSANTE	
PATRIMONIAL	PROPRIETÁRIO	Distingue os que têm título de propriedade na região atingida, daqueles que não têm título de propriedade, mas que obtêm seu sustento do lugar desde antes da instalação da hidrelétrica
	NÃO-PROPRIETÁRIO	
DESLOCAMENTO	FÍSICO	O físico é aquele que necessita ser remanejado em decorrência da hidrelétrica, enquanto o econômico não necessariamente precisa ser remanejado, mas tem sua atividade inviabilizada pela mesma
	ECONÔMICO	
ETÁRIA	JOVEM	Interfere na disposição para a mobilidade física (remanejamento) e mobilização social, além de ser preponderante nos casos de cálculo da Força de Trabalho (FT), que apontam valores de indenização
	ADULTO	
	IDOSO	
ESTADO CIVIL	CASADO	Distingue aquele atingido que vai compor FT na Unidade Familiar dos pais, daquele que, mesmo integrando uma Unidade Familiar, por ser casado, e comprovando a devida autonomia econômica em relação à referida unidade, passa a concorrer a uma propriedade além daquela dos pais quando do remanejamento
	SOLTEIRO	
TEMPORAL	ANTES DA INSTALAÇÃO	Respectivamente, discute-se a instalação ou não do empreendimento; o valor e modalidade das indenizações e remanejamento; e a manutenção dos
	DURANTE A INSTALAÇÃO	

	DEPOIS DA INSTALAÇÃO	atingidos já nas áreas de destino, além dos impactos sobre as comunidades anfitriãs

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das ideias de Vainer (2008).

No âmbito coletivo, a *variável étnica*, para além da diferença cultural, pesa no caso das hidrelétricas pelo fato de que em se tratando de terras indígenas ou quilombolas, a discussão ou a indenização tende a ser tratada em relação ao grupo. No caso da UHE Foz do Chapecó, em que a Aldeia Condá (Kaingang) foi envolvida, as discussões se desenvolveram no âmbito da aldeia, enquanto os colonos e caboclos da mesma região, proprietários de terras ou não, foram indenizados de forma individualizada (por unidade familiar).

Sobre a *variável do zoneamento rural ou urbano*, o caso da UHE Itá é exemplar, pois enquanto os atingidos rurais foram tratados individualmente, o núcleo urbano foi relocado de forma conjunta, embora possa ocorrer da relocação de comunidades rurais também de forma conjunta.

A *variável comunidade* no caso da UHE Foz do Chapecó, pode ser representada pela comunidade Saltinho do Uruguai, no município de Águas de Chapecó (SC), em colapso pela instalação do canteiro de obras, ao passo que o município de Manguoeirinha (PR), corresponde à comunidade *anfitriã* do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) oriundo da referida hidrelétrica.

Quanto à *área de impacto*, a mesma comunidade em colapso serve como exemplo de área inundada pelo *reservatório*, enquanto o distrito de Pratas, no município de São Carlos (SC), à jusante da barragem e calcado na atividade turística, tem seu *fluxo econômico* afetado pela alteração no fluxo do rio. Já em relação ao *ecossistema*, o aumento da *serração*¹⁷ tem sido a principal queixa das comunidades próximas aos reservatórios, servindo como exemplo o caso da vizinha UHE Monjolinho, no rio Passo Fundo, onde, segundo relatos, isto prejudicaria as atividades agrícolas.

No âmbito individual, que aqui entendemos por unidade familiar, ou, no limite, um indivíduo atingido, tomamos as variáveis *hídrica a partir do reservatório* e *patrimonial*, como básicas e resultado de conquistas dos movimentos sociais ao longo do processo social.

As variáveis, *hídrica a partir da barragem* e de *deslocamento*, podem ser entendidas como sobreposições das variáveis coletivas explicadas anteriormente, exceto pelo fato de que, no

¹⁷ Termo utilizado na região para se referir ao nevoeiro denso que cobre o vale do rio Uruguai principalmente no inverno e dias nublados, sobretudo na parte da manhã.

sentido individual, estas podem condicionar apenas parte dos indivíduos de uma coletividade, daí, o tratamento precisa ser individualizado.

A *variável etária* tem se mostrado importante no sentido da pré-disposição para a migração e mobilização social, diferente entre jovens, adultos e idosos, além do fato de que, considerando os cálculos de Força de Trabalho (FT), parâmetro acordado para o cálculo dos valores de indenizações, o peso da FT de cada pessoa varia de acordo com a idade.

Quanto à variável sobre o *estado civil*, é preciso considerar que em cada unidade familiar, o fato dos pais acolherem os filhos casados também reflete no cálculo dos valores das indenizações, o que em muitos casos é interpretado pelos atingidos como uma forma de reprodução do capital da família.

Sobre a *variável temporal*, é preciso ter em vista que a condição de atingido assume diferentes formas à medida que as negociações e as obras das barragens avançam, sendo que cada atingido poderá ter sua condição mais evidente em determinado momento do processo, seja pela notícia da construção, instalação do canteiro de obras, relocação em outra região e assim por diante.

Conforme falamos anteriormente, a condição de atingido não pode ser pré-estabelecida, ela depende de um cruzamento de variáveis que vai apontar para a realidade em cada caso. A seguir, apresentaremos como se dá esta relação no sentido da construção de uma condição de atingido legítima, do ponto de vista moral, mas também legal, do ponto de vista técnico e jurídico.

A construção da condição de atingido por barragem

As variáveis apresentadas anteriormente tendem a compor a condição de atingido por barragem em cada caso. Não é demais reforçar que as variáveis relacionadas em determinado caso podem ser herdadas de casos anteriores ou representarem novidades do caso em questão que poderão compor casos futuros. Mas essas variáveis não surgem naturalmente quando da instalação de um novo projeto hidrelétrico. É preciso ter em vista que a condição de atingido por barragem é uma *construção* que se dá a partir das relações de poder entre os diferentes agentes sociais envolvidos em cada caso.

Tomando por parâmetro que as relações de poder na instalação de uma hidrelétrica se dão basicamente entre dois projetos políticos distintos, que como dito anteriormente podem ser compreendidos em linhas gerais como o “neoliberal”, que propõe a obra, e o “democrático-participativo”, que questiona aspectos da mesma obra, podemos dizer que as variáveis elencadas para cada caso costumam compor o quadro de forma consensual ou litigiosa.

No caso da UHE Foz do Chapecó, foi constituído um Fórum Representativo de Negociação (FRN) prevendo a participação da Foz do Chapecó Energia (FCE), consórcio responsável pela obra, dos Comitês Municipais de Negociação (CMN) de cada um dos doze municípios considerados atingidos, de associações constituídas para representação dos atingidos, como a Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (AMISTA), além do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que em determinado momento se recusou a compor o Fórum por não concordar com sua forma e conteúdo. Independente da visão que se tenha desta instância, o certo é que as disputas e decisões derivadas dela tiveram seus rumos definidos a partir de relações de poder entre os envolvidos, segundo suas capacidades de argumentação, barganha e até de pressão sobre os outros membros envolvidos. Deste Fórum originou-se um “Termo de Acordo (TA)”¹⁸ entre os participantes, onde foram estabelecidas as diretrizes gerais para as negociações entre a Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE) e os atingidos. Através deste documento ficou acordado quem seria considerado um “atingido” pela UHE Foz do Chapecó, logo, com direito à indenização segundo os termos do mesmo. Este Acordo procurou traduzir um “consenso” sobre as variáveis apresentadas por ambas as partes que acabaram compondo um quadro geral que vislumbriaria a condição de atingido neste caso.

¹⁸ O Termo de Acordo (TA) é um dispositivo jurídico firmado entre as partes interessadas onde ambas firmam um compromisso nos termos do Código Civil Brasileiro. No caso da UHE Foz do Chapecó, o “*Termo de Acordo: Política, diretriz e critérios para remanejamento da população atingida pela implantação do Aproveitamento Hidrelétrico de Foz do Chapecó*” foi firmado em 24 de novembro de 2004 entre o empreendedor, a Foz do Chapecó Energia S.A., e representantes da população atingida. Em outros momentos do processo de instalação da hidrelétrica, como na questão indígena (Seção 4.1.), foi estabelecido um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Este tem previsão a partir da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que “Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências”. Por meio deste, o Ministério Público cobra do causador ou suposto causador de algum dano a interesses difusos (meio ambiente, patrimônio histórico) o compromisso de adequar sua conduta às exigências da lei, mediante sanções. Embora os dois Termos tenham naturezas semelhantes, o primeiro é firmado por iniciativa das partes interessadas, ao passo que o último é iniciativa do Ministério Público. Logo, quando mencionarmos o “Termo de Acordo”, estamos nos referindo ao documento firmado entre o empreendedor e representantes dos atingidos, ao passo que quando mencionarmos “Termo de Ajustamento de Conduta”, estamos nos referindo ao documento elaborado pelo Ministério Público.

O “consenso” neste caso, como na maioria das instalações de hidrelétricas, foi mostrando suas limitações à medida que as obras avançavam. Fora do consenso, para além da pressão social de ambas as partes, podemos dizer que o Direito é o campo onde se dá a definição da condição de atingido por barragem. Ao optar pela discussão pelo viés jurídico, as partes são submetidas às regras formais e se dispõem a traduzir suas aspirações do mundo social em termos técnicos inerentes a este campo, tanto que muito do resultado da disputa vai depender da habilidade técnica dos profissionais representantes de cada uma das partes envolvidas no processo judicial. Tomando como parâmetro a discussão de uma variável da condição de atingido, partindo do princípio de que esta tenha fundamento lógico, para ter efeito, esta dependerá da homologação do Direito, independentemente se foi consensual ou litigiosa a sua idealização. Considerando uma variável que tenha sido homologada em determinado caso, esta, se condizente em outros casos, poderá servir de parâmetro para decisões futuras, o que, feito de forma contínua, acaba se tornando uma “codificação” (BOURDIEU, 2009), ou seja, um padrão para este tipo de discussão, como por exemplo, as indenizações aos não-proprietários, que nas primeiras obras eram excluídos do processo indenizatório, ao passo que, atualmente, devido a um direito adquirido durante a instalação de uma hidrelétrica (UHE Itá), tornou-se parâmetro para as seguintes.

Então, deixemos claro que a condição de atingido não é conferida automaticamente às pessoas que habitam o local da instalação de uma hidrelétrica. Ao contrário, esta condição vai sendo construída ao longo de um processo social amplo que envolve todas as hidrelétricas instaladas e que tendem a se reconfigurar em cada novo projeto. Esta construção incide sobre cada variável de forma individualizada ou conjunta, tendo em vista que cada atingido tem sua condição fundada em uma variável específica ou na sobreposição delas. Consensual ou litigiosa, a condição de atingido por barragem é o resultado de relações sociais que discutem variáveis legítimas que precisam ser também legais do ponto de vista jurídico.

O que apresentamos até aqui sobre a construção da condição de atingido refere-se ao aspecto de reivindicação de direitos indenizatórios decorrentes da instalação da hidrelétrica. Outro aspecto desta construção precisa ser mencionado, que é aquele onde a condição de atingido se aproxima da idéia de identidade social. Esta dimensão da condição de atingido não está necessariamente relacionada com as variáveis propostas na seção anterior. O que acontece nesta dimensão é que os projetos políticos em disputa na instalação da hidrelétrica, vão se relacionar com os atingidos pela hidrelétrica em questão através da ação dos mediadores, de forma a tentar

influenciar as decisões dos primeiros em favor do projeto representado pelos últimos, de forma que ao empreendedor interessa um perfil de *negociante* para os atingidos enquanto ao MAB interessa um perfil *militante* para os mesmos¹⁹.

Na linha do que apresentou Guedes (2006), podemos dizer que o MAB, a partir de ações pedagógicas, discursivas e ideológicas, atua no sentido da formação de quadros de militância que podem ser compostos por aqueles que estão na condição de atingido, mas também por outros que não estão nesta condição de acordo com as variáveis aqui apresentadas, mas que se identificam com a causa e militam em favor do movimento social. Neste ponto, podemos apontar a diferença entre *condição* e *identidade* de atingido por barragem, sendo que, enquanto a primeira refere-se ao “conjunto das populações cujas condições de vida são negativamente afetadas pela construção da barragem”, a segunda abrange “aquele que é formado pela atuação do MAB, com o objetivo de sua constituição enquanto *quadro* ou *militante*” (GUEDES, 2006, p. 104).

Em suma, é preciso entender que a *condição de atingido* é uma construção a partir de relações de poder entre os diferentes agentes sociais no sentido de homologar juridicamente – de forma amigável ou litigiosa – as variáveis que concedem às populações seus direitos decorrentes da instalação da hidrelétrica. Já a *identidade de atingido*, também precisa ser construída, porém, não segue o mesmo caminho, e tem um sentido que pode ir além da reivindicação de direitos por parte das comunidades, se manifestando na militância política contra o empreendimento tendo em vista a relação conflitiva entre projetos políticos distintos. Esses dois aspectos relacionados podem ajudar no entendimento sobre a heterogeneidade nas posições dos atingidos quando do processo de instalação de uma hidrelétrica.

A transitoriedade da condição de “atingido por barragem”

A *transitoriedade* da condição de atingido assinala que esta pode mudar de acordo com o andamento do processo de instalação de uma hidrelétrica. Isto não significa dizer que alguém passa a ser atingido a partir dos primeiros movimentos de instalação da obra e deixa de ser quando esta é concluída, automaticamente. É preciso ter em vista que diante da complexidade de

¹⁹ Esse dois aspectos da “condição de atingido”, o “militante” e o “negociante”, não são excludentes. Ao contrário, elas corroboram a ideia de construção e transitoriedade da categoria de forma que os negociantes também possam militar e vice-versa. Estes aspectos merecem serem relativizados tendo em vista a alternância dos atingidos nesses aspectos em decorrência da situação do processo.

variáveis que podem compor a condição de atingido, não é possível homogeneizar nem tampouco estabelecer o começo e o fim desta condição, mas sim sua transitoriedade. Embora a segunda parte deste trabalho esteja organizada a partir desta perspectiva, é importante apresentarmos as linhas gerais que explicam esta transitoriedade de acordo com os três estágios distintos do licenciamento da obra, a Licença Prévia, de Instalação e de Operação.

O licenciamento prévio é marcado pela discussão acerca das vantagens e desvantagens da obra para a região, o que acontece principalmente através da ação de mediadores no sentido de promover a identificação dos atingidos com seus respectivos projetos políticos²⁰.

Entendemos que a configuração das unidades de mobilização, em determinado caso, depende muito da ação dos “intermediários” que estabelecem relações entre os projetos amplos e os interesses locais (WOLF, 2003). No caso das hidrelétricas, podemos perceber a configuração das “unidades de mobilização” (ALMEIDA, 1994) de acordo com a ação dos mediadores, seja alinhado ao projeto neoliberal ou democrático-participativo, o que não significa dizer que os atingidos estejam à mercê da influência dos mediadores, mas que, de acordo com a sua condição, relacionada com a ação destes, poderão compor diferentes grupos sociais buscando defender seu ponto de vista, e, conseqüentemente, fortalecendo o projeto político a que se relacionam.

No caso da UHE Foz do Chapecó, no período do licenciamento prévio, a ação do MAB se deu a partir de militantes que já haviam atuado na região em decorrência da possibilidade de instalação das UHEs Iraí e Itapiranga, na década de 1980 – ambas suspensas, em boa parte devido a esta ação do MAB –, e pela formação de lideranças de base no decorrer da discussão sobre a UHE Foz do Chapecó, já nos primeiros anos de 2000. Percebemos, na composição desta unidade de mobilização, atingidos em diferentes condições (proprietários e não-proprietários, a montante e a jusante) que se manifestavam pautados no sistemático questionamento acerca das supostas vantagens da obra para a região, propondo, no limite, a sua suspensão.

Do outro lado, sob a intermediação principalmente dos governos municipais e da AMISTA, a obra foi defendida com base no desenvolvimento econômico que poderia proporcionar à região. Esta unidade de mobilização também reuniu atingidos em diferentes condições – nas mesmas daqueles representados pelo MAB –, mas, sobretudo, da população urbana ou mais afastada do local do canteiro de obras. Esta unidade de mobilização consistiu principalmente nos Comitês Municipais que através do Fórum Representativo de Negociação

²⁰ Este período será aprofundado no capítulo 3.

(FRN) discutiam com os empreendedores a instalação da obra conforme prevê a legislação em vigor.

Outro caso digno de registro diz respeito aos indígenas na UHE Foz do Chapecó. Considerando casos como da UHE Belo Monte (Pará), ou mesmo da UHE Monjolinho (vizinha da UHE Foz do Chapecó no RS), percebemos a contrariedade dos indígenas a essas obras e uma tendência à aliança com o MAB. No caso da UHE Foz do Chapecó, os indígenas da Aldeia Condá foram envolvidos na questão através de um anexo ao edital de construção da hidrelétrica que, em linhas gerais, condicionava ao vencedor do leilão a compra de uma área de terra a ser destinada para a criação de uma Reserva Indígena. Disto, a condição de atingido da Aldeia passou a estar diretamente ligada à concretização do projeto, logo, os indígenas se posicionaram em relação a sua condição, o que acabou alterando significativamente as relações de poder naquele caso.²¹

Então, podemos perceber que o período do licenciamento prévio marca a discussão da condição de atingido principalmente em âmbito coletivo, de forma a discutir os prós e contras da instalação da obra na região. Este é o momento onde é mais forte a ação dos projetos antagônicos no sentido da busca de identificação entre os atingidos e os seus programas.

O *licenciamento de instalação* autoriza o início dos trabalhos de engenharia civil no canteiro de obras. As discussões que até então estavam voltadas para o aspecto geral do projeto e variáveis coletivas da condição de atingido, vão gradativamente sendo permeadas por discussões mais pontuais, e as variáveis individuais vão ganhando destaque à medida que a obra se insere de fato na região em questão. Podemos dizer que este é o período de maior efervescência da discussão sobre a condição de atingido por barragem, por ser o momento em que se definem os destinos dos atingidos tendo em vista a concretização ou não da obra.

Sem ignorar a influência que os mediadores dos projetos políticos podem exercer sobre as decisões de cada atingido, nem tomando o mesmo atingido como um ser apolítico, acreditamos que seja nesta fase da instalação da hidrelétrica que as diferentes condições entre os atingidos de acordo com as variáveis que as orientam, vão contribuir significativamente para que cada um assuma uma postura – militante ou negociante – condizente com sua condição, tendo em vista a ação dos projetos políticos distintos, sendo que cada atingido, ao alinhar-se a um dos diferentes

²¹ A questão indígena será retomada na seção 4.1.

grupos, acaba contribuindo para o fortalecimento deste nas relações de poder envolvendo a questão hidrelétrica.

Podemos dizer que as conquistas obtidas pelo MAB em casos como a UHE Itá se deram, em grande parte, pela quantidade de atingidos que o movimento representava naquela situação, o que garantia, de certa forma, seu poder de pressão e barganha. Logo, concluímos que as variáveis que podem conferir diferentes condições de atingido num determinado caso, associadas à multiplicidade de mediadores e alternativas de negociação, aumentam a complexidade da discussão acerca da instalação das hidrelétricas, o que precisa ser tratado pelo estudo de caso.

O *licenciamento de operação* encaminha o processo de instalação de uma hidrelétrica para o seu final. A condição de atingido por barragem não é necessariamente superada com o início da operação da usina e a indenização ou remanejamento da população. No aspecto coletivo, as variáveis de *comunidade* e *área de impacto* estarão em evidência, enquanto no aspecto individual, a condição pode mudar de acordo com variáveis decorrentes das duas fases anteriores, quando se diferencia o atingido *negociante* do *militante* e de acordo com a opção de indenização e remanejamento feita por eles.

No aspecto coletivo, a variável a partir da *área de impacto* vai apontar a condição de atingido de acordo com a interferência da reconfiguração territorial e social na área.²² Sobre os desdobramentos da variável *comunidade*, o caso da UHE Foz do Chapecó é exemplar. O município paranaense de Mangueirinha tem recebido reassentamentos não apenas desta hidrelétrica, mas também das UHEs Salto Segredo e Itá. Disto, é preciso verificar qual a situação das famílias reassentadas em relação à estrutura deste município, pois, neste sentido, tanto as famílias reassentadas quanto a população local podem ser consideradas atingidas, já que o aumento significativo da população sem a devida adequação dos serviços do referido município pode refletir na qualidade destes (como, por exemplo, educação, segurança, saúde e transporte públicos).²³

²² No caso da UHE Dona Francisca, no rio Jacuí, um taxista do município gaúcho de Arroio do Tigre teve sua condição de atingido reconhecida judicialmente (em primeira instância) em decorrência da instalação da hidrelétrica que teria comprometido sua atividade devido ao remanejamento de sua clientela. Ainda no Rio Grande do Sul, viticultores da Cooperativa Vinícola Aurora Ltda. discutiam sua condição em relação ao Complexo Energético do Rio das Antas, formado pelas UHEs Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, questionando os efeitos da alteração climática sobre a qualidade dos vinhedos.

²³ Recentemente foram noticiadas manifestações de lideranças de reassentamentos, tanto no município de Mangueirinha como no município vizinho de Palmas, em decorrência de problemas desta natureza.

Do ponto de vista das relações de poder e considerando a processualidade da questão hidrelétrica, podemos dizer que o Reassentamento Rural Coletivo (RRC), por reunir um número maior de atingidos, represente maior possibilidade de pressão sobre as prefeituras anfitriãs e o próprio empreendedor, no sentido de melhorias de vida para os reassentados. Os indenizados por Carta de Crédito ou Indenização em Dinheiro têm na liberdade da escolha da região onde queiram se instalar, um aspecto importante no momento da negociação, mas que pode pôr em xeque eventuais reivindicações sobre a condição deles com o passar do tempo.

Na mesma linha, é importante retomar o que foi dito sobre a construção da condição de atingido *negociante* ou *militante*, a partir da ação dos mediadores e das variáveis a qual estão sujeitos os atingidos. Mesmo com o final da instalação de uma hidrelétrica e a devida relocação dos atingidos, pode ocorrer de parte desses atingidos continuarem apoiando o MAB na luta em outras hidrelétricas, ou, tendo a sua situação resolvida, se afastar desta condição com o passar do tempo. Isto pode ser exemplificado pelo fato de a UHE Foz do Chapecó, ter no principal líder local do MAB um exemplo de atingido em potencial pela UHE Itapiranga, que teve sua instalação interrompida, em boa parte, por ações de militância da qual esta liderança participou, ao passo que atingidos da UHE Foz do Chapecó já compõem o quadro do MAB, e possivelmente militarão em outras hidrelétricas, inclusive na próxima – que seria aquela de Itapiranga –, novamente em discussão na região. Sobre a participação de atingidos por hidrelétricas anteriores na militância contra a instalação da UHE Foz do Chapecó, a mesma liderança citada anteriormente afirma ser quase nula, a não ser naqueles casos em que a ação pedagógica do MAB tornou o atingido *negociante* em *militante*, passando a ser incluído nos quadros deste movimento social.

Ainda sobre a transitoriedade da condição de atingido, chamamos a atenção para dois aspectos importantes relacionados à fase posterior à instalação das hidrelétricas. Primeiro, o fato de que muitos atingidos que reivindicam sua condição no período do licenciamento de operação não o faziam durante a instalação da obra, chegando, muitas vezes, a aprová-la. A atividade de taxista, por exemplo, pode ser contraposta pela sua condição durante a instalação, tanto que uma visita à região do canteiro de obras da UHE Foz do Chapecó fundamentou esta hipótese em decorrência da fila de táxis que observamos no local em virtude das mais de duas mil pessoas envolvidas na obra naquele período, o que nos permite especular quais daqueles taxistas estariam na condição de atingido quando o fluxo de pessoas diminuir na região, como aconteceu no caso

de Arroio do Tigre-RS. Depois, é preciso assinalar que a noção de “desenvolvimento regional” é observada apenas a partir do retorno financeiro ao município como um todo, ao passo que a questão ambiental, além da condição daqueles que foram expropriados, nem sempre são consideradas²⁴.

Diante do que foi exposto nesta seção, compreendemos que a condição de atingido por barragem advém de uma construção a partir de relações entre diferentes agentes sociais, esta relação tem sido marcada por negociações e pressões, mas, de uma forma ou de outra, homologadas judicialmente, de forma que a sua aplicação repetida a cada novo caso pode significar alterações no sentido do processo social amplo.

Embora precise ser tratada segundo um processo social amplo, é em cada nova hidrelétrica, que as variáveis da condição de atingido sofrem desdobramentos específicos do caso em questão. Além desta especificidade, a transitoriedade das variáveis de acordo com os diferentes momentos do processo de instalação de uma hidrelétrica, aqui destacados através dos períodos de licenciamento prévio, de instalação e de operação, confere à condição de atingido uma flexibilidade que pode ter seu início marcado pela notícia da obra na região, porém, não pode ter seu final decretado pelo término das obras nem pelo reassentamento ou indenização dos respectivos atingidos.

Enfim, é importante ter em vista que aspectos como a construção, a processualidade, a transitoriedade e a especificidade, conferem à condição de atingido por barragem uma natureza relacional que se define a partir da situação de cada atingido individual ou coletivamente, que diante da ação de mediadores de diferentes projetos políticos, acaba se posicionando – militando ou negociando – em relação à obra de forma a resolver a sua situação pelo caminho que acredita ser o mais indicado no seu caso, mas que, ao fazer isto, contribui para a configuração dos grupos sociais tendo em vista a relação conflitiva inerente à arena de discussões sobre a hidreletricidade.

* * *

Através das três seções que compõem este capítulo apresentamos as linhas gerais sobre as quais estabelecemos a análise sociológica sobre a questão da instalação de hidrelétricas, sobre o que, faremos uma síntese dos pontos principais.

²⁴ Esta dualidade é discutida no terceiro capítulo.

O caso da instalação da UHE Foz do Chapecó é compreendido dentro de um processo social amplo em que se tratando da hidreletricidade no Brasil, é secular, o que significa dizer que este caso se constitui a partir de casos anteriores podendo servir de parâmetro para casos futuros. Já no que tange à sua especificidade, a análise do caso é desenvolvida a partir de um processo – de instalação – que se orienta pelo percurso das etapas do licenciamento ambiental, a dizer, os períodos de licenciamento prévio, de instalação e de operação. Sem que representem cortes abruptos, estes funcionam como referência tendo em vista a natureza distinta que o processo de instalação assume nesses três momentos.

Sendo o início da análise correspondente ao início da instalação da hidrelétrica, podemos dizer que o advento do projeto – de escala global – em determinado local provoca uma reconfiguração no campo social, sendo que a partir dos grupos ou “quase-grupos” locais anteriores ao empreendimento, ocorre uma reorganização destes ou ainda a formação de novos grupos a partir da ação de mediadores de projetos políticos distintos. Neste caso, podemos falar em dois projetos políticos, o “neoliberal”, encampado pelo empreendedor e seus mediadores, em contraponto ao “democrático-participativo”, representado principalmente pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A organização dos grupos a partir desses dois projetos políticos antagônicos não significa que estes formem dois grandes grupos fechados. Trata-se de tendências a serem seguidas pelos diferentes agentes sociais sendo possível até que um mesmo agente transite entre os dois projetos ao longo do processo de instalação de acordo com situações pontuais e tendo em vista a sua condição naqueles momentos respectivamente. O que é importante nesta dualidade, é a natureza conflitiva que é conferida ao processo, sendo que esta por perpassar toda a discussão, compreende em cada conflito isolado ou no processo como um todo, “unidades de análises” sobre as quais é possível compreendermos as relações sociais.

Tendo em vista que as relações conflitivas remetem a relações de poder, podemos dizer que este é um elemento fundamental da discussão, sendo necessário levar em conta que em se tratando de um contexto democrático, o poder não pode ser imposto explicitamente ou sem que se espere uma reação contrária às manifestações de poder de uns agentes sobre outros. Neste sentido, discutiremos os caminhos, as estratégias discursivas, as alianças e conflitos no que se refere à legalização bem como à legitimação das ações dos agentes de forma a fazer valer o seu ponto de vista nas disputas envolvendo o processo de instalação da hidrelétrica.

As relações sociais marcadas pela complexidade da questão hidrelétrica e a heterogeneidade dos agentes sociais, serão analisadas a partir dos conceitos apresentados até aqui e que serão aprofundados à medida que a discussão avança e se concentra sobre situações específicas. Logo, a análise do caso a partir da rede social apresenta-se como um interessante – eficiente – recurso metodológico, sendo que o objetivo principal neste trabalho é analisarmos a “rede social total”, no sentido macro, procurando explicar como se desenvolve o processo de instalação da obra de forma a chegar a determinado desfecho, que seja a instalação ou não da hidrelétrica. Esta análise conjuntural é possível por meio de análises sobre as “redes parciais” em cada seção dos capítulos subsequentes para que possamos estabelecer a relação entre essas ações específicas que compõem a unidade de análise em seu conjunto.

Finalmente, como forma de encaminhamento para a sequência do trabalho, reforçamos que a rede apresentada, seja ela total ou parcial, precisa ser tomada enquanto um recorte arbitrário feito pela pesquisa de forma a sempre considerar sua expansividade contínua, já que os agentes que estão representados graficamente foram escolhidos a partir de seu envolvimento direto e nível de influência de suas ações no processo, de forma a mapear essas ações que precisam ser complementadas com a discussão em cada seção do trabalho. Dessas linhas gerais no tocante aos agentes sociais da rede, passamos para o aprofundamento e a especificidade do espaço e do tempo considerados neste trabalho.

CAPÍTULO 2: PANORAMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA HIDRELETRICIDADE: O PAÍS, A REGIÃO E O LOCAL

Pois as regiões não terminam bruscamente, que eu saiba,
mas se fundem insensivelmente umas nas outras.
E nunca notei nada desse tipo. Mas por mais longe que tenha ido,
tanto numa direção como na outra, foi sempre o mesmo céu,
e a mesma terra, exatamente, dia após dia, e noite após noite.
Por outro lado, se as regiões se fundem insensivelmente umas nas outras,
o que falta provar, é possível que tenha muitas vezes saído da minha,
acreditando estar nela ainda.
(Samuel Beckett – Molloy)

Neste capítulo apresentamos o espaço no aspecto geográfico, no que se refere ao bioma e à conformação étnica da população, e no aspecto político e econômico, para nos referirmos à organização das instituições estatais e privadas e às atividades por elas desenvolvidas.

Na primeira seção apresentamos um panorama histórico da hidreletricidade no Brasil compreendendo desde a instalação da primeira hidrelétrica em 1883 até o advento da UHE Foz do Chapecó, de forma a ajudar na contextualização do quadro atual de predominância da hidreletricidade na matriz energética brasileira a partir de um processo social. Como referencial para esta seção utilizamos as idéias de Mielnik & Neves (1988) para explicar o arranjo institucional do setor hidrelétrico, isto complementado pelas idéias de Caio Prado Jr. (2004) no sentido de explicar o aspecto econômico, ambos em coerência com aspectos naturais como relevo e fluviosidade do Brasil.

Na segunda seção apresentamos a bacia hidrográfica do rio Uruguai em suas condições naturais, caracterizando a população da região a partir dos movimentos de ocupação do espaço e da conformação étnica atual tendo como referencial principalmente as idéias de Renk (1997), sobre os caboclos, Seyferth (1994), sobre os alemães, Manfroí (2001), sobre os italianos, e Fernandes (2003), sobre os indígenas. Na mesma seção apresentamos a caracterização econômica desta população de forma a entender como o modo de vida e as relações sociais podem estar ligadas ao perfil econômico baseado na agricultura familiar, o que discutiremos tendo como referencial as idéias de Cândido (1975), Garcia Jr. (1983), Woortmann (1995), e Lovisolo (1989).

Na terceira seção tratamos especialmente do local de instalação da UHE Foz do Chapecó tendo em vista o apresentado nas seções anteriores sobre o Brasil e a bacia hidrográfica. Deste modo, é caracterizada a população local e a demografia dos municípios envolvidos assinalando as particularidades destes em relação à bacia hidrográfica, tendo como referencial os trabalhos de Seyferth (1992), sobre as diferenças entre os agricultores, Rothman (1996) e Poli (1999), sobre a mobilização social, Silva et al (2003), sobre aspectos demográficos pertinentes e Pertile (2008), sobre a estruturação econômica. Na esteira da conformação populacional e econômica apresentaremos a emergência da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), que mais tarde se tornaria o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) ganhando dimensão internacional. Na mesma seção, apresentamos a hidrelétrica segundo suas características técnicas a fim de percebermos sua envergadura e consequentemente os possíveis reflexos desta obra sobre o local.

As três seções deste capítulo compreendem uma parte mais narrativa do que analítica sobre o caso estudado, porém, esta se mostra fundamental à medida que avançamos na análise das relações sociais na região, principalmente envolvendo os atingidos no que diz respeito às formas de organização, tanto para a resistência como para a negociação em momentos distintos do processo de instalação da UHE Foz do Chapecó.

2.1 Panorama histórico-geográfico da hidreletricidade brasileira

Cada sociedade elege as fontes de energia a serem exploradas de acordo com a disponibilidade de recursos naturais, além das relações políticas e econômicas. Dentre as fontes de energia elétrica utilizadas no mundo atualmente, o Brasil apresenta potencial para a exploração em todas elas, seja as fontes renováveis (hidrelétrica, biomassa, eólica, solar, biogás, geotérmica, marítima) ou as fontes não-renováveis (gás natural, derivados de petróleo, nuclear, carvão mineral). Dentre as possibilidades de geração de eletricidade, a fonte hidrelétrica corresponde a aproximadamente 70% da capacidade instalada e 85% do consumo brasileiro (ANEEL, 2011).

O primeiro fator condicionante da hidreletricidade brasileira é o fato do Brasil concentrar em seu território aproximadamente 12% da água doce superficial do planeta, estando a maior

parte na região Norte (68%), seguida das regiões Centro-Oeste (16%), Sul (7%), Sudeste (6%) e Nordeste (3%), conforme apresentado na Figura 3 (ANA, 2009).

Figura 3 – Mapa da hidrografia brasileira segundo as Regiões Hidrográficas



Região Hidrográfica	Principal Rio	Área
1 - Amazônica	Amazonas	6.974.410 Km ²
2 - Tocantins-Araguaia	Tocantins	967.059 Km ²
3 - Atlântico Nordeste Ocidental	Gurupi, Pericumã, Mearim, Itapecuru, Munim	254.100 Km ²
4 - Parnaíba	Parnaíba	344.112 Km ²
5 - Atlântico Nordeste Oriental	Jaguaribe, Piranhas ou Açu, Paraíba	344.112 Km ²
6 - São Francisco	São Francisco	638.324 Km ²
7 - Atlântico Leste	Mucuri, Pardo, Jequitinhonha, Contas, Paraguaçu, Itapicuru, Vaza-barris	374.677 Km ²
8 - Atlântico Sudeste	Paraíba do Sul, Doce	229.8727 Km ²

9 - Paraná	Paraná, Grande, Paranaíba	879.860 Km ²
10 - Paraguai	Paraguai	363.445 Km ²
11 - Uruguai	Uruguai	174.612 Km²
12 - Atlântico Sul	Itajaí, Capivari	185.856 Km ²

Fonte: Mapa e quadro adaptados com base na Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003, do CNRH. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20061107162314_Brasil_RegioesHidrograficas_nivel01_imagem.pdf>.

Associado a esta abundância hídrica, outro fator natural preponderante para a hidreletricidade é o predomínio do relevo planáltico no território brasileiro (Figura 4).

Figura 4 – Mapa do Relevo Brasileiro (Classificação de Aziz Ab'Saber)



Fonte: Mapa adaptado pelo autor a partir de: Ísola (2004, p. 11).

Os dois mapas acima ilustram a abundância fluvial do território brasileiro além do relevo predominantemente planáltico. A conjunção desses dois fatores naturais – fluviosidade e relevo – fundamenta o discurso político e econômico da vocação brasileira para a hidreletricidade, a partir do que se desenrolou o processo social referente à hidreletricidade que apresentamos para ajudar na compreensão do contexto atual.

Aproveitando este potencial natural brasileiro, foi instalada em 1883 em Diamantina (MG), a UHE Ribeirão do Inferno (afluente do rio Jequitinhonha), com 0,5 MW de potência e 2 km de linhas de transmissão. Esta que seria a primeira usina hidrelétrica do Brasil foi instalada e explorada por uma autoprodutora²⁵, a mineradora Santa Maria. Em 1889 entrou em operação a primeira hidrelétrica nacional considerada de grande porte, a UHE Marmelos-Zero (4 MW de potência), no rio Paraibuna, município de Juiz de Fora (MG), que já unia Estado e Iniciativa Privada na geração de energia, sendo que a Companhia Mineira de Eletricidade era controlada pelo industriário Bernardo Mascarenhas. Além de inaugurar também o fornecimento público de energia para a cidade de Juiz de Fora, a obra acabou atraindo empresas para a região devido à disponibilidade de energia (MIELNIK; NEVES, 1988, p. 17-18).

Embora o início da exploração hidrelétrica tenha ocorrido através de empresários locais, duas empresas maiores predominaram no cenário nacional nos primeiros anos: a *Brazilian Traction Light & Power (Light)*, que através de várias empresas filiadas e subsidiárias concentrou seus serviços nas regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo, enquanto as *Empresas Elétricas Brasileiras*, filiais da *American & Foreign Power Company* (AMFORP), a partir de 1927 passaram a atuar em regiões do Nordeste, na Bahia, no interior do estado de São Paulo, parte de Minas Gerais, além dos estados sulinos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 274-275).

De origem canadense, o *Grupo Light* foi instituído oficialmente no Brasil em 17 de Julho de 1899, e teve o início das atividades marcado pela UHE Edgar de Souza ou Parnaíba, construída entre 1899 e 1901 no Rio Tietê, com potência inicial de 2 MW, posteriormente ampliada para 16 MW. Em 30 de maio de 1905, a empresa passou a atuar no Rio de Janeiro ao adquirir o controle acionário da concessionária de iluminação a gás, a empresa belga *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*. No mesmo ano, inicia a instalação da UHE Fontes (24 MW),

²⁵ Um autoprodutor de energia elétrica, seria qualquer pessoa física ou jurídica ou ainda consórcios destas, que recebam concessão ou autorização do Estado para explorar determinado rio para gerar energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo, podendo comercializar parte desta geração.

no município de Pirai (RJ), concluída em 1908. Além da instalação e operação de usinas hidrelétricas, a *Light* também atuava no serviço de iluminação pública, transporte público com bondes e ônibus elétricos, telefonia, além de casas de cinema.²⁶

Empresa do grupo norte-americano *Electric Bond & Share Corporation* (EBASCO), ligado a *General Eletrict*, a AMFORP se instalou no interior paulista em 1927 através da aquisição de pequenas empresas locais que acabaram sendo fundidas na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Posteriormente a AMFORP expandiu suas atividades para outros estados brasileiros adquirindo empresas locais de cidades importantes como Natal e Maceió (Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil), Recife (Pernambuco Tramways and Power Co. Ltda), Salvador (Companhia Energia Elétrica da Bahia), Vitória (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica), Niterói, São Gonçalo e Petrópolis (Companhia Brasileira de Energia Elétrica), Belo Horizonte (Companhia Força Luz de Minas Gerais), Curitiba (Companhia Força e Luz do Paraná) e Porto Alegre (Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense), formando o já mencionado grupo denominado *Empresas Elétricas Brasileiras* (MIELNIK; NEVES, 1988, p. 19).

Os reflexos da crise da superprodução norte-americana que culminou com o *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 afetaram o Brasil, que no início da década de 1930 vivia a crise cafeeira que antecedeu a Revolução de 1930 a qual levou Getúlio Vargas ao poder. A política de industrialização e nacionalismo de Vargas atingiu em cheio o setor da energia, tido como estratégico naquela perspectiva, pois o processo de industrialização brasileiro tinha na disponibilidade de energia um dos obstáculos as serem superados, já que o carvão de pedra, combustível principal da indústria moderna, apresentava-se “de qualidade inferior” e de “exploração difícil e precária” no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 257).

Juntamente com a industrialização, a urbanização aumentava a demanda de energia, e a hidreletricidade aparecia como alternativa para atender esta demanda. Neste contexto, tanto a Constituição brasileira como o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho), ambos de 1934, se caracterizaram como leis intervencionistas, segundo as quais o Estado detinha o controle das águas que poderiam ser exploradas através de concessão. Na Constituição de 1937,

²⁶

LIGHT.

História.

Disponível

em:

<www.light.com.br/web/institucional/cultura/seculolight/teseculo.asp?mid=8687942772267226>. Acesso em: 10 mai. 2010.

o governo Vargas ratificou as medidas de 1934, além de enfatizar a nacionalização de setores essenciais.

A intervenção estatal se estendeu às Unidades da Federação, sendo que em fevereiro de 1943 foi criada no Rio Grande do Sul a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Em agosto de 1945, o estado do Rio de Janeiro organizou a empresa Fluminense de Energia Elétrica, e, em 3 de outubro, foi criada a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF), entre Alagoas e Bahia. Em 1952 o governo mineiro criou as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e em 1957 foi criada FURNAS – Centrais Elétricas S.A., consorciando o governo federal, os estaduais paulista e mineiro, a *Light* e a CPFL. Com o objetivo de arrecadar recursos para a expansão do setor, foi criado em 1953 o Fundo Federal de Eletrificação, que, mantido pela cobrança de imposto sobre as tarifas de energia, seria controlado pelo então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES).

No governo de Juscelino Kubitschek foi criado o Ministério de Minas e Energia (Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960), e em 1961 foi aprovada pelo Congresso a criação da ELETROBRAS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), instalada em 11 de junho de 1962. Já no governo de João Goulart, a empresa seria organizada em quatro subsidiárias regionais: CHESF (Nordeste), Furnas (Sudeste), ELETROSUL (Sul) e a ELETRONORTE (Norte), além de duas empresas controladas de âmbito estadual, a Light Serviços de Eletricidade S.A. e a Excelsa.

No regime militar, durante o período do “milagre econômico” (1968-73), a industrialização e urbanização aumentaram a demanda de energia, que, agravada pela crise do petróleo (1973), conferiu maior importância aos projetos hidrelétricos, tanto que em 1974, já no governo Geisel, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) priorizando a hidreletricidade como alternativa ao problema do petróleo. Em dezembro de 1978, o governo brasileiro proveu a compra da *Light*, passando a empresa para o controle acionário da ELETROBRAS em janeiro de 1979.

A partir deste momento, já entrando na década de 1980, o setor hidrelétrico brasileiro se consolidou através da articulação industrial de três segmentos: *estudos e projetos, construção civil e equipamentos elétricos*. Sem discutir aqui os limites entre a competição e o monopólio, podemos dizer que empresas como a ENGEVIX, na área de pesquisas e projetos para a viabilidade da instalação de hidrelétricas; a Camargo Corrêa, na área da construção propriamente dita das barragens; e empresas de materiais elétricos que vão desde turbinas até eletrodomésticos,

como a *Alstom* e a *Voith-Siemens*, alcançaram destaque na instalação de hidrelétricas, obtendo grande impulso nos seus negócios em virtude do crescente número de usinas em instalação, tais como as UHEs de Paulo Afonso, Três Marias, Furnas, Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, Salto Osório e Salto Santiago, que conferiram ao período entre os anos de 1970 e 1980, um grande salto na estruturação do setor hidrelétrico brasileiro no que diz respeito ao parque gerador.

No cenário político e econômico, ainda nos anos de 1980 o neoliberalismo representava uma tendência mundial capitaneada principalmente pelos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos). As idéias de fortalecimento do mercado e diminuição do controle estatal entraram na América Latina através do Chile, ainda nos anos de 1980 durante o governo Pinochet.

No Brasil, a abertura democrática e a eleição de Fernando Collor de Mello marcaram o início do processo no país. O Plano Nacional de Desestatização (PND), instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, deu diretrizes básicas para a organização da economia em todos os setores. O neoliberalismo – enquanto tendência global – aconteceu de forma exemplar no Brasil, que teve o maior pacote de privatização do mundo no período compreendido entre os anos de 1990 e 2002, chegando a 48,3% de transferência de capital estatal para a esfera privada, dos quais, a maior parte coube ao setor de energia elétrica, que correspondeu a 31% do capital transferido (GONÇALVES JR., 2007, p. 25). Na esteira das privatizações, a ELETROSUL, responsável pela hidreletricidade na bacia do rio Uruguai, foi dividida em duas partes: a ELETROSUL (estatal), responsável pela *transmissão* de energia, e a GERASUL (iniciativa privada), responsável pela *geração* de energia, assumindo todas as usinas hidrelétricas da ELETROSUL, em operação ou em projeto.

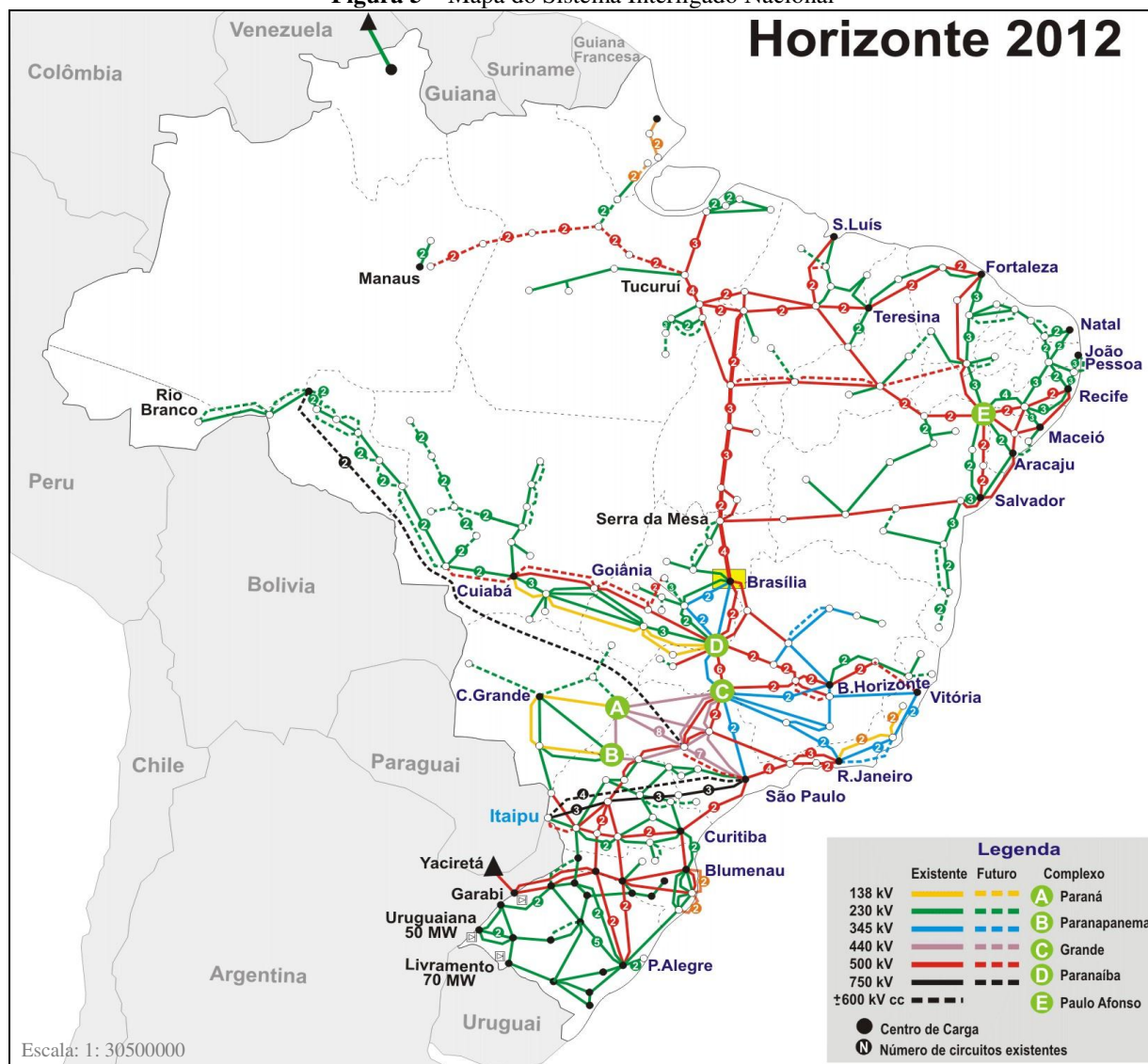
Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ao dispor sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, oferecia as linhas gerais para a organização destes, que tiveram na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, as normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões específicas para o setor hidrelétrico. Na mesma linha, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, ao instituir a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conferiu ao governo a postura de regulador do sistema hidrelétrico, visto que a referida agência foi criada com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

A importância desta legislação, é que, segundo ela, o Estado assume definitivamente a condição de parceiro da iniciativa privada na instalação de hidrelétricas, o que, no governo Lula, foi ratificado através da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual estabelece as normas gerais para as Parcerias Público-Privadas (PPP), sendo que os projetos de grande escala como as hidrelétricas passam a ser conduzidos por Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), que têm sua criação em virtude da obra (usina) que pretendam instalar e operar.

Voltando para a parte operacional, atualmente o Brasil possui um sistema de geração e transmissão de energia composto de duas partes: o *Sistema Interligado Nacional*, que é formado pelos subsistemas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, totalizando 89075,3MW²⁷ de potência instalada que é transmitida através de 90316,4 Km de linhas de transmissão; a outra parte corresponde ao *Sistema Isolado Nacional*, que compreende 3,4% da capacidade de geração de eletricidade do país, sendo restrito a pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica, com potência instalada de 2899 MW transmitida através de 2608 Km de linhas de transmissão, conforme apresentado na Figura 5 (ONS, 2008).

²⁷ Destes, 67370,5 MW além dos 7000 MW de Itaipu são provenientes de hidrelétricas, o que corresponde a 83% do total da energia elétrica.

Figura 5 – Mapa do Sistema Interligado Nacional



Fonte: ONS. Disponível em: <<http://www.ons.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.

O processo de estruturação do sistema hidrelétrico brasileiro aparece com maior frequência na literatura sendo compreendido em três estágios, o primeiro, entre o final do século XIX até o início da década de 1930, o segundo, da década de 1930 até o início de 1990, quando inicia um terceiro estágio que compreende a atualidade. Esses três estágios de desenvolvimento costumam ser abordados a partir da idéia de que o primeiro e o terceiro são de predominância da esfera privada, enquanto o intermediário caracterizou-se pela predominância estatal. De forma genérica, esta afirmação pode ser mantida, porém, é importante assinalarmos que desde o primeiro empreendimento, em 1883, passando pelas hidrelétricas do segundo estágio, até chegar

à UHE Foz do Chapecó, no estágio atual, podemos identificar certa *simbiose*²⁸ entre o estatal e o privado, seja na parceria formalizada nos consórcios, seja em relações pontuais para serviços especializados, o que acabam sugerindo uma abordagem da questão para além da dicotomia Estado/Iniciativa Privada.

Esta consideração é importante para evitarmos a compartimentação do processo social segundo esses três estágios que, a nosso ver, servem apenas para orientar a discussão no sentido de apontar quem assumia a responsabilidade pelas hidrelétricas em cada estágio, todavia, isso não pode ser tomado como autonomia de nenhuma das duas esferas em nenhum dos estágios. Acreditamos que a *simbiose* entre o estatal e o privado é inerente à hidreletricidade brasileira, porém, no contexto atual, percebemos que as Parcerias Público-Privadas (PPP) – mesmo que configurem Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) – apresentam como novidade uma *confusão institucional* entre empresas privadas e empresas e órgãos estatais de forma que em situações pontuais do processo de instalação das hidrelétricas, fica difícil a compreensão do limite entre o interesse público e o privado, o que será apresentado no decorrer deste trabalho.

Diante do que foi exposto, convém sintetizarmos o que entendemos como sendo o *setor hidrelétrico*. Tendo em vista a perspectiva deste trabalho, abordamos o setor hidrelétrico compreendendo três segmentos que vão desde a geração até o consumo da energia. O primeiro segmento, mais burocrático, seria o de *planejamento*, que atua nos estudos sobre a viabilidade dos projetos considerando a perspectiva da engenharia (civil, mecânica), economia (custos, financiamentos), política (viabilidade social), jurídica (aspecto legal do processo de instalação e operação) e ambiental (elaboração de EIA-RIMA). O segundo seria o da *construção civil*, responsável pela instalação física das barragens, de equipamentos como subestações e linhas de transmissão. E o terceiro seria o de *equipamentos*, que pode responder pela produção e comercialização tanto das turbinas que gerarão a energia, como dos eletrodomésticos que consumirão esta mesma energia. Esses três segmentos relacionados compõem o que entendemos por *setor hidrelétrico* neste trabalho.

²⁸ Utilizamos este termo de empréstimo da biologia de onde retiramos o seguinte significado para o termo: “1) De forma geral, qualquer associação de longo prazo de dois ou mais *organismos de diferentes espécies*, especialmente as que são obrigatórias e envolvem co-evolução. 2) Com frequência, restringe-se a *associações mutuamente benéficas* (mutualismo), mas algumas vezes inclui comensalismo e *parasitismo* (que não são benéficos – ou são prejudiciais – a um dos organismos)” (ART, 1998, p. 486) (*Grifos nossos*).

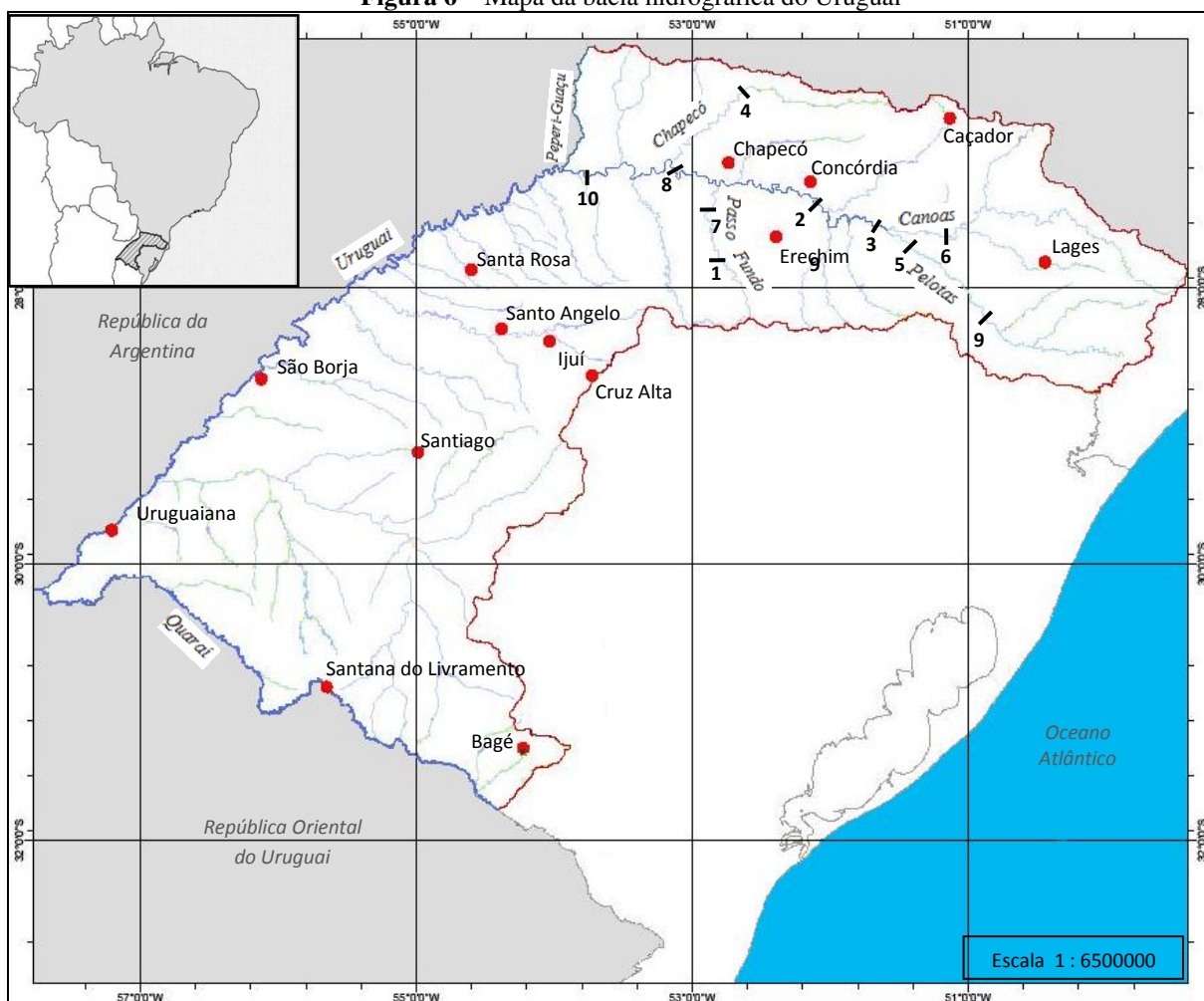
2.2 A região da bacia hidrográfica do rio Uruguai

O argumento da “vocação hidrelétrica” do setor energético brasileiro aponta para a importância da contextualização geográfica, o que é ainda mais latente no caso da bacia hidrográfica do rio Uruguai.

O rio Uruguai começa na confluência dos rios Pelotas e Canoas, com direção Leste-Oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste trecho, de aproximadamente 400 km, compreendendo o “Alto Uruguai”, a calha do rio apresenta uma declividade de 50 cm/Km e atinge uma cota de 150 metros em relação ao nível do mar (foz do rio Peperi-Guaçu). Após receber as águas do rio Peperi-Guaçu, segue para a direção Sudoeste, servindo de fronteira política entre o Brasil e a Argentina compreendendo o “curso médio” do rio, abrangendo uma extensão aproximada de 570 km e uma declividade reduzida para 10 cm/Km até receber as águas do rio Quaraí, que limita o Brasil e o Uruguai. Deste ponto em diante, toma a direção Sul, quando deixa o território brasileiro e assume o papel de limite internacional entre a Argentina e o Uruguai, até a sua foz no rio da Prata. Este trecho compreende aproximados 325 km e representa o “curso inferior” do rio Uruguai, quando a declividade é em torno de 3 cm/Km, tanto que é neste trecho que se encontram atividades de navegação (TUCCI, 1993).

Com aproximadamente 1300 km, o rio Uruguai nomeia a bacia (Figura 6) que abrange uma área de aproximadamente 384.000 Km², dos quais 176.000 Km² situam-se em território nacional, sendo 46.000 Km² no estado de Santa Catarina e 130.000 Km² no Rio Grande do Sul. Estendendo-se entre os paralelos de 27° e 32° latitude Sul e os meridianos de 49° e 58° longitude oeste, a parte brasileira da bacia é delimitada ao norte e nordeste pela Serra Geral, ao sul pela República Oriental do Uruguai, a leste pela Depressão Central Rio-grandense e a oeste pela Argentina (ANEEL, 2010).

Figura 6 – Mapa da bacia hidrográfica do Uruguai



Principais hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Uruguai, segundo a ordem cronológica de operação: 1-UHE Passo Fundo, 2-UHE Itá, 3-UHE Machadinho, 4-UHE Quebra Queixo, 5-UHE Barra Grande, 6-UHE Campos Novos, 7-UHE Monjolinho, 8-UHE Foz do Chapecó, 9-UHE Pai Querê, 10-UHE Itapiranga.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do mapa da “Situação Ambiental da Região Hidrográfica do Uruguai”. Disponível em: <http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/docs/rh_uruguai/mapas>. Acesso em: 26 mar. 2010.

A bacia do rio Uruguai compreende dois biomas: o Alto Uruguai situa-se no bioma de Mata Atlântica, com cobertura original predominante de Mata de Araucárias; já à medida que avançamos pelo curso médio do rio, percebemos a transição do bioma de Mata Atlântica para o bioma do Pampa, onde prevalecem os campos sulinos. Toda a bacia é compreendida pelo clima subtropical, com amplitudes térmicas anuais atingindo temperaturas abaixo de 0°C durante o inverno e superiores aos 30°C durante o verão, apresentando um regime de pluviosidade considerado como bem distribuído, com índices em torno de 2000 mm anuais.

Figura 7 – Vale do Alto Uruguai anteriormente à hidrelétrica, na altura da foz do rio Passo Fundo (Goio-En)



Fonte: Arquivo do autor

Geograficamente, além da bacia do Rio Uruguai estar próxima aos estados do Sudeste brasileiro, maiores consumidores de energia elétrica, a região é favorável para a exploração hidrelétrica devido ao relevo acidentado, compreendendo vales e serras ao longo do leito do rio e seus afluentes (Figura 7). Considerando o fato das barrancas dos rios serem íngremes, as hidrelétricas podem ser construídas obtendo uma queda d'água satisfatória para a geração de energia, a partir de barragens e reservatórios menores do que aqueles em rios de planície, onde são maiores os gastos para a execução das obras.

Diante do exposto, percebemos que o argumento da “vocação hidrelétrica” brasileira a partir de fatores naturais (fluviosidade e relevo), encontra ainda mais preponderância no caso da bacia do rio Uruguai, tanto que já foram inventariadas 30 hidrelétricas na bacia, algumas concl idas e outras em processo de licitação, licenciamento ou instalação, dentre as quais destacamos dez hidrelétricas localizadas no mapa da Figura 6 e caracterizadas no quadro a seguir (Figura 8).

Figura 8 – Quadro das principais UHEs da bacia do rio Uruguai

UHE	Potência	Reservatório	Localização	Situação
Passo Fundo	226 MW	151,5 Km ²	Rio Passo Fundo, no município de Entre Rios do Sul (RS)	Operação em 1973
Itá	1450 MW	141 Km ²	Rio Uruguai, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS)	Operação em 2000
Machadinho	1060 MW	56,7 Km ²	Rio Pelotas, entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS)	Operação em 2001
Quebra Queixo	121,5 MW	5,6 Km ²	Rio Chapecó, entre os municípios de Ipuçu e São Domingos (SC)	Operação em 2003
Barra Grande	690 MW	77,3 Km ²	Rio Pelotas, entre os municípios de Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC)	Operação em 2005
Campos Novos	880 MW	34,6 Km ²	Rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos (SC)	Operação em 2006
Monjolinho	74 MW	5,5 Km ²	Rio Passo Fundo entre os municípios de Nonoai e Faxinalzinho no RS	Operação em 2009
Foz do Chapecó	855 MW	79,9 Km ²	Rio Uruguai, entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas de Chapecó (SC)	Operação em 2010
Pai Querê	292 MW	61,5 Km ²	Rio Pelotas, entre os municípios de Bom Jesus (RS) e Lages (SC)	Processo de Licenciamento
Itapiranga	724 MW	60 Km ²	Rio Uruguai, entre os municípios de Pinheiro do Vale (RS) e Itapiranga (SC)	Processo de Licenciamento

Fonte: Elaborado pelo autor.

A instalação de hidrelétricas depende da configuração geográfica para determinar o melhor lugar para a geração de energia, porém, o que precisamos assinalar desde já é um aspecto que costuma ser negligenciado pelos empreendedores quando dos estudos de viabilidade dessas obras. Embora já tenhamos feito referência na seção 1.3 (um agente social em evidência), é fundamental a caracterização da população que vive na região do Alto Uruguai, que historicamente foi formada por índios Tupi-Guarani e Kaingang, seguidos de caboclos e da chegada de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães.²⁹

A bacia do rio Uruguai é considerada território tradicional dos kaingang, que teriam se estabelecido na região por volta de 6000 A. P. (KERN, 1994). Além de registros da cultura, como casas subterrâneas, aterros funerários e artefatos cerâmicos, os kaingang utilizavam as árvores de araucária como base da orientação territorial entre seus vários grupos. Ainda sobre a araucária, além de o pinhão compor de forma importante a dieta do grupo, do tronco da árvore era feito o *konkéi*, um grande cocho onde era depositada a bebida fundamental do principal ritual kaingang, chamada de *kiki* (FERNANDES, 2003). Esses vestígios ajudaram na fundamentação da região da hidrelétrica como terra tradicional dos kaingang. Em decorrência do avanço populacional das outras etnias através de políticas de Estado e de empresas colonizadoras, os indígenas fugiram, foram dizimados ou acabaram restritos às reservas demarcadas pelo Estado. A população indígena compõe a rede social estudada através da Reserva Indígena Aldeia Condá, no município de Chapecó-SC, envolvida no processo de instalação da referida hidrelétrica³⁰.

Os luso-brasileiros que povoaram a região dos campos sulinos com as fazendas de gado promoveram a ocupação do Alto Uruguai a partir do tropeirismo que estabeleceu uma rota entre Cruz Alta (RS) e Guarapuava (PR), sendo que uma das principais paradas dava-se no Goio-En (serra que divide o Rio Grande do Sul e Santa Catarina tendo o rio Uruguai como ponto mais baixo) no final do século XVIII. Ao longo desta rota, foram se organizando locais de pouso e pasto para o gado e mulas que acabariam se tornando cidades, que com o passar do tempo absorveram parte do excedente populacional da região de Guarapuava que se dirigiu para a região de Chapecó, desempenhando a agricultura de subsistência e a extração de erva-mate e madeira.

²⁹ Embora se registre na bacia do rio Uruguai outros movimentos migratórios importantes como dos poloneses, que têm como referência o município de Áurea e os judeus no município de Quatro Irmãos, na região de Erechim, enfatizamos a colonização alemã e italiana por estarem estas presentes com maior ênfase na região de instalação da UHE Foz do Chapecó.

³⁰ Em decorrência do Anexo 11 ao Edital de Leilão nº 002/2001-ANEEL, a referida Aldeia passou a figurar na rede social proposta por ter sido incluída numa condicionante ao licenciamento ambiental (Seção 4.1).

Na segunda metade do século XIX, a preocupação do governo brasileiro com os limites na região em relação aos argentinos (Questão de Palmas-1895), fez com que se instalassem companhias militares para a manutenção da área. No final do século, por causa da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893), boa parte dos dissidentes daquele conflito se dirigiu para a região. Em decorrência do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei nº 601 de 1850 (“Lei de Terras”), as áreas ocupadas, fosse por “posse, compra ou cultura” deveriam ser registradas nas respectivas freguesias, o que atestou a presença cabocla na região. Ainda no final do século XIX, a instalação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (concedida à Brazil Railway Company) foi outro elemento de povoamento regional, seja pela chegada de trabalhadores, seja pela expulsão dos posseiros, o que culminou com o movimento do Contestado (1916). Da confluência desses eventos mencionados, formou-se a população cabocla da região.³¹

O uso da terra era feito através das “roças caboclas”, segundo as quais eram divididas as áreas em “terra de criar” (área próxima a casa), onde se criavam os animais domésticos livremente (cavalos, suínos, vacas de leite, aves), ao passo que, na “terra de plantar” (distante da casa), eram cultivados produtos como feijão, mandioca e milho, em sistema de rotação de áreas, o que era favorecido pela abundância de terras livres. O trabalho nessas áreas seguia a orientação familiar que poderia reunir sob um mesmo teto até três gerações de uma família, além de casos onde co-habitavam membros de casamentos anteriores de alguns dos cônjuges, além da ocorrência dos chamados “criadinhos”, que podiam ser parentes, afilhados ou afins que eram acolhidos no grupo. Além do trabalho na roça, ocorria de parte do grupo ocupar-se com atividades extrativas como da erva-mate ou da madeira. De qualquer forma, qual fosse a configuração dos grupos familiares, tratava-se de “uma unidade indivisível de produção e consumo, onde os elementos desse grupo estão subordinados ao todo, na pessoa do chefe da família” (RENK, 1997)³².

Sobre a população de origem alemã, embora a imigração no Brasil tenha começado na Bahia, e registrado assentamentos nos estados do sudeste, foi nos estados sulinos que ela teve a maior concentração, tendo como marco principal a fundação de São Leopoldo (região metropolitana de Porto Alegre) em 25 de julho de 1824, sendo esta a primeira colônia alemã no

³¹ De difícil definição, caboclo é um termo associado a condições de existência em terras mais remotas, em geral fora do eixo de interesse do grande capital, associado a um modo de vida rural e sertanejo resultante da interação de vários segmentos sociais, podendo também remeter a uma ascendência indígena.

³² A organização territorial, no que diz respeito à posse e uso da terra, bem como o modo de vida caboclo, seriam definitivamente alterados com a chegada da colonização na região. Sobre esta discussão, ver Renk (1997).

sul do país. Além das dificuldades enfrentadas no país de origem, como a escassez de terras para a agricultura e as precárias condições de trabalho urbano, a política governamental brasileira da época buscava alternativas à escravidão e ao povoamento das terras devolutas sulinas – apesar da presença indígena – para fins de delimitação de fronteira (SEYFERTH, 1994). A partir da colônia de São Leopoldo, a colonização dirigiu-se pelo Alto Uruguai gaúcho, para Santa Catarina e Paraná. Paralelamente a esta expansão, os primeiros colonos foram instalados em Santa Catarina em 1828, nas proximidades da capital, na Colônia de São Pedro de Alcântara, a partir de onde outro fluxo se desenvolveu em direção ao interior da província através de políticas estatais, mas também de iniciativas privadas como a que deu origem à Colônia de Blumenau, em 1850, que intensificou a expansão colonial na região.

A imigração alemã se caracterizou pela atividade agrícola, comercial e artesanal, se organizando tanto na atividade rural como urbana. No que diz respeito ao meio rural, a colonização foi feita a partir das “picadas”, uma linha sobre a qual os próprios imigrantes abriam uma estrada principal, da qual seguiam picadas secundárias até os lotes de cada família, que constavam de aproximadamente 25 hectares (uma colônia). O grupo familiar compunha a força de trabalho de cada lote que era completado através dos “arranjos”, que eram ocasiões em que os colonos se apoiavam mutuamente com trabalho e implementos. As colônias organizadas a partir de uma picada compunham as vilas, que tinham como núcleo as capelas (evangélicas luteranas, em maior parte, ou católicas) e as vendas, locais de socialização através de trabalhos comunitários e festas, além de comercialização e troca de produtos. Além das pequenas hortas domésticas e pomares destinados ao consumo da unidade familiar e alimentação animal, os principais cultivos agrícolas eram o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o tabaco, que geravam o excedente para troca ou venda, enquanto a criação animal baseava-se no cavalo, meio de transporte, além de vacas de leite, suínos e aves (SEYFERTH, 1974).

A partir de 1875 teve início a colonização italiana no sul do Brasil, tanto que, entre os anos de 1876 e 1914, esta chegou a representar até 3/4 da imigração européia no país. Através do Ato de 9 de fevereiro de 1870, o governo provincial recebeu do Ministério da Agricultura, dois territórios de 16 léguas quadradas cada um, situados nas terras livres entre o rio Caí, os Campos de Cima da Serra e o município de Triunfo (RS). Para fins de povoamento, dividiu-se o território em quatro partes: *Colônia Conde d’Eu*, *Colônia Princesa Dona Isabel*, *Colônia Fundos de Nova Palmira* (em 1877 rebatizada como *Colônia Caxias*) e *Colônia Silveira Martins* (atuais

municípios de Santa Maria e Cachoeira). Dessas quatro áreas, deu-se a expansão da colonização italiana no Sul do Brasil, ficando estas conhecidas como “Colônias Velhas”, à medida que novos núcleos se formavam na direção do Alto Uruguai gaúcho e catarinense (MANFROI, 2001).

A colonização italiana nos estados do sul deu-se pelos mesmos motivos da alemã, seja pela crise no país de origem, quanto pelo incentivo e propaganda do Estado brasileiro além de ações de empresas privadas de colonização. Nos locais a serem colonizados, eram traçadas linhas sobre as quais os próprios colonos se encarregavam de abrir as estradas, neste caso, mantendo a denominação de “linhas”³³, a partir das quais partiam ramificações em direção aos lotes, que aproximavam os 25 hectares, de forma a compor um núcleo onde se situava a bodega e a igreja (católica), local de socialização e comércio. Nas colônias, o cultivo de hortas domésticas, criação de animais como o cavalo, suínos, vacas de leite e aves, se davam de forma semelhante aos colonos alemães, porém, na produção agrícola para o excedente, é importante salientar o cultivo do trigo, além da viticultura que caracterizou a colonização italiana. Cada lote contava com a força de trabalho dos membros do grupo familiar, além das “ajudas” (“arranjos” para os alemães) e trabalhos comunitários nas capelas (MANFROI, 2001).

De acordo com o breve panorama histórico da ocupação do espaço no Alto Uruguai, percebemos que a região teve sua população formada por índios Tupi-Guarani e kaingangues, seguidos de caboclos a partir do tropeirismo no século XVII e da chegada de imigrantes europeus – principalmente alemães e italianos – no século XIX num movimento de mão-dupla entre o avanço dos imigrantes alemães e italianos, em maior número, seguido dos caboclos em escala menor, e consequente retração da população indígena que ficou restrita às áreas demarcadas pelo Estado. A configuração étnica atual foi bem sintetizada nas palavras de Levino Galli, agricultor familiar na comunidade Nossa Senhora das Graças, no município de Águas de Chapecó-SC, quando o entrevistado se referiu à região dizendo que *“aqui é tudo misturado, é o gringo [italiano], o alemão, o caboclo e [...] mais pra lá tem os índio também, né, mas daí nas terras deles”* (GALLI, 2008). Mas esta pluralidade étnica da região precisa ser melhor apresentada,

³³ O termo “linha” no caso da colonização italiana, refere-se ao modo segundo o qual era estabelecida uma linha sobre a qual era aberta uma estrada pelos próprios colonos e a partir da qual se tem acesso às pequenas propriedades, sendo que em determinado ponto localiza-se uma área comum onde fica a estrutura comunitária: capela, escola, cancha de bocha, clube ou salão paroquial, campo de futebol e a bodega. Na maioria dos casos, essas linhas acabavam sendo nomeadas de acordo com acidentes geográficos, santos padroeiros ou os sobrenomes prevaletentes naquelas localidades (“Saltinho do Uruguai”, “Faxinal Grande”, “Linha Bigolin”). Então, os termos “linha”, “picada”, “comunidade” ou “localidade”, neste caso, são sinônimos referentes ao grupo de famílias de um determinado local, este é o sentido empregado neste trabalho.

principalmente no que diz respeito ao modo de vida dessa população de forma a esclarecer alguns termos recorrentes neste trabalho e de crucial importância para a análise sobre diferentes situações do processo de instalação da hidrelétrica.

Figura 9 – Foto da visita à casa de um agricultor familiar na comunidade de Saltinho do Uruguai



Fonte: Arquivo do autor.

Tendo em vista que a UHE Foz do Chapecó incidiu principalmente sobre o meio rural, convém caracterizarmos melhor os “agricultores” do Alto Uruguai. Inicialmente, concordamos com Seyferth (1992) acerca do termo “colono” – mesmo que a autora estivesse se referindo à região do Itajaí-Mirim, portanto fora da bacia hidrográfica do rio Uruguai, mas que neste aspecto pode servir para os dois casos –, quando a autora assinala que o termo exclui os caboclos, pois, além do modo de vida, refere-se à ocupação do território através de colônias. Além disso, mesmo que colonos e caboclos pudessem ser enquadrados na definição de camponês, este termo não é usado na região para se referir nem aos colonos, usualmente chamados de gringos (italianos) e alemães, nem aos caboclos (SEYFERTH, 1992, p. 80). Portanto, com base nas ideias de Seyferth (1992), adotaremos o termo “agricultor familiar” – independente da etnia –, sem incidir sobre

particularidades dos costumes étnicos, mas sobre as condições de “campesinidade”³⁴, fundiárias e de reprodução socioeconômica, que entendemos da mesma forma para caboclos, alemães e italianos. A figura acima se refere a uma visita de vizinhos à unidade familiar de um “caboclo atingido” (com a esposa, ao fundo), quando da pesquisa de campo. Por ocasião da reunião de vizinhos naquele dia, podemos perceber – e a foto ilustra bem – a pluralidade étnica local, isto para dizer que, o termo *agricultor familiar*, neste trabalho, abrange diferentes grupos étnicos que se identificam enquanto atingidos.

Apresentadas as linhas gerais da categoria de agricultor familiar, é necessária outra clivagem que se mostrará importante quando analisarmos as negociações e as opções destes em decorrência da instalação da hidrelétrica. Retomando as idéias de Seyferth (1992), a categoria de “colono” pode ser decomposta basicamente em duas subcategorias: os *colonos fortes* e os *colonos fracos*, qualificativos que também são encontrados na área da nossa pesquisa. Reafirmando a substituição do termo “colono” pelo termo “agricultor familiar” – nos termos mencionados anteriormente –, apresentamos as características dessas subcategorias.

Os *agricultores fortes* se caracterizam por possuírem terras escrituradas, contínuas ou não, numa extensão aproximada de 25 ha, o que, segundo opinião dos próprios, seria o suficiente para manter o grupo familiar contando apenas com a atividade na propriedade. Pode acontecer de um grupo familiar empregar algum membro em outra atividade – rural ou urbana –, mas, neste caso, a propriedade não depende da renda desta atividade, embora esta possa representar uma estratégia para manter a mesma indivisível. Os arrendamentos também podem ocorrer por parte de agricultores fortes, porém, este também não é decisivo no sustento do grupo familiar, seria mais uma forma de intensificar a auto-exploração no sentido de aumentar o capital através da compra de mais terras, possível aos *agricultores fortes* (SEYFERTH, 1992, p. 83-85).

³⁴Embora não adotemos o termo camponês, vale ressaltar que a “campesinidade” é inerente aos agricultores do Alto Uruguai. Sem defender linhas rígidas, Shanin (1976, p. 43-48) apresenta seis aspectos que podem ajudar na caracterização desta categoria: o aspecto *econômico*, enfatiza a subsistência, o trabalho familiar organizado de forma multidimensional, o equilíbrio entre agricultura, extrativismo e artesanato em decorrência do ecossistema, e um cálculo de produção e desempenho que pode operar no prejuízo e continuar em atividade, inclusive investindo; a *organização política* é marcada pela intermediação e apadrinhamento, no sentido da mobilização e resistência; a *cognição típica* refere-se aos mapas referentes ao tempo e a tradição oral que mantêm padrões da vida social como a forma de trabalho e as relações sociais de cooperação; a *organização dos espaços sociais* compreendem unidades básicas como o grupo familiar, a aldeia (linha, picada, comunidade) e uma rede mais ampla que pode seguir a partir do município e do mercado da cidade ou da região; o *ritmo de vida* se organiza a partir do ciclo agrícola, seja no grupo familiar, na comunidade ou na rede mais ampla; e por último, a reação dos camponeses de forma específica às mudanças estruturais como a modernização, por exemplo, sendo que ao mesmo tempo em que são afastados da sua condição, demonstram tenacidade no sentido da *reafirmação* desta.

Os *agricultores fracos*, maioria na bacia do rio Uruguai, podem ser caracterizados pela oposição às características dos *fortes*, sem que isto implique numa “dicotomia em duas classes sociais”. Os *fracos* ainda podem ser caracterizados em três subcategorias: os *arrendatários*, que recorrem a isto devido à insuficiência da área que dispõem; os *alugados* (ou agregados), que por não terem nenhuma terra, trabalham temporariamente para outros agricultores e até residem nessas áreas; e os *operários*, quando membros do grupo familiar trabalham em atividades distintas como indústria ou comércio, por exemplo. Essas subcategorias não são estanques, elas podem aparecer sobrepostas num mesmo grupo familiar, que, em alguns casos pode alcançar uma renda maior do que a dos *agricultores fortes*, porém, a temporariedade desta condição e a pouca terra – aproximadamente 10 ha – são os elementos preponderantes desta categoria, que, ao contrário dos primeiros, depende dessas atividades para o sustento do grupo familiar (SEYFERTH, 1992, p. 85-87).

Esclarecido este sentido do termo “agricultor familiar” neste trabalho, apresentamos aspectos referentes ao modo de vida desta categoria (terra, trabalho e lazer), que ajudarão na compreensão do contexto da bacia do rio Uruguai além de fundamentar análises posteriores.

Quanto à posse da terra, a noção de *família* é fundamental, visto que, já a imigração dos colonos para o sul do Brasil era feita em “famílias ou conjuntos de famílias aparentadas entre si” desde a Europa, que buscavam fixar-se na mesma região, ou, diante da incerteza da nova terra, separavam-se em diferentes colônias, mas com a intenção de reagrupar “os seus” naquela região que entendessem melhor (WOORTMANN, 1995 p. 106). Em referência aos caboclos, também a lógica familiar de posse das terras pode ser percebida apesar da disponibilidade de terras a serem ocupadas, pois mesmo diante do nomadismo das atividades de extração (erva-mate e madeira), era sob a lógica familiar que se estruturava a ocupação do espaço (RENK, 1997).

Outro aspecto importante que os colonos trouxeram consigo desde a terra de origem foi a “utopia liberal da colonização”, que se baseia na “concepção de uma sociedade igualitária constituída de pequenos produtores livres que trocam seus produtos e se ajudam mutuamente para formar um sólido tecido social de igualdade na produção e no mercado” (LOVISOLO, 1989, p. 51-52). Esta orientação de cunho ideológico é relevante, pois pode atuar como referencial em momentos de incerteza para os agricultores familiares como o advento de uma hidrelétrica na região.

A importância da análise sobre a questão do trabalho parte do princípio de que “a existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos do meio físico” (CANDIDO, 1975 p. 23-24). Este equilíbrio, que os agricultores familiares buscam através do *trabalho*, é o que permite compreender a vida social rural a partir da forma como este é organizado, o que nos leva a considerar primeiro, os membros do grupo doméstico, onde podemos dizer que o pai é o responsável pela propriedade, é quem assume as decisões mais importantes. A mãe responde principalmente pela casa, sua organização e disposição dos bens, enquanto os filhos trabalham no roçado e também na casa – no caso das meninas –, sendo que todo este trabalho é entendido como *ajuda* ao pai, que no momento do que seria a divisão dos resultados, atenderia às demandas individuais de modo a priorizar antes o grupo. Por outro lado, se algum membro da casa, por qualquer motivo não trabalhou na mesma intensidade dos outros, isso não significa que não será atendido em suas necessidades, o que num outro modelo de organização do trabalho seria impensável. Esses elementos possibilitam à pequena propriedade, maioria na bacia do Uruguai, ser vista muitas vezes como “uma ‘empresa’ que opera com déficits, sem que quebre” (GARCIA JR., 1983 p. 110).

Mas o fato das pequenas propriedades da bacia do rio Uruguai funcionarem pela lógica da “unidade doméstica”, precisa ser compreendida também pela relação social deste grupo com os outros grupos domésticos, o que se dá não só pelo parentesco, vínculo primeiro entre os agricultores familiares, mas também pela vizinhança e o compadrio, formas simbólicas de parentesco, que servem como referencial moral nas relações entre eles. Quanto à propriedade da terra, uma solidariedade inerente aos agricultores familiares se manifesta através dos arrendamentos e parcerias, onde, embora mantida a prevalência do dono legal da área – aspecto jurídico –, se desenvolve nesta uma relação econômica, mas também moral, entre os mesmos, onde aquele que tem menos arrenda daquele que tem mais e o resultado do trabalho na terra arrendada pode ser dividido proporcionalmente. O local da Capela, centro social da linha, também é compreendido como local comum, onde todos os moradores têm acesso nas festas e também para eventual uso particular, sendo que é “propriedade da comunidade”³⁵.

Ainda no tocante ao trabalho, mas considerando o grupo familiar em relação à comunidade, é comum – e até uma estratégia diante da dificuldade da vida no campo –, a “troca

³⁵ No caso da UHE Foz do Chapecó, na comunidade Saltinho do Uruguai, é relevante o fato de que na falta de uma área determinada ainda na colonização para sediar a Capela, um morador cedeu parte de sua propriedade para a instalação da mesma.

de dias ou ajuda” (“arranjos” para os alemães) entre os agricultores familiares em atividades específicas. Essas “ajudas” podem envolver agricultores capitalizados (que dispõem de maquinário como plantadeiras, colheitadeiras e trilhadeiras) e não-capitalizados, sendo que podem ocorrer arrendamentos ou parcerias nas terras ou a cobrança sobre as máquinas, mas dificilmente sobre os serviços. Sobre este aspecto, Lovisolo (1989, p. 95) argumenta que “o aluguel das maquinarias – forçando a imaginação e as categorias – poderia ser pensado como uma forma de trabalho assalariado”, neste caso, o autor alerta para o paradoxo de que o assalariado seria “aquele que detém os meios de produção”. Este desajuste teórico vem a reforçar o caráter moral das relações sociais entre os agricultores familiares no caso estudado.

As atividades de *lazer* são entendidas aqui como relações sociais que permeiam a *terra* e o *trabalho* e também evidenciam a solidariedade entre os agricultores familiares. A troca – e não a venda – de produtos da unidade familiar (um bolo feito pela mãe, embutidos ou frutas do pomar), as visitas entre as famílias, a ajuda no abatimento de animais, a formação de equipes de futebol ou bocha³⁶ nas comunidades, os Clubes de Mães, a organização de festas para arrecadar fundos para a Capela, ou mesmo os mutirões para a construção e manutenção da sede comunitária, são ações que também funcionam no fortalecimento do vínculo entre os agricultores familiares.

De acordo com o que foi apresentado nesta seção, é possível percebermos que os agricultores familiares do Alto Uruguai são caracterizados principalmente por dois aspectos, a “pluriatividade” e a “reciprocidade”.

Considerando que a região é formada principalmente por *agricultores fracos*, são importantes as palavras de Schneider (2009, p. 97-98) para assinalarmos que a pluriatividade corresponde a uma decisão da unidade familiar ou de um indivíduo no sentido de exercer “diferentes atividades” ou mesmo “atividades não-agrícolas”, sem abandonar o meio rural nem a agricultura familiar. O conceito do autor pode ser corroborado no caso da bacia do rio Uruguai, especialmente entre as comunidades atingidas por barragens, pois, na região da UHE Foz do Chapecó, é visível a “pluriatividade” dos agricultores familiares através de atividades como a

³⁶ Esporte comum nas comunidades do Alto Uruguai sendo jogado entre duas pessoas ou duas equipes numa cancha de chão batido ou sintético, sendo que o objetivo é jogar as bochas da equipe (de cores diferentes) de maneira a aproximar o maior número possível delas de um “bolim” (bola pequena), previamente lançado.

pesca³⁷ e o trabalho em agroindústrias situadas na zona urbana, principalmente no município de Chapecó.

A “reciprocidade” é outro aspecto que pode ser tomado como marca registrada dos agricultores familiares do Alto Uruguai. Com base nas ideias de diferentes autores (Mauss, Forman, Temple, e Chabal), Sabourin (2009, p. 51-52) apresenta linhas gerais deste conceito que segundo o autor pode ser compreendido como “formas de solidariedade” que se expressam tanto através de relações materiais quanto simbólicas de forma a reforçar o sentimento de pertencimento ao grupo. Neste sentido, embora não se possa descartar as queixas, desavenças e disputas inerente às relações sociais, a troca de dias ou ajudas, o socorro em caso de necessidade (doença, perda da safra) ou mesmo as atividades de religiosas ou de lazer mencionadas anteriormente, podem ser considerados aspectos desta reciprocidade característica dos agricultores familiares do Alto Uruguai.

2.3 O local da UHE Foz do Chapecó e a estruturação de dois projetos políticos

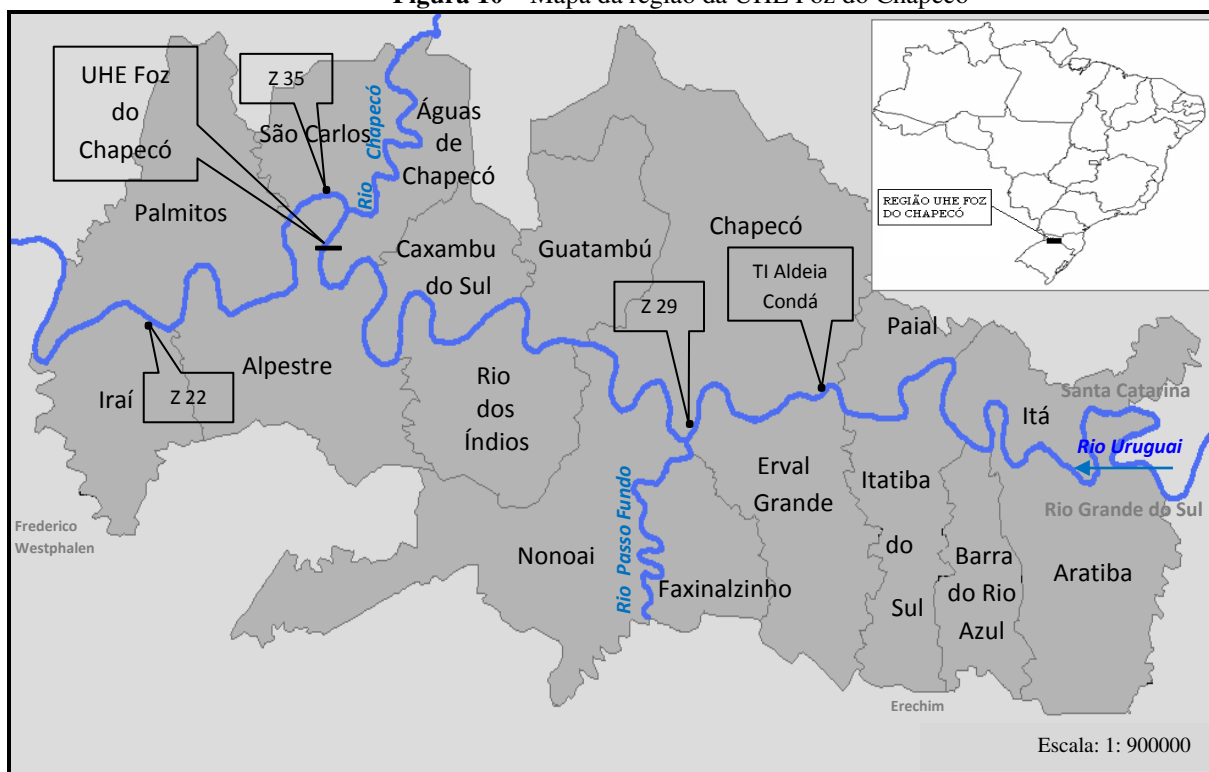
De acordo com o que apresentamos nas seções anteriores, o relevo ondulado somado à pedregosidade do solo, dificulta a mecanização agrícola na bacia do rio Uruguai, requerendo na maior parte da região o trabalho com ferramentas simples como o arado de tração animal. A ocupação do espaço e o modo de vida condizem com tal configuração geográfica, já que, como visto anteriormente, os agricultores têm na unidade familiar, pluriatividade e reciprocidade, as bases da organização da vida social. Esses elementos fundamentam as palavras de Piran (2001), quando o autor defende o Alto Uruguai como “um lugar para a agricultura familiar”.

Seguindo o que falamos na seção 1.2 sobre a abordagem do *espaço* neste trabalho, ao passo que tomamos a bacia do rio Uruguai como região, o *local*, refere-se ao ponto geográfico onde se instala a hidrelétrica e sua “área de influência”, ou seja, os municípios considerados atingidos, dentre os quais destacamos o município de Águas de Chapecó, local do canteiro de obras na comunidade de Saltinho do Uruguai, ponto de referência para o estudo (Figura 10).³⁸

³⁷ A categoria de agricultor-pescador será tratada na seção 5.2.

³⁸ De acordo com o Art. 5º III da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, caberá ao Estudo de Impacto Ambiental “definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada *área de influência* (Grifo nosso) do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na

Figura 10 – Mapa da região da UHE Foz do Chapecó



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de: <<http://mapas.ipea.gov.br>>.

Situando nossa análise nos doze municípios considerados atingidos pelo empreendimento, elaboramos o quadro da Figura 11 para compreendermos os aspectos demográficos e fundiários dos municípios atingidos pela UHE Foz do Chapecó, de forma a ajudar na compreensão desta realidade.

qual se localiza”. Neste caso, o EIA-RIMA servirá apenas como ponto de partida para a nossa análise, tendo em vista as limitações deste estudo, o que apresentaremos no capítulo 3. Por ora, basta dizermos que, por incrível que pareça, o EIA-RIMA acerca da UHE Foz do Chapecó não considerou o município de São Carlos como atingido.

Figura 11 – Quadro do perfil demográfico e fundiário dos municípios atingidos pela UHE Foz do Chapecó

	Município	Área Km ²	População (2009)	Área média das propriedades rurais (2006)
Santa Catarina	Águas de Chapecó	139	6.354	11,10 ha
	Caxambu do Sul	141	4.963	11,05 ha
	Chapecó	624	174.187	30,47 ha
	Guatambu	205	4.610	11,64 ha
	Itá	165	6.552	11,76 ha
	Paial	86	1.830	6,00 ha
Rio Grande do Sul	Alpestre	329	8.880	24,61 ha
	Ervál Grande	286	5.367	16,80 ha
	Faxinalzinho	143	2.607	10,08 ha
	Itatiba do Sul	212	4.521	17,01 ha
	Nonoai	469	12.601	23,14 ha
	Rio dos Índios	237	4.192	18,85 ha

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

O quadro acima corrobora o que foi apresentado até aqui no sentido da predominância das pequenas propriedades na região, o que fica ainda mais evidente na área do empreendimento. Embora este perfil marcado pelo “pequeno” e o “familiar” compreenda a maioria dos agricultores familiares do local, convém esclarecermos que podem ser encontrados também, proprietários que

estão além dessas características, tendo em vista o tamanho das propriedades, a mecanização e a recorrência aos créditos bancários, aproximando-os da categoria de empresa rural ou agronegócio.

Na referida bacia hidrográfica, estes grandes agricultores praticam a monocultura de cereais (soja, trigo) em áreas com relevo pouco acidentado onde a mecanização pesada é possível. No estudo sobre a UHE Foz do Chapecó, especialmente em nível local, encontramos esta condição em número reduzido, porém, percebemos a preponderância de atividades como a avicultura e suinocultura em propriedades de agricultores integrados³⁹ com grandes empresas ou autônomos, de forma que compreendem casos além do que foi apresentado até aqui.

O conjunto das características físicas e culturais apresentado anteriormente acabou talhando o lugar para a atividade agroindustrial. Era comum entre os grupos familiares pioneiros, a criação de aves e suínos para o consumo próprio, o que a partir de 1880 com a estruturação de um mercado de banha no estado de São Paulo, especialmente a casa comercial de Francisco Matarazzo, aberta em Sorocaba, uma nova possibilidade apresentou-se para os produtores da região do Alto Uruguai, que passaram a intensificar a criação de suínos, montar pequenos frigoríficos e posteriormente agroindústrias executando o processo completo de produção, o que foi favorecido pela abertura da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul que facilitou o escoamento da produção.

Então, começaram a se organizar empresas do setor agroindustrial, como a Sadia, fundada por Attílio Fontana em 1920 na cidade catarinense de Concórdia; a Perdigão, originada em 1942 quando a família Brandalise assumiu um frigorífico em Videira (SC); a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), criada em 1952 na cidade de Chapecó (SC); a Indústria e Comércio Marafon Ltda., fundada em 1956 e mais tarde denominada Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. (Frigorífico Chapecó), e, em 1956, o frigorífico Seara na cidade com o mesmo nome, todas no lado catarinense do Alto Uruguai (PERTILE, 2008). No lado gaúcho, a fundação da Cooperativa Tritícola Erechim Ltda. (COTREL), em 1957, passou a representar a presença agroindustrial naquele lado do rio.

³⁹ Neste sistema o agricultor responde por uma parte do processo de produção (mão-de-obra e instalações), seja em aves ou suínos, que são fornecidos pela empresa junto com a ração e da assistência técnica. Da conversão alimentar (quantidade de ração necessária para produzir 1 Kg de carne) apura-se o ganho do agricultor. Em Ação Civil Pública (nº 0003256-17.2010.5.12.0009/ 1ª Vara do Trabalho de Chapecó-SC), o Ministério Público do Trabalho postula o reconhecimento do vínculo empregatício por parte da empresa Sadia S.A., dos produtores "integrados" de aves na região.

Sem considerar os rearranjos empresariais ao longo do tempo, é importante assinalarmos que a partir da configuração geográfica e social da região estruturou-se um parque agroindustrial que atualmente é referência mundial em produtos derivados de suínos e aves. No entanto, paralelo a este desenvolvimento econômico, é preciso considerar os reflexos da intensificação desta atividade no campo social, sobre o que indagamos que desde que os agricultores familiares da região passaram a desenvolver a suinocultura e a avicultura através do sistema de integração com as grandes empresas, apesar de terem garantido o mercado para o seu produto, isto se deu através da relativa perda da autonomia destes que passaram a trabalhar sob as orientações das empresas e tendo que acompanhar um ritmo de modernização da produção em vista da competitividade do mercado. Ainda sobre o ponto de vista social, retomando o aspecto da “pluriatividade” referida na seção anterior, é importante mencionarmos que boa parte dos operários desta indústria, aqueles que trabalham na transformação (abatimento, beneficiamento), é oriunda do meio rural (membros de famílias de agricultores fracos), podendo ser especulado qual seria o reflexo disto em relação à continuidade da atividade rural (SILVA et al., 2003).⁴⁰

O apresentado até aqui sobre a agroindústria regional, não tem o objetivo de discutir os pontos positivos e negativos da atividade na região, mas inseri-la na discussão. Neste sentido, é importante outro registro histórico que entendemos estar diretamente relacionado com a questão hidrelétrica. Preponderante na economia a partir do final do século XIX, a crise que a suinocultura iria atravessar no final da década de 1970 refletiria de forma importante no contexto político regional. Segundo Poli (1999, p. 68), tal crise foi deflagrada através de

um episódio polêmico, marcado por grandes contradições, cuja existência nunca foi realmente comprovada. Com a morte de alguns suínos que se alimentavam com restos de alimentos de um aeroporto, começou a ser divulgada, nos noticiários a existência de uma doença nos suínos, chamada Peste Suína Africana que poderia espalhar-se por todo o país. A partir de então passaram a ser identificados supostos focos da doença em vários pontos da Região Sul, inclusive no Oeste Catarinense. Diante da suspeita da existência da peste, a propriedade era interditada e os suínos eram exterminados a tiros de fuzil por pelotões do Exército e depois queimados em valas abertas por retro-escavadeira. Também eram exterminados os suínos das propriedades mais próximas. O primeiro caso de extermínio de suínos ocorreu em 1 de setembro de 1978, em Linha São João, no município de Xanxerê (SC).

⁴⁰ A recorrência dos agricultores fracos ao trabalho de operário nas agroindústrias sediadas na zona urbana de cidades como Chapecó é favorecida pelo fato de empresas como a Sadia e a Aurora, por exemplo, manterem sistemas de transporte coletivo (ônibus) regulares nas comunidades, de forma a fazer o transporte desta mão-de-obra, conforme podemos perceber na linha Saltinho do Uruguai quando da nossa pesquisa.

O evento envolvendo a suinocultura, enquanto principal atividade econômica da região significava um duro golpe para os pequenos produtores, o que levantou a suspeita de que tal doença e os abatimentos decorrentes desta seriam parte de uma estratégia do capital para debilitar a produção autônoma de suínos. A partir da mediação de setores da Igreja (CPT) e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região, organizou-se uma intensa mobilização social que culminou com uma manifestação reunindo mais de vinte mil pessoas na cidade de Chapecó-SC em outubro de 1979, protestando contra as condições de produção do setor, mas principalmente contra o que ficou conhecido como a “Farsa da Peste Suína Africana” (POLI, 1999, p. 70).

A mobilização social ante a questão dos suínos fez com que os abatimentos aos poucos fossem diminuindo. Deste episódio, o certo é que não ficou comprovada definitivamente a existência ou o alcance da tal doença, o que não muda o fato de que os abatimentos compulsórios tenham prejudicado os pequenos produtores. O registro deste evento é importante para dizermos que ele aconteceu na mesma época em que a ELETROSUL publicou um “Estudo do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai” (outubro de 1979) prevendo a construção de 22 usinas hidrelétricas na referida bacia, significando que grandes áreas de terra seriam inundadas na região. Destas, as hidrelétricas de Machadinho e Itá seriam as primeiras a serem construídas, o que, dito de outra maneira, para os agricultores familiares locais naquela época, além do problema do abatimento dos suínos, somava-se a ameaça de expropriação.

[illegible]

Ao passo que as condições naturais favoreceram a empresa hidrelétrica e agroindustrial – isto somado à configuração social, além da conjuntura política e econômica –, essas condições refletiram também na emergência de movimentos sociais contrários às hidrelétricas no final da década de 1970. Retomando o aspecto da “reciprocidade” inerente aos agricultores familiares, é importante a ideia de Sabourin (2009) quando o autor afirma que, tendo em vista as novas demandas – de mercado, crédito ou representação legal dessas comunidades em relação a outros grupos da sociedade como o Estado ou as empresas –, as comunidades tendem a recorrer a outras formas de organização como sindicatos, cooperativas ou associações (SABOURIN, 2009, p. 79), sendo que, no caso em discussão, podemos acrescentar os movimentos sociais. A importância do resgate deste aspecto está no fato de que, segundo o autor, isto pode ser compreendido como “uma forma moderna de atualização da reciprocidade camponesa” (SABOURIN, 2009, p. 101). Logo, o fato da agricultura familiar na bacia do rio Uruguai ser caracterizada pela pequena propriedade, principalmente na região entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que não concentra renda e poder, condiciona a eclosão de movimentos sociais a partir do grande número de pequenas propriedades atingidas. Além disso, a colonização da

região a partir das “linhas” favoreceu a ação de mediadores do movimento social ante as barragens (MORAES, 1994), tendo em vista que em cada “linha” havia uma capela que servia de ponto de referência para a mobilização social.

Neste sentido, o referido estudo realizado pela ELETROSUL foi levado ao conhecimento da opinião pública através da ação de “mediadores” entre a esfera teórica e técnica e a população em geral, sendo que estes foram fundamentais para o início da mobilização popular em torno da questão energética. No caso da bacia do rio Uruguai, segmentos da Igreja Católica, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e a Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES) de Erechim-RS (atual URI), podem ser considerados como os principais mediadores da questão hidrelétrica desde o plano teórico até a “conscientização” e mobilização da população atingida na bacia.

Entre as ações mais expressivas desses mediadores, algumas merecem destaque: Quanto à *Igreja Católica*, a atuação ocorreu através do recrutamento de participantes para o movimento social através de setores da Igreja como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Ministério Eucarístico, a utilização de estações de rádio como em Concórdia, Marcelino Ramos e Aratiba, até a disponibilidade de pessoal para organização do movimento através dos chamados “liberados”⁴¹. A IECLB serviu de canal de ligação entre os atingidos da bacia do Rio Uruguai com outros locais como Itaipu e Sobradinho, intermediou um apoio financeiro da organização evangélica alemã *Brot Fur die Welt* (Pão Para o Mundo), além de também “liberar” pessoal para a organização do movimento social. A *FAPES*, além da pesquisa dos impactos socioeconômicos, importantes para a fundamentação da mobilização e organização em torno do problema, angariou recursos de duas ONGs: da francesa CCFD (Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento) e da alemã MISEREOR (Obra Episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a Cooperação ao Desenvolvimento). Além destes, é importante a atuação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), que através de uma perspectiva de “sindicalismo combativo” estabeleciam uma ligação mais efetiva entre essas instituições e os trabalhadores rurais, além de disponibilizar as estruturas físicas dos sindicatos para a organização do movimento social (ROTHMAN, 1996).

⁴¹ A figura do “liberado” refere-se àquela pessoa que pertencia aos quadros de instituições como as igrejas Católica e IECLB, mas eram cedidos para outras instituições, neste caso, para a organização do movimento social contrário às barragens, tendo importância tanto pela experiência e preparo para as tarefas designadas quanto pelo fato de personificar a instituição de origem nas questões em que se envolviam.

Para entendermos melhor a dinâmica do movimento social envolvendo as barragens na bacia do Rio Uruguai é preciso observar também o quadro geral de “oportunização” social e política daquele contexto. Quando das primeiras ações na direção da organização de um movimento social coeso, há que considerarmos que havia uma conjuntura que, se não determinava a eclosão de movimentos dessa natureza, pelo menos favorecia sua estruturação (Ibid.). Neste contexto, o poder de repressão do Estado foi aos poucos diminuindo em relação ao auge do período militar. A Lei da Anistia, de agosto de 1979, permitiu a volta dos exilados políticos para o país reforçando o ativismo nas diversas causas sociais. Em novembro do mesmo ano, o fim do bipartidarismo promoveu a divisão das elites acarretando assim no enfraquecimento das oligarquias. No Rio Grande do Sul, em 1983, partidos de oposição na Assembléia Legislativa investigaram e publicaram um Relatório sobre a questão das barragens, além de disponibilizar as instalações da Assembléia para a promoção do “I Encontro Estadual sobre a Construção de Barragens na Bacia do Rio Uruguai”, reunindo diferentes segmentos sociais em torno da questão. Esta conjuntura política, atrelada a eventos locais, representou um ambiente favorável para a emergência de um movimento social ante ao projeto da empresa hidrelétrica na região.

Desta mobilização em torno da questão hidrelétrica na bacia do Uruguai, podemos considerar como marco oficial da organização do movimento social um evento que reuniu aproximadamente 350 agricultores familiares em Concórdia (SC) no dia 24 de abril de 1979, quando os participantes formalizaram a Comissão Regional de Barragens (CR). Para ter um alcance efetivo sobre a população ribeirinha, em dezembro de 1980, o movimento se organizou a partir de Comunidades Locais (CL), onde “pessoas de base” coordenariam as atividades no âmbito de sua “linha”. Segundo a ata daquela reunião, a função dessas Comissões Locais seria basicamente “coordenar, respeitar e fazer valer as decisões de base” (Ata de 03/12/80) (MORAES, 1996a).

Dois eventos deram maior visibilidade ao movimento que se estruturava: a Romaria da Terra, ocorrida em fevereiro de 1983 na comunidade de Carlos Gomes-RS (então distrito do município de Viadutos-RS, mas que se emancipou em 1992) com o lema “Águas para a vida e não para a morte”, e o “I Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai”, promovido em junho de 1983 no município de Iraí (RS), reunindo atingidos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Ibid.).

Ao passo que o movimento evoluía, sua estrutura buscava adequar-se de maneira a abranger toda a bacia hidrográfica. Em dezembro de 1983 foi instituída uma Executiva Regional para a liderança do movimento. Esta *Comissão Executiva* compreendia: 2 atingidos (base), 2 componentes da Comissão inicial (CR), 1 diretor de STR, 1 agente da CPT, além de assessores. Estava constituída a *Comissão Regional de Atingidos por Barragens* (CRAB). Naquele momento, a “Regional” correspondia apenas às áreas afetadas pelas duas primeiras hidrelétricas (UHE Machadinho e UHE Itá) sem abranger toda a bacia do rio Uruguai na qual estava prevista a construção das 22 barragens. Em março de 1984 a CRAB organizou um abaixo assinado que reuniu 1.016.000 (um milhão e dezesseis mil) assinaturas, deixando clara no cabeçalho do documento a sua posição de “NÃO ÀS BARRAGENS” (Ibid.).

Em março de 1985 reuniram-se representantes de 24 municípios da região na cidade de Erechim-RS com o objetivo de consolidar a atuação da CRAB em toda a bacia. A partir desta reunião, o movimento passou a contar com quatro Comissões Regionais (R1: Machadinho e Itá; R2: Itapiranga e Iraí; R3: Lages; R4: Chapecó), sendo que em 1986 foi acrescentada a quinta Comissão Regional (R5: Missões ou Garabi e Roncador), ampliando a área de atuação do movimento na bacia hidrográfica. Disto, os anos seguintes foram de legitimação da CRAB como porta-voz dos atingidos, sendo que em 23 de janeiro de 1986, através das Portarias nº 86 e 87, o Ministério das Minas e Energia previu a participação de representantes do movimento em “Grupos de Trabalho” que avaliariam os impactos da construção das hidrelétricas de Itá e Machadinho (Ibid.).

Em 29 de outubro de 1987, um acordo entre a CRAB e a ELETROSUL (ratificando o documento PRE-692/86, de 07/10/1986) buscava assegurar que “nenhuma obra” seria realizada “dentro dos rios sem prévia indenização ou reassentamento dos atingidos de cada barragem, Itá e Machadinho”, além de estabelecer que as famílias atingidas fossem compensadas mediante três alternativas: a) “terra por terra, mediante a apresentação de áreas quantas necessárias, preferencialmente na região, ou nos três estados do Sul, com características agrícolas e infraestrutura não inferiores às áreas atingidas”; b) “indenização por dinheiro com a participação dos atingidos na determinação dos preços das terras e benfeitorias”; e, c) “garantia de participação em projetos de reassentamento para todos os sem-terra atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, em áreas dos três estados do Sul, com características agrícolas e infra-estrutura não inferiores às atingidas pelas barragens” (Ibid.), itens que passaram a ser incorporados nos

processos de instalação de hidrelétricas subsequentes como Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó.

Já em 1989, a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul previa no art. 28 das “Disposições Constitucionais Transitórias”, que:

Dentro de noventa dias da promulgação da Constituição, o Poder Executivo formará grupo de trabalho, com participação igualitária de representantes da Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens, para, junto com a sociedade em geral e com a comunidade científica, proceder a amplo debate público sobre o Projeto Energético Brasil ano 2001, suas repercussões para o Rio Grande do Sul e alternativas a sua implantação.

A partir das Portarias Ministeriais, Constituição Estadual, garantia de participação em Grupos de Trabalhos e do Acordo com a ELETROSUL, a CRAB firmava-se como representante legítima da causa na bacia hidrográfica do rio Uruguai.

A evolução do movimento social acontecia paralelamente à apresentação de novos projetos hidrelétricos por todo o Brasil, tanto que o Plano 2010, elaborado pela ELETROBRAS, previa a construção de cerca de 200 usinas hidrelétricas pelo país. A partir disso, entre os dias 19 e 21 de abril de 1989 ocorreu em Goiânia (GO) o “I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens”, quando se decidiu pela organização do movimento em âmbito nacional. Em março de 1991, na cidade de Brasília, ocorreu o “I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens”, onde se oficializou o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), sendo que a CRAB passou a responder como MAB/Região Sul, e embora continuasse organizada na estrutura apresentada anteriormente (Comissões Locais e Regionais), a partir deste momento passaria a responder ao movimento nacional (Ibid.).

A partir da nacionalização do movimento, as ações tornaram-se maiores e mais frequentes em todo o país. Entre os dias 11 e 14 de março de 1997 ocorreu em Curitiba-PR o “I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens”, envolvendo mais de vinte países. Neste encontro, além de discussões em torno da luta contra as barragens, instituiu-se o dia 14 de março como o *Dia Internacional de Luta Contra as Barragens e pelos Rios, pela Água e pela Vida* (ALMEIDA, 2004). Este foi o processo de estruturação do MAB que a partir da bacia do rio Uruguai tomou proporções nacionais e internacionais, militando em cada nova hidrelétrica a ser instalada, inclusive na UHE Foz do Chapecó, sobre a qual convém fazermos uma breve

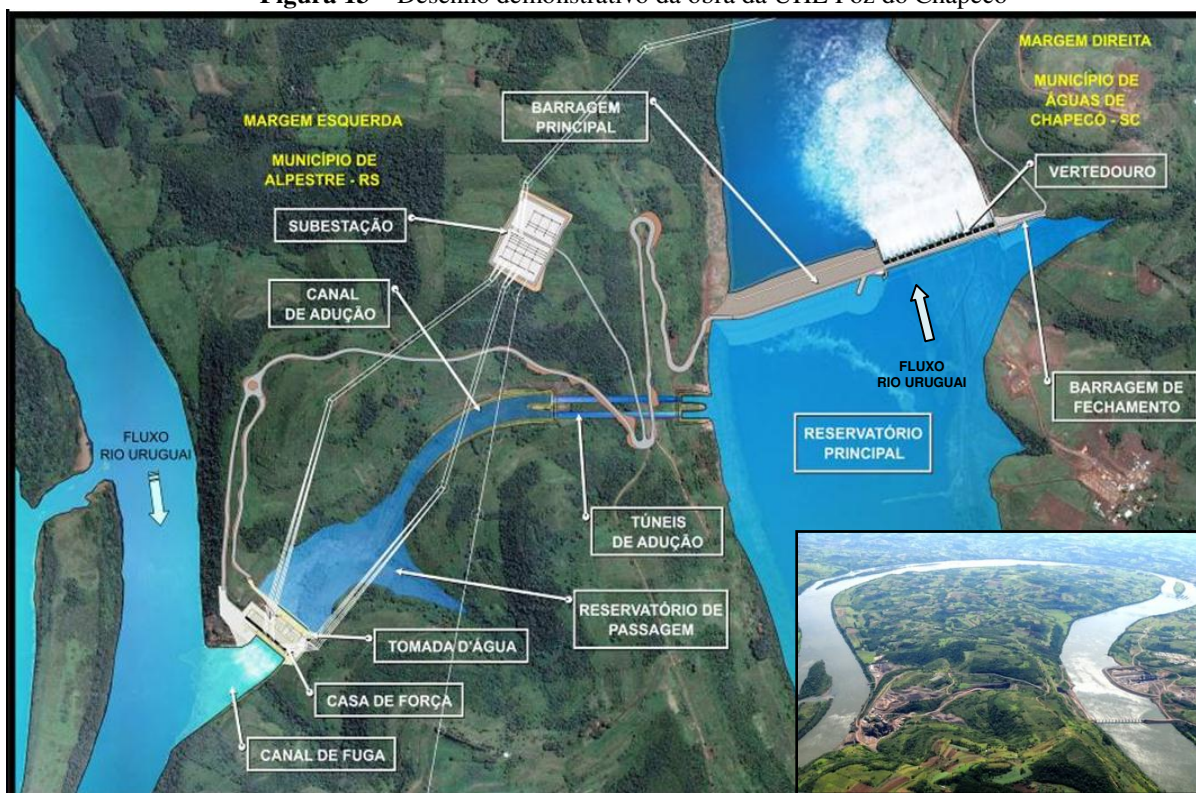
apresentação do ponto de vista técnico, para termos uma visão mais clara da dimensão desta obra de forma a embasar as discussões da segunda parte.

A UHE Foz do Chapecó corresponde a uma alteração de um projeto anterior que constava da UHE Iraí (Figura 12), pretendida para a região nas décadas de 1980 e 1990. Acontece que o projeto anterior, da UHE Iraí, previa a inundação das cidades de Águas de Chapecó e São Carlos, no oeste catarinense, o que provocou repúdio da população local de modo que o projeto acabou sendo cancelado (BOAMAR, 2001, p. 151).

Retomados os estudos, a obra foi reprojeta e leiloadada pela ANEEL em março de 2001, tendo a Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE) como vencedora. Com a Licença Prévia (LP) nº 147/2002 concedida pelo IBAMA em 13 de dezembro de 2002 (com validade de dois anos), a empresa obteve a Licença de Instalação (LI) nº 284/2004 concedida em 21 de setembro de 2004 (também com validade de dois anos) e começou a instalação do canteiro de obras, o que foi interrompido, em boa parte, pela ação de militantes do MAB que chegaram a ficar 19 meses acampados no canteiro de obras. Em decorrência da interrupção no processo, a Licença de Instalação foi renovada em 05 de dezembro de 2006 (esta com validade de quatro anos) e a obra seguiu o cronograma do empreendedor, que culminou com a emissão da Licença de Operação (LO) nº 949/2010 expedida em 25 de agosto de 2010.

De acordo com o projeto remodelado, a UHE Foz do Chapecó está localizada no rio Uruguai, aproximadamente a 6,5 Km à montante da afluência do rio Chapecó, que divide os municípios catarinenses de São Carlos e Águas de Chapecó. O eixo da usina localiza-se entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas de Chapecó (SC), ficando a Casa de Força no lado gaúcho. A formação do reservatório prevê uma área inundada de aproximadamente 79,2 Km², que em nível máximo normal tem previsão de alcançar 265 metros do nível do mar. Este reservatório é contido por uma barragem de 48 m de altura chegando a 598 m de extensão, composta de 15 comportas de 18,70m x 20,60m de largura que servem de vertedouro. A água passa por 2 túneis medindo cada um 18 m x 18,15 m de largura e 357 m de comprimento, que, localizados na margem esquerda fazem a adução da água até as quatro unidades geradoras (Turbinas tipo Francis – eixo vertical –, com 214 MW cada uma) que juntas somam a potência de 855 MW (Figura 13).

Figura 13 – Desenho demonstrativo da obra da UHE Foz do Chapecó



Fonte: Imagens adaptadas e sobrepostas a partir do Arranjo Geral. In: Acompanhamento Fotográfico AHE Foz do Chapecó. Março/2010; e de foto colhida no Banco de Imagens da FCE. Disponível em: <www.fozdochapeco.com.br/imprensa_banco.php>. Acesso em: 21 set. 2010.

A UHE Foz do Chapecó compõe o Sistema Interligado Nacional (SIN) através da Linha de Transmissão (LT) Guarita-Foz do Chapecó-Xanxerê (Figura 14) que é composta de duas partes:

A Linha de Transmissão Guarita-UHE Foz do Chapecó, tem a função de interligar a Subestação Guarita (de propriedade da CEEE) à UHE Foz do Chapecó, por meio de um circuito simples, em 230kv, com 76,1 km de extensão. A faixa de servidão de 40 metros de largura no traçado desta linha de transmissão atinge um total de 341 propriedades nos municípios gaúchos de Erval Seco, Seberi, Frederico Westphalen, Ametista do Sul, Iraí, Planalto e Alpestre.

A Linha de Transmissão UHE Foz do Chapecó-Xanxerê, tem a função de interligar a UHE Foz do Chapecó à Subestação Xanxerê (propriedade da ELETROSUL) por meio de um circuito duplo, em 230kv, com 77,2 km de extensão. A faixa de servidão de 40 metros de largura no traçado desta linha de transmissão atinge um total de 333 propriedades nos municípios catarinenses de Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Guatambu, Chapecó, Cordilheira Alta, Xaxim e Xanxerê.

Logo, de acordo com o Processo n° 02001.004263/2007-98/IBAMA, a linha de transmissão que liga a UHE Foz do Chapecó ao Sistema Integrado Nacional (SIN), consta de 153,3 Km de extensão, abrangendo uma faixa de 40 metros de servidão ao longo desta extensão, atingindo um total de 674 propriedades. Nesta parte da hidrelétrica, nenhuma família foi remanejada, os proprietários podem explorar a faixa de servidão, porém, não podem construir benfeitorias, nem plantar árvores de grande porte ou depositar material que possam comprometer o funcionamento da linha de transmissão.

Figura 14 – Mapa da Linha de Transmissão (LT) Guarita-Foz do Chapecó-Xanxerê



Fonte: Adaptação a partir do mapa que compõe o Processo n° 02001.004263/2007-98/IBAMA.
Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>>. Acesso em: 5 out. 2010.

De acordo com os dados técnicos apresentados sobre a hidrelétrica, podemos concluir que se trata de uma obra de grande escala (Ribeiro, 1992). Com base no que apresentamos nesta seção do trabalho, podemos compreender como se estruturaram os dois projetos políticos antagônicos na bacia do rio Uruguai, um neoliberal (agroindústrias e hidrelétricas) e outro democrático-participativo (movimentos sociais) que têm no processo de instalação desta hidrelétrica, sua mais recente arena.

A partir do que foi apresentado nas três seções que compõem este capítulo, complementamos as bases que dão suporte à discussão acerca do processo de instalação da hidrelétrica, que consta de um projeto de grande escala, que pela dimensão dos seus reflexos, merece uma análise mais detalhada a partir da relação global/local.

O *espaço* compreendido neste trabalho precisa ser tomado a partir da escala entre o *global*, onde serão enfatizadas instâncias decisórias que de certa forma refletem no caso em questão, o *nacional*, consistindo no Brasil enquanto Estado-nação com legislação sobre o território, a *região*, considerada como a bacia hidrográfica do rio Uruguai, e, finalmente, o *local*, compreendendo a comunidade de Saltinho do Uruguai – no município de Águas de Chapecó-SC, onde foi instalado o canteiro de obras – além dos municípios da “área de influência” da hidrelétrica.

A relação entre os quatro níveis da escala espacial pode ser percebida através do panorama apresentado sobre o setor hidrelétrico, tendo em vista que ao longo do período considerado, podemos perceber a relação entre empresas de planejamento, engenharia civil e equipamentos elétricos que atuam no espaço nas diferentes escalas, sendo que no Brasil, esta atuação é caracterizada por um processo social que já ultrapassa um século, onde a “simbiose” entre Estado e iniciativa privada é marcante, sendo que no contexto atual esta relação ganha novo contorno a partir das Parcerias Público-Privadas (PPP).

A região da bacia do rio Uruguai apresenta uma geografia que enfatiza o argumento da vocação brasileira para a exploração da hidreletricidade, tendo em vista a abundância fluvial e o relevo de predomínio planáltico que confere aos rios a declividade a partir de vales que facilitam os projetos hidrelétricos. Além da exploração hidrelétrica empreendida inicialmente pela ELETROSUL, a região também é marcada pela atividade agroindustrial a partir de grandes empresas do ramo, como a Sadia e a Perdigão, por exemplo. Este fator, ao passo que alavancou o desenvolvimento econômico da região, trouxe problemas sociais na mesma proporção, sendo que no final da década de 1970 a “crise da peste suína”, aliada ao anúncio de dezenas de hidrelétricas a serem instaladas na região promoveram uma histórica mobilização social a partir de segmentos de igrejas, universidades e sindicatos rurais, refletindo na formação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), que mais tarde tomaria proporções internacionais tornando-se

o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Desta confluência de interesses estruturaram-se os dois projetos políticos antagônicos, que analisaremos especialmente em vista do processo de instalação da UHE Foz do Chapecó.

Não é demais reafirmarmos que quando falamos em bacia do rio Uruguai – neste trabalho – é o Alto Uruguai que estamos enfatizando. Esta região da bacia acentua ainda mais as características de fluviosidade e relevo acidentado condicionando o lugar para a agricultura familiar. O perfil populacional desses agricultores – para além das clivagens étnicas – pode ser caracterizado predominantemente como de “agricultores fracos”, com pequenas áreas de terra (média de 16 hectares), sendo que estes ainda recorrem a arrendamentos e trabalhos fora da propriedade, tanto no campo como na cidade. O modo de vida desses agricultores familiares baseia-se na “reciprocidade” e “pluriatividade”, aspectos preponderantes para as discussões que seguem neste trabalho.

Finalmente, a partir das seções que compõem os dois capítulos desta primeira parte, além do Anexo I, de apresentação dos agentes sociais que compõem a rede, podemos vislumbrar o cenário em que se desenvolve a análise das relações de poder envolvendo o processo de instalação da UHE Foz do Chapecó. Logo, partiremos para a segunda parte do trabalho em que analisaremos essas relações a partir de três capítulos compreendendo todo o processo de instalação da hidrelétrica, tendo em vista as etapas de licenciamento prévio, de instalação e de operação.

ANEXO I

Os Agentes Sociais:

1) *AARU – Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes*: Constituída oficialmente em 1997, é uma associação civil, sem fins lucrativos, sediada na cidade de Chapecó, que concentra suas atividades na área de abrangência da nascente do Rio Uruguai e seus afluentes até a foz do Rio Peperi-guaçu. Em articulação com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais, públicos e privados, visa obter recursos para desenvolver programas de conscientização, fiscalização, proteção e recuperação do meio ambiente, com iniciativas no sentido da criação e manutenção de áreas verdes na beira de rios e cooperação no repovoamento de peixes nos rios com espécies nativas (AARU, 1997).

2) *ALDEIA CONDÁ – Reserva Indígena Aldeia Condá*: Envolvida na instalação da UHE Foz do Chapecó através de uma Anexo ao Edital de Licitação, esta teve seu processo de homologação diretamente relacionada à instalação da hidrelétrica, sendo considerada, neste trabalho, a partir do posicionamento dos indígenas em relação à obra e os reflexos disto na rede social envolvendo a instalação da hidrelétrica.

3) *AMISTA – Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó*: Formada na cidade de Chapecó, em 11 de setembro de 2002 por “um grupo de proprietários de áreas de terras que provavelmente” seriam atingidos pela hidrelétrica, a associação apresenta como objetivo principal a “defesa dos direitos e interesses dos proprietários, arrendatários, parceiros agrícolas e possuidores de qualquer título, bem como seus familiares que venham a ser atingidos pela barragem, pugnando e defendendo indenizações justas e quando necessário atuar como elo de aproximação entre estes e o Consórcio, propiciando contatos e tratativas de entendimento em clima de muito respeito, equilíbrio e bom senso, para que se conciliem os interesses das partes sem maiores traumas”. Mantendo suas atividades através de um fundo social mantido pelos associados através de mensalidades, a associação tem vigência prevista “no mínimo até o término da obra da barragem” (AMISTA, 2002).

4) *APAM – Associação para a Preservação do Meio Ambiente*: De acordo com a entrevista que colhemos junto ao presidente da associação, “a APAM surgiu na barragem de Campos Novos”, com o intuito de “organizar pequenos grupos de 5 famílias para formar mini-reassentamentos”,

o que acabou se tornando a principal bandeira da associação naquele processo (FERRARI, 2009). Sobre a sigla, o entrevistado explicou que foi escolhida pelo fato da associação *“defender a flora, a fauna, as vertentes, as nascentes d’água”*. Sobre o *modus operandi*, o presidente explicou que *“funciona assim, eu recebo o atingido, faço uma ficha com a história dele e pego uma procuração, daí eu mantenho ele sempre informado”*. Quanto à manutenção da associação, o secretário nos informou na mesma oportunidade *“a APAM não tem fim lucrativo e vive de doação dos atingidos”*. O entrevistado resumiu dizendo que *“a nossa bandeira hoje é: reassentamento ou mini-reassentamento nos município da barragem ou na região, pra que a história das famílias e a renda fique tudo aqui nos municípios. É uma questão de direitos humanos”* (FERRARI, 2009).

5) **ATINGIDOS**: Segundo Rothman (1996, p. 131), o termo sempre foi ponto de confronto entre empreendedores e movimentos sociais, já que envolve o reconhecimento ou não de direitos em cada nova hidrelétrica. Nos diferentes locais do Brasil, termos como “afetados”, “inundados” e “afogados” foram usados para se referir aos grupos que, de alguma maneira, sofreram as consequências dessas obras. Na visão de Almeida (2004, p. 164), o fato do termo “atingido”, utilizado pelas lideranças da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) desde o final da década de 1970, ter sido incorporado ao nome do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em nível nacional, representa “uma das demonstrações de força da organização dos atingidos da bacia do Uruguai”, já que passou a ser utilizado pelo movimento em todas as regiões onde atua. Ao longo deste trabalho utilizamos o termo de forma genérica para se referir a toda a pessoa ou grupo que venha a sofrer efeitos decorrentes da hidrelétrica, sentido que utilizamos tendo em vista a heterogeneidade, a construção e a transitoriedade que envolve o termo, conforme discutimos na Seção 1.3.

6) **BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**: Criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, consta de uma empresa pública federal que é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico. O Banco é financiador de 80% do projeto referente à UHE Foz do Chapecó.

7) *FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura*: Filiada à Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – embora esta seja oriunda da FETAG –, a FETAG-RS foi fundada em 06 de outubro de 1963 tendo abrangência estadual. Atualmente conta com 351 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e (STR) Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) filiados em 23 Regionais Sindicais, congregando agricultores familiares, pecuaristas familiares e assalariados rurais. A FETAG tem seguido uma linha menos combativa do que a FETRAF – sua dissidente.

7.1) *STR – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS*: Vinculado à FETAG, este agente teve importância na estruturação da CRAB a partir do “sindicalismo combativo”, antes da fragmentação da representação política do mundo rural com a criação da FETRAF e Via Campesina. A partir de situações específicas envolvendo determinados STR da região será discutido como estes agentes sociais figuram nas negociações sobre a instalação da hidrelétrica.

7.2) *SPTR – SINDICATO PATRONAL DOS TRABALHADORES RURAIS*: Também vinculado à FETAG, o SPTR de Chapecó-SC figura como importante fomentador de associações como a AMISTA, que acabou dividindo a representação dos atingidos com o MAB.

8) *FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar*: Orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a FETRAF-SUL/CUT foi fundada em 28 de março de 2001 no município de Chapecó-SC, durante o 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul. Atualmente está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 STR, SINTRAF, ASSAF, APAFA e ASSINTRAF abrangendo mais de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Articulada a partir da linha do movimento sindical combativo – mediador da CRAB –, tem como linhas gerais, a defesa de uma nova concepção de Estado democrático, voltando-se à construção da cidadania e da solidariedade, posicionando-se contra o neoliberalismo e buscando a construção do socialismo a partir da defesa da transformação social e da Reforma Agrária. A partir da FETRAF-SUL/CUT, organizou-se em 2005 a FETRAF, em nível nacional.

8.1) *SINTRAF – Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar*: Filiado à FETRAF-SUL/CUT, neste trabalho figurará a partir das ações do SINTRAF/Chapecó, importante mediador nas negociações referentes à criação da Reserva Indígena Aldeia Condá, naquele município, tendo influência importante nas relações de poder sobre a instalação da UHE Foz do Chapecó.

9) *FCE – Foz do Chapecó Energia S.A.*: Vencedor do leilão referente à UHE Foz do Chapecó, o então Consórcio Energético Foz do Chapecó (CEFC) era formado pelas empresas Companhia Paulista Força e Luz (CPFL), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE). Em 2006, o Consórcio passou por uma reestruturação societária e a participação da Vale do Rio Doce passou a pertencer a Furnas Centrais Elétricas. Em 2007, atendendo ao contrato de financiamento do BNDES, o Consórcio foi extinto e deu lugar a uma Sociedade de Propósito Específico (SPE). A nova empresa passou a deter a concessão sobre a hidrelétrica por 30 anos, podendo ser prorrogada por outros 30 anos.

9.1) *CPFL – Companhia Paulista Força e Luz*: Constituída em 1912, a partir da fusão de quatro pequenas empresas de energia que atuavam no interior paulista, a Companhia Paulista de Força e Luz (atual CPFL Paulista) passou por reformulações estruturais, constituindo a atual CPFL Energia, uma *holding* que atua no setor elétrico brasileiro através de subsidiárias que atendem à distribuição, geração e comercialização de energia elétrica nos mercados livre e regulado. A CPFL detém 51% das ações da Foz do Chapecó Energia S.A..

9.2) *FURNAS – Furnas Centrais Elétricas*: Criada com o objetivo de construir e operar no rio Grande a primeira usina hidrelétrica de grande porte do Brasil (UHE Furnas - 1.216 MW), a empresa foi instituída através do Decreto Federal nº 41.066, de 28 de fevereiro de 1957, começando a funcionar efetivamente em 1963, em Passos (MG). Em 1º de junho de 1971, a sede foi transferida para o Rio de Janeiro e a Empresa ganhou um novo nome: Furnas - Centrais Elétricas S.A.. Atualmente, a Eletrobras Furnas é uma empresa da administração indireta do Governo Federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e controlada pela ELETROBRAS, constando de um complexo de doze usinas hidrelétricas e duas termelétricas que compõem o sistema nacional em parceria com a iniciativa privada ou em Sociedades de Propósitos Específicos (SPE). A empresa detém 40% das ações da Foz do Chapecó Energia S.A..

9.3) *CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica (RS)*: Foi criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 328, de 1º de fevereiro de 1943, com o objetivo de explorar os potenciais hidráulicos e carboníferos do estado. Em 2006, a empresa passou a operar em forma de grupo, constituída por três novas empresas: Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par); Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). É detentora de 9% das ações da Foz do Chapecó Energia S.A..

10) *FRN – Fórum Representativo para Negociação / CMN – Comitê Municipal de Negociação*: Por iniciativa do empreendedor, foi organizado em cada município um plano para a formação de um fórum que acabou sendo estabelecido em 31 de outubro de 2002. Foram realizadas plenárias em cada Município, convocadas pelos respectivos prefeitos, onde participaram, além do próprio poder público, atingidos, dirigentes do comércio, dos sindicatos rurais, do MAB e da AMISTA, momento em que foi exposto o Plano de Implantação do Fórum de Negociação proposto pelo Consórcio e foram constituídos Comitês nos respectivos Municípios. Os principais temas da pauta de discussões do Fórum são: indenizações, público alvo, pesquisa de preços, levantamento físico, avaliação; análise documental, Força de Trabalho, reassentamentos (modalidades, enquadramentos, opções, estudos de caso, benefícios comuns) (FCE, 2003, p. 35-38).

11) *FUNAI – Fundação Nacional do Índio*: Oriunda do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fundado em 1910, a FUNAI foi criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, sendo uma fundação com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, com função básica de estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, no caso em questão, referente à Reserva Indígena Aldeia Condá.

12) *IBERÊ – Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – Consórcio Iberê*: Constituído em 22 de julho de 1999 sob a forma jurídica de associação civil, sem fins lucrativos, reúne sete municípios catarinenses: Cordilheira Alta, Chapecó, Guatambu, Caxambu do Sul, Planalto Alegre, Águas de Chapecó e São Carlos, representados por seus prefeitos, formalmente autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais. Composto por um Conselho Administrativo de Prefeitos, Presidente, Gerência, Plenária de Entidades (constituídas pelas entidades públicas, especialmente as câmaras de vereadores, entidades privadas e voluntárias da sociedade civil), Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e Conselho Fiscal, o Consórcio atua nas áreas dos territórios dos municípios que o integram com o propósito de representar estes em assuntos de interesse comum – aqui a instalação da hidrelétrica –, relacionados às atividades de preservação ambiental (IBERÊ, 1999).

13) *IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*: Em decorrência da colonização alemã, esta Igreja tem importância histórica na mobilização social na bacia do rio Uruguai, em especial na organização da CRAB. Neste estudo, será tratada a atuação desta Igreja enquanto elemento de mobilização social em relação à instalação da UHE Foz do Chapecó.

14) *IGREJA CATÓLICA*: A instituição pode ser considerada como importante mediadora da questão hidrelétrica desde o plano teórico até a conscientização e mobilização da população ribeirinha da bacia, sendo tratada a partir da Capela da comunidade Saltinho do Uruguai, da Paróquia de Águas de Chapecó-SC e da Pastoral Social da Diocese de Chapecó-SC.

15) *IMPRENSA*: Dos veículos de imprensa existentes na região da UHE Foz do Chapecó apontamos sete estações de rádio onde destacamos a São Carlos AM 1110 MHz e doze jornais impressos com destaque para o jornal Expresso d'Oeste (Palmitos-SC) (impresso e on-line) que pela circulação e volume de notícias referentes ao caso, acabou assumindo lugar preponderante na rede social vislumbrada. Além destes, emissoras de televisão como a Rede Globo e SBT e jornais regionais como o Correio do Povo (Grupo Record-RS), Zero Hora e Diário Catarinense (Grupo RBS/Globo), são veículos de comunicação que compõem este campo e que fazem parte deste trabalho, porém, por não disponibilizarem material para pesquisa, estes veículos acabaram servindo apenas como fonte de atualização sobre os acontecimentos referentes ao caso. O jornal Expresso d'Oeste tem sede no município de Palmitos-SC, tem periodicidade semanal (sextas-feiras) nos formatos impresso e on-line e tem ampla abrangência na região do empreendimento.

16) *JUDICIÁRIO*: Compreende o Judiciário Estadual e Federal.

16.1) *JUDICIÁRIO ESTADUAL*: A partir das Comarcas locais como de Nonoai-RS, Planalto-RS, São Carlos-SC e Chapecó-SC, e do Ministério Público Estadual, este agente tem importância na rede social principalmente no tocante às Ações Públicas em nome de atingidos além dos processos cíveis e criminais movidos pela FCE contra lideranças do MAB.

16.2) *JUDICIÁRIO FEDERAL*: Por se tratar de um território da União, muitas das decisões referentes ao rio Uruguai passam por ações no Judiciário Federal, em maior número referidas à questão ambiental envolvendo a FCE, ANEEL e IBAMA. Este agente social ainda comporta o Ministério Público Federal (MPF) que se mostrou atuante no processo de instalação da UHE Foz do Chapecó.

17) *MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens*: Para além do que apresentamos na seção 2.3, neste trabalho este grupo social será considerado sob diferentes perspectivas do movimento social: o MAB nacional, enquanto projeto político, o MAB/Sul, embrião do movimento nacional (CRAB) e atualmente sediado em Erechim-RS, e o MAB/Oeste, sediado em São Carlos-SC e que coordena as ações locais referentes à UHE Foz do Chapecó.

18) MMA – Ministério do Meio Ambiente: Criado em novembro de 1992, a partir do extinto Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (Decreto nº 91.145, de 15 de março de 1985), foi instituído com a missão de promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade. O MMA teve a sua estrutura regimental regulamentada pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007 que estabeleceu a seguinte estrutura organizacional pertinente ao caso: órgãos colegiados como o CONAMA e o CNRH, e autarquias como a ANA e o IBAMA.

18.1) ANA – Agência Nacional de Águas: De acordo com a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, é uma autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MMA, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

18.2) CBH - COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA: Fundamentados na Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 (“Lei das Águas”), estes são organismos colegiados de composição diversificada e democrática de modo que todos os setores da sociedade, usuários de água, organizações da sociedade civil e dos poderes públicos, com interesse sobre a água na bacia possam ter representação nas decisões. Suas principais competências são de aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água. Na época da instalação da hidrelétrica, o CBH estava em vias de homologação, constando apenas um Pró-Comitê.

18.3) CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos: Criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é a mais alta instância do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. De forma geral, o Conselho tem a função de promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estadual e dos setores usuários acompanhando a execução, aprovando o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinando as providências necessárias ao cumprimento de suas metas estabelecendo critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.

18.4) CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente: Instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O Conselho é um colegiado representativo de cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil, sendo presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e tendo sua Secretaria Executiva exercida pelo Secretário-Executivo do MMA. Segundo a referida lei, compete ao CONAMA, estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA.

18.5) IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1909, é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; além de executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente. No que se refere ao MMA, este é o principal agente social da rede.

19) MME – Ministério de Minas e Energia: Criado pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960, o Ministério tem como empresas vinculadas, no que diz respeito ao setor hidrelétrico, a EPE e a ELETROBRAS, que, por sua vez, controla empresas como Furnas Centrais Elétricas S.A., além de autarquias como a ANEEL, que por sua vez, controla o ONS.

19.1) ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica: De acordo com a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

19.2) EPE – Empresa de Pesquisa Energética: Autorizada pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, foi criada pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, segundo o qual esta é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de

Minas e Energia com a função de prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

19.3) ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico: Criado pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, é uma entidade de direito privado vinculada à ANEEL, que, segundo a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, tem a função de planejar e programar a operação e o despacho centralizado da geração de eletricidade visando a otimização dos sistemas eletroenergéticos interligados. É responsável pela operação do SIN.

*20) PESCADORES:*Figuram na rede social através de três instituições:

Z22 – Colônia de Pescadores de Iraí-RS: À jusante da UHE Foz do Chapecó (Figura 10).

Z29 – Colônia de Pescadores de Goio-En-RS/SC: À montante da UHE Foz do Chapecó (Figura 10).

Z35 – Colônia de Pescadores de São Carlos-SC: As três Colônias atingidas têm como pauta comum a definição de critérios para os pescadores diretamente atingidos a montante e jusante, garantia de acesso ao lago para uso pesqueiro e o mesmo tratamento dispensado pela FCE em referência aos agricultores familiares, no sentido das indenizações. Sobre a Z35 (ênfatisada neste trabalho), esta abrange principalmente a região da Volta Grande (aproximadamente 20 km) que compreende o espaço entre a barragem e a casa de força (Figura 13), logo, uma parte do rio que terá sua vazão alterada prejudicando a atividade pesqueira. A Colônia foi fundada em 19 de fevereiro de 2008, a partir de uma dissidência da Z 29, quando destacou em sua Ata: “a importância da criação de uma colônia de pescadores no município, que vai aglutinar os pescadores que exercem suas atividades na região atingida pela barragem Foz do Chapecó”. As reivindicações específicas desta colônia são sobre a garantia das modalidades de indenização e remanejamento tais quais dos agricultores atingidos, além da negação do “Programa Novo Rumo”, proposto pela FCE.

21) POLÍCIA: Abordando tanto a Polícia Militar (Brigada Militar, no RS) quanto a Polícia Civil nos dois estados da federação, no caso da UHE Foz do Chapecó este agente social teve participação importante em diferentes situações de manifestação do MAB, como em 2005 quando este organizou um acampamento em protesto no canteiro de obras da barragem.

22) PREFEITURA MUNICIPAL: Este agente social tem se mostrado importante na mobilização social e apoio à inserção de projetos hidrelétricos nos municípios, baseado principalmente na

possibilidade da Compensação Financeira prevista aos municípios atingidos, sobretudo ao município que sedia a unidade geradora.

23) *SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos/ Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)*: Instituído pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, o CDDPH é composto pelos seguintes membros: Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Professor Catedrático de Direito Constitucional de uma das Faculdades Federais, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Presidente da Associação Brasileira de Educação, Líderes da Maioria e da Minoria, na Câmara dos Deputados e no Senado. Ainda de acordo com a referida lei, o Conselho tem, de forma geral, a função de promover inquéritos, investigações e estudos acerca da eficácia das normas asseguradoras dos direitos da pessoa humana, inscritos na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem (1948) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em áreas onde se suspeite de violação desses direitos. Seguindo a resolução 26/2006, foi instituído uma Comissão Especial de Direitos Humanos (CEDH) para apurar denúncias de violações de direitos humanos decorrentes da instalação de barragens, o qual visitou a região da UHE Foz do Chapecó entre os dias, 27 e 29 de junho de 2007, gerando um Relatório.

24) *UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó*: Instituição de ensino superior credenciada originalmente pelo Decreto Estadual nº 5.571, de 27 de agosto de 2002, mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), criada pela Lei Municipal nº 141, de 6 de dezembro de 1971, sem fins lucrativos, filantrópica, de assistência social, comunitária, constituída sob a forma jurídica de fundação, com sede e foro em Chapecó-SC, mantendo cursos também nas cidades catarinenses de São Lourenço do Oeste, Xaxim e Palmitos. Consideramos esta a universidade mais atuante no caso da UHE Foz do Chapecó.

25) *URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões*: Antiga FAPES, é uma instituição de ensino superior reconhecida pela Portaria nº 708, de 19 de maio de 1992. Tem campi nas cidades gaúchas de Erechim (Reitoria), Frederico Westphalen, Santiago, Santo Ângelo, Cerro Largo e São Luiz Gonzaga, sendo mantida pela Fundação Regional Integrada, entidade de caráter técnico-educativo-cultural, de fins não-lucrativos e pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Santo Angelo-RS.

26) *VIA CAMPESINA*: Movimento internacional que coordena 148 organizações camponesas de pequenos e médios produtores, mulheres rurais, comunidades indígenas, sem-terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas migrantes em 69 países nos cinco continentes. Originou-se em abril de 1992, reunindo líderes camponeses da América Central, do Norte e da Europa no Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas (UNAG), em Manágua (Nicarágua). Em Maio de 1993 a I Conferência da Via Campesina, em Mons (Bélgica), estabeleceu sua organização global e definiu orientações estruturais e estratégicas. O principal objetivo do movimento é desenvolver a solidariedade e unidade entre as organizações, promover as relações econômicas de igualdade e justiça social, a preservação da terra, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e a igualdade com base na produção em pequena e média escalas. No Brasil, além do MAB, compõem a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesa (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR). Neste trabalho, este agente social figura através da sua organização em Santa Catarina, especialmente no município de Chapecó onde está sua coordenação regional e de onde partiram as ações em relação à instalação da UHE Foz do Chapecó.

PARTE II: O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ

CAPÍTULO 3: A INSERÇÃO DO PROJETO NA REGIÃO E O LICENCIAMENTO PRÉVIO

Segundo informa o Apocalipse (21:6),
Deus fará um mundo novo, e dirá:
- Aos sedentos, oferecerei, gratuitamente, água dos mananciais.
Gratuitamente?
O mundo novo não terá nem um lugarzinho para o Banco Mundial,
nem para as empresas consagradas ao nobre negócio da água?
(Eduardo Galeano – Espelhos)

Neste capítulo tratamos da hidrelétrica em sua concepção enquanto projeto político e econômico num cenário de globalização e sua inserção em determinado local através da ação de agentes sociais na perspectiva relacional entre global e local tendo os aspectos político, econômico e ambiental em evidência.

Na primeira seção procuramos apresentar como é concebido um projeto hidrelétrico pelo viés político e econômico tendo como pano de fundo a globalização, onde discutimos como as Parcerias Público-Privadas (PPP) representam um elemento aglutinador que dá consistência às Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que buscam viabilizar o projeto. Esta seção parte principalmente das idéias de “seletividade do Estado” (POULANTZAS, 1981), “desterritorialização do capital” (IANNI, 1997) e “empresas em rede” (CASTELLS, 2003).

Apresentada a concepção do projeto a partir da escala global, na segunda seção discutimos como este projeto é inserido em determinado local. Tendo em vista que o licenciamento ambiental pauta o desenvolvimento do projeto, este aspecto é o pano de fundo para a discussão nesta seção que trata especialmente do período de licenciamento prévio onde é discutido o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) através de Audiências Públicas (AP), baseado principalmente na ideia de “conflito ambiental” (ACSELRAD, 2004), da “construção de projetos ambientais” (HANNIGAN, 2009) e das relações sociais quando do licenciamento ambiental (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Na terceira seção buscamos explicar como se formam outros espaços decisórios – para além das Audiências Públicas – que, organizados neste momento vão perdurar por todo o

processo discutindo e homologando decisões pertinentes ao licenciamento da obra. Neste sentido, analisamos a participação de agentes como os Comitês Municipais de Negociação (CMN) que compõem um Fórum Representativo de Negociação (FRN), associações, universidades e movimentos sociais no processo decisório, sob a luz das ideias como a de “produção de espaços” e “autoritarismo democrático” (GEISSER, DABÈNE, MASSARDIER, 2008).

No conjunto do capítulo procuramos dialogar a partir das seguintes questões: 1) Como se constitui um projeto hidrelétrico política e economicamente no cenário da globalização? 2) Considerando o projeto em escala global, como este se insere em determinado local principalmente sob a perspectiva ambiental? 3) Tendo em vista a inserção, quais são e como são constituídas as instâncias decisórias do processo de instalação da hidrelétrica no local?

As respostas a essas questões conferem ao capítulo a função de discutir a rede social pelo viés espacial – global/local – e o poder através da constituição e funcionamento de espaços decisórios que representam a legalização e a legitimação de um projeto discutido a partir de uma relação conflitiva entre um projeto neoliberal (empreendedor) e outro democrático-participativo (movimentos sociais).

3.1 A concepção de um projeto hidrelétrico

Nesta seção – assim como nas seguintes – analisaremos uma parte da rede social apresentada no início deste trabalho tendo em vista o conjunto. Barnes (1987, p. 166) ajuda a esclarecer melhor o que estamos pretendendo neste caso através do que ele chama de “rede parcial”, que seria “qualquer extração de uma rede total, com base em algum critério que seja aplicável à rede total”, que, no caso em que estudamos, pode ser um critério ambiental, político ou econômico, por exemplo. Neste sentido, o autor vai falar em “conjuntos-de-ação”, através dos quais os agentes irão se relacionar temporariamente coordenando suas ações em torno de objetivos comuns (Ibid., p. 180-181).

Paralelamente, Mayer (1987, p. 141) explica que o “conjunto-de-ação” pode ser tomado como uma entidade limitada, mas não como um grupo, tendo em vista que “a base que sustenta a interconexão entre os indivíduos é especificada em cada caso, e não há relações de direito ou obrigação abrangendo todos os indivíduos envolvidos”. Seguindo nas idéias do autor, podemos

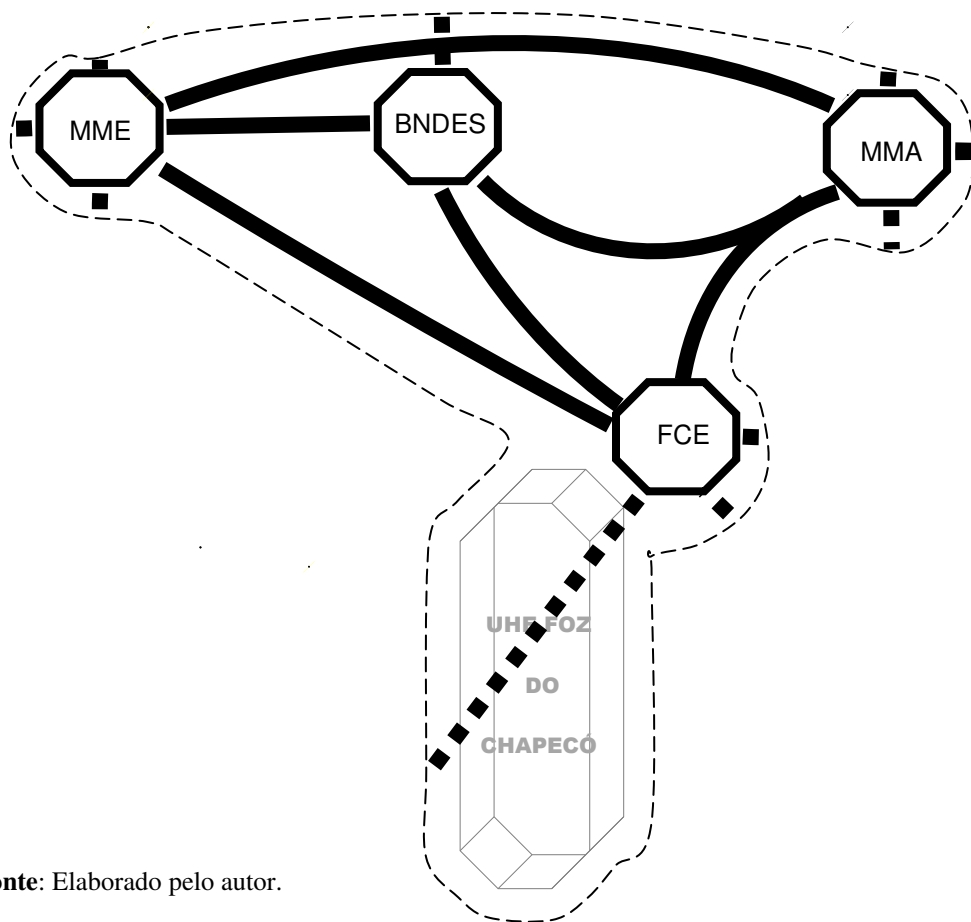
obter um complemento enriquecido pelo termo “ego”, sem o qual, “o conjunto-de-ação não existe, e ao redor do qual ele se constitui” (Ibid., p. 141). No caso em estudo “ego” será entendido como os agentes propulsores das ações de cada rede parcial que submeteremos à análise.

Em outras palavras, podemos dizer que a rede parcial que analisamos nesta seção, da mesma forma como as analisadas nas seções subsequentes, compreendem conjuntos-de-ações que reúnem números limitados de agentes sociais cujas ações são compreendidas a partir dos respectivos agentes propulsores das ações, através dos quais cada rede parcial deve ser analisada separadamente mas tendo em vista o contexto da rede social total.⁴²

No caso da rede social UHE Foz do Chapecó, esta seção trata de analisar a “rede parcial” (Figura 15) referente à concepção da UHE Foz do Chapecó enquanto projeto político e econômico. O conjunto de ação enfatizado reúne o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o consórcio responsável pela obra, a Foz do Chapecó Energia S.A (FCE), agente segundo o qual o conjunto-de-ação se conecta nesta rede parcial, sobretudo através de critérios econômicos e políticos.

⁴² Este embasamento teórico-metodológico servirá de apoio também para as seções subsequentes quando “redes parciais” distintas serão vislumbradas tendo em vista os recortes da “rede total” referentes às situações discutidas.

Figura 15 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor.

Antes de discutirmos as relações propriamente ditas, precisamos assinalar dois aspectos da rede social que podem ser explicados a partir desta parte em evidência. Primeiro, em relação aos agentes, embora sejam enfatizados os assinalados na rede parcial (Figura 15), uma série de outros agentes é mencionada ao longo da seção sem que estejam incluídos na representação feita neste trabalho. Isto se explica através a partir de uma característica de *expansividade* inerente à rede segundo a qual são possíveis ligações contínuas entre os agentes de forma que a representação da totalidade se torne impossível. Isto leva ao segundo aspecto que se refere ao espaço. Conforme mencionado no primeiro capítulo, a rede promove a interface entre o global e o local a partir de agentes que podem ser instituições internacionais como o Banco Mundial ou empresas nacionais como a Companhia Estadual de Energia Elétrica (RS) de forma recíproca,

reforçando a relação entre o global, o nacional, o regional e o local (SANTOS, 2004) apresentada anteriormente.⁴³

Em determinado momento começam a circular rumores de que uma usina hidrelétrica poderá ser instalada em determinada região. No caso aqui estudado, esses rumores começaram a circular na região já em 1966 quando eram realizados estudos na bacia do rio Uruguai através do Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul - ENERSUL, sob a supervisão da Canambra, mesmo sem precisar os locais específicos para as usinas. No período de 1977 a 1979, esses estudos foram retomados pela Eletrosul/CNEC gerando o inventário do potencial hidrelétrico da bacia do rio Uruguai conforme mencionado na primeira parte do trabalho. Entre os anos de 1983 e 1985 a ELETROSUL realizou o estudo de pré-viabilidade da UHE Itapiranga concomitantemente ao desenvolvimento do estudo de pré-viabilidade da UHE Iraí que se pretendia instalar em algum ponto do rio Uruguai nas proximidades do município do mesmo nome. Naquela ocasião o projeto foi rechaçado pela população da região, tendo em vista, principalmente, a possibilidade de inundação dos municípios catarinenses de Águas de Chapecó e São Carlos.

Do insucesso da década de 1980, os boatos e especulações sobre a instalação de uma usina hidrelétrica na região nunca terminaram. Toda vez que a população local sabia da presença de pessoas desconhecidas com aparelhos de topografia ou simplesmente transitando pelas barrancas do rio, os boatos ganhavam nova força, sempre com informações desencontradas que alimentavam a incerteza e não permitiam o esfriamento do debate. Embora a notícia da instalação de uma obra da envergadura como uma usina hidrelétrica cause efervescência na sociedade local, é preciso compreender como se dá o nascimento deste projeto a fim de vislumbrarmos as possibilidades de sua realização.

Retomando a idéia de projetos políticos anunciada no primeiro capítulo, partimos do pressuposto da hegemonia do projeto neoliberal no contexto global. Segundo Octavio Ianni (1997, p. 139-140) “o neoliberalismo é bem uma expressão da economia política da sociedade global” no sentido de que é este que “sintetiza a *ciência econômica* global, que informa, fundamenta e organiza os movimentos do capital em escala global”. Na mesma linha, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 55) explicam que nesta perspectiva, “o primado do mercado,

⁴³ Neste caso, optamos por apresentar um mapa (Figura 19) com a disposição dos agentes sociais de forma a evidenciar a relação global/local nesta seção, tendo em vista o recorte arbitrário feito a partir dos objetivos da pesquisa além da característica de expansividade permanente inerente às redes sociais.

enquanto organizador da economia, é visto como devendo se estender ao conjunto da sociedade; a busca de eficiência e de modernização passa então a legitimar a adoção do mercado como organizador da vida social e política”.

Nesta perspectiva, no que diz respeito à eletricidade, podemos dizer que esta se apresenta como ponto estratégico da economia global. Primeiro, no que diz respeito à lógica de mercado, pelo do fato de se tratar de um produto que não tem como ser estocado, ou seja, à medida que vai sendo produzido (geração, no caso da hidrelétrica) é transportado pelas linhas de transmissão até o destino de consumo, o produtor – quando este não é o próprio consumidor (autoprodutores) – tem garantido o “aceso imediato” ao lucro. Esta certeza do fluxo do produto no mercado se explica por dois motivos, primeiro, sob a praxe de que as hidrelétricas ao receberem as Licenças de Operação já têm toda a sua capacidade de geração potencialmente contratada, o que é um privilégio que não se aplica à imensa maioria dos produtos; segundo, é que a própria dinâmica do capital ao orientar aspectos de vida social pelo viés de mercado, criando demandas que são tomadas como *progressos* no estilo de vida que estão diretamente ligados à disponibilidade de energia elétrica, mantém vivo o ciclo que, como já mencionamos, relaciona desde empresas de pesquisa, da construção civil e de equipamentos elétricos e eletrônicos.

Sem discutir a dicotomia necessário/supérfluo de aparelhos de transporte (elevadores, metrô), comunicação (celulares, computadores) e moradia (condicionadores de ar, eletrodomésticos), é pertinente observarmos que, ao passo que o “homem primitivo” consumia em média 2.000 Kcal/dia, relacionados à alimentação e transporte, o “homem tecnológico”, mais aparelhado, consome em média 230.000 Kcal/dia, o que evidencia a relação entre a idéia de desenvolvimento social fomentada pela ótica do mercado e a importância da energia, que no caso do Brasil, somado à vocação hidrelétrica (capítulo 2) garante a continuidade e o avanço do setor hidrelétrico (GONÇALVES JR., 2007). Com isto, não estamos defendendo a volta ao período primitivo, mas, salientando que a demanda crescente de energia, o que, no limite, significa a instalação de mais hidrelétricas, merece ser compreendida, em boa parte, pelo viés de uma motivação de mercado segundo a qual a demanda de energia é alimentada e alimenta o mesmo mercado.

Ao abordarmos a questão pretendendo um sentido global, precisamos ter em vista a flexibilidade que os temas assumem por esta ótica. Disto, chamamos a atenção para um problema que é inerente às análises desta natureza, a tendência de, ao querer evidenciar a *onipresença* dos

temas, corremos o risco de concebê-los de forma solta, como se fossem forças que pairam no ar, o que, para a compreensão dos efeitos práticos, acaba sendo insuficiente. Portanto, é preciso evidenciar que, embora se acredite numa tendência global do capitalismo, referida anteriormente, prima-se pelo apontamento dos lugares e instituições onde esta tendência, se não se origina, pelo menos pode ser percebida concretamente e ao passar por esses pontos tende a prolifera-se pelo globo.

De modo geral, na perspectiva que seguimos, mencionamos instituições como o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), como instituições legítimas e capazes de propor ações em diferentes partes do mundo. No caso específico da hidreletricidade, o Banco Mundial, através da Comissão Mundial de Barragens, apresenta diretrizes que precisam ser seguidas para que os empreendedores de diferentes partes do mundo possam recorrer ao apoio financeiro do Banco. No caso do Brasil, embora não se exclua a ligação entre o Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por ser este o apoiador das obras atualmente, as recomendações do Banco Mundial não são tomadas como incondicionais, ao passo que, no tocante à OMC, é importante a menção da chamada “Teoria do Consenso”, segundo a qual, “os Estados são convocados a planejar e executar políticas ‘coerentes’ para a sua gestão macro-econômica; para o serviço de infra-estrutura e para a administração de seus mercados internos” (GONÇALVES JR., 2007, p. 10).

Para compreendermos o caso brasileiro, partimos da idéia de Ribeiro (1991, p. 102) de que as hidrelétricas, enquanto projetos de “grande escala”, “são oportunidades únicas para se promover, num contexto regulamentado, a articulação do capital internacional e nacional sob a supervisão de diferentes Estados nacionais e de organizações supranacionais”, sendo que o “consórcio é a entidade social, econômica e política concreta que opera esta articulação”. Disto, é importante fazermos uma abordagem, tanto sobre o Estado quanto sobre as empresas, segundo a perspectiva do autor.

Quanto ao Estado nacional, este é um agente social importante na articulação do capital internacional, que pode ser compreendido neste papel a partir da perspectiva de Poulantzas (1981, p. 152-153) quando o autor afirma que

o estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação).

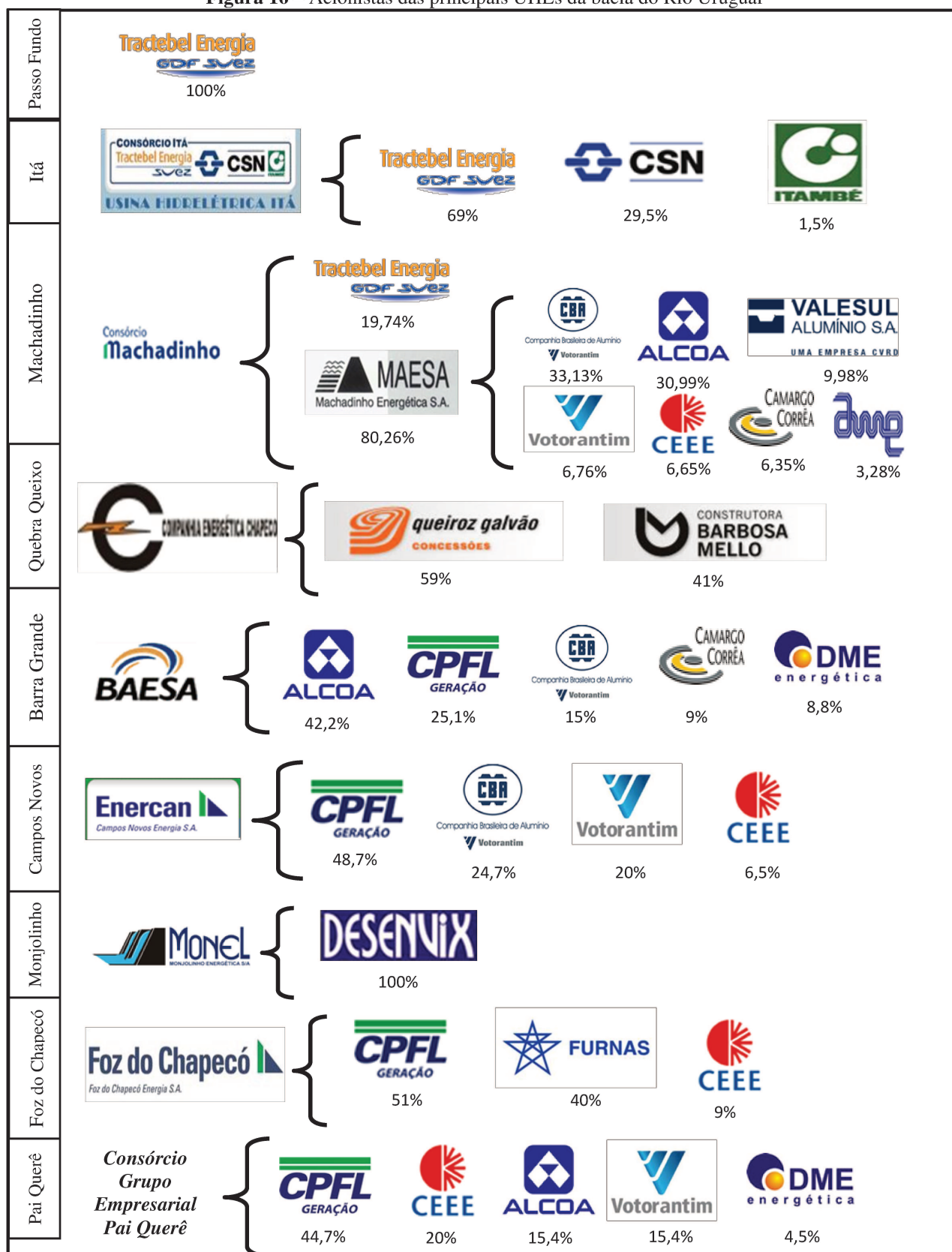
Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre as frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, *no seio do Estado*, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, e não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As contradições de classe constituem o estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado.

Esta perspectiva nos possibilita entender as contradições deste agente ao longo do processo de instalação de uma hidrelétrica, sendo que este processo precisa ser considerado a partir de aspectos como a relação entre os ministérios do meio ambiente e de minas e energia na instalação de uma obra como esta. Na mesma linha, mas referindo-se ao capital privado, é pertinente a idéia de Castells (2003, p. 232) quando o autor afirma que

Com a rápida transformação tecnológica, as redes – não as empresas – tornam-se a unidade operacional real. Em outras palavras, mediante a interação entre a crise organizacional e a transformação e as novas tecnologias da informação, surgiu uma nova forma organizacional como característica da economia informacional/global: *a empresa rede*. [...] proponho o que acredito ser uma definição (não-nominalista) potencialmente útil da empresa em rede: *aquela forma específica de empresa cujo sistema de meios é constituído pela intersecção de segmentos de sistemas autônomos de objetivos*. Assim, os componentes da rede tanto são autônomos quanto dependentes em relação à rede e podem ser uma parte de outras redes e, portanto, de outros sistemas de meios destinados a outros objetivos.

A afirmação do autor, além de corroborar a importância do “consórcio” apresentada por Ribeiro (1991) para o entendimento da questão, assinala a perspectiva relacional, que, neste trabalho, enfatizamos através da *simbiose* entre estatal e privado. Então, a partir das idéias dos autores citados acima, percebemos a natureza relacional da instalação das hidrelétricas, tanto no que diz respeito às escalas de ação – global/local – quanto aos agentes sociais envolvidos. Para ilustrar o que estamos falando e avançarmos sobre o caso específico, apresentamos o quadro dos acionistas das principais hidrelétricas da bacia do rio Uruguai (Figura 16):

Figura 16 – Acionistas das principais UHEs da bacia do Rio Uruguai



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de “sites consultados” (Ver Referências).

Pelo exposto no quadro acima é possível assinalarmos alguns pontos importantes da inserção dos projetos hidrelétricos no Brasil, especialmente na bacia do rio Uruguai a partir da compreensão do atual contexto político e econômico, retomando alguns pontos anunciados na primeira parte do trabalho, o tempo, o espaço e os agentes sociais.

Quanto ao *tempo*, se considerarmos que as UHEs Passo Fundo e Itá foram instaladas ainda no período de predominância estatal no setor hidrelétrico, o avanço do projeto neoliberal alterou a composição acionária das usinas já instaladas, tanto que estas pertenciam à ELETROSUL e foram privatizadas, sendo que já a partir da instalação da UHE Machadinho, a forma de consórcios de empresas passou a predominar. A análise deste fator permite um panorama da evolução política da hidreletricidade no aspecto estrito, mas também da política nacional de forma mais ampla, conforme apresentado na primeira parte do trabalho quando discutimos o panorama da hidreletricidade no Brasil.

Quanto ao *espaço*, percebemos que embora as usinas estejam espalhadas pela bacia hidrográfica (Figura 6), há uma repetição de consorciações em diferentes usinas como é o caso da CPFL e da CEEE, sem contar que, se considerarmos o Sistema Interligado Nacional (SIN) (Figura 5), as empresas repetem as alianças ou participam de outros consórcios com empresas diferentes, como é o caso de Furnas, o que confere à empresa barrageira o *know how* e a flexibilidade econômica que favorece em muito a expansão do setor através da instalação de novas usinas.

Quanto aos *agentes sociais* dois aspectos são fundamentais, primeiro, é que a dicotomia Estado/Iniciativa Privada não dá conta de explicar a composição acionária atual; segundo, é que a partir das características dos acionistas, é possível compreendermos os objetivos desses projetos. Empresas do setor metalúrgico como a Alcoa, por exemplo, têm na energia um componente que assume *status* de matéria-prima, dada a alta demanda de energia para o beneficiamento da bauxita, componente básico do alumínio. Segundo a Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), o Brasil, “além da terceira maior jazida de bauxita do planeta, é o quarto maior produtor de

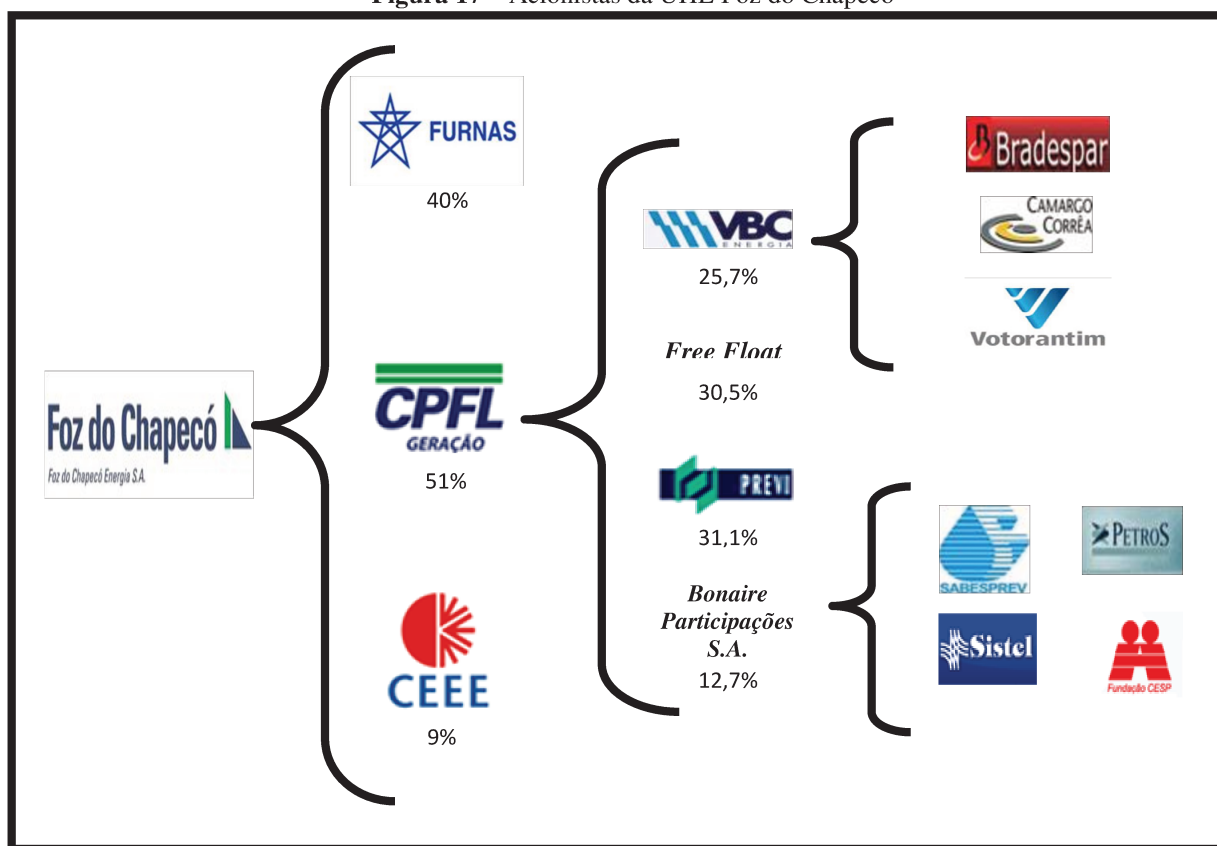
alumina e ocupa a quinta colocação na exportação de alumínio primário/ligas.”⁴⁴ Além disso, precisamos considerar a importância de empresas que não figuram como acionistas nas hidrelétricas, mas que ocupam lugar de destaque como a ENGEVIX, no setor de planejamento e responsável pelo EIA/RIMA da UHE Foz do Chapecó, além da *Voith-Siemens* e da *Alstom*, esta inclusive a fornecedora das turbinas da UHE Foz do Chapecó.

Para compreendermos melhor a composição e a natureza das relações entre os agentes sociais acionistas dos projetos hidrelétricos e seguirmos no caso abordado neste trabalho, convém avançarmos na composição acionária específica da UHE Foz do Chapecó.

Embora estudos preliminares já viessem sendo feitos desde a década de 1970, quando a ELETROSUL apresentou o Inventário para a bacia hidrográfica, no qual a referida usina denominava-se UHE Iraí e estava prevista num ponto a jusante do atual projeto, foi através do Edital de Leilão nº 002/2001 que a ANEEL realizou a licitação que outorgou a “CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS (AHE)”, dentre os quais estava o então AHE Foz do Chapecó (Grupo E). O grupo vencedor do referido leilão no que diz respeito ao AHE Foz do Chapecó passou por reformulações até que constou da seguinte composição atual (Figura 17):

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.abal.org.br/industria/introducao.asp>>. Acesso em: 08 set. 2010.

Figura 17 – Acionistas da UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de “sites consultados” (Ver Referências).

Segundo a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que estabelece as normas gerais para as Parcerias Público-Privadas (PPP), os projetos hidrelétricos serão conduzidos pelas respectivas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), que têm sua criação em virtude daquela usina que pretendam instalar e operar. Embora o quadro sobre os acionistas da UHE Foz do Chapecó seja auto-explicativo, convém um breve relato acerca desses agentes.

No caso da UHE Foz do Chapecó ressaltamos a *simbiose* Estado/Iniciativa privada que se concretiza na SPE consorciando FURNAS, empresa vinculada à ELETROBRAS (governo federal), a CEEE (vinculada ao governo do estado do Rio Grande do Sul) e a CPFL, que requer uma explicação mais detalhada. A CPFL consta de uma *holding* (conglomerado de empresas que podem ser do mesmo ou de diferentes setores da economia) que representa bem a natureza da empresa hidrelétrica. Primeiro, formando a VBC Energia, está o Grupo Bradesco, um dos principais bancos do país e presente com investimentos em diversos setores da economia, a Camargo Corrêa, com destaque em obras de grande porte no ramo da engenharia civil como rodovias, ferrovias, saneamento básico, siderurgia e cimento, além da geração e comercialização

de energia elétrica, e a Votorantim, de atuação destacada no setor de base da economia especialmente na produção de cimento, mineração, metalurgia, siderurgia e celulose, onde atua contando com a autogeração de energia. A PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) é uma entidade de previdência privada dos funcionários do Banco do Brasil e empregados do seu quadro próprio que participa da *holding* com a intenção de capitalizar seus fundos a partir do investimento no projeto hidrelétrico. A *Bonaire Participações S.A.* reúne quatro instituições: a SISTEL (Fundação Sistel de Seguridade Social), que consta de um fundo de pensão brasileiro patrocinado por empresas privadas; a FUNCESP (Fundação CESP), uma entidade fechada de previdência complementar que administra planos de previdência e saúde para os colaboradores das grandes empresas do setor de energia elétrica do estado de São Paulo; a SABESPREV, entidade fechada de previdência complementar dos empregados da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; e a PETROS, que, fundada pela PETROBRAS, atua no mercado de previdência complementar sendo mantida por empresas privadas, estatais ou de economia mista, além de associações, sindicatos ou conselhos de classe. Finalmente, a *holding* disponibiliza parte de suas ações no formato *Free Float*, ou seja, ações livres que existem cotadas em bolsa de valores, geralmente distribuídas entre diferentes acionistas minoritários.

Esses acionistas acabaram formando a SPE denominada Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE), que, vencedora do respectivo leilão, recebeu a concessão de instalação e exploração pelo prazo de 30 anos sobre a UHE Foz do Chapecó. Embora a SPE reúna uma variedade de empresas estatais e privadas, é importante registrarmos que a maior parte dos investimentos para a realização do projeto foram custeados pelo BNDES através de uma operação mista, na qual R\$ 1,1 bilhão foi desembolsado diretamente pelo BNDES enquanto R\$ 552 milhões foram garantidos pelos bancos Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Safra, totalizando 75% do custo da obra que tinha previsão inicial de R\$ 2,2 bilhões.⁴⁵

⁴⁵ Segundo o empreendedor, ao final o custo da obra chegou a R\$ 2,64 bilhões.

Figura 18 – Foto de solenidade na UHE Foz do Chapecó



Em 5 de outubro de 2007, no município de Águas de Chapecó (SC), uma solenidade reunindo os “proponentes da obra” marcou o início da concretagem estrutural da UHE Foz do Chapecó. Da esquerda para a direita: o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, o ministro de Minas e Energia, Nélson Hubner, o presidente da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Wilson Ferreira Júnior e o presidente da CEEE, Delson Luiz Martini.

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/AGÊNCIA DE FOTOS. Disponível em: <www.estado.rs.gov.br>.

A partir do que apresentamos até aqui e ilustramos através da imagem acima, podemos ter uma noção da complexidade da composição acionária do setor hidrelétrico atualmente, que reúne diferentes agentes em diferentes espaços. Deleuze & Guattari (1997) explicam a relação entre o que chamam de “Maquina de Guerra”, nômade, que se movimenta sobre um espaço “liso”, no sentido da fluidez e não da homogeneidade – referindo-se ao capital global –, e o Estado, sedentário, que produz um espaço “estriado” em que os agentes precisam se adaptar para poderem se movimentar, de modo que esta relação precisa ser compreendida considerando que “as máquinas de guerra têm uma *potência de metamorfose*, pela qual elas certamente se fazem capturar pelos Estados, mas pela qual também elas resistem a essa captura e renascem sob outras formas”.

Essas estruturas que parecem flutuar sobre as diferentes partes do globo, a que Deleuze & Guattari chamam de “Máquinas de Guerra”, relacionam-se com os Estados a partir de uma adaptação mútua que propicia tal processo. No caso do Brasil, especialmente do setor hidrelétrico, Verdum (2007) aponta os caminhos desta relação através da análise de duas

“estratégias de desenvolvimento” que visam fomentar projetos de grande escala que têm na energia um de seus pontos fundamentais, a IIRSA (*Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana*) e o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento).

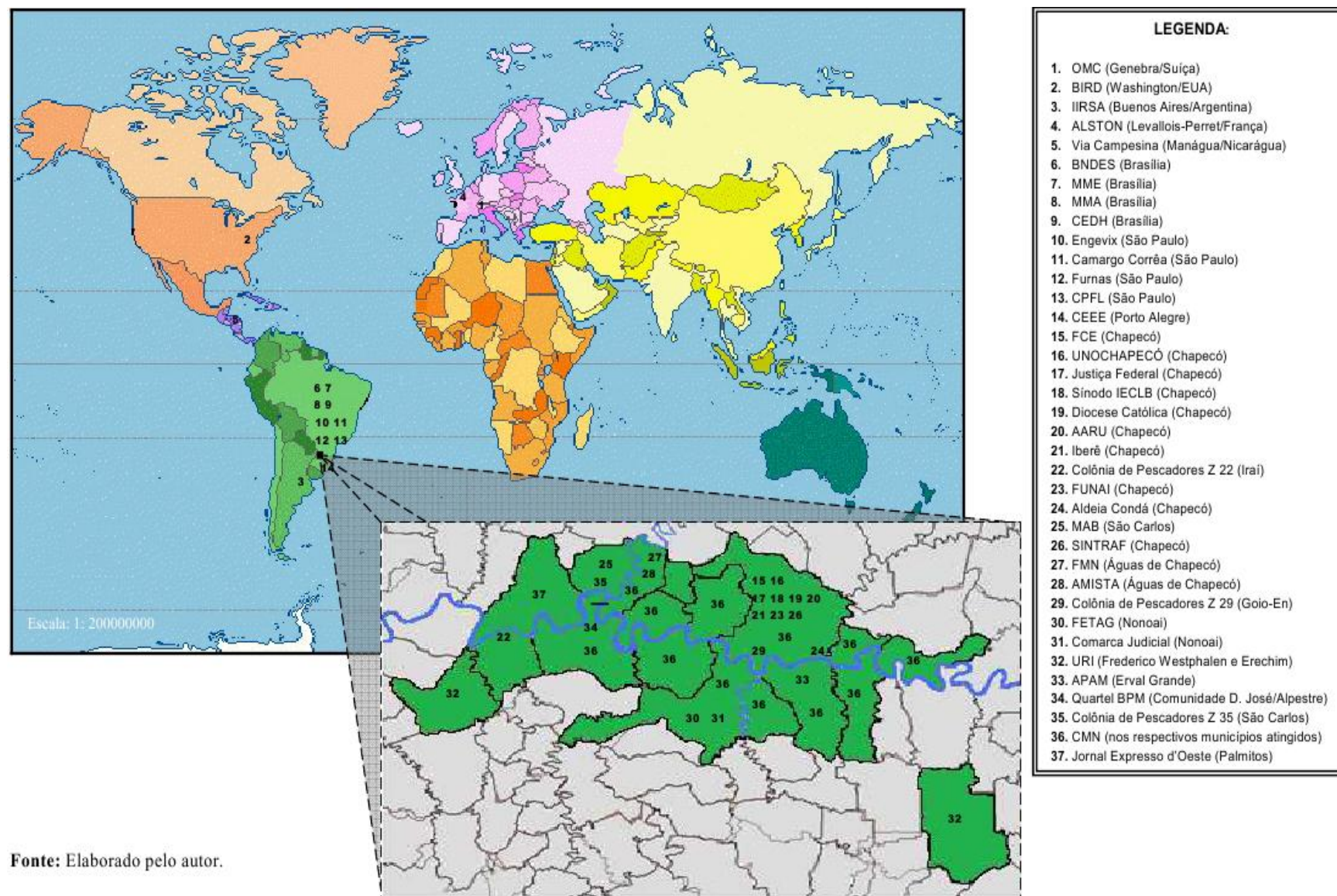
A IIRSA compreende um fórum de integração da América do Sul firmado em setembro de 2000 em Brasília, reunindo 12 países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) com o intuito da “definição de uma estratégia de trabalho conjunto visando à integração das infra-estruturas nacionais” para fazer frente ao problema da “fragmentação da infraestrutura física instalada na região, sendo apontada como principal causa a falta de uma visão abrangente de América do Sul, enquanto unidade geoeconômica e não como conjunto de países apartados entre si” (VERDUM, 2007, p. 17-18).

Quanto aos agentes envolvidos no projeto, o autor aponta, além dos 12 Estados mencionados, uma amplitude de agentes participando direta e indiretamente nos diferentes projetos, tais como, instituições financeiras como o Banco Mundial (BIRD), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de empresas de grande porte dentre as quais a General Electric (GE), a América Latina Logística (ALL), a Vale do Rio Doce, a Odebrecht, a Petrobrás, a Andrade Gutiérrez e a Queiroz Galvão (VERDUM, 2007, p. 22), alguns envolvidos diretamente em hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, inclusive na UHE Foz do Chapecó (Figura 16).

Neste contexto, o Brasil lança em janeiro de 2007 o *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*, que conforme assinala o autor, teria o objetivo de acelerar a economia e a modernização tecnológica, aumentando a competitividade do Brasil e promovendo a integração interna do país bem como com seus vizinhos e com o mundo através de cinco blocos de medidas: investimento em infra-estrutura (onde o orçamento maior cabe ao setor energético), estímulo ao crédito e ao financiamento, (como se percebeu no caso da UHE Foz do Chapecó, obra do PAC), melhora do ambiente de investimento, medidas fiscais de longo prazo e desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário (VERDUM, 2007, p. 28).

Do que foi apresentado pelo autor, podemos compreender que os projetos de grande escala como as hidrelétricas envolvem uma rede de agentes em diferentes espaços que estão ligados a partir de várias obras que compõem um projeto maior, neste caso continental, que consequentemente faz parte de um projeto ainda maior inserido na lógica do capital global. Então, podemos compreender que a concepção de um projeto hidrelétrico não se dá necessariamente no local onde esta será instalada, o que não significa dizer que não seja importante este aspecto, porém, o que fica claro é que os agentes e os recursos se mobilizam a partir de um movimento de *reterritorialização* constante que vai concretizar projetos globais em diferentes locais formando um circuito articulado. A seguir apresentamos um mapa com a disposição dos agentes sociais no espaço de forma a ilustrar esta rede (Figura 19).

Figura 19 – Os Agentes Sociais no Espaço



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta seção procuramos compreender as relações entre os agentes no sentido da organização enquanto um projeto desenvolvimentista que não pode ser entendido pelo viés das dicotomias estatal/privado, esquerda/direita, nacional/internacional, material/cultural, mas como *simbiose* entre todos esses aspectos de forma a organizar um projeto que vai buscar um ponto de ancoragem que ele atrai mas que também é atraído tendo em vista interesses locais. Considerando a concepção do projeto em escala global, a inserção deste em determinado local, sua aceitação ou não, é o tema da próxima seção.

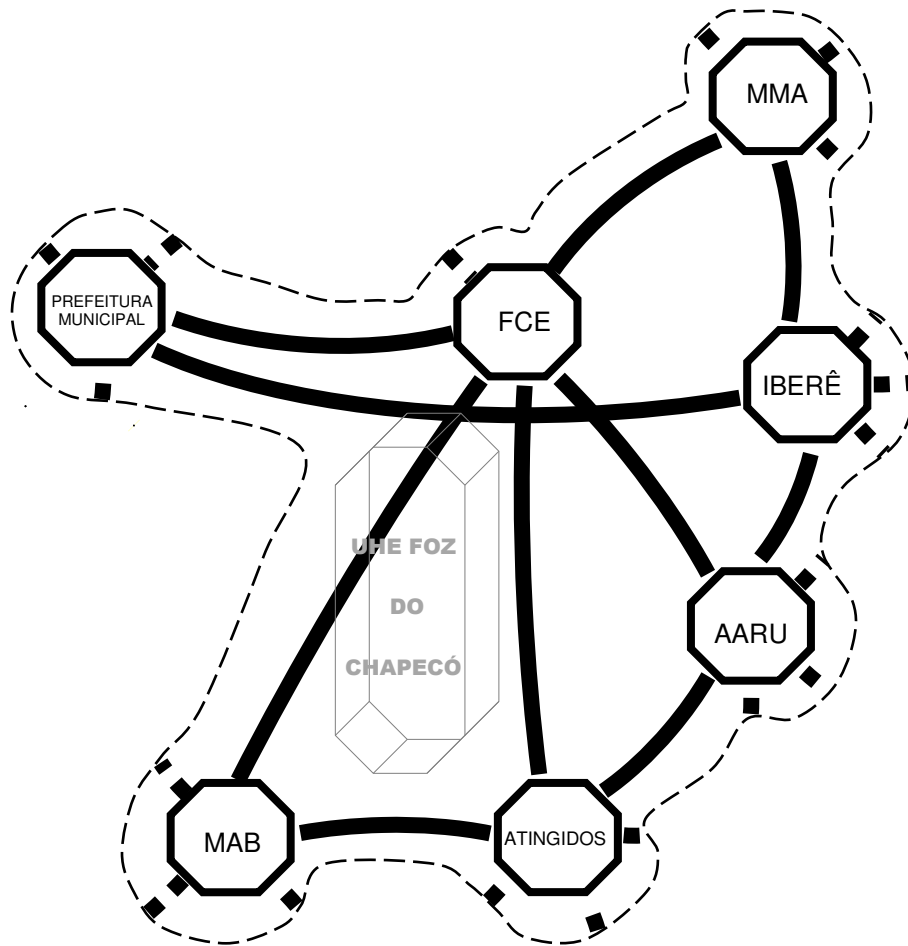
3.2 A inserção do projeto pela ótica ambiental

Nesta seção discutiremos a “rede parcial” (Figura 20) formada pelo Ministério do Meio Ambiente, especialmente através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Foz do Chapecó Energia (FCE), pelas Prefeituras Municipais, pela Associação dos Amigos do Rio Uruguai e Afluentes (AARU), pelo Consórcio Iberê, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além dos próprios atingidos, que pela centralidade da sua condição, podem ser considerados *onipresentes* na rede social. Este conjunto-de-ação tem como agente propulsor o Ministério do Meio Ambiente – especialmente o IBAMA –, através do qual se evidencia o aspecto ambiental como critério para a análise da rede parcial.

Através da análise sobre esta “rede parcial” discutimos o período de licenciamento prévio da UHE Foz do Chapecó tendo como pontos relevantes o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) que são discutidos na sociedade através das Audiências Públicas (AP), o que analisamos sob a luz das relações de poder envolvendo a instalação da hidrelétrica enquanto um processo social representado na “rede social total”.

Nesta seção vale a mesma ressalva que fizemos na seção anterior sobre a expansividade da rede, pois agentes como Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal (IPPUR-UFRJ), a Fundação Estadual de Proteção Ambiental-RS (FEPAM) e a Fundação do Meio Ambiente-SC (FATMA) participam mesmo que indiretamente da discussão, sendo que não foram incluídos na representação da rede social por uma opção metodológica tendo em vista o objetivo da pesquisa.

Figura 20 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor.

São notórios os impactos ambientais causados pelas hidrelétricas sendo que cada caso apresenta uma conformação de variáveis específicas de acordo com as condições do local onde está a obra. Considerando a dificuldade de precisarmos as dimensões desses impactos mesmo que em casos específicos, de modo geral, podemos destacar fatores como a inundação das áreas de reservatório, a alteração do processo de sedimentação nos rios, os terremotos, tremores de terra e atividades sísmicas na região da obra, as alterações na composição química, física e térmica da água, o aumento da salinização dos solos, a alteração do ciclo migratório da ictiofauna, o surgimento de focos de doenças endêmicas decorrentes dos pontos de água parada, a emissão de gases de efeito estufa, além dos impactos cumulativos, ou seja, aqueles decorrentes da intensificação da construção de barragens numa mesma bacia hidrográfica como é o caso da

bacia do rio Uruguai, como fatores inerentes à instalação de hidrelétricas, acontecendo de formas diferentes em cada caso específico (VIANA, 2003; BERMANN, 2007)⁴⁶.

Na seção anterior apresentamos como o projeto neoliberal se organiza em nível global e nacional para viabilizar a instalação de hidrelétricas. A ação do setor hidrelétrico na bacia do rio Uruguai, especialmente no Alto Uruguai, remonta à UHE Passo Fundo que entrou em operação ainda em 1971, então sob o regime militar. Ao longo da instalação das demais hidrelétricas listadas, as conjunturas política, econômica e social se alteraram de forma a vislumbrarmos a configuração acionária exposta na Figura 16 (Quadro de Acionistas). Agora, é importante compreendermos como um projeto fomentado por agentes globais se ancora em determinado local, sempre tendo em vista a reciprocidade entre global, nacional, regional e local conforme apresentado na primeira parte do trabalho.

Para entendermos como “nasce” uma hidrelétrica é preciso termos em vista dois aspectos: por um lado, é preciso contar com os recursos naturais disponíveis para o empreendimento, o que no Brasil, especialmente na bacia do rio Uruguai é abundante, como já foi demonstrado no capítulo 2 quando falamos sobre a “vocação hidrelétrica” do Brasil e da bacia. Por outro lado,   preciso que se tenha um projeto consistente tanto do ponto de vista da engenharia civil como da engenharia política e econômica. Assim se d  a liga o do global com o local em primeira instância.

Então, estando a “máquina de guerra” certa do local onde irá atuar, ou seja, em que ponto de qual rio,   iniciado outro momento no processo de instala o da hidrelétrica. Sagrando-se vitoriosa no leilão para a “concessão de uso de bem público para a explora o de aproveitamentos hidrelétricos”, a respectiva Sociedade de Propósito Específico buscar  inserir o projeto na região, num movimento apoiado na *legalidade* mas que precisa obter também a *legitimidade* para seguir adiante, ou seja, a legalidade sobre a qual o projeto se baseia paralelo   legitimidade em rela o às popula es locais que podem estar sendo atingidas pelo referido projeto (SCHERER-WARREN, 2005 p. 84).

O caso da UHE Foz do Chapecó   exemplar para a compreensão desta rela o de inser o de um projeto de grande escala em determinado local. Planejado desde a década de 1960, proposto no final da década de 1970 e início de 1980 (UHE Iraí), o projeto foi rechaçado pela

⁴⁶ Relatos que colhemos junto   popula o local dão conta da ocorrência desses fatores na região em decorrência da instala o da hidrelétrica.

população local de forma que a organização que vinha se consolidando nas esferas global e nacional não conseguiram se legitimar na região. Vinte anos depois, já no final da década de 1990, com a parte de engenharia civil remodelada e num outro contexto social, político e econômico, a obra volta a ser apresentada. Neste contexto, é importante compreendermos como se deu a inserção do projeto no local a partir das relações de poder entre agentes de natureza global, nacional, regional e local.

Considerando que já se tenha um projeto desenvolvimentista global que está “cristalizado” (RIBEIRO, 2005, p. 5) através da Sociedade de Propósito Específico (SPE), este agente busca o melhor ponto de ancoragem para o seu projeto, que é onde pretende instalar a usina hidrelétrica a partir das condições naturais do local. Neste sentido, Vainer (2007) chama a atenção para um aspecto importante da legislação atual que se refere à definição de “aproveitamento ótimo”. Com base na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que “Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências”, especialmente no Artigo 5, § 2º e § 3º, dois aspectos são pertinentes:

§ 2º Nenhum aproveitamento hidrelétrico poderá ser licitado sem a definição do “aproveitamento ótimo” pelo poder concedente, podendo ser atribuída ao licitante vencedor a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos básico e executivo.

§ 3º Considera-se “aproveitamento ótimo”, todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento, arranjo físico geral, níveis d’água operativos, reservatório e potência, integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica.

Com vista ao que prevê a legislação, concordamos com o autor quando ele assinala que “a visão de *aproveitamento ótimo* se restringe ao conceito de eficiência energética, desconhecendo integralmente o que poderíamos chamar de *eficiência social e ambiental*” (VAINER, 2007, p. 123). Disto, cabe-nos o entendimento dos motivos e dos caminhos pelos quais o empreendimento em questão busca se inserir no local através da perspectiva ambiental.

Para além das diferenças (sociais, étnicas, políticas, econômicas, religiosas) inerentes à sociedade complexa, consideramos que o ambientalismo possa representar uma “nova identidade como espécie”, tendo em vista que identifica diferentes – senão todos, pelo menos no discurso – grupos sociais a partir da ideia de justiça ambiental (CASTELLS, 2003). Embora concordemos com a possibilidade de tal identificação, é preciso termos clareza do que implica o conceito de “justiça ambiental”. Segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 16),

A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitado e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades.

Por outro lado, os mesmo autores chamam a atenção para o fato de que, se o termo “justiça”, está em voga, precisamos também considerar o oposto, a dizer, a “injustiça ambiental”, o que os mesmos autores conceituam como sendo

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 41).

Então, tendo em vista que o ambientalismo em certa medida representa um consenso entre os diferentes grupos sociais, baseado na noção de *(in)justiça ambiental*, o que nos cabe, aqui, é entendermos como a UHE Foz do Chapecó, que decididamente agride o ambiente e compromete as populações locais, consegue se justificar neste campo, logrando apoio mesmo entre a população atingida.

Partindo de que o aspecto ambiental representa uma espécie de consenso principalmente no que diz respeito ao discurso dos diferentes agentes sociais, podemos identificar o que Bourdieu (1996) chama de um “mercado linguístico”, segundo o qual, de acordo com as relações de poder, os discursos detêm um “valor” (um sentido), logo, um efeito. Segundo o autor, para que determinado discurso alcance o efeito esperado, “não basta que ele seja compreendido, é preciso que seja reconhecido”. Para obter tal reconhecimento e efeito, o mesmo “deve ser pronunciado pela pessoa autorizado a fazê-lo”, que o fará “numa situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos”, sendo que o enunciado ainda deverá observar as formas legítimas (BOURDIEU, 1996, p. 91).

Diante do pressuposto deste “mercado linguístico”, especialmente no que se refere ao aspecto ambiental, é pertinente o apontamento feito por Bronz (2011) para se referir ao empreendedor. Segundo a autora, este agente social desenha um “mapa de campanha na guerra

pela obtenção das licenças ambientais”, segundo o qual ele estabelece seu “posicionamento”, termo que a mesma autora explica da seguinte forma:

o posicionamento reúne um conjunto de pressupostos morais, discursos e estratégias que direcionam a ação de consultores e empreendedores. Ou seja, ele circunscreve um enquadramento possível de ação. Quando o posicionamento é posto em prática ele é também colocado em relação. Sem fugir aos seus principais postulados, ele vai ser alinhado, ou seja, vai sofrer as adaptações necessárias às situações particulares. Neste sentido, poderia dizer que o posicionamento é relacional aos grupos de interesse e aos atores estratégicos: para cada conjunto de atores e grupos foi determinada uma combinação específica entre os seguintes parâmetros: (a) o tipo de interação ou intervenção; (b) o interlocutor; (c) os critérios de negociação. O posicionamento também é variável no tempo, ele se atualiza em cada etapa da interação, mas os parâmetros são uma constante, que circunscrevem e delimitam uma margem possível de negociação (BRONZ, 2011, p. 229).

Assim como os empreendedores apóiam-se nos seus consultores para estabelecerem seu “posicionamento” no contexto do licenciamento ambiental, da mesma forma, tendo em vista o mesmo “mercado linguístico”, o MAB também vai recorrer àqueles agentes “autorizados” neste mercado. Neste sentido, Zhouri e Rothman (2008, p. 126) explicam que

É neste contexto que surge e atua a figura do assessor dos atingidos pelas barragens. Oriundos de setores como a igreja, a universidade e, ou, ONGs, todos têm em comum a compreensão do licenciamento como um campo de lutas entre segmentos sociais muito desiguais. Como o saber técnico e a longevidade de atuação neste cenário, com a consequente formação de redes de relações sociais e pessoais se configuram como os principais capitais específicos do campo ambiental, a assessoria trabalha com o objetivo de adicionar capital simbólico aos segmentos dos atingidos para minorar as desigualdades de poder.

Então, com base nas palavras de Bronz (2011), a respeito do empreendedor, e de Zhouri e Rothman (2008), a respeito do movimento social, podemos vislumbrar a rede parcial que apresentamos no início desta seção. Feito isto, avançaremos na discussão tendo em vista que, tanto os posicionamentos do empreendedor quanto do movimento social consistem numa construção ao longo do processo social, especialmente durante o processo de licenciamento específico, pois os agentes sociais da rede não se alinham involuntariamente a determinado projeto, é preciso que seja estabelecido um “nexo” entre o discurso do projeto proponente (do empreendedor ou do movimento social) e as aspirações do agente envolvido no processo (Schutz, 1979). Logo, tentaremos entender quais são os discursos que disputam o mercado linguístico, quais os agentes sociais estão aptos a concorrer neste mercado e em quais instâncias estes podem

ser proferidos. Disto, teremos condições de apurar qual projeto tende a prevalecer neste aspecto do processo de instalação da hidrelétrica.

Para seguirmos na compreensão das relações de poder para a instalação da hidrelétrica, é preciso termos em vista os passos do licenciamento ambiental, no sentido de vislumbrarmos a sequência prevista para o processo de instalação dessas obras. Então, com base na Instrução Normativa nº 184, de 17 de julho de 2008, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), podemos dizer que os principais pontos do processo de licenciamento ambiental federal no Brasil, no qual se enquadra o empreendimento hidrelétrico em questão são os seguintes: 1) Instauração do Processo; 2) Licença Prévia (LP); 3) Licença de Instalação (LI); e, finalmente, 4) Licença de Operação (LO), sendo que as obras avançam nessas quatro etapas a partir de Licenças fornecidas pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA) principalmente através do IBAMA. Para a obtenção das respectivas Licenças, em tese, o empreendedor precisa atender às condicionantes ambientais e sociais estabelecidas pelos órgãos de fiscalização em conjunto com a sociedade onde o empreendimento será construído. Procurando seguir essa ordem prosseguimos na discussão acerca do processo de inserção da UHE Foz do Chapecó na região.

Retomando a ideia de “mercado linguístico” referente ao ambientalismo, é importante sabermos quais *agentes* figuravam neste campo a nível regional no momento em que o projeto hidrelétrico buscava sua inserção. Sendo a bacia hidrográfica do rio Uruguai o recorte regional adotado neste trabalho, é necessário o comentário sobre o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), tendo em vista que este é o *espaço* consagrado para o gerenciamento dos assuntos relacionados ao uso da água nas respectivas bacias⁴⁷. No caso aqui estudado, quando da instalação da UHE Foz do Chapecó, o referido CBH ainda não estava instituído definitivamente, constando apenas de um Pró-Comitê que indica a mobilização para a conformação da instância⁴⁸. De qualquer forma, nossa busca por informações sobre o referido CBH lançou luz sobre dois outros agentes

⁴⁷ Ver Anexo I – Parte I.

⁴⁸ Embora a existência de um CBH, em tese, aponte para a democratização da gestão do uso da água, estes precisam ser considerados em cada caso específico, pois, conforme explicam ABERS & JORGE (2005, p. 4) “a crescente literatura que analisa experiências empíricas de descentralização [...] mostra que nem sempre é mais eficiente nem mais democrático. A eficiência é prejudicada em duas circunstâncias: quando instituições locais não têm capacidade técnica ou administrativa para deliberar ou executar efetivamente, ou quando interesses políticos locais são caracterizados por clientelismo, corrupção ou outros padrões que fazem com que as decisões políticas não sigam as prioridades técnicas. A democracia é prejudicada quando elites locais conseguem monopolizar os processos decisórios ou quando a sociedade civil não é bem organizada”.

sociais que, pela sua participação no campo ambiental regional, mereceram lugar na rede social envolvendo o caso estudado, a dizer, o Consórcio Iberê e a Associação dos Amigos do Rio Uruguai e Afluentes (AARU).⁴⁹

Sobre o Consórcio Iberê, a engenheira ambiental e Secretária Executiva, Sílvia Valdez, nos explicou em entrevista que o referido consórcio seria

o ente que está secretariando a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), o governo do estado de Santa Catarina nos repassa recursos para isso, portanto, nós temos ligação com o governo estadual através da CASAN e das prefeituras que formam o consórcio e que fazem o rateio de despesas das ações do consórcio, como realização de audiências, cursos. [...] Como nós somos anteriores à lei de recursos hídricos, provavelmente o Iberê não existiria se fosse formado hoje, porque ele funciona mais ou menos no que prevê a legislação para o Comitê [CBH] (VALDEZ, 2010).

Depois, para situar o Consórcio Iberê na rede social envolvendo o processo de instalação da UHE Foz do Chapecó, a entrevistada nos explicou que

em julho de 2008, quando a gente percebeu que era um assunto difuso, [...] o Iberê assumiu a postura de fomentar e prestar assistência técnica aos prefeitos nesta temática [da barragem], se preparando para responder às dúvidas dos prefeitos de forma técnica de forma a orientar esses prefeitos quanto às pendências sobre este empreendimento. [...] A opção pela produção de energia é uma realidade e ir contra essa realidade é ser utópico. A nossa perspectiva é a mesma, sim estes empreendimentos devem vir para a região, mas com a responsabilidade sobre os impactos que eles causam, que são reais e a gente tem os números que mostram isso. O que a gente não pode abrir mão é que este estabelecimento aconteça da forma mais apropriada à realidade local. Por exemplo, quando a gente aponta que a vinda do empreendimento está onerando a saúde pública do município, o empreendedor diz que isso é responsabilidade do Ministério da Saúde, mas então quem deve resolver isso? Enquanto se discute cada questão, o empreendimento avança e o município arca com a responsabilidade e paga a conta localmente (Ibid.).

A partir do que disse a secretária executiva do Consórcio Iberê, é possível caracterizarmos este agente social como sendo o assessor técnico dos prefeitos locais para a negociação sobre a instalação da hidrelétrica, não no sentido da repulsa ao projeto, mas da aceitação do mesmo a partir de uma compensação dos impactos socioambientais aos municípios atingidos.

Quanto à AARU, desde o início da discussão sobre a instalação da UHE Foz do Chapecó a associação assumiu uma posição de contestação ao empreendimento. Em entrevista que

⁴⁹ Sobre esses agentes sociais, ver o Anexo I – Parte I.

colhemos com a coordenadora pedagógica da associação, Claidi Todescatto, podemos perceber a postura deste agente social ante o empreendimento quando a entrevistada explicou que

a nossa ação é mais especificamente no trecho do rio entre Itá e Itapiranga que é um trecho bem polêmico com essas barragens e agora a [UHE] Foz do Chapecó. Nós aqui fazemos o papel de uma ONG, nós não estamos brigando contra o consórcio, a nossa causa é muito maior. Nós não focamos só o ambiental, nós trabalhamos no socioambiental, e não é isso de ir lá dar cesta básicas, nós trabalhamos na capacitação das pessoas. A nossa briga maior agora aqui é o barramento que afeta a ictiofauna. Nós defendemos a construção de um canal lateral de passagem dos peixes. O consórcio propõe uma estação de piscicultura, mas isso não é o ideal (TODESCATTO, 2010).

Nas palavras da entrevistada podemos perceber que a associação assume um papel de questionamento ao empreendimento no que diz respeito principalmente à questão ambiental, não promovendo ações enfáticas no sentido de rechaçar a obra, mas sim de reivindicar medidas mitigatórias neste campo⁵⁰.

Considerando que os dois agentes sociais sejam protagonistas no campo ambiental local, o que chama a atenção é a opinião das duas entrevistadas sobre o processo de licenciamento ambiental da UHE Foz do Chapecó no que se refere ao aspecto institucional.

Nas palavras da secretária do Consórcio Iberê,

o órgão que deveria ser o pautador das ações do empreendimento, o IBAMA, tem se mostrado um aliado do empreendedor. Então o licenciador é pautado no sentido de que o empreendimento deve acontecer. Então você entra na discussão com as decisões já em conformidade. No nosso caso, o IBAMA não cumpriu o seu papel de analisar o cenário em questão e criar uma condicionante, o que existe é algo no sentido de legitimar o processo. Neste momento o empreendedor está numa situação de conforto. Então, o governo federal e o empreendedor são aliados e coniventes (VALDEZ, 2010).

Da mesma forma, a coordenadora da AARU afirmou que

aqui é a luta da formiguinha contra o elefante. É a imposição do governo federal, que não tem critério nenhum na concessão dos licenciamentos, nem na articulação da fala com a comunidade. Inclusive, nós tentamos participar de reuniões e audiências “publicas” e foi barrada a nossa participação. Nós não tivemos voz (TODESCATTO, 2010).

⁵⁰ A ação deste agente social será retomada na Seção 5.3 quando discutiremos o período de licenciamento de operação.

O que Zhouiri e Rothman (2008, p. 150) apresentam sobre a ação de ONGs no estado de Minas Gerais podemos perceber no caso da UHE Foz do Chapecó, principalmente através de ações como pareceres técnicos, notas à imprensa, ações através do Ministério Público e campanhas de sensibilização da população local, o que verificamos principalmente por parte da AARU, ao passo que o Consórcio Iberê atuou mais na linha da assessoria às prefeituras municipais. No que diz respeito às relações de força entre os dois projetos políticos (neoliberal e democrático-participativo), a AARU divergiu do empreendedor sem estabelecer aliança com o MAB, enquanto o Consórcio Iberê não representou oposição ao empreendimento nem tampouco aliança com o movimento social, concentrando-se apenas nas tentativas de negociação para melhoria das compensações aos municípios.

De qualquer forma, em 7 de janeiro de 2001 o IBAMA publicou o Termo de Referência, segundo o qual, a partir da legislação vigente, orientam-se os procedimentos para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e consequentemente do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para a instalação da UHE Foz do Chapecó. Já em 02 de abril de 2001 a FCE entregava ao IBAMA os referidos estudo e relatório realizados pela ENGEVIX.

Com base na Resolução do CONAMA nº 001, de 23 de Janeiro de 1986, o EIA-RIMA compreende a documentação que dimensiona os impactos causados pelas obras e aponta possibilidades de minimizá-los, sendo produzido por empresas contratadas pelos empreendedores das barragens. De acordo com Gomes (2008, p. 307), a análise da estruturação linguística desses documentos tem mostrado que os mesmos “apresentam a avaliação e os dados técnicos através de frases nominalizadas, algumas frases ativas e muitas na voz passiva, além de um número excessivo de terminologia técnica”, o que acaba por se tornar inacessível para leitores não-iniciados neste tipo de linguagem (maioria da população atingida), embora estes acabem sendo os mais afetados pelas decisões decorrentes desses estudos. Dessa forma, considerando que a empresa responsável pelo estudo e relatório é contratada pelo empreendedor, que a linguagem desses documentos não é acessível a qualquer pessoa interessada no processo, e ainda, que esses documentos muitas vezes são disponibilizados à sociedade sem respeitar qualquer limite de tempo hábil para um estudo detalhado, podemos questionar qual é a intenção ou até mesmo a validade desses documentos, dando sentido à afirmação de Rothman (2008, p. 192), na qual o autor defende que “a grande maioria dos EIA é elaborada para justificar o projeto original, não para iniciar um processo de negociação”.

A tese do autor pode ser testada – e comprovada – em diferentes casos de instalação de hidrelétricas pelo Brasil (GOMES, 2008). Neste trabalho, embora não seja o objetivo principal a discussão sobre a estrutura linguística ou o conteúdo técnico do EIA-RIMA em questão, convém fazermos algumas considerações empíricas que atribuem a essa documentação um lugar de destaque na arena social.

Do ponto de vista técnico, é importante assinalarmos dois momentos em que o EIA-RIMA foi analisado por agentes sociais “aptos” à discussão no campo ambiental, sendo a primeira vez, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), e a segunda vez, pela Assessoria pericial do Ministério Público Federal (MPF) de Santa Catarina, através no Parecer Técnico nº 73/2009, que fundamentou a Ação Civil Pública movida em 18 de julho de 2010 – já no final do processo de licenciamento⁵¹ – contra o empreendedor e o IBAMA. Para este momento da discussão, vejamos quais foram os apontamentos feitos pelo IPPUR-UFRJ depois da análise do EIA-RIMA referente à UHE Foz do Chapecó. A análise foi organizada em nove pontos, dentre os quais assinalamos as partes principais procurando transcrever as palavras dos analistas.

O primeiro item os analistas denominaram “Negligência técnica e manipulação tendenciosa dos dados”, a partir do fato de que a formulação do documento contou com um “quadro profissional insuficiente”, sendo apontada a falta de “médicos sanitaristas, epidemiologistas e psicólogos”. Referindo-se à linguagem utilizada, os analistas apontaram “um total desleixo no que diz respeito à redação e apresentação do documento”, sendo que o mesmo “utiliza linguagem e conceitos vagos, especialmente no que diz respeito às medidas mitigadoras”, “linguagem inacessível” para não iniciados (com termos como “lênticas” e “bionômicas”), além de “informações repetidas e redundantes” e “incoerência narrativa”, ao ponto de confundir sobre quem seria o responsável pelo empreendimento. Além disso, no que diz respeito ao universo social atingido, o documento mostrou-se generalizante, “insuficiente” e com “dados imprecisos e incompletos”. No mesmo item, os analistas perceberam uma incrível “contradição na localização do barramento”, chegando ao ponto de o mesmo ser identificado em municípios diferentes ao longo do documento.

No segundo item, denominado “Estudos de Alternativas” para a geração de energia, os analistas entenderam como uma “omissão inaceitável e inexplicável de um dos principais

⁵¹ Esta questão será retomada na Seção 5.3 sobre o licenciamento de operação.

pressupostos para a construção de grandes barragens” quando os elaboradores do documento determinaram a hidrelétrica como “a melhor ou única opção dentro de um elenco maior e profundamente estudado de opções”.

O terceiro item abordou o “Processo decisório, participação e controle sociais”, sobre os quais, os analistas entenderam que “o RIMA negligencia o papel de inúmeros agentes locais, tais como prefeituras, poder legislativo, sindicatos, cooperativas, associações as mais diversas, bem como a própria população atingida”.

No quarto item, sobre “Saúde e meio-ambiente”, a falha começaria pelo “desconhecimento do quadro epidemiológico regional, por parte do RIMA”, o que refletiu na proposição de programas de mitigação de impactos que “não prevêm a ampliação da infraestrutura do sistema de saúde local para atender o aumento de demanda que seria criada em função da atração de cerca de 2.000 pessoas” em decorrência dos trabalhos de instalação da hidrelétrica. Na mesma linha, os analistas perceberam que o documento “é omissos tanto no que se refere à caracterização das condições pré-existentes de saneamento e abastecimento de água na área de influência quanto no que se refere aos possíveis impactos e medidas mitigadoras”. Esses pontos levaram os analistas à indagação de que “tem-se a nítida impressão de que o RIMA foi elaborado com a convicção de que jamais seria lido e, menos ainda, seriamente analisado pelos órgãos ambientais ou por quaisquer outros interessados”.

O quinto item, ao abordar os aspectos de “Trabalho e renda”, assinalou que o documento “não faz qualquer menção aos postos de trabalho que serão extintos, limitando-se a apresentar a estimativa dos postos de trabalho que serão criados”. Além disso, considerando a possibilidade de reassentamento ou indenização dos proprietários, os analistas advertem que as medidas não contemplam o “remanejamento da força de trabalho formada por arrendatários, parceiros e bóias-frias”, mesmo que estes sejam considerados no próprio documento como “uma grande parcela da população de todos os municípios da área de influência”.

O sexto item, ao tratar da “Cultura e sociabilidade” menciona que, embora o documento reconheça “uma limitação substancial nas atividades de lazer, esporte e cultura”, o mesmo “falha em não recomendar qualquer programa voltado para o incremento destas atividades”. Neste sentido, os analistas consideraram os programas referentes à mitigação deste impacto, “evasivos e absolutamente incapazes de amenizar” os mesmos.

O sétimo item assinalou que o documento “não identifica precisamente quantas são as áreas indígenas localizadas nas proximidades do empreendimento”, sendo que o mesmo limita-se simplesmente ao “*Monitoramento das Populações Indígenas*”.

O oitavo item tratou da “Economia regional” notabilizada pela agropecuária e agroindústria. Neste sentido, os analistas assinalaram que o documento, embora reconheça este aspecto, “não faz qualquer referência concreta ao número de unidades produtivas atingidas e nem busca dimensionar os impactos econômicos negativos provocados pelo deslocamento das mesmas”.

O item nove referiu-se ao “Deslocamento compulsório, reassentamento e indenização”, sobre o que os analistas perceberam a imprecisão no número de propriedades atingidas ao ponto do documento apresentar diferentes números ao longo do texto, além de não especificar sobre o reassentamento para a população atingida, rural e os núcleos populacionais.

Com base nos itens apresentados, os profissionais do IPPUR-UFRJ concluíram a análise do documento caracterizando-o como “inconsistente e ineficaz”, sendo que a “qualidade técnica do estudo é sofrível, e sua idoneidade questionável, pois tudo indica uma posição a priori favorável, em quaisquer circunstâncias, à implantação do projeto”. Disto, os analistas recomendaram ao órgão ambiental “que não conceda licença ao empreendimento, pelo menos enquanto não seja produzido Estudo de Impacto Ambiental sério”, levando em conta, pelo menos, o que foi ponderado na análise (IPPUR-UFRJ, 2001).

O relatório do IPPUR-UFRJ sobre o EIA-RIMA seria protocolado pelo MAB em Audiência Pública. Enquanto isso, com base no mesmo EIA-RIMA, seguindo o percurso do licenciamento ambiental, o IBAMA procedeu à vistoria sobre a região do empreendimento entre os dias 15 e 17 de outubro de 2001. É importante assinalarmos algumas partes do texto do “Relatório de Vistoria”. Primeiro, no que diz respeito à ação do MAB quando da visita dos técnicos do IBAMA, o relatório menciona que

A reunião teve início com a apresentação de cada participante, seguida de uma rápida explanação sobre o projeto e sobre a condução do detalhamento dos estudos necessários ao projeto executivo, frente à problemática criada pelo MAB – Movimento dos Atingidos por barragens, quanto ao acesso dos técnicos do empreendimento e consultores às áreas inerentes ao projeto. Dando continuidade a vistoria técnica, a equipe deslocou-se até a futura área de implantação do empreendimento. No caminho foi realizada uma breve reunião com a comunidade local e com representantes do MAB para informar sobre a finalidade da vistoria técnica e ouvir as expectativas da população quanto à implantação do empreendimento. Na oportunidade fomos informados quanto

aos anseios da comunidade para firmar entendimentos com o consórcio construtor referente às indenizações das propriedades atingidas pelo reservatório. [...] A proximidade do empreendimento gera uma pressão bastante forte do MAB sobre atividades desenvolvidas, resultando nos últimos episódios de agressão (IBAMA, 2001).

Já na sua parte final, o referido documento traz como “RECOMENDAÇÃO: Solicitar a empresa o encaminhamento do restante dos estudos ambientais, e providenciar a audiência pública do referido empreendimento” (IBAMA, 2001). Diante da complexidade da obra e consequentemente do EIA vistoriado, podemos dizer que as três páginas do Relatório são econômicas, não só pela quantidade, mas, principalmente, pela qualidade das observações. No referido documento, não percebemos nenhum questionamento nem sugestão mais contundente que pareça desconfortar o empreendedor. Ao contrário, o que ficou evidenciado é a presença do MAB no sentido de prejudicar o andamento normal do empreendimento e da própria vistoria.

Seguindo a recomendação do IBAMA através do Relatório citado acima, o empreendedor deu continuidade ao licenciamento prévio partindo para a organização das Audiências Públicas (APs), que, segundo a perspectiva de um “mercado linguístico”, podem ser entendidas como espaços legítimos para a enunciação de discursos. Foram realizadas duas audiências, a primeira se deu no centro da cidade de Alpestre-RS na manhã do dia 11 de abril de 2002 e a segunda na manhã seguinte (12 de abril), na cidade de Chapecó-SC.

Elaborado o EIA-RIMA, sua discussão com a sociedade é prevista nas Audiências Públicas (AP), elemento obrigatório no processo de licenciamento das obras. A observação dessas audiências em “sua preparação”, “seus elementos constitutivos”, “o conteúdo do regulamento”, “as posições estruturais ocupadas no espaço da audiência”, “a composição das mesas”, “os tempos de intervenção concedidos” e a “hierarquia dos segmentos sociais (detentores de diferentes possibilidades de intervenção)”, nos termos de Leite Lopes et al. (2006, p. 370), pode ajudarnos na compreensão das intenções de seus proponentes a respeito dessas reuniões, de seus participantes e do empreendimento como um todo⁵². Disto, procurando seguir as pistas do autor, apresenta-se pontos das duas audiências lavradas nas respectivas Atas.

Em Alpestre, a reunião aconteceu em um clube do centro da cidade. A Mesa Diretora foi presidida pelo Gerente Executivo do IBAMA/RS (Rodney Ritter Morgado), acompanhado pelo

⁵² A realização de Audiências Públicas no processo de Licenciamento Ambiental é regulamentada pela Resolução do CONAMA, nº 9, de 3 de dezembro de 1987. Os detalhes citados neste parágrafo, importantes para a análise da eficácia dessas audiências, não estão rigorosamente regulamentados na referida resolução, o que de certa forma permite uma margem de manobra por parte dos organizadores de acordo com suas intenções.

Secretário Executivo (Cláudio Liberman), pelo representante da FEPAM (José Ricardo Druck Sanberg), pelo representante da FATMA (Cícero Almeida), pelo representante da FCE (Álvaro Sardinha), pelo prefeito municipal de Alpestre (Vilmar Basso) e pelo representante Associação dos Municípios da Zona de Produção - AMZOP (Luiz Valdemar Albrecht).

O representante da AMZOP e também de um comitê dos prefeitos dos municípios lindeiros à obra fez a leitura de um documento (protocolado junto à Mesa) em que constavam os interesses dos municípios em relação ao empreendimento, tal como, “a elaboração de um Plano Diretor de uso múltiplo do Lago; o repasse de recursos para o Setor de Saúde e de Educação para os municípios do eixo da Barragem; e um centro de atendimento ao migrante que deverão aumentar consideravelmente com a construção da obra” (IBAMA, 2002).

O engenheiro responsável pela obra (Tarcísio Castro) fez a apresentação do empreendimento enfocando a parte de construção civil e os estudos ambientais realizados para o desenvolvimento de programas frente aos impactos ambientais.

Para além da mesa diretora, o MAB (através de seu representante, Mauro Bremen) enfatizou um acordo firmado entre o mesmo e a FCE em reunião realizada em 10 de outubro de 2001, naquele município, quando o empreendedor teria se comprometido a não iniciar os trabalhos na área até que fossem atendidas as exigências do movimento social, tais como: o pagamento das perdas econômicas, direito ao reassentamento coletivo, elaboração de critérios de remanejamento das famílias, e que as comunidades à jusante fossem consideradas diretamente atingidas.

O tempo para perguntas, respostas e debates durou aproximadamente duas horas, sendo que os inscritos para usar a palavra poderiam fazê-lo num prazo máximo estabelecido em três minutos, o que, segundo informações de participantes da audiência, acabou por excluir parte dos inscritos e limitar a fala daqueles participantes que tiveram espaço para manifestação. Disto, a partir da fala de outro militante do MAB (Sadi Baron), o presidente da Assembléia retomou a palavra e se manifestou em relação à cobrança sobre problemas no licenciamento ambiental da obra. Segundo o presidente, o processo transcorreu da melhor forma, tanto que a Licença Prévia estaria sendo discutida desde 1998 e ainda não teria sido liberada. Ainda segundo o presidente, isso “é muito bom, pois é uma prova de que o IBAMA está sendo criterioso como estão solicitando” (IBAMA, 2002). Disto a reunião foi encerrada.

Figura 21 – Audiência Pública em Alpestre-RS (11/04/2002)



Fonte: Foz do Chapecó Energia S.A..

No dia seguinte, outra audiência foi realizada em um clube do centro da cidade de Chapecó-SC. A Mesa Diretora foi presidida pelo Gerente Executivo do IBAMA/RS (Rodney Ritter Morgado), pelo Secretário Executivo (Cláudio Liberman), pelo representante da FEPAM (José Ricardo Drucsanberg), pela representante da FATMA (Sílvia Muller), pelo representante da FCE (Álvaro Sardinha), pelo representante do município de Chapecó, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Chapecó (João Paulo Strapazzon), pelo representante do Comitê de Acompanhamento do Projeto da UHE Foz do Chapecó, o Prefeito Municipal de Águas de Chapecó (Moacir Dalla Rosa), pelo representante da AMZOP (Luiz Valdemar Albrecht), pelo Prefeito Municipal de Alpestre/RS (Vilmar Basso) e pelo o Deputado Estadual Erneus de Nadal (PMDB-SC).

O Prefeito de Águas de Chapecó protocolou junto à mesa um documento requerendo a instalação de estações de tratamento de esgotos, a utilização da mão-de-obra local para os trabalhos na obra e a elaboração de um plano diretor de uso múltiplo do lago pelos municípios atingidos.

O Engenheiro responsável apresentou o empreendimento assinalando aspectos da construção civil e estudos ambientais realizados para subsidiar programas de mitigação dos impactos ambientais.

O MAB (através de seu representante, Mauro Bremen) reivindicou que a empresa não desse sequência aos trabalhos sem que houvesse a liberação de uma linha de crédito de R\$ 3.000,00 a fundo perdido, direito a Reassentamento Rural Coletivo (RRC) com lote mínimo de 24 ha e isenção do pagamento de energia elétrica por 30 anos, tempo da concessão para o consórcio, indenização mais RRC para quem tivesse até 75 hectares e que fossem indenizadas as comunidades que ficarem com menos de 30 famílias.

Noutro momento da reunião, novamente o MAB (através de outro representante, Sadi Baron) criticou o EIA-RIMA realizado pela empresa Desenvix, que, segundo ele, foi encaminhado pelo MAB para ser analisado pelo IPPUR-UFRJ e protocolado junto à Mesa Diretora para ser anexado ao processo administrativo de licenciamento ambiental. O presidente da audiência retomou a palavra “oportunizando a quem interessasse em fazer algum pronunciamento ou questionamento oral, deveria fazê-lo aquele momento por um tempo de três minutos no máximo cada um” (IBAMA, 2002). Depois do espaço de perguntas, *respostas* e *debates*, nos mesmos termos da audiência anterior, a mesma foi encerrada.

Figura 22 – Audiência Pública em Chapecó-SC (12/04/2002)



Fonte: Foz do Chapecó Energia S.A..

Do apresentado sobre as duas audiências, algumas considerações são pertinentes. Sobre os locais escolhidos para as reuniões, considerando que os principais interessados neste momento seriam as populações locais, e que o epicentro da discussão é o local do canteiro de obras, podemos questionar a importância de se fazer tais reuniões, ou pelo menos uma delas, no local do canteiro de obras, que neste caso, tem acesso fácil e amplo espaço para acomodação de um plenário. Podemos perceber, pela fala dos militantes do MAB, o conhecimento destes sobre a realidade local, além do preparo técnico a partir da acessória prestada pelo IPPUR-UFRJ. Já quanto ao poder público local, percebemos o aval à obra e a preocupação com incremento da infraestrutura e os recursos tocantes aos municípios.

Das colocações que foram feitas tanto pelo MAB, no sentido de contestar o projeto, como do poder público local, no sentido de cobrar retorno do empreendedor, com o decorrer das obras, percebemos que as primeiras não foram atendidas, seja no social, seja no ambiental, enquanto as segundas foram parcialmente atendidas, sendo que, de qualquer forma, as obras tiveram sequência. Do ponto de vista do empreendedor, podemos perceber que este se concentrou na apresentação do projeto (seu papel na audiência), respondeu questões do plenário e indagações levadas pelo MAB (IPPUR/UFRJ), sem que para isto tenha discutido ou aprofundado qualquer ponto naquele momento, portanto, podemos dizer que o empreendedor se limitou a cumprir seu papel formal nesta etapa do processo no sentido da legitimação e inserção do projeto.

Retomando as proposições de análise feitas por Leite Lopes et al (2006) sobre o órgão licenciador, a defesa dos critérios do licenciamento, a conformação da Mesa Diretora em conformidade com o empreendedor e a distribuição dos tempos de fala (quando o diretor estabelece um máximo de três minutos para manifestações e perguntas), são pontos que nos permitem questionar a eficiência do IBAMA no seu papel de regulador do processo de licenciamento bem como a qualidade da democratização do mesmo processo, o que seria buscado através das audiências públicas.

Retomando a ideia de Bourdieu (1996) quando o autor considera que para que o discurso alcance o efeito pretendido é preciso que seja feito “numa situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos”, entendemos que embora a Audiência Pública represente este lugar por excelência, a legitimação acontece através do “ritual”, da consulta, mas não da efetiva deliberação. Quanto à aptidão dos enunciadores (empreendedor), esta é inquestionável, além do

que, na mesa diretora, este estava acompanhado do poder público local e do licenciador, capitalizando seu discurso. Já quanto aos “receptores legítimos”, os atingidos – com exceção dos militantes do MAB –, a participação lembrou as palavras de José Murilo de Carvalho (1987), quando o autor analisa que em diferentes momentos importantes da história brasileira, o povo, que deveria ser protagonista, assistiu a tudo “bestializado”⁵³.

Os apontamentos que fizemos sobre esta parte do processo na UHE Foz do Chapecó não é exclusividade deste caso. No que diz respeito ao processo de licenciamento ambiental na bacia do rio Uruguai, o caso da UHE Barra Grande pode ser exemplar a partir do momento em que um erro crasso fora detectado no EIA/RIMA, as Audiências Públicas aconteceram, uma denúncia foi aceita e confirmada, e, ao final, a hidrelétrica entrou em operação. Casos como este dão materialidade aos apontamentos de Zhouri, Laschefski e Paiva (2005, p. 113) quando assinalam aspectos como a “ausência de sinergia” entre Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente no planejamento das obras⁵⁴, a falta de participação da sociedade ainda quando da elaboração dos EIA-RIMA, a dificuldade de acesso às informações sobre estes, a “marginalização das AP como única instância de participação das comunidades”, e ainda, “as falhas na função de regulação dos órgãos ambientais” sobre o licenciamento.

Do que foi levantado sobre o EIA-RIMA e as APs no processo de licenciamento da UHE Foz do Chapecó, podemos reconhecer em diferentes momentos as afirmações dos autores, a afirmação de Rothman (2008) sobre o EIA como meramente formal, além das opiniões da secretária executiva do Consórcio Iberê e da coordenadora da AARU, sobre a ingerência do órgão licenciador bem como a ineficiência das Audiências Públicas. Frente a isto, temos reforçada a impressão de que, uma vez licitadas, as obras podem até serem adiadas, porém, dificilmente serão abandonadas em definitivo.

⁵³ Resgatando uma carta de Aristides Lobo ao Diário Popular de São Paulo, escrita em 18 de novembro de 1889, o autor relata que quando da proclamação da república, “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar” (CARVALHO, 1987, p. 9).

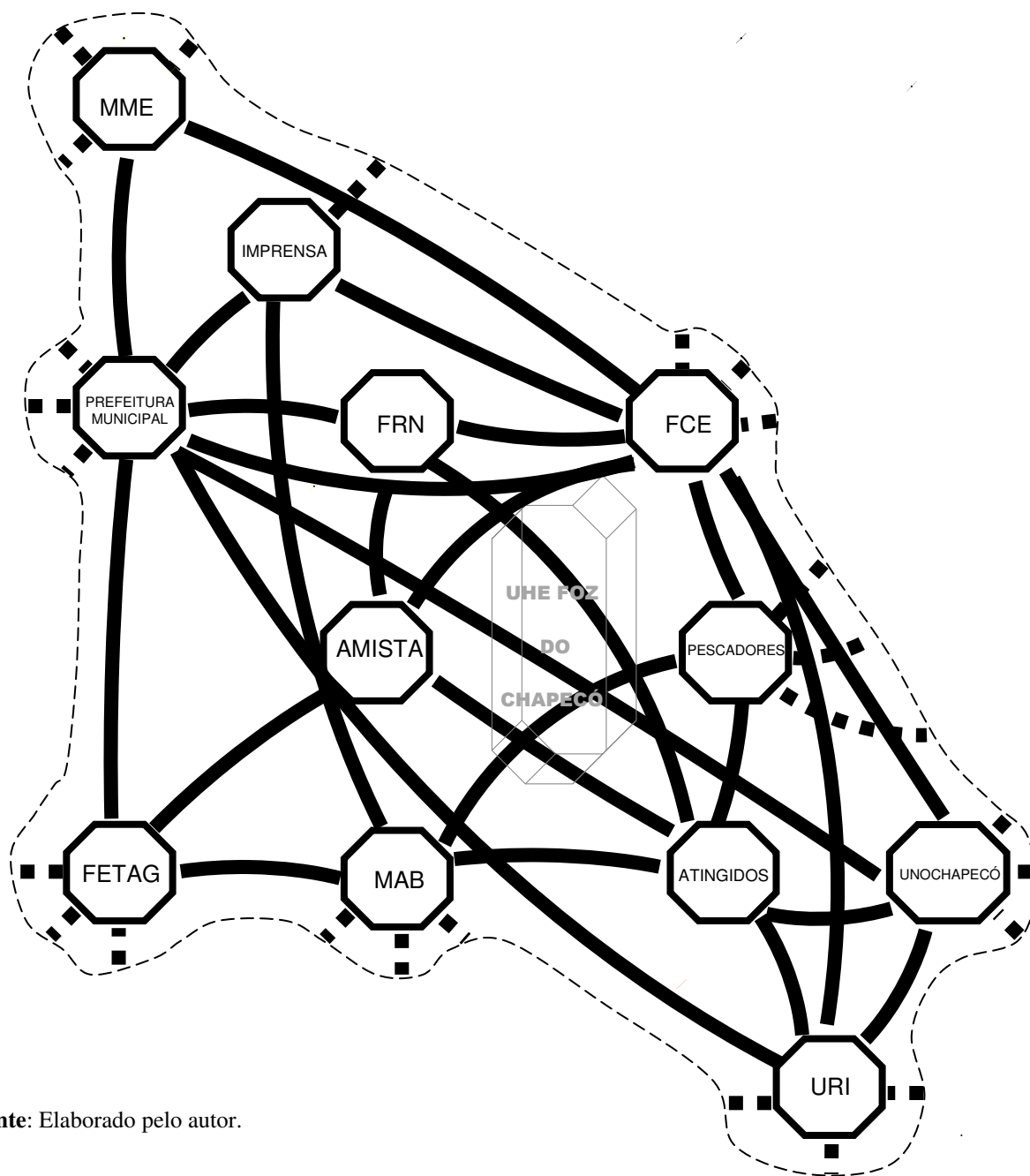
⁵⁴ No caso que estudamos, se houve tal “sinergia”, podemos dizer que foi no sentido de favorecer o empreendimento.

3.3 A conformação de outros espaços de discussão

Nesta seção analisamos a “rede parcial” (Figura 23) envolvendo principalmente a FCE e o MAB, prosseguindo na ótica do conflito, além do Ministério de Minas e Energia (MME), das Prefeituras Municipais, da imprensa local, das universidades locais através da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ), da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), das Colônias de Pescadores (Z 22, Z 29 e Z 35), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nonoai (FETAG), da Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (AMISTA), dos Comitês Municipais de Negociação (CMN) que formaram o Fórum Representativo de Negociação (FRN), além dos atingidos – tendo em vista a sua heterogeneidade –, sendo que estes foram representados através de diferentes agentes sociais.

Além dos agentes relacionados, outros são considerados tendo em vista a já mencionada *expansividade* da rede, como é o caso das emissoras de rádio e televisão, além de Instituições de Ensino Superior como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que participam indiretamente deste “conjunto-de-ação” que tem como agente propulsor o Fórum Representativo de Negociação (FRN) a partir do qual os aspectos econômicos referentes as negociações e políticos referentes à articulação permeiam a conformação de espaços de discussão e decisão – para além das Audiências Públicas – sobre a instalação da hidrelétrica.

Figura 23 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor.

A instalação de hidrelétricas é justificada pelos seus propositores principalmente pela necessidade de energia em vista de um “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC), conforme comentamos na primeira seção deste capítulo. Termos como “crescimento”, “progresso” e “desenvolvimento” são mencionados como sinônimos de uma política dirigida pelo o Estado e o capital privado como algo do interesse da maioria da população do país, ao passo

que as populações locais tendem a arcar com os efeitos negativos desses projetos (SANTOS, 2007).

Nossa pesquisa empírica nos levou a especular que, à medida que as pessoas estão distantes geograficamente das hidrelétricas e quanto menos sentem os reflexos da instalação dessas obras no seu cotidiano, mais elas tendem a apoiar esses projetos, pois, associam as hidrelétricas apenas aos confortos que a energia gerada lhes proporciona. Tendo este apoio da maioria, os empreendedores não encontram maiores dificuldades para justificar seus projetos através da ideia de “desenvolvimento”, sendo que o termo é normalmente difundido genericamente como sinônimo de “progresso”, “melhoria de vida” e como um caminho inevitável. Por outro lado, à medida que se aproximam das populações locais, para promover a inserção desses projetos, o conceito de “desenvolvimento” tende a ser adequado em relação ao “mercado linguístico” local, assumindo formas discursivas como “desenvolvimento regional” e “desenvolvimento sustentável”.

O “desenvolvimento regional” assume o papel de argumentação do empreendedor no intuito de atrair a participação de empresas locais nas obras ou mesmo para inserir empresas nacionais e transnacionais no local pretendido, ao passo que o “desenvolvimento sustentável” incorpora a ideia de atendimento das necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras (RIBEIRO, 1992; SANTOS, 2007).

Nos materiais de divulgação da Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE), podemos perceber o apelo através do termo “desenvolvimento regional”, onde o empreendedor defende que “os municípios da região de influência da usina sentirão os impactos positivos do empreendimento durante e após a construção da hidrelétrica”. Neste sentido, o que podemos perceber nesses materiais do empreendedor são promessas como “geração de empregos” através da criação de “mais de 6 mil postos de trabalho, entre empregos diretos e indiretos” chegando a “mais de 3.200 empregos diretos” no pico das obras, sendo que, segundo o empreendedor, a “mão-de-obra local tem prioridade nas contratações, o que também impulsiona a economia da região”. Outro ponto que foi ressaltado pelo empreendedor como uma vantagem da instalação da hidrelétrica seria o “incremento na infraestrutura e na qualidade de vida da população”, que seria alcançado através de investimentos nas áreas da “saúde, educação, segurança, *etc*” (*itálico nosso*). Na direção do poder público, o empreendedor ressalta a importância da instalação da hidrelétrica através do aumento da arrecadação de “Impostos sobre Serviços”, quando da instalação, e da “compensação

financeira”, quando da operação da usina. Além disso, a empresa assinala com a possibilidade de que “todos os municípios afetados pela usina terão seus Planos Diretores financiados pela Foz do Chapecó Energia”.⁵⁵

Passado um ano desde o início da operação, tivemos a constatação de que o “Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial” (PACUERA), uma das principais propostas do empreendedor no sentido do “desenvolvimento regional” – e que atraiu muito a atenção dos prefeitos na época do licenciamento ambiental –, que possibilitaria aos municípios explorar o entorno do lago da hidrelétrica, é ainda reclamado pela comunidade local, principalmente pelo poder público (ANGOLIN; WINCKLER; RENK, 2011).

Na mesma linha do “desenvolvimento regional”, o discurso do “desenvolvimento sustentável” foi enunciado pelo empreendedor em seus materiais de divulgação conforme o que consta em mais de trinta projetos previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) dentre os quais podemos assinalar propostas de recuperação de áreas degradadas, “monitoramento” climatológico, de qualidade da água, da ictiofauna, da produtividade pesqueira e da qualidade do pescado, da fauna, salvamento da flora, fauna, patrimônio arqueológico, histórico, cultural e paisagístico, implantação de unidades de conservação, apoio às atividades agropecuárias e ao desenvolvimento do ecoturismo.⁵⁶

Podemos afirmar que até este momento, embora concluída a instalação da hidrelétrica, apenas parte das medidas propostas pelo empreendedor foram implementadas. O fato de se comprometerem apenas com “monitoramentos” – o que foi endossado pelo poder público local – e não com medidas concretas sobre os reflexos da instalação da obra, ajuda a entendermos este desencontro entre o discurso e a ação concreta, porém, no que diz respeito ao apoio às atividades agropecuárias e turísticas, não percebemos nada de substancial que possa atestar a “melhora” da vida da população local a partir do advento da obra.

Do ponto de vista do discurso e seus efeitos nas relações de poder durante o licenciamento ambiental, os enunciados de “desenvolvimento regional” e “sustentável” podem ser entendidos como uma estratégia do empreendedor no sentido da “torção da razão”, sendo que a intenção de tal discurso no contexto da inserção do projeto através do licenciamento ambiental “não é

⁵⁵ As informações transcritas compunham os materiais de divulgação distribuídos pelo empreendedor (informativos, folders, jornais) durante o processo de licenciamento ambiental e podem ser visualizadas no site da empresa. Disponível em: <www.fozdochapeco.com.br/desenv_regional_desenvolvimento.php>.

⁵⁶ Além dos diferentes materiais de divulgação, essas propostas podem ser encontradas no PBA, e no site da empresa. Disponível em: <www.fozdochapeco.com.br/meio_ambiente.php>.

internalizar as condições ecológicas da produção”, o que dificultaria o argumento e a execução deste projeto hidrelétrico, mas, “proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, sustentado nos mecanismos do livre-mercado como meio eficaz para assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social” (LEFF, 2009, p. 239).

Então, foi encampando o discurso do “desenvolvimento regional” e da “sustentabilidade”, que o empreendedor propôs a obra para a comunidade local. Do ponto de vista ambiental, Hannigan (2009) defende que o sucesso das propostas neste campo está relacionado a alguns fatores que irão compor o que ele denomina de “construção social das questões e problemas ambientais”. Esta construção é mencionada pelo autor como uma estratégia a ser seguida principalmente pelos ambientalistas, porém, no caso que estudamos, o que ficou evidente foi que esses aspectos corresponderam exatamente às iniciativas do empreendedor quando da inserção do projeto no local.

Considerando que se tenha uma argumentação (discurso) consistente, é preciso que o proponente busque “autoridade científica” que endosse seus argumentos, “populizadores” que difundam este discurso com autoridade, a “atenção da mídia” para a estruturação da proposta como importante, “incentivos econômicos” para as ações desejadas além de um “patrocinador institucional” que propicie a legitimidade e continuidade da proposta (HANNIGAN, 2009, p. 119). Tendo em vista esses aspectos para a construção social da questão ambiental, vejamos como se deu esta construção no caso da instalação da UHE Foz do Chapecó.

Apresentada a *simbiose* entre o estatal e o privado na organização do projeto político global bem como a elaboração de um discurso coerente com o “mercado linguístico” para a inserção do projeto no local, passamos para o período em que o empreendedor tratou efetivamente com os grupos locais para a inserção do projeto.

Neste sentido, David Harvey (2004, p. 166) assinala que

se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os torne mais atraentes para o capital altamente móvel. As elites locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão-de-obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal etc., a fim de atrair o desenvolvimento para seu espaço particular. Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. Formas corporativas de governo podem

florescer nesses espaços, assumindo elas mesmas papéis desenvolvimentistas na produção de climas favoráveis aos negócios e outras qualidades especiais.

No caso da instalação de hidrelétricas, essa “produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais” é pré-requisito para o local onde se pretende a obra, logo, diante desta iminência do projeto, existem grupos locais que se organizam no sentido não só de atrair e promover o projeto, mas também de explorá-lo da melhor forma, partindo do pressuposto de que a obra esteja certa para o local e que dela possam obter vantagens.

O poder público local assume papel importante na abertura do caminho para a ação da “máquina de guerra” tanto no marco legal como na legitimação do processo, pois ao passo que os agentes globais se articulam no sentido macro para buscar um local de ancoragem para seu projeto, o local também se articula na mesma medida. A importância desta mobilização ficou evidente no caso da UHE Foz do Chapecó, tanto no que tange aos governos estaduais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, como mais especificamente às prefeituras municipais, principalmente dos municípios de Águas de Chapecó-SC e Alpestre-RS que estão no ponto do rio onde foi instalado o canteiro de obras e consequentemente ocorreu o barramento do rio e a instalação da casa de força.

Considerando o período entre os anos de 2000 quando se passou a discutir a obra – 20 anos depois da suspensão na década de 1980 – e 2010 quando a hidrelétrica foi concluída, o governo estadual do Rio Grande do Sul teve os governadores Germano Rigotto (PMDB) e Yeda Crusius (PSDB), enquanto o estado de Santa Catarina foi governado duas vezes por Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Neste mesmo período, o município de Alpestre-RS foi governado pelos prefeitos Vilmar Basso (coligação PMDB, PTB), e duas vezes pelo prefeito Valdir José Zasso (coligação PDT, PP, PDT, PT e PTB), enquanto o município catarinense de Águas de Chapecó-SC foi governado duas vezes pelo prefeito Moacir Dalla Rosa (coligação PFL, PPB, PT, PDT e PPS) e depois pelo prefeito Adilson Zeni (PMDB).

Embora discutamos a instalação da hidrelétrica a partir de dois projetos políticos antagônicos – neoliberal e democrático-participativo –, a fragilidade da fronteira entre ambos e a mencionada confluência de discursos é reforçada pela constatação de que dentre as tendências que governaram tanto os estados quanto os municípios em questão, verificamos que as mudanças de governo ocorridas no período em decorrência dos pleitos eleitorais não chegaram a interferir na postura destes agentes sociais na rede. Isto é ainda mais evidente quando analisamos a esfera

federal (PASE; ROCHA, 2010), que mesmo apresentando a maior mudança do ponto de vista ideológico – com a transição do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002 – o setor energético, especialmente o hidrelétrico registrou crescimento, tanto que a UHE Foz do Chapecó foi instalada a partir do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) coordenado pelo governo do partido que tem a maior identificação com o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Voltando para a escala local, em março de 2004 prefeitos da região reuniram-se com representantes do IBAMA na cidade de Chapecó. O evento teve a cobertura da imprensa principalmente do Jornal Expresso d'Oeste através do qual o então secretário da 29ª SDR (Secretaria Regional de Desenvolvimento) de Santa Catarina, Adilson Zeni, manifestou a seguinte opinião em nome da secretaria que congregava as prefeituras da região e também da associação a que ele pertencia:

nós entendemos de que o Ibama deve se posicionar, especialmente a direção de licenciamento para essas obras, de forma bastante madura e até de maneira definitiva, no sentido de conceder essa licença ambiental de instalação para que a empresa executora desta obra, possa de imediato buscar as tratativas com as populações atingidas, diretamente e indiretamente, promovendo as indenizações, oferecendo oportunidades de estarem sendo removidas em condições plenas e de acordo com seus interesses, mesmo porque, estamos praticamente há seis anos trabalhando, organizando a população, buscando sempre o que há de melhor e de interesse, de uma forma madura, equilibrada, mediadora, no sentido que a população atingida seja altamente beneficiada. Este é o nosso propósito, esta é a obrigação da AMISTA, que quer para seus integrantes e todos os atingidos e a sociedade regional, o maior ganho possível. Pensando sempre também de que, esta obra deverá ser a promotora do desenvolvimento para nossa região, uma vez que, também a geração de energia deverá incrementar a renda dos nossos municípios, como royalties e também por ser uma obra aguardada há algum tempo (*Expresso d'Oeste*, 19 mar. 2004).

As palavras do então secretário, integrante da AMISTA – mais tarde eleito prefeito de Águas de Chapecó – evidenciam a mobilização do poder público e de associações locais no sentido de viabilizar a obra, indo de encontro ao que foi apresentado no início do capítulo quando se discutiu o projeto em escala global que neste momento tem sua ancoragem explicada em concordância com a afirmação de Harvey (2004) quando o autor assinala tal mobilização local para a atração da obra.

Mas a concordância do poder público local, por si, não assegura o sucesso da inserção de um projeto global em determinado local. Mesmo o poder público, eleito democraticamente, precisa considerar a “opinião pública” ao tomar determinada posição. Segundo Elias (2006), “a

opinião pública não é simplesmente uma sintonia da opinião de muitos seres humanos sobre uma questão do dia, particular e determinada, mas algo compreendido em contínua formação”, logo, do ponto de vista da ação do poder público, é importante a afirmação do autor sobre o fato de que “a opinião pública é, de certa maneira, um grupo de pressão não-organizado ou não especialmente muito organizado, fator potencial de influência nas decisões governamentais” (ELIAS, 2006, p. 124-125).

A importância da opinião pública nos processos decisórios como de instalação de hidrelétricas chama a atenção para a importância da mídia nas relações de poder. Quando registramos a reunião de apoio ao empreendimento e enfatizamos a cobertura feita pela imprensa, além de contarmos com este aspecto enquanto fonte de pesquisa também passamos a perceber a importância deste enquanto agente social da rede envolvendo a instalação da hidrelétrica.

Em âmbito nacional, tendo em vista o estágio científico e tecnológico, a mídia poderia exercer um importante papel “político-cultural” no sentido de popularizar dados técnicos de interesse das populações de forma a mobilizá-las e, em certa medida, capacitá-las para a participação mais incisiva nas discussões sobre o tema da energia. Todavia, com base em estudos sobre a atuação da mídia quando da “crise energética” de 2001, percebemos nos seus diferentes segmentos da mídia uma postura que sugere a falta de motivação para abordar o tema a partir de dados técnicos e pouca autonomia para investigação, especialmente no que diz respeito ao mercado e regulação do setor (MATTOZO; CAMARGO, 2005).

Em relação ao caso da UHE Foz do Chapecó, Locatelli e Weber (2011) apresentam a estrutura midiática da região sendo composta por quatro emissoras televisão aberta, quatro jornais de circulação estadual, quinze jornais de circulação regional, sendo estes todos pequenas empresas, em geral familiares, e poucos tendo jornalistas profissionais. Quanto às emissoras de rádio os autores identificaram onze emissoras no mercado comercial (sete AM e quatro FM) e duas rádios comunitárias. Especialmente sobre os veículos locais, os autores chamam a atenção para o fato de estes serem propriedade ou estarem ligados a políticos locais e com disposição para abertura de espaço “para quaisquer dos atores, mediante pagamento, como ocorreu com o informativo Foz do Chapecó, do concessionário, e com o programa semanal do MAB” (LOCATELLI; WEBER, 2011, p. 151).

Na análise da atuação desses veículos de comunicação, os autores concluíram que os “jornais regionais responderam por 81% do total das matérias publicadas” ao passo que os

estaduais e nacionais “abordaram essencialmente acontecimentos ligados ao cronograma da obra”. Sobre a “matriz cognitiva”, os autores concluíram que “predominou a matriz desenvolvimentista, gerada na comunicação do concessionário”. Sobre as “fontes” das matérias, os autores perceberam que a maioria das matérias contou apenas uma fonte, sendo que “predominaram diretores e empregados da Foz do Chapecó e especialistas por ela contratados”, sendo que os autores observaram “uma relação direta entre os textos publicados pelos jornais e os *releases* produzidos pela Foz do Chapecó”. A participação dos atingidos foi no sentido de corroborar o ponto de vista do empreendedor e endossar a obra através da apresentação de um contraste entre um “antes” (vida sofrida) e um “depois” (vida feliz), sendo que na pesquisa dos autores “não foram encontrados relatos de atingidos contrários ao processo” (Ibid., p. 152-153).

Mesmo não sendo específica como a análise dos autores, nossa pesquisa na mesma região atestou semelhança com o apresentado pelos mesmos sobre a mídia. Embora não seja possível aprofundarmos as matérias e espaços destacados em rádio e televisão sobre a instalação da hidrelétrica⁵⁷, as falas de um sindicalista e de uma liderança do MAB a respeito desses agentes sociais da rede podem indicar pistas sobre a atuação desses veículos de comunicação no caso. Em entrevista que colhemos com José Elemar Mallmann sindicalista rural e um dos fundadores da CRAB, ao se referir aos programas de rádios o entrevistado comparou a atuação das rádios no processo de instalação da UHE Foz do Chapecó em relação ao período da UHE Itá, dizendo que *“hoje tu vai num programa do sindicato na rádio, eles [a rádio] te convidam pra escutar o pessoal da Camargo Corrêa [empreiteira da obra] e não pra discutir com eles”* (MALLMANN, 2008). Sobre a mesma questão, entrevistamos uma das lideranças do MAB na região, Neri José da Silva, que lembrou que *“chegou uma hora que [...], eles [a imprensa] vinham querendo entrevistar a gente nas lutas [manifestações] e eu dizia que só se fosse ao vivo, porque a gente falava dez coisas e eles pegavam um pedacinho e mostravam só aquilo”* (SILVA, 2010).

A partir das falas dos entrevistados podemos perceber o descontentamento destes por motivos que não necessariamente representam ataques da imprensa sobre os contrários à obra, porém, se considerarmos a utilização dos espaços e a edição dos materiais para a veiculação – segundo os entrevistados – podemos constatar que as ações dos meios de comunicação sobre o caso tenderam a fortalecer a posição do empreendedor nas relações de poder. Embora não

⁵⁷ Optamos por não privilegiar esses dois veículos de comunicação pelo fato de que estes não disponibilizaram material para análise. Além disso, verificamos que a análise da atuação do jornal já era suficiente para dar conta da participação deste segmento na rede social vislumbrada.

pretendamos uma análise do discurso dos veículos de comunicação, a partir da pesquisa sobre as matérias publicadas no período de instalação da hidrelétrica, podemos afirmar que o jornal *Expresso d'Oeste* foi o principal veículo de comunicação a cobrir o caso, sendo visível o maior volume de matérias em relação aos outros jornais bem como apresentando matérias que normalmente tinham cunho informativo ou de promoção do empreendimento.

Neste sentido, matérias que traziam manchetes como “Usina à vista! Com o início dos trabalhos, a expectativa de movimentação econômica aumenta” (*Expresso d'Oeste*, 02 de Fevereiro de 2007), “Barragem de Águas de Chapecó traz novo alento à região” (*Expresso d'Oeste* de 14 de Setembro de 2007), ou, “Assinatura de convênios da Foz do Chapecó gera desenvolvimento regional” (*Expresso d'Oeste* de 11 de Abril de 2008) o jornal demonstrou uma postura que pode ser interpretada como favorável ao empreendimento.

Ainda sobre a participação do jornal na rede social, é preciso esclarecer que não defendemos aqui uma postura contrária ou favorável do jornal ante a questão, por outro lado, percebemos eventos impactantes que ao contrário das matérias promocionais, ou não foram publicados ou não tiveram a mesma ênfase destas, como um incêndio ocorrido no canteiro de obras ou a ocupação do mesmo canteiro pelo MAB, sobre o que há que considerarmos dois pontos: primeiro, reforçar a afirmação de que o jornal – como os outros agentes sociais da rede – não precisa necessariamente apresentar uma opinião pró ou contra o empreendimento, porém, no caso de um formador de opinião com considerável circulação na região, é possível especularmos que uma tendência de publicações afinadas com determinado projeto político pode favorecer a ação deste num cenário de conflito como no caso em questão. Depois, precisamos ter em vista que, sendo o jornal uma empresa privada, esta precisa captar recursos a partir da comercialização dos espaços de publicação que disponibiliza, e, sob esta perspectiva, fica evidente a maior disponibilidade de recursos do empreendedor no sentido de requisitar espaços de publicação de seus produtos, o que não significa que o jornal viesse a publicar matérias infundadas com base apenas no pagamento do espaço.

De qualquer forma, para além da intenção de avaliar a postura dos governos locais ou da imprensa, podemos dizer que pelo ponto de análise das relações de poder envolvendo a instalação da UHE Foz do Chapecó, as prefeituras manifestaram uma posição de alinhamento com o empreendedor inclusive no sentido de apoiar a inserção do projeto na região. Quanto à imprensa, podemos afirmar que a posição desta, a partir do material publicado, de certa forma ajudou a

promover o empreendimento, pois, embora também possam ser encontradas passagens de questionamento, as matérias de maior expressão dão conta dos eventuais benefícios da obra para a região, o que normalmente era apresentado através de matérias com entrevistas de autoridades públicas locais endossando o projeto.

Seguindo na identificação dos aspectos a serem considerados para a construção social de uma questão ambiental (HANNIGAN, 2009), além do poder público e da imprensa, as universidades podem ser consideradas agentes que conferem “autoridade científica” ao discurso proferido, por serem consideradas espaços de produção, discussão e difusão de conhecimento e informações, que, no caso em tela, verificamos principalmente através de duas Instituições de Ensino Superior com atuação reconhecida na região, a URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) e a UNOCHAPECÓ (Universidade Comunitária Regional de Chapecó), ambas instituições privadas.⁵⁸

Do ponto de vista das relações de poder para a instalação da UHE Foz do Chapecó, é importante assinalarmos que já no Projeto Básico Ambiental (PBA) do referido empreendimento, editado em 2003, a Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE) já previa a parceria com esses agentes sociais, reconhecendo a importância destes no processo. No referido projeto o empreendedor previa a parceria com as duas universidades em projetos relacionados ao monitoramento da qualidade da água, ictiofauna, educação ambiental e patrimônios histórico e arqueológico, projetos que somariam aproximadamente R\$ 4 milhões (FCE, 2003, p. 51).

Em se tratando da bacia do rio Uruguai, podemos encontrar iniciativas de parcerias de universidades tanto com os empreendedores quanto com o MAB e as populações atingidas ao longo do processo social referente à hidreletricidade, o que desde já faz necessário o esclarecimento de que não estamos buscando determinar um posicionamento dessas instituições ante um conflito entre empreendedores e movimentos sociais. Neste sentido, é importante o registro de que ainda em 1978 pesquisadores da UFSC elaboraram estudos e um Relatório intitulado “Projeto Uruguai: os barramentos e os índios”, realizado à pedido da ELETROSUL (SANTOS; NACKE, 2001). Nas UHEs Itá e Machadinho, o “Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho” (PANDESCA), no início dos anos 2000, pode ser assinalado como iniciativa

⁵⁸ Além destas, apresentadas no Anexo I da Parte I deste trabalho, assinalamos parcerias do empreendedor com universidades públicas como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a recém criada Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), esta, identificada com os movimentos sociais (BENINCÁ, 2011).

pioneira no que diz respeito à parceria envolvendo a UFRJ e o MAB (VAINER, 2003). Recentemente, na mesma bacia, a UFPel com a colaboração de pesquisadores de outras universidades como a UFSC, a UFRGS e de universidades de outras partes do país como da UNICAMP, desenvolve pesquisas visando a “Avaliação dos resultados e proposição de modelo de elaboração de programas de remanejamento da população atingida por empreendimentos hidrelétricos”, à pedido da Energética Barra Grande S.A. (BAESA).

Tendo em vista a relatividade entre as instituições e os pesquisadores que as compõe, reiteramos a ideia de que determinado projeto ou pesquisa não significa, necessariamente, uma marca registrada sobre a instituição ou seus membros, o que precisa ser considerado em cada caso. No que diz respeito ao caso da UHE Foz do Chapecó, merece destaque o “Projeto Alto Uruguai”, que reúne desde 2004 a ELETROSUL, a ELETROBRAS, o MAB, a UNOCHAPECÓ e a UFRJ num projeto para a instalação de biodigestores em pequenas propriedades da região do Alto Uruguai para a geração de biogás proveniente de dejetos de suínos, tendo em vista a importância da suinocultura na região. Com a chegada da UHE Foz do Chapecó na região, os projetos programados pelo empreendedor foram aos poucos se concretizando em parcerias tanto com a URI quanto – principalmente – com a UNOCHAPECÓ, destacando ações como a elaboração de Planos Diretores para municípios atingidos, Programas de Educação Ambiental para gestores públicos e professores da rede pública de ensino, Programa de Salvamento Arqueológico e Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da UHE Foz do Chapecó e Campanhas de salvamento de peixes, monitoramento da produtividade pesqueira e qualidade do pescado, todos projetos em andamento na região.

Sobre a participação das universidades no processo de instalação da hidrelétrica, mesmo em se tratando de um agente social importante na rede social, tanto pelo aspecto da formação de opinião quanto da disponibilidade de estrutura física, técnica e intelectual para a promoção de eventos de debate e discussão de temas, a relação desses agentes, seja com a FCE seja com o MAB, como já dissemos, não pode ser tomado como uma opção feita pela universidade ante os dois projetos em disputa, além disso, há que se distinguir que – embora neste trabalho se enfatize os grupos sociais –, nas universidades, assim como nas igrejas e sindicatos, para além da orientação institucional oficial, as ações destas precisam ser compreendidas também a partir de uma relativa autonomia das pessoas que integram seus quadros nos locais e nos setores em questão.

Em entrevista que colhemos junto a um dos principais mediadores da fundação da CRAB no final da década de 1970, o ex-professor da URI (antiga FAPES), Raimundo Pedroza, explicou a sua atuação e da instituição na questão das hidrelétricas na região da seguinte forma:

Na época, a Igreja e a Universidade deram muita credibilidade ao movimento [MAB], abriram muitas portas. O que se tinha eram pessoas ligadas à instituição, que mobilizavam, discutiam, e de certa forma ajudaram a organizar a CRAB. Mas a instituição em si era muito difícil. Uma época tentou-se trazer a universidade, mas a reação do grupo que comandava aí [na FAPES] foi imediata. [...] As pessoas que se envolveram foi mesmo por opção pessoal, política e de militância. O que se conseguiu naquela época foi um convênio da FAPES com a CPT para que a CPT repassasse recursos para a universidade e daí se liberava uma carga horária determinada para os profissionais para atuarem nesta questão. Hoje isso seria impossível. No começo me parece que a universidade não viu que poderia prestar um serviço até mesmo para a ELETROBRAS ou ELETROSUL, talvez por limitação administrativa ou até mesmo técnica para aquelas áreas que precisava, mas hoje isso já é uma realidade, pois quando um grupo vai para determinado local fazer uma obra já levanta quais as forças atuantes lá e como trabalhar isso (PEDROZA, 2008).

As palavras do entrevistado ilustram o contexto político e institucional daquela época (1970-80) e também reforçam o que dissemos sobre o aspecto institucional e pessoal dos envolvidos na questão, pois, assim como no caso da fundação da CRAB, ou nos casos mencionados anteriormente nas pesquisas sobre os indígenas e o PANDESCA nas UHEs de Itá e Machadinho, a avaliação do remanejamento populacional na UHE Barra Grande ou ainda – para mencionar casos fora da bacia do rio Uruguai – iniciativas como a que envolveu a Universidade Federal de Viçosa (UFV) na organização da população atingida do Alto Rio Doce (MG) desde 1995 (ROTHMAN et al, 2004), podemos verificar iniciativas que dependem em muito da disposição dos profissionais dos quadros das instituições envolvidos na questão naquele momento.

Voltando ao caso da UHE Foz do Chapecó, pela perspectiva dos dois projetos em disputa, é importante registrarmos o ponto de vista dos respectivos agentes sociais sobre a relação das universidades no processo de instalação da hidrelétrica. Sobre este aspecto entrevistamos o diretor adjunto da FCE, Valter Zer do Anjos, que resumiu a relação do empreendedor com a universidade da seguinte forma:

A UNOCHAPECO é nossa parceira em diversos programas, através da Fundação deles (FUNDESTE) nós contratamos serviços. Eu mesmo já dei palestras lá na universidade. Nossa relação tanto com o reitor antigo como com o novo é muito boa (ANJOS, 2009).

Esta relação de proximidade relatada pelo entrevistado que analisou com bons olhos a parceria com a universidade é contrastada pela opinião emitida por uma das principais lideranças do MAB na região. Em entrevista que colhemos junto ao militante Pedro Melchiors, o mesmo analisou a relação do MAB com a mesma universidade da seguinte forma:

Aqui a [universidade] mais próxima é a UNOCHAPECÓ. Nós [MAB] até temos uma parceria com eles no biogás, que é instalar 40 biodigestores em 29 municípios da região, além do apoio dos professores da esquerda. Mas o que nós sentimos com o início das obras da [UHE] Foz do Chapecó é que a empresa fechou um convênio com a UNOCHAPECÓ para estudos de impacto ambiental. Até a universidade quer o MAB para trabalhar junto, mas o MAB tem suas linhas claras em relação a isso. Nós vemos que a universidades até tinha estudos contrariando a obra mas a empresa percebeu isso e trabalha para levar a universidade como aliada para ajudar na propaganda da barragem (MELCHIORS, 2008).

A exposição dos pontos de vista divergentes não serve para precisar qual o melhor argumento ou para julgar as opções e ações das universidades no processo em questão. Porém, é preciso apresentar linhas para a análise de tal postura, e, principalmente, entendermos como esta postura interfere no processo de instalação da hidrelétrica. Para a primeira proposta, é explicativa a análise de Schugurensky & Naidorf (2004) – mesmo se referindo ao caso canadense e argentino – quando os autores assinalam que num contexto neoliberal, as universidades, ante o decréscimo de investimentos estatais e o avanço de financiamentos e contratos dessas instituições com empresas privadas, vem-se num cenário crescente de “mercadorização do conhecimento” sobre o que é preciso considerar a postura individual dos profissionais, mas também levar em conta a necessidade de “orçamentos auto-sustentáveis”. Diante disto, podemos dizer que as universidades em questão, principalmente a UNOCHAPECÓ, evidenciada pelos agentes sociais envolvidos, adotou uma postura condizente com o contexto que abrange a maioria das instituições de ensino superior no país. Dizendo de outra forma – sem entrar aqui na discussão de qual deveria ser o papel das universidades perante a sociedade onde estão inseridas –, não se trata necessariamente de estabelecer alianças com determinados agentes em detrimento de outros, mas sim, tomar posições ante os diferentes aspectos da questão tendo em vista os seus interesses, que estão

centrados primeiramente na questão da produção e difusão do conhecimento, mas que não está descolada do aspecto econômico.

Já no que diz respeito à influência das universidades no processo de instalação da UHE Foz do Chapecó, podemos apresentar conclusões mais contundentes. Levando em consideração o processo social da hidreletricidade no Brasil destacamos trabalhos que assinalam a importância de ações das universidades com as populações atingidas de forma a informar, mobilizar, capacitar ou mesmo impedir a instalação de hidrelétricas em determinados locais (POLI, 1995; VAINER, 2003; ROTHMAN, 1996; ROTHMAN et al, 2004), inclusive na bacia do rio Uruguai. Já no caso recente da UHE Foz do Chapecó, a parceria do empreendedor com as universidades conferiu – direta ou indiretamente – maior legitimidade às ações do primeiro, o que pode ser percebido principalmente no que diz respeito à questão ambiental tendo em vista que as ações passaram a ser relacionadas a especialistas reconhecidos regionalmente de forma a passar credibilidade ante a população, o que, em nível de opinião pública, tende a pesar a favor do empreendedor na perspectiva dos projetos políticos antagônicos.

Retomando outro aspecto levantado por Hannigan (2009) como importante na construção de propostas ambientais, nos referimos aos “populizadores” como grupos que não adotam posturas de forma espontânea, mas, sob a luz do “desenvolvimento regional”, entendem a instalação da hidrelétrica como uma oportunidade de vantagens, seja na prestação de serviços, seja nas negociações acerca das indenizações. Disto, por iniciativa de proprietários rurais da região, com o apoio do prefeito e vice-prefeito municipal de Águas de Chapecó, além de vereadores do mesmo município e de Alpestre, foi fundada a Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (AMISTA), em 11 de setembro de 2002 (Ata de Fundação). Na mesma reunião, foi aprovado o Estatuto da associação, do qual assinalamos seu principal objetivo com sendo

a defesa dos direitos e interesses dos proprietários, arrendatários, parceiros agrícolas e possuidores de qualquer título, bem como seus familiares que venham a ser atingidos pela barragem, pugnando e defendendo indenizações justas e quando necessário atuar como elo de aproximação entre estes e o Consórcio, propiciando contatos e tratativas de entendimento em clima de muito respeito, equilíbrio e bom senso, para que se conciliem os interesses das partes sem maiores traumas (AMISTA, 2002).

A referida associação sustenta suas atividades através de um fundo social mantido pelos associados através de mensalidades e tem vigência prevista, “no mínimo até o término da obra da

Barragem, quando poderá ser dissolvida pela perda do seu objeto” (AMISTA, 2002). Um trecho da Ata de Fundação da associação merece registro:

Lembrou também o Sr. Adílson [Relações Públicas] que no final da reunião seria submetido aos presentes uma autorização para que o empreendedor pudesse iniciar a demarcação, fixando marcos em suas propriedades. A seguir usou a palavra o Sr. Leocir Basso [Conselheiro Fiscal], que reiterou as palavras do Sr. Adílson Zeni, enfatizando que esta reunião é somente para cuidar dos interesses dos atingidos, não tendo nenhum objetivo político. Alertou, também, o Sr. Leocir Basso, para que os proprietários mantenham a colocação dos marcos topográficos, disse ainda, que após a eleição da diretoria, seria criada uma comissão de levantamento de avaliações [preços de propriedades] para posteriormente os proprietários receberem uma indenização justa (AMISTA, 2002).

Do que foi exposto, podemos perceber a ação de autoridades públicas e proprietários locais no sentido de favorecer o empreendimento e de procurar, diante disto, obter contrapartidas através das negociações.

O presidente do Sindicato Patronal dos Trabalhadores Rurais (SPTR) de Chapecó e então presidente da AMISTA, Amadeu Kovalski, nos explicou em entrevista, como se deu a formação da associação e assinalou a importância desta. Segundo o entrevistado

como os comitês municipais estavam um pouco atrasados, nós criamos a AMISTA reunindo também os prefeitos pra ter uma força maior. [...] A energia é pra todos e é bom pra região e como é de utilidade pública, não adianta, é remar contra a maré. Então a gente precisa negociar de forma pacífica, pra sair bem da negociação. O nosso objetivo é fazer com que o atingido tenha uma boa negociação, que engorde a indenização, então, pela experiência no mercado que a gente tem, a gente orienta que eles cuidem bem da propriedade, das instalações, das árvores, das nascentes, mantenha organizada, funcionando, isso tudo valoriza a propriedade. [...] Teve propriedade que o consórcio começou negociar em 300 mil e depois que nós chegamos a propriedade foi vendida por mais de 900 mil, porque foi avaliada de acordo e não porteira fechada como a empresa queria. É que o proprietário não deixava entrar e a empresa fez por amostragem, por satélite, mas daí nós orientamos ele e na avaliação chegou neste valor, daí o cara ficou contente. Uma grande conquista que a AMISTA tem é no preço das propriedades. A empresa queria que se pesquisasse os preços numa distância de 50 km do rio. Acontece que daí as terras são de baixo preço, daí fica difícil de comprar a mesma área em outro lugar. Daí nós conseguimos que se colocassem terra até 200 km da margem do rio tanto pro lado do RS como de SC. Isso foi pro Termo de Acordo e daí o preço subiu bastante, mesmo descartando os mais altos e os mais baixos, como se faz, o preço ficou bem melhor (KOVALESKI, 2009).

A partir da articulação entre o empreendedor, o poder público local e a AMISTA, teve início a formação de um dos principais espaços de negociação. De acordo com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, através do Art. 1º VI, “a gestão dos recursos hídricos deve ser

descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”. Com base nesta prerrogativa, o empreendedor anunciou no seu Projeto Básico Ambiental (PBA) a formação de um Fórum Representativo de Negociação (FRN) composto pelos Comitês Municipais de Negociação (CMN).

Entre os meses de setembro e outubro de 2002 foram organizadas reuniões em todos os municípios atingidos para promover a criação de Comitês Municipais de Negociação (CMN) que representariam cada município atingido no pretendido Fórum. Segundo entrevista que fizemos com o presidente do Comitê Municipal de Negociações de Faxinalzinho-RS, Vanderlei Conci, a conformação daquele CMN aconteceu da seguinte forma:

Nos outros municípios como em Águas de Chapecó, começou um pouco antes, mas no geral todos os municípios entraram no termo do mesmo jeito. [...] Então, no começo, cada município levou a nominata que iria participar das negociações, então, era o mais representativo possível dentro de cada município. Independente de partido político ou qualquer coisa, são escolhidos as pessoas interessadas e que tem como participar das reuniões, tanto que no tempo que nós estamos negociando já mudou a administração dos municípios e os membros dos comitês seguem os mesmos. [...] É organizado em duas cadeiras para o executivo, duas pro legislativo, duas pro sindicato dos trabalhadores rurais, duas pra associação comercial e industrial do município, EMATER e os atingidos que daí são escolhidos entre os moradores lá da margem que vão ter as terras atingidas. [Entre os atingidos] as lideranças são escolhidas de acordo com a preferência deles, inclusive tem um caso aqui que um atingido é vereador e as reuniões lá na área atingida eram feitas até na casa dele, então, ele não assumiu uma das cadeiras do legislativo e ficou de representantes dos atingidos (CONCI, 2008).

Em 31 de outubro de 2002, tendo comitês instalados na maioria dos municípios atingidos⁵⁹, foi formalizado o Fórum compreendendo um espaço privilegiado de negociação entre o empreendedor e os municípios através de seus respectivos comitês, tendo como principais temas da pauta de discussões: indenizações, público alvo, pesquisa de preços, levantamento físico, avaliação; análise documental, Força de Trabalho e reassentamentos (modalidades, enquadramentos, opções, estudos de caso, benefícios comuns) (FCE, 2003, p. 35-38). A partir das reuniões deste Fórum foram estabelecidas as linhas gerais que orientariam as negociações na UHE Foz do Chapecó através do “Termo de Acordo - Política, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida pela Implantação do AHFC” que foi concluído e oficializado em 24 de novembro de 2004.

⁵⁹ Segundo o Projeto Básico Ambiental - PBA (FCE, 2003, p. 36-37), “havendo comitês instalados em 62% dos municípios, com participação de grupos isolados dos demais municípios, considerou-se que já existia a representatividade necessária, havendo condições para dar continuidade ao Plano do Fórum de Negociação”.

Desde a instituição dos comitês e do fórum, o processo de instalação da UHE Foz do Chapecó passou a contar com um espaço formal de negociação, podendo ocorrer em reuniões amplas, com pauta comum a todos os comitês (Plenárias Plenas) ou por meio de reuniões com temas específicos (Paritárias), onde o empreendedor atenderia os comitês em separado ou de acordo com os casos semelhantes na região.

Embora tenha acompanhado o processo de instalação deste fórum, o MAB se negou a participar, pois, segundo entrevista que fizemos com Cristiane Nadaletti, liderança do MAB/Sul,

essa é uma estratégia construída pela empresa no sentido de deslegitimar o movimento [MAB]. Então, nesse ambiente de negociação que é preparado pela empresa, cria-se um processo de cooptação e de exclusão de famílias que teriam direitos. Então, enquanto movimento social, não tem como sentarmos numa mesa de negociação e legitimar isso. Então, o que eles querem é que se crie uma situação em que as decisões são tomadas e aprovadas com a presença do MAB. Por isso nós não vamos (NADALETTI, 2008).

Das palavras do presidente da AMISTA e da liderança do MAB, podemos perceber a discordância em relação à constituição do fórum. Ainda sobre esta instância do processo de instalação, através de entrevista que fizemos com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FETAG) de Nonoai, Adão Luiz de Moraes, apreende-se outra perspectiva. Nas palavras do entrevistado,

O comitê aqui de Nonoai se instituiu sozinho, até o presidente nem era daqui, era um atingido lá de Rio dos Índios que fez um monte de negócio aqui. [...] Hoje eu faria totalmente diferente do que a gente fez com a barragem. Na época, a gente ouvia o MAB que dizia que esses comitês municipais era só pra dar legitimidade pro consórcio e do outro lado tinha a AMISTA que dava aval pra barragem. Se a gente tivesse pegado desde o começo e participado dos comitês municipais que eram formados a gente teria conseguido muito mais coisas do que a gente conseguiu. A gente começou a se envolver mais no final de 2008 quando a gente foi procurado por um grupo de agricultores que estavam se sentindo prejudicados pelo comitê municipal daqui de Nonoai que tava mais interessado com os interesses dele do que defender os agricultores né. Então com esse chamado dos agricultores daqui a gente assumiu o comitê municipal daqui [Nonoai] no final de 2008 e daí a gente começou a se interar mais de como funcionava a questão da Foz do Chapecó. Eu acho que a falha maior tá no poder público porque não dão a importância que precisa pra formar os comitês pra negociação (MORAES, 2010).

As palavras do entrevistado são importantes para corroborar a discordância entre o MAB e a AMISTA sobre a concepção do fórum e dos comitês, o que, em se tratando das duas

principais representatividades naquele momento, acabou dificultando a mobilização para a negociação por motivo da fragmentação na base da organização dos atingidos. Além disso, a partir do que foi mencionado no PBA sobre a porcentagem de instituição de comitês para a formação do Fórum (62%), podemos especular sobre o real preparo e comprometimento dessas instâncias naquele momento do processo, o que, do ponto de vista da relação de forças e legitimação do processo, acabou favorecendo o empreendedor.

A discordância entre o MAB (militante) e a AMISTA (negociante) pode ser tomado como o ponto que marca o antagonismo e a divisão dos atingidos na UHE Foz do Chapecó. Tal antagonismo foi registrado pela imprensa já quando das primeiras movimentação políticas no sentido da conformação de espaços de negociação. De acordo com uma matéria do jornal *Expresso d'Oeste* de 05 de Setembro de 2003, a respeito de uma reunião entre técnicos do Ministério de Minas e Energia, da Foz do Chapecó Energia S.A., autoridades locais e representantes da AMISTA, o Secretário de Desenvolvimento Regional, Adilson Zeni, teria se mostrado “satisfeito pelo fato do Ministério de Minas e Energia ter atendido ao pedido de fazer uma reunião com os representantes da Amista e reconhecê-la como uma legítima representante dos atingidos por barragens e vê-la como uma entidade representativa das famílias atingidas” (*Expresso d'Oeste*, 05 set. 2003).

Na mesma linha, o assessor do Ministério de Minas e Energia, Enio Ferreira Bocorny, manifestou a intenção do governo federal em “resolver de forma transparente e sem admitir intromissões nos conflitos gerados entre as empresas que formam o consórcio que irá construir a hidrelétrica e os agricultores atingidos”, sendo que nas palavras do assessor, seria importante “que o ministério saiba que o processo está sendo bem conduzido e se existe um ponto de equilíbrio que satisfaz todas as partes envolvidas para poder conciliar os interesses conflitantes que ainda existem entre as partes” (*Expresso d'Oeste*, 05 set. 2003).

Na mesma ocasião, e também em entrevista concedida ao jornal, o então prefeito de São Carlos, Cláudio Campos, assinalou que “mais de 70% das famílias que serão atingidas pela construção da barragem são representadas pela Amista”. Na mesma oportunidade, o prefeito comentou acerca do envolvimento do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), sobre o que o entrevistado defendeu que “este movimento [...], não sei se tem estatuto e possui endereço fixo, se tem representantes e quem os representa juridicamente”. Além disso, já sobre a atuação dos militantes do MAB, o prefeito fez críticas sobre o fato de o movimento social “não participar

do fórum de debates [FRN] constituído por diversas entidades locais para discutir o problema da falta de água no leito do Rio Uruguai, entre a barragem e o local onde será instaladas as turbinas” (*Expresso d’Oeste*, 05 set. 2003).

Em resposta às críticas feitas pelo prefeito em relação ao MAB, uma das lideranças do movimento, Sadi Baron, concedeu entrevista ao mesmo jornal, de onde extraímos alguns trechos:

Eu gostaria de saber quantos meses de atividades tem a Amista, que não passa de um braço da empresa para facilitar o início das obras da barragem. [...] O Consórcio de empresas responsáveis pela construção da Usina Foz do Chapecó, estimulou a criação da Amista para facilitar o trabalho deles junto aos agricultores que serão atingidos. O caráter desta associação, embora esteja legalmente constituída, é temporário e tem por objetivo auxiliar a empresa para viabilizar o início da obra. Assim que a empresa consegue a licença ambiental de instalação do canteiro de obras ela perde sua finalidade, pois não tem compromisso social com a comunidade e seu interesse é apenas econômico. [...] É preciso que fique bem claro quais são os verdadeiros objetivos da Amista, quem seus dirigentes representam. Isto fica claro ao ver a composição social de seus diretores: um deles é proprietário de imobiliária, outro é gerente de um banco e certamente defendem outros interesses que não sejam dos agricultores atingidos (*Expresso d’Oeste*, 19 de setembro de 2003).

Analizando a discordância entre os agentes sociais, o estabelecimento de um fórum como espaço legalmente constituído para as negociações está em concordância com o que apresenta Gohn (2001) acerca da participação cidadã a partir da década de 1990. Segundo a autora, tendo em vista a abertura democrática e a ascensão de grupos contrários às elites tradicionais, um novo espaço surge entre o estatal e o privado, originando o que a autora denomina de “público não-estatal”, onde a “participação comunitária e participação popular sedem lugar a duas novas denominações: *participação cidadã* e *participação social*”. Nesta nova forma de participação, o protagonismo não é ocupado pelos “grupos excluídos por disfunção do sistema (comunidades) nem a de grupos excluídos pela lógica do sistema (povo marginalizado), e sim a do conjunto de indivíduos e grupos sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e disputa com igual legitimidade espaço e atendimento pelo aparelho estatal” (Idem, p. 56). A autora aponta como marca desta nova forma de participação, “a institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado, a partir de estruturas de representação criadas, compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provêm” (Idem, p. 56-57). Nesta perspectiva, a autora explica que a admissão de uma variedade de grupos sociais (ONGs, órgãos estatais, empresas, comunidade, movimentos sociais) “implica a

existência do confronto (que se supõe democrático) entre diferentes posições político-ideológicas e projetos sociais” sendo que, para efeito de discussão neste espaço, “todas as demandas são, em princípio, tidas como legítimas” (Idem. p. 57).

Então, a discordância entre o MAB e a AMISTA a respeito do fórum precisa ser entendido tendo em vista o contexto anterior a essas novas formas de participação, contexto em que decorreu a instalação da UHE Itá. Naquele período, o MAB representava quase que exclusivamente os atingidos, sendo que no contexto atual, da UHE Foz do Chapecó, esta representatividade acaba sendo dividida, disputada com outros segmentos sociais, logo, o poder de pressão do movimento social fica comprometido.

O Fórum Representativo de Negociação (FRN) assim como o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) são espaços baseados numa ideia de democratização a partir da participação do maior número possível de interessados no tema em discussão, que, conforme mencionamos anteriormente, é uma forma de participação consolidada a partir dos anos de 1990. Na perspectiva de nossa análise, convém tentarmos esclarecer o sentido dessa *democratização* tendo em vista as relações de poder – principalmente entre os projetos neoliberal e democrático-participativo – para a instalação da hidrelétrica.

Norberto Bobbio (1986, p. 18) explica que, de forma geral e em contraposição às ideias de autocracia e tirania, a democracia pode ser caracterizada por “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*”. Sem desprezar a longa trajetória de discussões sobre o tema, o autor enfatiza que, para o seu entendimento na sociedade atual, precisamos ter em vista que neste conjunto de regras, “a regra da maioria é a principal, mas não a única”, sobre o que ele ressalta que quem não considera o tema sobre esta perspectiva, “não compreendeu nada e continua a não compreender nada a respeito de democracia” (BOBBIO, 1986, p. 65).

Sobre a regra da maioria, Tocqueville (1969, p. 131) já assinalava o caráter “irresistível” da democracia no senso comum, segundo o qual, a “autoridade moral da maioria baseia-se, parcialmente, na noção de que há mais inteligência e sabedoria num número de homens unidos do que num único indivíduo”, o que pode levar, muitas vezes, ao descuido na qualidade em favor da quantidade de quem decide.

Essas considerações gerais servem para a análise dos espaços decisórios que abordamos, porém, precisamos acrescentar aspectos peculiares ao setor hidrelétrico, a dizer, as “relações de

poder”, a “tecnicidade” e a “captura”, que podem, em certa medida, pôr em dúvida a qualidade desses espaços e os resultados das decisões.

Ao se referir às relações de poder, Bobbio explica que “numa sociedade composta de grupos relativamente autônomos que lutam pela sua supremacia, para fazer valer os próprios interesses contra outros grupos, [...] cada grupo tende a identificar o interesse nacional com o interesse do próprio grupo” (BOBBIO, 1986, p. 24-25). Por outro lado, para tratar a ação dos grupos poderosos, que, de certa forma representam os interesses nacionais, como o próprio Estado, ou mesmo uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), Gilles Deleuze (1992) explica que a “captura” seria uma forma de controle através da qual, na sociedade capitalista, grupos mais poderosos “capturam” grupos menos poderosos através de estratégias como o endividamento ou mesmo a partir de uma expectativa de ganho que o mais fraco acredita obter a partir da aproximação com o grupo mais forte. Esta relação tende a colocar o grupo mais fraco numa condição semelhante à de refém – mesmo que, involuntariamente – do grupo mais poderoso, que, por sua vez, tende a ampliar a sua base de apoio através dessa estratégia. Retomando as considerações de Bobbio, o autor menciona uma dimensão da democracia que ele denomina como o “governo dos técnicos”. Neste sentido, ele assinala a antítese entre “tecnocracia” e “democracia” através do fato de que sendo o técnico a autoridade legitimada na sociedade atual, isto vai na contramão do princípio democrático de que todos possam – e devam – decidir sobre tudo. Logo, é possível pensarmos num limitador dos espaços democráticos, especialmente no que se refere a um tema técnico com a hidreletricidade.

De maneira geral, para abordar a democratização dos espaços decisórios na sociedade globalizada, é importante a hipótese levantada por Geisser, Dabène e Massardier (2008), quando os autores propõem a *concomitância* entre a democracia e a tirania. Segundo os autores

a tirania da horizontalidade democrática e o espectro do autoritarismo renovado já não traçam uma linha demarcatória tão nítida entre dois “mundos”, dois “sistemas”, dois “tipos de regime”, duas “culturas políticas”, mas participam bem do mesmo processo de *globalização* que perpassa atualmente todos os espaços públicos e os círculos do poder (GEISSER; DABÈNE; MASSARDIER, 2008, p. 19).

Trazendo a discussão para o tema da gestão da água – enquanto recurso natural e público – onde a hidreletricidade é o objeto neste trabalho, na mesma obra, Gilles Massardier (2008) aprofunda a discussão referindo-se aos processos decisórios acerca do uso da água através de

espaços como os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), o que aqui, estendemos aos Fóruns Representativos de Negociação (FRN), o autor questiona até que ponto espaços decisórios tidos como democráticos como o CBH podem ser entendidos como autoritários. Em resposta, estabelece a sua análise considerando a coexistência de aspectos como o “autoritarismo”, o “tecnicismo”, o “elitismo” e o “pluralismo” nesses espaços. Segundo o autor, esta relação começaria pelo fato de que, “tecnicamente”, o Estado estabelece as ações prioritárias, no caso, determinada forma de uso da água, sendo que as regras decisórias e os agentes envolvidos passam pela homologação do mesmo, o que pode ser percebido no caso da Foz do Chapecó, tendo em vista que o próprio empreendedor estabeleceu o espaço decisório (FRN), ao passo que o CBH, segundo a legislação, precisa ser homologado pelo Estado. Logo, é possível questionarmos acerca do autoritarismo presente na conformação desses espaços. Desta configuração prévia, o autor aponta a possibilidade de que os agentes aptos a participar desses espaços sejam selecionados (capturados) com vistas aos resultados esperados pelos empreendedores. Logo, o autor conduz a análise para o fato de que o “pluralismo” de agentes formando espaços decisórios como os Comitês e Fóruns, possam representar, em essência, um mascaramento do “elitismo”, já que os grupos menores tendem ao alinhamento com os mais poderosos. Indo além, o autor chama a atenção para a possibilidade do que ele entende como o “caráter ‘adhocrático’ de coalizões fechadas”, segundo o que, podem ocorrer acordos, parcerias e alianças externamente ao espaço decisório formalmente estabelecido, mas que, por envolver indiretamente representantes de grupos e interesses presentes no espaço decisório, podem acabar interferindo nos resultados das decisões (MASSARDIER, 2008).

Então, é possível questionarmos o grau de democratização desses espaços decisórios tendo em vista que esses são organizados pelo empreendedor com a anuência do Estado – que também participa da Sociedade de Propósito Específico (SPE) –, que o tecnicismo ocupa um lugar preponderante nas discussões, o que pode ser percebido também nas Audiências Públicas, que as Prefeituras possam ser, de certa forma, “capturadas” através da possibilidade de um suposto “desenvolvimento regional”, além dos “possíveis” acordos paralelos à esfera formal, baseados em interesses privados. Então, com base nas ideias dos autores (relação de poder, captura, tecnicidade, democracia e tirania) além do que apresentamos até aqui sobre as audiências públicas e o fórum, mesmo aceitando que esses espaços cumprem a missão de democratizar a discussão e as decisões acerca da instalação de hidrelétricas, podemos questionar o valor das

decisões destes no que se refere à garantia dos direitos dos atingidos, especialmente aqueles com menores condições econômicas e de acesso à informação.

Para além dos espaços decisórios formais, à medida que as negociações avançavam e apareciam sinais do início dos trabalhos de engenharia, outro grupo social importante passou a assumir papel de destaque nas discussões acerca da instalação da hidrelétrica. Os pescadores podem ser considerados entre os que mais evidentemente assumem uma condição de atingido quando da instalação de uma obra como esta, tendo em vista que seu sustento advém do rio que terá seu volume, vazão e estrutura da água modificada.

No caso da UHE Foz do Chapecó, duas colônias de pescadores representavam a categoria na região quando da instalação do empreendimento, a Colônia de Pescadores Z 29 (Chapecó-SC) e a Colônia de Pescadores Z 22 (Iraí-RS). Podemos dizer que estes dois agentes sociais mantêm uma aproximação histórica com o MAB desde a época de discussão da UHE Itapiranga (mais próxima de Iraí) e da UHE Iraí – atual UHE Foz do Chapecó – mais próxima de Chapecó, o que pôde ser percebido também no caso em questão.

O elemento fundamental de análise sobre os pescadores na perspectiva da rede social diz respeito à organização de outra colônia de pescadores oriunda da Z 29, a Colônia de Pescadores Z 35 (São Carlos-SC), compreendendo principalmente a região da Volta Grande, entre os municípios de Alpestre-RS e São Carlos-SC, à jusante da hidrelétrica, no trecho que compreende aproximadamente 23 km de rio entre a barragem e a casa de força (Figuras 10 e 13). Embora tenhamos relatos de mobilizações de pescadores locais desde os primeiros movimentos de inserção da hidrelétrica na região, foi em fevereiro de 2008, quando o processo de instalação da UHE parecia se encaminhar para a fase de trabalhos de engenharia civil na construção da barragem – o que significaria alterações drásticas no volume, vazão e qualidade da água do rio –, que a nova colônia de pescadores foi oficializada.

Sobre esta nova Colônia de Pescadores (Z 35), alguns aspectos são importantes no que diz respeito à análise das relações sociais na rede envolvendo a instalação da UHE Foz do Chapecó, sobre o que podemos questionar: 1) Por que se constitui este novo agente social? 2) Qual a posição deste agente considerando a rede social? 3) Como o posicionamento deste agente social refletiu no conjunto das relações da rede tendo em vista a disputa entre dois projetos políticos distintos?

De acordo com a “Ata de Fundação da Colônia de Pescadores Z 35”, lavrada em 19 de fevereiro de 2008, o principal objetivo da nova Colônia seria o de “aglutinar os pescadores que exercem suas atividades na região atingida pela barragem Foz do Chapecó”, o que de antemão estabelece a estreita relação entre a organização deste agente social com o processo de instalação da UHE Foz do Chapecó.

Sobre a criação da nova colônia (Z 35) entrevistamos uma das lideranças dos pescadores da Colônia Z 29, o pescador Rubens Maciel que nos explicou o seguinte:

Antes nós fazia parte com São Carlos, Concórdia, Alpestre [...]. Com essas barragens [UHE Itá e Foz do Chapecó] Concórdia lá fez um também [uma nova Colônia] e nós nem fumo atrás, porque nós não poderia deixar. O pessoal ali pra baixo que a gente fez amizade também, daí nós nem fomos atrás porque [...] daí nós sabia que pra baixo lá ia ser mais difícil, do canteiro pra baixo lá, o pessoal ia sofrer mais, que daí nos nem quisemos [fazer oposição] (MACIEL, 2010).

Já sobre ponto de vista dos pescadores da região de São Carlos, especialmente da Volta Grande, o pescador Sidnei José Breier, também em entrevista, nos explicou que

Pra nós até uma parte ficou bom. A mudança assim, favoreceu pra nós, fica mais perto e coisa e tudo, mais pra cidade, e coisa assim. Tem também encaminhamento e coisa e tudo. Não precisa tocá muito longe [em relação à antiga Z 29 em Chapecó] (BREIER, 2010).

Embora a divisão da Colônia de Pescadores Z 29 criando a Colônia de Pescadores Z 35 tenha enfatizado as diferenças no interior da categoria ocasionando uma divisão que ficou acentuada pela presença da hidrelétrica na região, podemos dizer que do ponto de vista da representatividade dos pescadores, pouco mudou, a não ser para os pescadores da região da Volta Grande que ficaram mais próximos da sede facilitando seu deslocamento.

Avançando sobre a formação da nova Colônia na perspectiva das relações de poder, são importantes as palavras do então presidente Hélio Paulo Mergen, quando ele nos falou em entrevista sobre o período de organização para a constituição da entidade em relação à Colônia de Pescadores Z 29 de Chapecó-SC da qual a nova colônia se desmembrou, bem como em relação ao MAB, aliado desde a década de 1980 quando da UHE Iraí. Em relação ao desmembramento da Colônia de Pescadores Z 29, o entrevistado nos explicou que

o IBAMA proíbe a pesca 1500 metros antes e 1500 metros depois da barragem. [...] Isso dá vantagem é que nem pros pescador lá da montante [Z 29] que podem explorar a pesca esportiva, mas aqui na Volta Grande não tem como, porque até vai diminuir a água. Outra coisa, eles tem lá no site da Foz [empreendedor] que largaram 40 mil alevinos no lago da barragem, mas desses 40 mil não sobra 5%, os peixes não vivem nessa água parada, só aquelas palomita. Nós aqui é dourado, cascudo e curimba, daí o que acontece: esses peixes na água parada eles não se criam, daí, é puro daquelas palomita (MERGEN, 2010).

Ainda sobre criação da nova Colônia de Pescadores Z 35, mas em relação ao MAB, o presidente argumentou que

nós somos parceiro na luta, mas [...] quando nós fomos fundar aqui [a Z 35] eles foram contra porque eu não era militante do MAB, inclusive eles vieram aqui com o presidente de outra colônia pra fazer um abaixo-assinado contra, mas só conseguiram 14 assinatura dos 200 pescador que tem aqui. Eles não dão voz pra nós, por exemplo, uma vez que o governo federal chamou pra reunião eles não levaram nenhum pescador, foram eles lá e a gente nem foi consultado (Ibid.).

Já em relação ao empreendedor, na mesma oportunidade o presidente explicou o seguinte:

Eles adquiriram esse prédio [local da entrevista e sede da Colônia] e deram pra Prefeitura que daí doou pra nós, mais um barco. Mas a relação nossa com eles é difícil porque eles querem negociar com a colônia tudo junto, por exemplo, dar um barco, mas isso não resolve o problema, porque são mais de 100 pescador só aqui na Volta [Grande] (Ibid.).

A partir do que foi apresentado sobre a fundação da Colônia de Pescadores Z 35 na região da Volta Grande podemos perceber que a iniciativa se deu em vista da diferença de realidades entre os pescadores fixados na região de Chapecó – à montante da hidrelétrica – em relação aos pescadores da Volta Grande, localizados à jusante. Esta diferença ficou aguçada com a possibilidade da obra na região. Já considerando a rede social envolvendo a instalação da hidrelétrica, podemos considerar que o fato de o empreendedor ter fomentado a instalação da nova Colônia de Pescadores através da doação do prédio e do barco, em contraponto à resistência do MAB apoiada pela então direção da Z 29, sugere a divisão da categoria dos pescadores refletindo na diminuição do poder de mobilização do MAB, que teve diminuída a sua representatividade entre eles.

A compreensão sobre a formação da Colônia de Pescadores Z 35 pode sugerir de antemão que a mesma assumiria uma postura de alinhamento com o empreendedor, mas não foi o que se constatou no decorrer das ações da Colônia, tanto que já em 23 de abril de 2008, dois meses

depois da sua fundação foi publicado um documento reunindo as três Colônias mais o MAB, conforme parte do documento exposta abaixo:

PAUTA DOS PESCADORES ATINGIDOS PELA BARRAGEM FOZ DO CHAPECÓ

- 01- Definir os critérios para os pescadores diretamente atingidos inclusive os atingidos que moram fora da área inundada, sendo na montante e jusante.
- 02 - Definir cronograma de negociação para as famílias que vivem da pesca;
- 03 - Repassado para cada pescador 01 salário mínimo até a negociação.
- 04 - Garantia de 03 (três) salários mínimos mensais por 05 anos por família;
- 05 - A empresa deve ressarcir os pescadores para quitar o PRONAF, devido interrupção da atividade pesqueira;
- 06 - Garantia de acesso ao lago para uso pesqueiro;
- 07 - Garantia de direito ao reassentamento coletivo em grande área para os pescadores que optarem pela modalidade com toda infraestrutura igual os demais agricultores;
- 08 - Para os que optarem ficar na área remanescente deve receber lote mínimo de 17 ha, mais força de trabalho;

São Carlos, SC 23 de abril de 2008.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB
COLÔNIA DOS PESCADORES – Z 22
COLÔNIA DOS PESCADORES – Z 29
COLÔNIA DOS PESCADORES – Z 35

Em relação às demandas da categoria dos pescadores, o empreendedor apresentou um projeto denominado “Novo Rumo”, que compreende medidas abrangendo diferentes áreas sociais. No que toca aos pescadores, em linhas gerais, o Programa “Novo Rumo” propõe a criação de pontos de apoio para a pesca (galpões para guardar material, barco e acesso ao rio) para os que desejarem continuar na atividade, ou a opção de cursos de formação em parceria com o SEBRAE com o intuito de possibilitar aos pescadores o ingresso em outras atividades (eletrificação e marcenaria, por exemplo). Sobre a aceitação deste programa são importantes as palavras de Silvênio Geonato, um dos mais antigos pescadores da região compreendida pela Colônia de Pescadores Z 35, quando o mesmo nos relatou em entrevista que

eles [o empreendedor] querem dar esse “Novo Rumo” aí com um barco e um barracão, mas isso aí não dá em nada, não resolve o meu problema. Nessa Volta [Grande] aqui de 23 km o rio vai baixar muito e não tem como pescar, então o recurso é arrumar outro lugar pra nós e não dar essas coisas aí. [...] A maioria aqui quer só uma casinha que dê no rio pra seguir na pesca, eu não quero mais nada, pode ser lá pra baixo do rio, onde

não tenha barragem. Mas o que que querem com Novo Rumo? Isso aí não dá certo, ainda querem dar uns salário aí, mas isso aí não resolve nada! (GEONATTO, 2010).

Ante a posição dos pescadores da Colônia Z 35, o empreendedor realizou um levantamento sobre o “público alvo” de eventuais indenizações na região tendo em vista a diminuição do volume d’água nesta parte específica do rio. Com a ajuda dos próprios pescadores da colônia, foram apontados 220 pescadores na colônia, dos quais, surpreendentemente, 140 estariam na região da Volta Grande. Disto, ainda com a ajuda de membros da colônia, o empreendedor reconheceu apenas 40 pescadores como sendo “assíduos”, logo, passíveis de discussão sobre direitos indenizatórios. Sobre este levantamento, entrevistamos o pescador profissional Elmídio Geolzer, que nos explicou que

a gente tava contente porque ainda tivemos maior numero de pessoas pra fazer mobilização, daí a gente conseguiu mais coisa. [...] Mas daí, tipo, teve aquele dinheiro [galpão, barco] daí tivemo de repartir em 200 daí veja, vamos repartir em 30, ou 50, vamos supor, o numero daí é muito grande. [...] Eu até não sou contra de ninguém tenha uma carteira, porque o rio é público, todo mundo tem o direito a pescar um peixe, e é isso aí porque eu não vou poder proibir ninguém a pescar peixe. [...] Mas a gente tá direto nessas atividade, daí a gente conhece [quem é pescador assíduo] (GOELZER, 2010).

Nas palavras do entrevistado fica visível outro problema que diz respeito à distribuição das eventuais conquistas dos pescadores no processo, pois, ao passo que aumentou o número de pessoas para eventuais ações reivindicatórias, em caso de ganho, há que se pesar que a distribuição desses ganhos eventuais fosse também entre todos os membros da colônia, sem diferenciar quem é pescador *profissional* ou *ocasional* que mesmo sem depender exclusivamente desta atividade, mesmo assim teve acesso ao registro profissional⁶⁰.

Sobre a facilidade com que alguém pode ter acesso ao registro de pescador profissional, ainda do ponto de vista dos pescadores, Silvênio Geonatto nos explicou o seguinte:

Eu tenho 73 anos e me criei na beira desse rio, só aqui nesse lugar que eu tô agora faz 34 anos que eu moro. [...] Quando eu era moço tinha muito pescador mas hoje eu sou o mais velho aqui e eu posso dizer que aqui o pessoal é pescador e agricultor, uns ainda trabalham de pedreiro, são pintor. [...] Outra coisa é que o governo dá a carteira pra todo mundo e depois num trecho desses tem uns 150 pescador, mas pescador mesmo que nem eu, tem pouco. Eles tão tudo querendo se aproveitar, querendo ganhar alguma coisa né, mas não são pescador, pescador mesmo (GEONATTO, 2010).

⁶⁰ Vale a pena assinalarmos que os chamados “pescadores ocasionais” correspondem aos agricultores familiares do Alto Uruguai, na perspectiva da “pluriatividade” inerentes a esta categoria, conforme apresentamos no capítulo 2.

O que transparece nas palavras do pescador entrevistado é que o fato de existirem muitos pescadores que embora com registro profissional, não tenham nessa atividade a fonte exclusiva de seu sustento, tende a dificultar a mobilização dos pescadores no sentido da resistência ante o projeto. Considerando que um número significativo de pessoas com registro profissional de pescador desenvolve outras atividades como principal forma de sustento, um Programa como o “Novo Rumo” que oferece a possibilidade de ajuda financeira e cursos de formação em outras áreas que muitas vezes podem ser aquelas em que estes trabalham, pode significar uma tendência destes a negociar com mais facilidade, sendo que os ganhos – menores – aceitos por estes acabam legitimando as propostas do empreendedor e dificultando a ação de mobilização dos pescadores por excelência, ou, para usar as palavras do entrevistado “pescador, pescador mesmo” que realmente terá seu único meio de sobrevivência inviabilizado.

Já analisando a situação pelo viés da rede social, podemos dizer que a iniciativa de criar uma nova Colônia de Pescadores foi acolhida pelo empreendedor – supostamente – pela percepção de que um novo agente social alteraria a composição da categoria no sentido de um espalhamento da representatividade que até então mantinha um alinhamento com o MAB, o que pôde ser percebido pelo apoio deste ante a criação da nova colônia de pescadores em São Carlos. Desta suposta pulverização da representatividade da categoria, podemos dizer que o empreendedor levou vantagem em relação ao embate com o MAB enquanto projeto antagônico, já que ocorreu o acréscimo de um novo agente social na representatividade que não necessariamente estaria alinhado ao MAB – advindo de uma representatividade deste –, o que é reforçado pelo fato de que, desde então, segundo o que nos relatou em entrevista o presidente da Colônia de Pescadores Z 35, ele é o representante da região (Z 29 Chapecó, Z 35 São Carlos e Z 22 Iraí) perante os órgãos nacionais, o que pode sugerir um ganho de capital social deste novo agente em relação à composição de forças anterior ao desmembramento da categoria.

* * *

As três seções que formaram esta parte do trabalho foram elaboradas a partir da análise de três “redes parciais” que correspondem a partes da rede social UHE Foz Chapecó, sobre a qual, em cada seção, apresentamos considerações pontuais. Destas, podemos apontar conclusões

baseadas no conjunto do capítulo de forma a rematar este mostrando o desfecho do período do licenciamento prévio em relação ao processo de instalação da hidrelétrica como um todo.

Procurando responder às indagações levantadas no início do capítulo, sobre a concepção política e econômica de um projeto hidrelétrico no cenário da globalização, sua inserção em determinado local principalmente sob a perspectiva da política ambiental e sobre as instâncias decisórias e os agentes sociais envolvidos neste período do processo de instalação da hidrelétrica, podemos dizer, do ponto de vista teórico-metodológico, que a complexidade da sociedade atual não pode ser analisada a partir da dicotomia estatal/privado, mas sim, a partir de uma rede global composta por empresas do capital privado nacional e internacional além de políticas de governos que se organizam em última instância através suas empresas que juntamente com as anteriores formam as chamadas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) para execução dos respectivos projetos.

Outro aspecto é o paradoxo entre *legalidade* e *legitimidade*, sendo que, embora a hidrelétrica detenha o *status* legal a partir da concepção do projeto, isto precisa ser completado com a legitimidade buscada no momento da inserção deste no lugar de destino. Esta inserção se faz em primeiro momento através do campo ambiental, sendo que o EIA-RIMA e as Audiências Públicas são os aspectos de maior preponderância. Sobre os primeiros, confirmamos a hipótese de pouco aprofundamento da discussão no processo de licenciamento prévio, ao ponto de resgatarmos a idéia de Rothman (2008) quando o autor entende este documento apenas como um instrumento de legitimação do processo decidido *a priori*. Depois, quanto à sua forma e conteúdo, podemos dizer que mesmo com a contestação de órgãos técnicos competentes como o IPPUR-UFRJ, o referido estudo prevaleceu sem nenhum ajuste. Sobre as audiências, a confirmação das mesas diretoras, o pouco tempo para discussão, o formato expositivo e não deliberativo, além das falas apresentadas, apontam para a mesma linha do EIA-RIMA, no sentido de que se trata muito mais de uma etapa do processo de licenciamento a ser superada do que propriamente um debate com a população atingida.

Sobre os agentes da rede, começando pelo aspecto ambiental, é possível fazermos uma reversão do que disseram Zhouiri, Laschefski e Paiva (2005) sobre a “pouca sinergia” entre os ministérios de minas e energia e meio ambiente. Invertendo o que quiseram dizer os autores, podemos afirmar que sim, há uma sinergia entre as duas instâncias do governo, só que não no sentido em que reivindicam os autores – que seja o da elaboração coesa dos projetos e do

licenciamento ambiental – mas sim no momento do licenciamento ambiental, pois concordando com os representantes das instituições locais (AARU e Iberê) temos a impressão de que o IBAMA e o empreendedor estão aliados em prol da concretização do projeto que passa pelo licenciamento ambiental.

Analizando os demais agentes da rede, podemos dizer que o poder público local organizou-se para viabilizar o empreendimento na região através da articulação e fomento de instituições e espaços de discussão que podem ser caracterizados como de negociação e não de questionamento, prova disto são as manifestações e ações das autoridades locais apresentadas no capítulo.

A atuação da imprensa, com base nas matérias acerca do processo de instalação, nos leva a concluir que este agente social – direta ou indiretamente – apoiou o projeto, dando voz ao poder público e apresentando matérias favoráveis ao empreendimento no sentido deste como “um novo alento para a região”.

As universidades locais, a partir da vinculação com o empreendedor através de parcerias em projetos em diferentes áreas, conferiram à proposta deste uma legitimidade técnica tendo em vista o papel dessas instituições na comunidade local.

A AMISTA, associação formada a partir de proprietários locais e com o apoio do poder público, apresentou-se – e acredita-se que tenha sido – como a representante da maior parte dos atingidos ante o empreendedor, possibilitando um ambiente onde prevaleceu a negociação em detrimento ao enfrentamento entre ambos, o que do ponto de vista do conflito entre projetos políticos antagônicos, tende a favorecer o empreendedor.

A divisão na representatividade deu-se também em um dos segmentos principais do ponto de vista da instalação da hidrelétrica. Os pescadores, anteriormente organizados em duas colônias (Z 22 e Z 29), dividiram-se originando uma terceira colônia (Z 35) tendo em vista as diferenças nas “condições de atingido” entre os pescadores das diferentes regiões. O principal nesta divisão é que a distribuição da representatividade – tendo em vista os projetos antagônicos – foi favorável ao empreendedor, já que a nova colônia resultou de uma dissidência que tinha já a sua primeira presidência posicionando-se como “não militante do MAB”, ao passo que anteriormente esta categoria estava aliada ao movimento social na oposição às hidrelétricas na região.

Sobre o MAB neste período do processo de instalação, podemos concluir que o movimento social ficou afastado do epicentro da questão. A contradição de participar ou não do

Fórum Representativo de Negociação (FRN) a partir do entendimento de que estaria num cenário de conjunções de forças favoráveis ao empreendedor o que resultaria na legitimação das decisões em virtude de ser um *voto vencido*, acabou restringindo a participação do MAB neste espaço, o que, visto por outro ângulo, resultou em perdas na qualidade de articulação dos atingidos tendo em vista o conhecimento de causa do movimento social. Fora deste espaço, o MAB viu sua representatividade ser significativamente reduzida tendo em vista a ação dos próprios Comitês Municipais de Negociação (CMN), além da AMISTA e da Colônia Z 35, o que, se comparado com o caso da UHE Itá, diminuiu o protagonismo do movimento social enquanto representante dos atingidos, visibilidade que ficou ainda menor se considerada a ação da imprensa.

Sobre os Comitês Municipais de Negociação (CMN) e o Fórum Representativo de Negociação (FRN), analisados conjuntamente, podemos concluir que estes não apresentam condições de questionamento ao projeto, tendo em vista que se aceitou o percentual de 62% da representatividade dos municípios para o estabelecimento do espaço além do natural despreparo de parte dos integrantes em relação à matéria, o que levanta dúvidas sobre a sua eficácia. Depois, tendo em vista a forma como são estabelecidos e as possibilidades de conformação dos participantes, podemos questionar se esses espaços têm realmente possibilitado a democratização das discussões acerca dos usos da água, neste caso, a instalação da hidrelétrica.

Finalmente, procurando sintetizar sob a luz das relações conflitivas que permeiam a rede social, podemos dizer que neste período do processo de licenciamento prévio o empreendedor conseguiu inserir o projeto no local, organizar espaços de discussão favoráveis às suas aspirações e, além disso, conseguiu limitar a ação do MAB enquanto projeto político antagônico. Disto, foi emitida a Licença Prévia (LP) em 13 de dezembro de 2002, o que significa que a discussão muda para a direção do licenciamento de instalação, o qual se refere ao início dos trabalhos de engenharia civil no canteiro de obras da hidrelétrica, período analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: MOBILIZAÇÃO SOCIAL, RESISTÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO NO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO

La ley es tela de araña
- En mi inorancia lo esplico -.
No la tema el hombre rico;
Nunca la tema el que mande;
Pues la ruepe el bicho grande
Y sólo enrieda a los chicos.
(José Hernandez – Martin Fierro)

Prosseguindo na discussão sobre o processo de instalação da hidrelétrica, tendo em vista a sequência do licenciamento ambiental, neste capítulo tratamos do período referente ao licenciamento de instalação, já que no período – capítulo – anterior foram discutidos aspectos ambientais e a conformação de espaços de discussão e negociação que perduram na sequência do processo.

Agora a questão indígena passa a ser a pauta principal, já que se tornou condicionante ao licenciamento do projeto. Ao passo que apresentamos os elementos de inserção do projeto global no local a partir da concepção de escala e da organização dos agentes locais, agora passamos a discutir o movimento simultâneo de oposição à obra, sob a luz da legitimidade alegada pelos que resistem em contraposição à legalidade sobre o que se baseiam aqueles que apóiam a obra, o que analisamos em três momentos:

Na primeira seção deste capítulo discutimos a “questão indígena” tendo em vista que a obra acabou envolvendo a Reserva Indígena Aldeia Condá (Kaingang) no município de Chapecó-SC, que acabou se tornando condicionante à concessão de exploração da hidrelétrica. Nesta rede parcial, agentes como os sindicatos rurais, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Prefeitura Municipal de Chapecó-SC, além do MAB e a FCE, estão em evidência em torno da questão indígena. Esta seção tem como referencial principalmente os trabalhos de Santos & Nacke (2003), sobre as “hidrelétricas e os povos indígenas”, de Fernandes (2003), sobre a Aldeia Condá e a UHE Foz do Chapecó, de Rocha (2005), sobre a história da Aldeia Condá, e Paim & Ortiz (2006), sobre os indígenas e as hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, além do trabalho de Zanella (2004), sobre o sindicalismo rural na região.

Na segunda seção continuaremos discutindo a resistência ao projeto, mas a partir das ações específicas do MAB no sentido de paralisar os trabalhos de engenharia civil iniciados no canteiro de obras. Nesta rede parcial, além do antagonismo entre MAB e FCE, a Igreja Católica figura como agente social importante sendo discutida a sua ação no processo tendo em vista seu protagonismo histórico na questão dos movimentos sociais, especialmente do MAB. Como referencial teórico esta seção conta com os trabalhos de Scherer-Warren (2005), sobre as “redes de movimentos sociais” e de Souza (2007), sobre o papel da Igreja.

Tendo em vista as ações de resistência à obra, na terceira seção apresentamos as respostas do empreendedor ante a situação de embargo decorrente, em parte, de ações do movimento social. Neste sentido, destacamos o fato da *criminalização* da questão pelo empreendedor no sentido da *legalidade* da sua demanda, colocando em evidência, além do MAB e da FCE, a polícia e o judiciário como agentes sociais importantes. Esta seção tem como referencial teórico os trabalhos de Santos (1999), sobre o judiciário pelo aspecto sociológico.

No conjunto do trabalho, este capítulo discute as relações de poder tendo em vista as estratégias de resistência do movimento social ante a inserção da obra apresentada no capítulo anterior e como o empreendedor responde a esta resistência. Neste sentido, procuramos responder algumas questões neste capítulo: 1) Como a questão indígena foi tratada neste processo e que reflexos gerou na rede social? 2) Como se caracterizaram as relações entre MAB, igreja e sindicato rural no caso em tela, tendo em vista a relação histórica entre esses agentes sociais? 3) Como a polícia e o judiciário figuram na rede social tendo em vista um cenário democrático em que acontece o conflito entre projetos políticos distintos representados pelo MAB e FCE?

A partir da discussão acerca dessas questões pretendemos explicar este momento do licenciamento da obra além da participação de diferentes agentes sociais em relações e situações específicas, mas de forma a influenciar na totalidade da rede social.

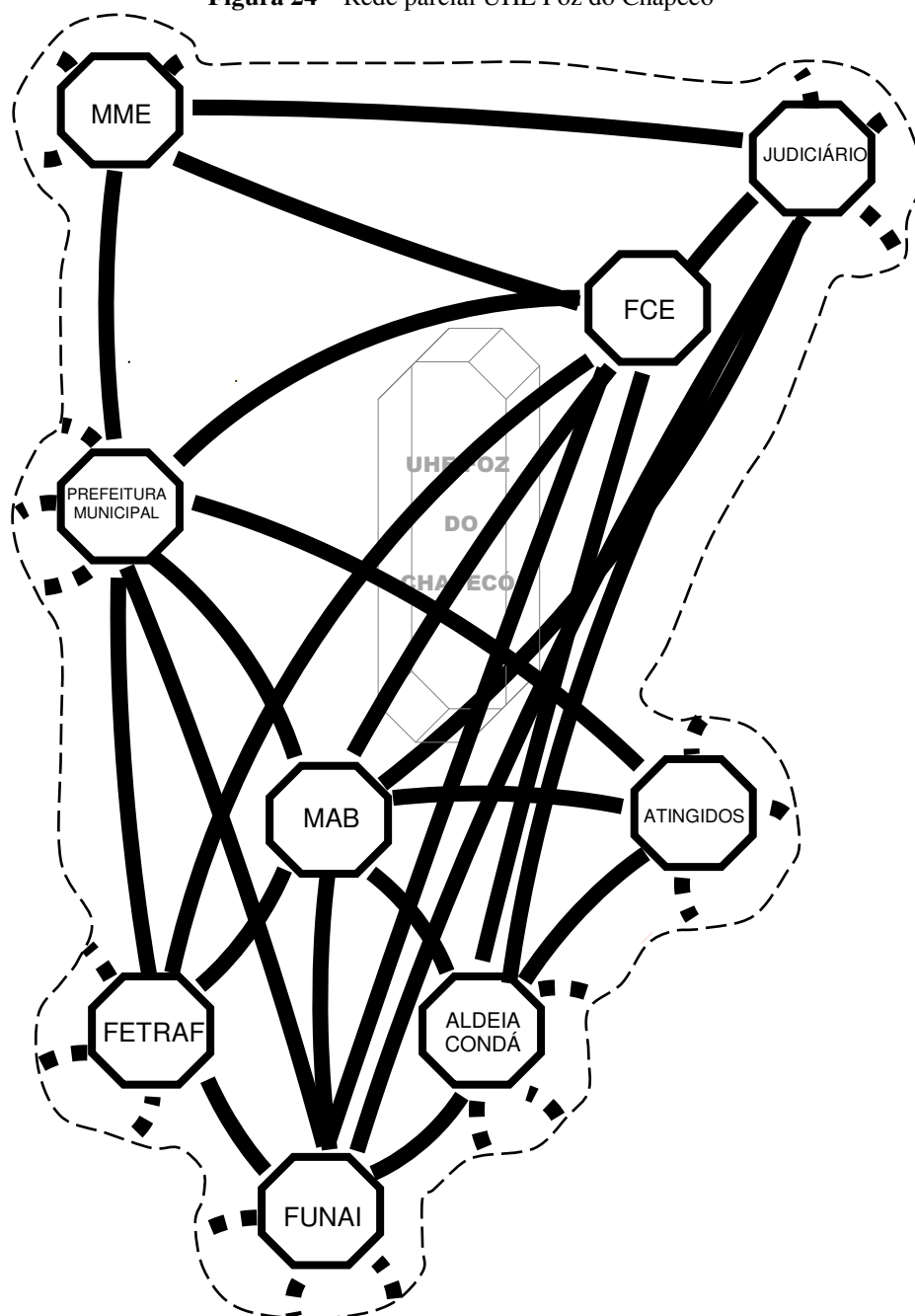
4.1 A questão indígena

A instalação da UHE Foz do Chapecó já havia alcançado a Licença Prévia (LP) no final do ano de 2002, após ter percorrido um caminho pautado principalmente pela discussão ambiental, conforme mostramos no capítulo anterior. Porém, paralelo à discussão apresentada

anteriormente, outro aspecto do processo de instalação da hidrelétrica era discutido, e, com o licenciamento prévio concedido, partiu-se para o período do licenciamento de instalação (LI) e a instalação de fato, com o início dos trabalhos de engenharia civil no canteiro de obras.

Nesta seção apresentamos uma rede parcial (Figura 24) composta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pelo Judiciário, principalmente através do Ministério Público Federal (MPF), pela Prefeitura Municipal de Chapecó-SC, pelo empreendedor (FCE), pelos índios kaingang da Aldeia Condá (Chapecó), pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), pelos atingidos – *onipresentes* – e pelo MAB. Este conjunto-de-ação tem como agente propulsor a Aldeia Condá, a partir do que se discute a questão indígena enfatizando aspectos políticos e fundiários que representam importantes componentes nas relações de poder envolvendo a instalação da UHE Foz do Chapecó.

Figura 24 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor

Um aspecto fundamental do licenciamento da hidrelétrica, anunciado no capítulo anterior, refere-se ao Anexo ao Edital nº 002/2001, que aponta condicionantes ao empreendedor em referência à questão indígena, conforme algumas partes do referido documento:

1. CONDICIONANTES [...]

1.2.1 – Caberá ao empreendedor viabilizar os meios necessários no sentido de subsidiar à FUNAI na consultoria do decreto de desapropriação da Reserva Indígena Aldeia Condá, objetivando a aquisição de uma área aproximada de 2.300 hectares, delimitada a partir da faixa de 100,00 metros contada do limite de inundação do reservatório, em suas condições normais de operação, de acordo com as indicações constantes no Estudo de Eleição de Área coordenado pela antropóloga Kimiye Tommasine, conforme Portaria FUNAI nº 76/PRES, de 20.07.98, constante no Processo FUNAI/BSB/3116/97.

A Reserva Indígena Aldeia Condá será utilizada para a transferência preferencial de 64 famílias da comunidade Kaingang, que totalizam 212 pessoas.

Dos 2.300 hectares, caberá ao empreendedor a aquisição de 1.500 hectares contínuos a partir do limite fixado em 100 metros. A título de compensação, deverá ser anexado na metragem original, respectivamente, as terras marginais a serem alagadas pelo reservatório (46 hectares) e a faixa de 100,00 metros, bem como ao atendimento dos seguintes aspectos:

- custear as despesas do grupo técnico nomeado pela FUNAI, responsável pelo estudo e seleção das áreas a serem adquiridas pelo empreendedor como forma de compensar as terras alagadas e a faixa de 100,00 metros;

- custear a demarcação física das áreas de sua responsabilidade (1.500 hectares + terras inundadas + faixa de 100,00 metros), conforme normas e especificações técnicas estabelecidas pela FUNAI e, as despesas relativas a realização dos trabalhos de levantamento fundiário, referente à vistoria, análise documental, estabelecimento de contato com os proprietários, procedimento de pagamento e posterior recibo de quitação, dando pleno conhecimento de domínio à União em relação à terra numa e às benfeitorias; (ANEEL, 2001, p. 4-5)

Em resumo, o que estabelece este anexo é que o consórcio vencedor do leilão deveria comprar parte de uma área já escolhida para a criação da Reserva Indígena Aldeia Condá.⁶¹ Mas a demarcação da referida reserva precisa ser compreendida também sob a perspectiva de um processo social. Para a compreensão da questão indígena referente aos kaingang no sul do país, Ítala Becker (1975) apresenta uma organização temporal em três épocas: entre os séculos XVI ao XVIII, o século XIX e o século XX. De acordo com o objetivo deste trabalho, observamos esta divisão enfatizando, sobretudo o século XX e seus desdobramentos com referência ao caso específico da Aldeia Condá tendo em vista a instalação da UHE Foz do Chapecó.⁶²

⁶¹ A distinção entre “terra” e “reserva” indígena será apresentada nesta seção, bem como o processo de regulamentação dessas áreas. Porém, buscando facilitar a discussão será mencionado o termo “Reserva Indígena” referindo-se à área em questão, mesmo que esta ainda esteja em processo de demarcação.

⁶² O planalto meridional brasileiro apresenta indícios arqueológicos de grupos caçadores-coletores no mínimo por volta de 6000 A. P., sendo que as encostas de rios como o Uruguai constaram como locais privilegiados para acampamentos dessas populações. O tronco linguístico Jê suscitou populações como os Coroados, Botocudos, Guaianá, Xocling e os Kaingang, que conviveram na região contemporaneamente aos Guaranis. Até o século XVIII, os kaingang mantiveram apenas contatos intermitentes com bandeirantes e jesuítas, ao passo que, no século XIX, a

Como é sabido, a questão indígena no século XX foi marcada pela ação estatal através do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que mais tarde seria substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o que não significou mudanças nas orientações da instituição.⁶³ A ação deste órgão neste período foi marcada inicialmente por uma natureza “humanista” digamos encampada pelos irmãos Vilas Boas e pelo Marechal Rondon. A partir dos anos de 1950, esta orientação deu lugar a ações no sentido da modernização e desenvolvimentismo predominantes naquele contexto nacional, e que foram adotadas também em relação aos indígenas no sentido de tornar essas áreas “produtivas”, no limite, exportadoras de produtos. Na década de 1970, já como FUNAI, as ações foram norteadas a partir de projetos de “integração” dos índios com a sociedade através da mecanização agrícola das terras e do arrendamento destas para colonos (TEDESCO; MARCON, 1994).

A iniciativa dos arrendamentos agravou o problema da invasão das terras indígenas por colonos – o que já acontecia desde as iniciativas colonizadoras do século XIX – que através desses arrendamentos avançavam além das áreas estabelecidas pelos contratos. Disto, se acirrou o conflito entre agricultores familiares e índios, o que aumentaria com a emergência do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) a partir de 1961, que entre as suas ações ocupou Reservas Indígenas como estratégia de pressão para a reforma agrária, o que gerou a reação dos índios no sentido da expulsão dos invasores (TEDESCO; MARCON, 1994).

Deste breve panorama, percebemos que as ações do Estado ao longo do tempo têm sido no sentido de colocar os índios na condição de coadjuvante num cenário onde estes deveriam ser os protagonistas. Na mesma linha, no que se refere aos indígenas e às hidrelétricas, quando essas populações estão prestes a serem atingidas por barragens, são as barragens que assumem o protagonismo enquanto que as comunidades indígenas são consideradas como aquelas que “ocorrem com frequência” nas áreas de empreendimentos hidrelétricos, quando deveria ser o contrário (VIVEIROS DE CASTRO; ANDRADE, 1988).

Na bacia do rio Uruguai, especificamente na região da sub-bacia do rio Chapecó, onde está situada a UHE Foz do Chapecó, ainda em 1978 um Relatório intitulado “Projeto Uruguai: os

ação catequética dos missionários serviu com um “poder moderador em relação ao processo de colonização” italiana e alemã promovida tanto pelo Estado como pelas empresas colonizadoras como a *Cia. Territorial Sul Brasil* e a *Bertaso Maia & Cia*, esta, mais atuante na região de Chapecó, marcando a passagem da intermitência para a permanência do contato entre índios e brancos (BECKER, 1975; KERN, 1994).

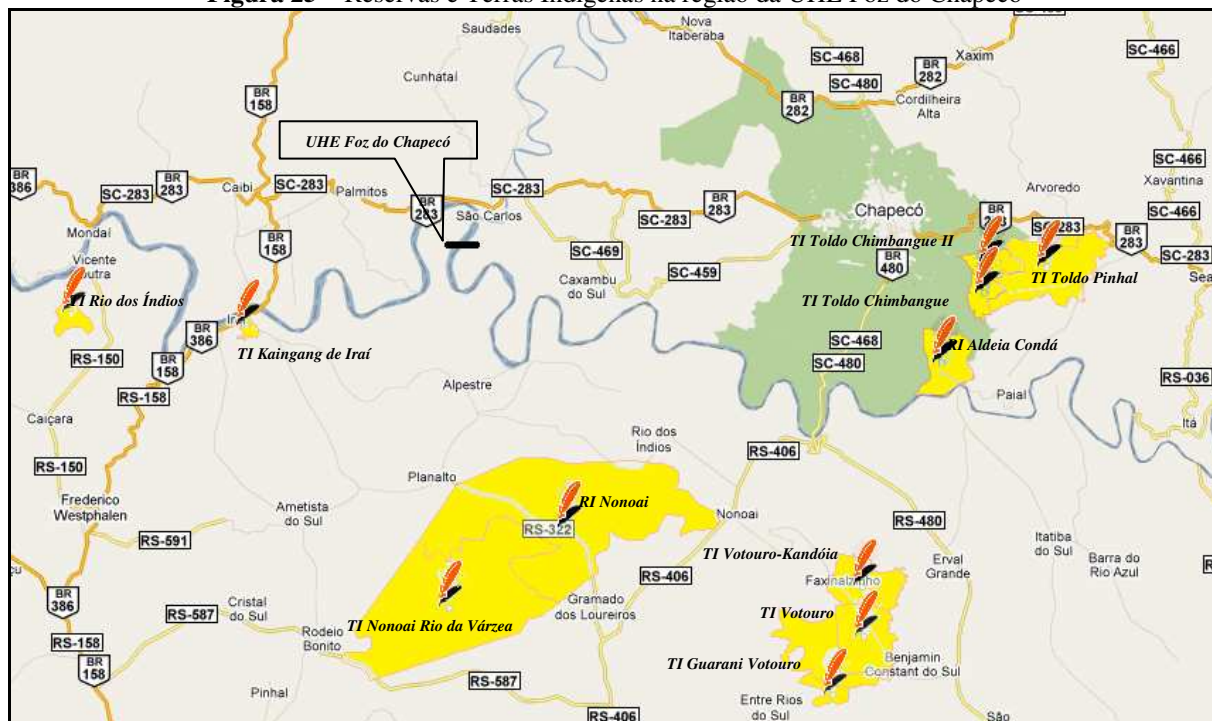
⁶³ O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi criado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) através da Lei nº 5.371, 5 de dezembro de 1967.

barramentos e os índios”, realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) à pedido da ELETROSUL, após analisar as prováveis implicações das barragens planejadas para a região sobre as populações indígenas, desaconselhava a instalação das obras (SANTOS; NACKE, 2001). Mesmo assim, é notório o avanço desses empreendimentos por toda a bacia, sendo que a UHE Foz do Chapecó é o caso mais recente no qual estão envolvidos os índios kaingang da Aldeia Condá, no município de Chapecó-SC.

Como falamos no capítulo 2 e anteriormente nesta seção, o avanço da colonização na região foi inversamente proporcional ao indígena, sendo que os que tentaram resistir foram dizimados ou se refugiaram em lugares de difícil acesso ou ainda acabaram restritos às terras indígenas demarcadas a partir do final do século XIX. Segundo Fernandes (2003, p. 164), “os antepassados dos Kaingang que hoje ocupam a Reserva Indígena Aldeia Condá estabeleceram outra estratégia: permaneceram em seu território tradicional, acompanhando, ‘invisíveis’, o crescimento da cidade de Chapecó”.

Neste sentido, é importante apresentarmos a história dos índios da referida Reserva Indígena e sua relação com o empreendimento, já que, segundo o empreendedor, a UHE Foz do Chapecó não atingiria diretamente nenhuma reserva indígena da região (Figura 25).

Figura 25 – Reservas e Terras Indígenas na região da UHE Foz do Chapecó



Fonte: Mapa adaptado a partir de “Povos Indígenas no Brasil”. Disponível em: pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arq=4115. Acesso em: 23 set. 2010.

A característica dos Kaingang de comporem uma aldeia de referência (*emã*) marcou certo sedentarismo que se completava com um nomadismo que estabelecia acampamentos provisórios (*wãre*) em decorrência de atividades planejadas, logo, temos a dificuldade de saber com precisão a data de formação do *emã* na cidade de Chapecó. Podemos dizer que inicialmente os grupos estavam espalhados e com o passar do tempo foram se agrupando segundo “princípios da organização social tradicionalmente conhecidos (uxorilocalidade, divisão em grupos domésticos, casamentos entre metades)”, ao ponto em que, em 1998, formou-se um conglomerado de famílias maior que o de costume, somando 24 barracas de lona que abrigavam 154 pessoas que acabaram se tornando “visíveis” ante a cidade de Chapecó (ROCHA, 2005, p. 22-23).

A passagem da “invisibilidade” assinalada por Fernandes (2003) para a “visibilidade” assinalada por Rocha (2005) desencadeou o processo de formação da Reserva Indígena. Enquanto o grupo perambulava de forma esparsa pela região, principalmente pela cidade de Chapecó, não se fazia notar de forma contundente, tanto que as ações do poder público se restringiam às vezes em que a FUNAI providenciou o transporte desses índios para as Reservas de Nonoai e Toldo Chimbanguê (Figura 25). Acontece que esse grupo muitas vezes rivalizava com os indígenas daquelas e acabava retornando para a cidade de Chapecó. Numa dessas idas e voltas, acabaram ocupando um espaço no bairro Palmital, onde se reuniram vivendo de seu artesanato e de pequenos serviços, além da ajuda da Prefeitura Municipal de Chapecó e da Igreja Católica. Acontece que boa parte dos moradores do referido bairro, de classe média-alta, se organizaram através de um abaixo-assinado pedindo providências à Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Habitação e à FUNAI em relação à presença dos índios no bairro, que segundo os moradores, causava transtornos ao lugar.

Antes de prosseguirmos na discussão deste aspecto do processo de instalação, convém apresentarmos rapidamente os procedimentos acerca da regulamentação de áreas de Reserva Indígena no Brasil, o que tem como marco legal a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que estabelecem os procedimentos de estudo, delimitação, demarcação, homologação e regularização dessas áreas.

De acordo com a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, são caracterizadas como “Terras Indígenas”, aquelas “terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição”, enquanto as “Reservas Indígenas” compreendem aquelas áreas destinadas “a servir de habitat a grupos

indígenas, com os meios suficientes à sua subsistência”. Enquanto as primeiras correspondem a territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas ao longo do tempo, as últimas poderão ser estabelecidas pela União em qualquer parte do território nacional tornando-se “bens inalienáveis da União (artigos 4º, IV, e 198 da Constituição Federal)” e cabendo “aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes”, sendo que a União poderá interferir nesta área através de decreto presidencial em caso de necessidade de “realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional”, inclusive, a instalação de uma hidrelétrica.

De acordo com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas”, a FUNAI designará grupo técnico especializado que sob a coordenação de um antropólogo, realizará “estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação” da terra a ser demarcada. Na sequência do processo, é obrigatória a publicação do relatório acerca da delimitação, a fim de que os interessados possam reagir no processo a partir da apresentação de “provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório”. Considerando que estejam resolvidos eventuais impasses, o Ministério da Justiça emitirá através de portaria ministerial a declaração dos limites apontados pelo estudo determinando a sua demarcação. A demarcação da terra indígena será homologada mediante decreto e finalmente a FUNAI providenciará “o respectivo registro em cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda”, tornando a área regularizada.

Todo o processo de instituição de Reservas Indígenas prevê o acompanhamento do “grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias”, sendo que, “verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário federal (INCRA) dará prioridade ao respectivo reassentamento, segundo o levantamento efetuado pelo grupo técnico, observada a legislação pertinente”.

Então, com base na legislação atual e ante a mobilização dos moradores do bairro Palmital, ainda em 1998 a FUNAI constituiu um Grupo Técnico (GT) que realizou um trabalho antropológico que acabou apontando a cidade de Chapecó como território tradicional dos

kaingang da Aldeia Condá, tanto pela descendência dos índios atuais em relação ao fundador da cidade de Chapecó (José Raymundo Fortes), quanto pelo fato do local onde hoje está construída a catedral, centro da cidade, ter sido o lugar onde os antepassados indígenas realizavam seus mais importantes rituais (*kiki*) (Fernandes, 2003; Rocha, 2005). Embora a cidade de Chapecó seja reconhecidamente uma terra tradicional dos índios, de imediato assumiu-se a postura de inviabilidade – econômica e logística – de qualquer desapropriação no perímetro urbano do município em favor dos indígenas. Disto, foi instituído um novo Grupo Técnico (GT) que seria encarregado de apontar uma área viável para a implantação da futura Reserva Indígena Aldeia Condá. Os dois GTs⁶⁴ mencionados fundamentaram o Anexo 11 ao Edital 002/2001 da ANEEL, apontando uma área considerada apta a receber a reserva, conforme trechos do documento:

Informações gerais da reserva Indígena Condá

[...] a terra eleita possui as seguintes características: 1) localizar-se na zona rural do município, não longe da cidade; 2) dispor de áreas de mata, água boa e terra para plantio; 3) ser suficiente para abrigar a população presente e futura e 4) ser ecologicamente adequada para o exercício pleno de seus costumes e tradições. [...] Os quatro aspectos referidos acima são satisfeitos, havendo inclusive animadoras referências sobre recuperação de várias espécies de peixes nos rios Uruguai e Irani. Trata-se de uma terra com uma superfície de 2.300,2318 hectares, delimitada, no geral, pelos rios Uruguai, ao sul; Monte Alegre, ao oeste; Lajeado Veríssimo, ao norte e, parcialmente, no leste até sua barra no rio Irani que fecha o perímetro em sua foz no rio Uruguai, conforme configurado no mapa (ANEEL, 2001, p. 16).

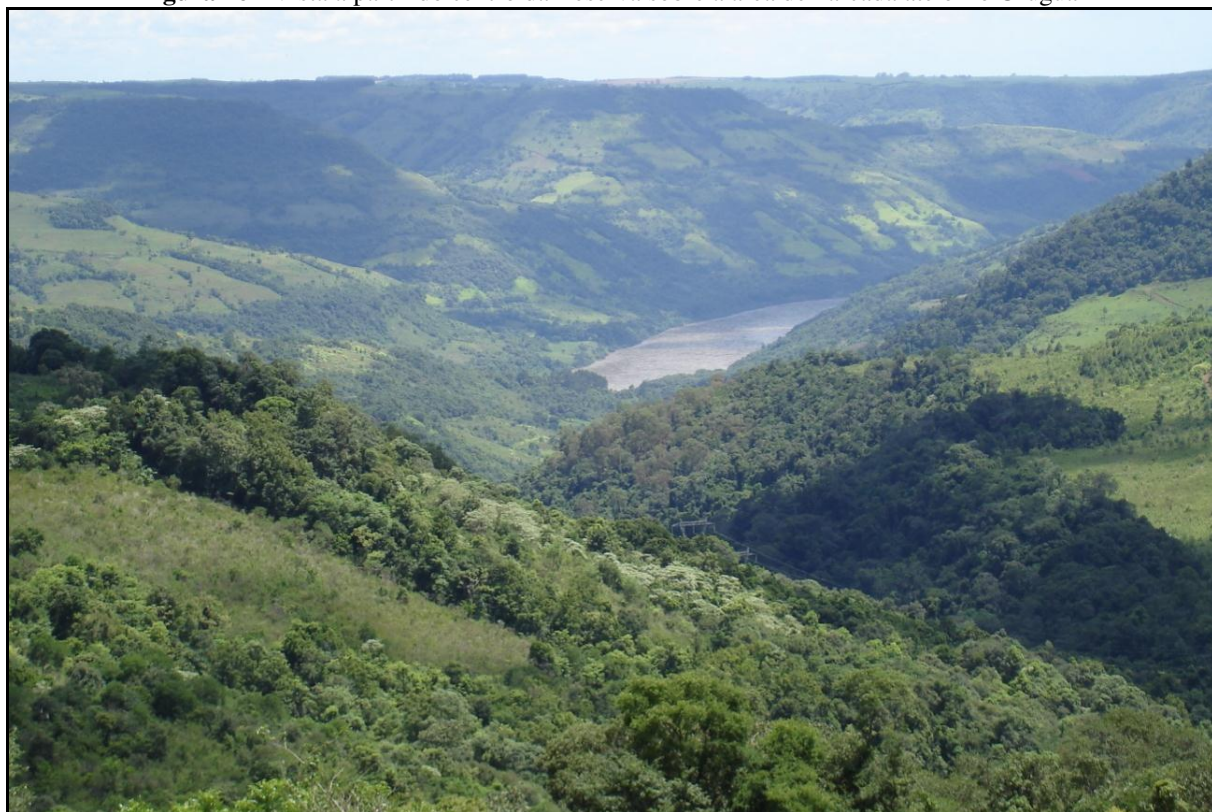
Conforme a indicação do Anexo apontou-se a área que seria destinada a abrigar os índios que estavam no bairro Palmital, que, naquele momento (2001) constavam de 64 famílias totalizando 212 pessoas. A referida área (Figura 26) dista aproximadamente 15 km do centro da cidade de Chapecó-SC, abrangendo duas comunidades (Linhas Gramadinho e Praia Bonita), sendo que nesta área habitavam 75 famílias de agricultores familiares que detinham titulação dessas terras⁶⁵. O referido anexo ainda estipulou o prazo de 90 dias a partir da concessão da ANEEL, para que o empreendedor apresentasse as providências de formação da Reserva

⁶⁴ Portaria n° 110/PRES de 09 de fevereiro de 1998, publicada no D.O.U. de 11 de fevereiro de 1998, complementada pelas Portarias n° 382/PRES de 28 de abril de 1998, publicada no D.O.U. de 23 de abril de 1998 e 761/PRES de 20 de julho de 1998, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 1998, com a finalidade de, à luz dos artigos 26 e 27 da Lei n° 6001 de 19 de dezembro de 1973, proceder a eleição da área a ser reservada para as famílias Kaingang da Aldeia Condá, o que ocorreu em um trabalho resultante da participação da comunidade interessada e de técnicos das entidades UNICAMP, INCRA, CIMI/SUL, APOIS e Prefeitura Municipal de Chapecó.

⁶⁵ No caso em questão, considerando o Art. 231 da Constituição Federal de 1988, sobre a ocupação tradicional das terras pelos indígenas, é prevista a aquisição das propriedades pela FUNAI mediante indenização de terra e benfeitoria aos agricultores locais.

Indígena, sendo que outros prazos como os referentes às atividades fundiárias – relocação – seriam estipulados pela FUNAI.

Figura 26 - Vista a partir do centro da Reserva sobre a área demarcada até o rio Uruguai



Fonte: Arquivo do autor.

A relação entre as questões indígena e hidrelétrica se deu pelo fato de que a instalação da UHE Foz do Chapecó na região atingiria 46 hectares da área escolhida para a futura reserva indígena, o que levou a FUNAI a pleitear junto à ANEEL a anexação da condicionante indígena ao Edital de Licitação do empreendimento como forma de compensação. Disto, escolhida a área, estabelecidos os prazos, e estando o empreendedor ciente da condicionante ainda quando do processo de licitação, passamos para a análise da negociação referente ao atendimento à condicionante e a instalação da Reserva Indígena Aldeia Condá, o que precisamos fazer resgatando o período de negociação anterior ao Anexo ao Edital 002/2001 da ANEEL.

Após a indicação da área, a FUNAI iniciou o processo de cadastramento das propriedades a serem negociadas para a instalação da Reserva. Em se tratando de agricultores familiares, logo a ação do sindicato rural aconteceu no sentido de organizar estes que na região estavam

predominantemente associados ao Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar de Chapecó e Região (SINTRAF-Chapecó)⁶⁶.

Diferente do que acontece quando da demarcação de terra tradicional indígena, neste caso, caberia à FUNAI a indenização das benfeitorias e também da terra nua, o que não se deu sem resistência dos agricultores familiares, primeiro, por negarem-se a sair da região onde estavam organizadas as suas vidas desde o início do século XX, segundo, por não concordarem com os preços propostos pela FUNAI.

Diante da dificuldade no avanço das negociações, a Prefeitura Municipal de Chapecó arrendou uma área de 100 hectares dentro da futura Reserva e providenciou a construção de barracos e a transferência dos índios do bairro Palmital, atendendo a reivindicação dos moradores daquele bairro. Mesmo diante da resistência dos agricultores, em 2001 a FUNAI conseguiu comprar mais 100 hectares de oito famílias que aceitaram entregar suas terras, enquanto seguiam as negociações entre a FUNAI e os agricultores familiares representados principalmente pelo SINTRAF.

Embora o processo já estivesse em andamento desde 1998, a instalação da UHE Foz do Chapecó alterou drasticamente o rumo das negociações. Segundo entrevistas que realizamos com o Coordenador Regional Substituto e Chefe do Serviço de Assistência da FUNAI, João Batista Oselame, a iniciativa da FUNAI em pleitear um Anexo ao Edital pode ser tomado pela seguinte perspectiva:

Não existe problema nisso, porque o consórcio tem por lei que fazer trabalhos para diminuir os impactos, como criar áreas de preservação, por exemplo. Esta é apenas uma forma, e a FUNAI se valeu disso em favor dos índios, já que as reservas são consideradas áreas de preservação permanente. Então, isso não é transferência de responsabilidade, mas a FUNAI fez com que a área [de preservação permanente – APP] que o consórcio deveria comprar fosse a mesma da aldeia. Porque eles iriam criar a área num outro lugar, porque não criar ali? (OSELAME, 2010).

Do ponto de vista da agilização das negociações e do acréscimo de recursos para a FUNAI proceder a instalação da referida Reserva, podemos dizer que o fato do empreendedor ser responsabilizado pelo custeio da compra da área, sem dúvida foi um achado, porém, a análise que precisa ser feita pela perspectiva deste trabalho é referente à questão da Reserva Indígena como componente do processo de instalação da UHE Foz do Chapecó no sentido das relações de poder.

⁶⁶ Ver Anexo I – Parte I.

Tendo ciência da questão indígena como condicionante para o licenciamento do empreendimento, o MAB passou a articular os agricultores familiares da região, alguns deles, atingidos pela barragem. Em dezembro de 2001, o MAB montou um acampamento na região da futura Reserva para impedir os trabalhos da FUNAI para as negociações das propriedades sem que antes fosse garantida a indenização justa e reassentamento para aproximadamente 3000 famílias que seriam atingidas pelo lago da usina em toda a região.

O primeiro ponto que assinalamos nessa relação de forças, diz respeito à posição do SINTRAF neste processo, a respeito do que, entrevistamos o Coordenador Adjunto da FETRAF-SUL em Santa Catarina, e na época dirigente do SINTRAF/Chapecó, Alexandre Bergamin. Segundo o entrevistado,

na questão da Aldeia Condá, aconteceu que nós acompanhava junto com a prefeitura de Chapecó que era do PT, e numa certa altura, o MAB entrou na conversa e dividiu o trabalho que nós já vinha produzindo, sem vim dialogar antes com a gente, que a gente já vinha tocando fazia tempo. Então quando se soube que a barragem ia atingir lá [na área da Reserva] eles foram e organizaram o MAB. Então, eles não respeitaram o processo que a gente já vinha construindo e dialogando. Nós, como direção do sindicato participamos junto com a FUNAI e a Prefeitura da escolha da área, do levantamento de preço, do econômico, do social, tudo isso. Nós fizemos várias reuniões lá, foi muito complicado, principalmente sobre o preço das indenizações, mas nós já tava bem adiantado. [...] Eles [MAB] entraram com a pauta deles, que era parecida com a nossa, mas eles fizeram o caminho errado, invés de vir aqui e trabalhar uma ação coletiva, eles foram lá e criaram um outro movimento. [...] Eles estabeleceram uma lógica diferente. Enquanto nós vinha trabalhando no sentido de unir a comunidade em torno de uma pauta de negociação [...] o MAB discutia só a barragem, mas a pauta era muito maior, era a questão dos índios, era a estiagem da época, era os preços das terras, dos produtos (BERGAMIN, 2010).

A mesma questão precisa ser também tomada pela perspectiva do movimento social, segundo a qual, o coordenador do MAB/Oeste, Pedro Melchior nos explicou em entrevista que

naquele caso também existiam famílias que iam ser atingidas lá naquela região [onde seria instalada a Reserva Indígena], então, o MAB se mobilizou na defesa dos direitos daqueles atingidos. Também é importante dizer que a Foz [FCE] só tratou daquela questão porque era condicionante e a obra não avançava sem isso, porque se tu pegar as mais de três mil famílias atingidas pela barragem, uma boa parte tava com o direito negado (MELCHIORS, 2008).

Sobre as controvérsias entre o MAB e o SINTRAF, os indígenas também manifestaram sua posição. O ponto de vista dos índios ficou claro através de entrevista que colhemos junto a Augusto Rodrigues, a liderança mais antiga da Aldeia Condá:

O MAB veio com gente pra acampar, daí quando eles chegaram nós peguemo eles e conversemo uma tarde inteira e não tinha jeito. Tinha uma boa parte de agricultor aqui das terras que queriam negociar, depois que veio o MAB começou a atrasar. Eles traziam pessoal de fora pra acampar aqui, pra ter mais gente. Quando trancaram lá [aponta para a direção de uma estrada] pra não deixar entrar [o Grupo de Trabalho] pra fazer os estudos pra liberar a terra e botar a aldeia, tinha as faixa dos MAB, daí veio a Polícia Federal e destrancou. [...] Eu digo que o MAB tem um trabalho importante, mas eles não entenderam o direito do índio (RODRIGUES, 2010).

Figura 27 – Lideranças da Aldeia Condá



Fonte: Arquivo do autor.

Pelo exposto, podemos verificar que a questão indígena envolveu uma confluência de interesses representados pelo SINTRAF, que defendia os interesses dos agricultores familiares, pela FUNAI, que tinha a responsabilidade de conduzir o processo de demarcação da Reserva, pela Foz do Chapecó Energia S.A., enquanto responsável pela instalação da UHE Foz do Chapecó e pelo suporte financeiro para a aquisição da área da Reserva, e pelo MAB, que além de representar parte dos agricultores familiares atingidos pela barragem no local da futura Reserva, considerava o caso pela perspectiva dos atingidos no conjunto da obra na região. Com diferentes

formas de ação e demandas, esses agentes sociais compunham uma arena que tinha como pano de fundo a luta pela terra, a questão indígena e ainda o processo de instalação da hidrelétrica.

Centrando na análise das relações de poder referentes à hidreletricidade, para abordarmos inicialmente a relação entre o MAB e o sindicalismo rural, entrevistamos o sindicalista Paulo Farina, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim na década de 1980, quando da estruturação da CRAB, que entende a questão da seguinte forma:

Nos primeiros tempos a CRAB que já tinha uma certa organização ocupava a sede do sindicato [em Erechim-RS] pra se reunir e por um tempo foi assim. Depois a CRAB ganhou autonomia, virou movimento nacional. [...] O MAB tem uma demanda específica e o sindicato abrange mais coisas, mas deve ter uma relação mais próxima. Me parece que de um tempo pra cá, o MAB deixou de investir no sindicato. Ele [MAB] teria que fazer uma luta pra conquistar a direção do sindicato no sentido de que os dois trabalhem na via da agricultura familiar, cada um ao seu modo, lutar pelas mesmas coisas, agregar força. Outra coisa, [...] a organização do movimento ou do sindicato tem que vir lá de onde o problema acontece. [...] Eu acho que o movimento social é uma coisa temporária (FARINA, 2008).

A partir do que foi apresentado pelo entrevistado, podemos assinalar como ponto importante na relação entre sindicatos rurais e o MAB, o fato de que o movimento social, embora organizado a partir dos sindicatos, com o passar do tempo foi ganhando autonomia, o que significa também um certo afastamento se comparado com o contexto do início da década de 1980 quando da formação da CRAB. Outro aspecto importante assinalado pelo entrevistado, é que, muitas vezes, embora a essência das demandas gerais do movimento social e do sindicato seja a mesma, alguns pontos específicos podem ser diferentes. Neste caso, ficou claro que os dois agentes sociais buscavam o que acreditavam ser o melhor caminho para seus representados, a dizer, indenizações justas. Porém, ambos trataram a questão por pontos de vistas diferentes, sendo que enquanto o sindicato buscava negociar objetivando vantagens para os agricultores familiares da área da Reserva, o MAB procurava pressionar o empreendedor a partir de uma visão mais ampla sobre o processo de instalação da hidrelétrica.

Ainda sobre a relação entre o MAB e os sindicatos rurais, há que considerarmos o contexto atual da representatividade dos agricultores familiares que caracterizam a região em questão. Segundo apresenta Zanella (2004), tendo em vista a forte seca que assolou os três estados do sul do Brasil no final do ano de 1995 e início de 1996, o DETR/CUT organizou um acampamento no município gaúcho de Sarandi-RS, aonde chegou a reunir 16 mil pessoas. A partir de decisões dentro do próprio acampamento, as lideranças deste passaram a defender a

intensificação das ações no sentido de pressionar o governo a atender as reivindicações como o “crédito de emergência”, sendo que as eventuais conquistas deveriam ser direcionadas apenas para os agricultores que estavam participando da mobilização. Do outro lado, as lideranças de outros acampamentos (ligados à CUT através da FETRAF), defendiam a aproximação com a FETAG no sentido da negociação com o governo, sendo que as eventuais conquistas deveriam ser estendidas a todos os agricultores mesmo que não estivessem participando das mobilizações. Esta discordância pontual entre as lideranças rurais foi um marco na divisão da representatividade rural na região, tendo em vista que as lideranças do acampamento acabaram integrando o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que passou a representar uma linha diferente – mais combativa – da defendida pela FETRAF e pela FETAG (ZANELLA, 2004, p. 302-311).

Em 1998 o MPA vinculou-se à Via Campesina e juntamente com o MAB, MST e CPT que também romperam com a CUT, passaram a propor diferentes pautas e mobilizações para os agricultores, chegando a disputar a representatividade da base na região do alto Uruguai. Disto, para além do caso específico, podemos dizer que em se tratando da representatividade do rural na região, mesmo que semelhantes na essência, atualmente existem pelo menos três tendências distintas entre os agricultores familiares atingidos por barragens no Alto Uruguai: a FETAG (linha seguida pela AMISTA), a FETRAF (linha seguida pelo SINTRAF), e a Via Campesina (linha seguida pelo MAB), sem que estes representem grupos fechados.

Em se tratando da organização indígena, é preciso assinalar que estes são importantes agentes na mobilização social contrária às barragens em diferentes partes do Brasil (SANTOS & NACKE, 2003), inclusive em hidrelétricas da região, como é o caso da vizinha UHE Monjolinho (PAIM & ORTIZ, 2006). Até onde sabemos, os indígenas não costumam ser favoráveis à instalação de hidrelétricas, porém, o caso da UHE Foz do Chapecó pode representar uma novidade no sentido da articulação de forças do capital para a inserção de projetos em determinadas regiões, pois, para além do mérito da questão, o que precisa ser assinalado é que neste caso, os indígenas acabaram se posicionando como apoiadores do empreendimento, tendo em vista que a concretização da obra – enquanto condicionante do licenciamento – passou a significar a conquista da terra para eles.

Então, analisando as relações de poder, podemos dizer que as divergências entre o SINTRAF e a FUNAI, a FUNAI e o MAB, e ainda o MAB e o SINTRAF, de certa forma favoreceram o empreendedor, que, de qualquer forma teria que cumprir a condicionante, mas,

diante do conflito, ganhava tempo sem precisar parar o processo de instalação, tanto que o Ministério Público Federal (MPF) se manifestou por meio de uma Ação Civil Pública⁶⁷ acionando a Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a FUNAI. A primeira, tendo em vista que esta, “quando participou e venceu a licitação sabia da necessidade da aquisição de uma área de terras para a Comunidade Indígena”, a segunda, por se tratar do órgão regulador “responsável pela execução e acompanhamento dos procedimentos relacionados com a outorga das concessões dos aproveitamentos hidrelétricos”, e a terceira, por ser o “organismo de proteção indígena”. Através da Ação, o MPF cobrou “o cumprimento do Termo de Conduta firmado entre a FUNAI e a ANEEL, previsto como condicionante no Edital de Leilão 002/2001”.

No texto da referida Ação, o Ministério Público Federal enfatizava a urgência no cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta tendo em vista “a situação de apreensão vivida pela Comunidade Indígena, já cansada de aguardar pelas terras a que tem direito”, além de que, o prazo de cumprimento do acordado já havia se esgotado em mais de 120 dias. A referida Ação resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta entre o próprio Ministério Público Federal, a FUNAI e a FCE, firmado em 17 de julho de 2003, onde observamos como ponto principal a seguinte cláusula:

Cláusula 7 – O Consórcio Energético Foz do Chapecó compromete-se em buscar cumprir integralmente sua obrigação até dezembro de 2003, para o que empenhará todos os seus esforços. Considerando, entretanto, dificuldades decorrentes da situação peculiar da região (tais como intenção dos atuais proprietários em não vender o imóvel, problemas com a identificação dos legítimos proprietários e conflitos sociais), desde que adequadamente justificada e fundamentada, tal prazo será renegociado por aditivo ao presente Termo de Ajuste de Conduta.

Decorrido mais de um ano (05 de agosto de 2004), um Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta apresentado anteriormente concedeu ao empreendedor o aumento no prazo para o cumprimento da condicionante. O referido Aditivo buscou embasamento na impossibilidade de aquisição da área da futura Reserva devido à “inexistência da declaração de utilidade pública da área a ser adquirida”, tendo em vista que a “aquisição amigável da área, seja por problemas documentais, conflitos sociais, ou mesmo recusa dos proprietários em alienar os seus bens,

⁶⁷ Ação Civil Pública nº 2002.72.02.003028-1, de 18 de julho de 2002 – MPF/Chapecó-SC.

findou por impossibilitar o cumprimento”. Sob esta justificativa, o referido Aditivo alterou a “Cláusula 7” do antigo Termo de Ajustamento de Conduta o que passou a ter a seguinte redação:

“Cláusula 7 – O Consórcio Energético Foz do Chapecó compromete-se em buscar cumprir integralmente sua obrigação até março de 2005, para o que empenhará todos os seus esforços. Considerando, entretanto, dificuldades decorrentes da situação peculiar da região (tais como intenção dos atuais proprietários em não vender o imóvel, problemas com a identificação dos legítimos proprietários e conflitos sociais), desde que adequadamente justificada e fundamentada, tal prazo será renegociado por aditivo ao presente Termo de Ajuste de Conduta.”

Cláusula 2º - Independentemente da cláusula anterior, e apesar das dificuldades já referidas, o Consórcio Energético Foz do Chapecó adquirirá e disponibilizará, até 31 de dezembro de 2004, **preferencialmente na Linha Gramadinho**, terras suficientes para transferir as 15 famílias restantes que ainda vivem precariamente na localidade de Praia Bonita, em imóvel de propriedade de Gerson Antônio Valandro, que gozarão de prioridade para a ocupação das novas terras adquiridas, que, consoante esta cláusula, não poderão ser inferiores a 200 (duzentos) ha.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) aparece nos processos com o objetivo de garantir ações protetoras para as comunidades em risco. No caso da UHE Foz do Chapecó, encontramos semelhança com o que defendeu Zucarelli (2001) ao analisar o licenciamento ambiental da UHE Irapé (360 MW no rio Jequitinhonha). Segundo o autor, o Termo de Ajustamento de Conduta pode ser compreendido como um “mecanismo flexibilizante”, onde condicionantes a serem atendidas pelo empreendedor podem assumir um “caráter contornável” (Ibid., p. 162), já que estes podem permitir o adiamento do atendimento às condicionantes sem que o empreendimento sofra prejuízos.

De qualquer forma, em 2005 a Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE) apresentou a documentação da área de 1.500 hectares referente à parte da Reserva Indígena que foi somada aos 305 hectares já adquiridos pela FUNAI em caráter emergencial. Então, os índios passaram a contar com 1.805 hectares para abrigar 158 famílias, compreendendo aproximadamente 600 pessoas.

Figura 28 - Comemoração do dia do Índio na Aldeia Condá em 19 de abril de 2010



Fonte: Jornal Diário Catarinense. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&action=galeriaPlayer&groupid=422&galeriaid=22572&section=Fotos>. Acesso em: 22 mar. 2011.

No momento em que fechamos este trabalho, os indígenas ainda aguardavam a entrega do restante da área que completaria os 2300 hectares previstos, o que depende da emissão de outro Decreto de Utilidade Pública, além do cumprimento do trâmite legal de delimitação e demarcação física da área, permitindo, finalmente, a homologação da área como Reserva Indígena.

A proposta desta seção de analisarmos a questão indígena em relação ao processo de instalação da hidrelétrica, nos permite conclusões em diferentes direções tendo em vista a rede parcial que vislumbramos nesta parte do processo.

Inicialmente, parece certo afirmarmos que o envolvimento da Foz do Chapecó Energia S.A. no processo de demarcação da reserva potencializou a aquisição da área a partir de um aporte de recursos que a FUNAI não dispunha naquela ocasião. Porém, ao passo que o envolvimento do consórcio favoreceu a aquisição da área, também transformou a questão indígena numa questão de barragem, tendo em vista que a liberação de recursos pelo consórcio para a compra da área, enquanto condicionante ao licenciamento da hidrelétrica, seria

inviabilizado caso a hidrelétrica fosse inviabilizada. Dito de outra maneira, a instalação da hidrelétrica passou a representar, para os índios, a demarcação da Reserva.

A dicotomia agricultores/indígenas na região do Alto Uruguai é historicamente mediada pelo Estado que tem se posicionado de forma pendular. Ao passo que incentivou o avanço colonizador sobre as terras indígenas principalmente na segunda metade do século XX, agora, no século XXI, adota ações no sentido contrário de forma a retirar da região aqueles que outrora o próprio Estado havia assentado em lugar dos indígenas que agora tendem a retomar áreas em diferentes pontos da região⁶⁸. Sem a intenção de analisar as razões de ambos, o que pesa nesta análise é a ação em surtos por parte do Estado que acaba acirrando a dicotomia agricultores/indígenas, de forma que, em alguma medida, ambos podem ser considerados vítimas – não das ações de um sobre o outro, mas – do precário planejamento estatal para tratar a questão.

Ainda sobre a ação do Estado na questão indígena, o fato do advento da UHE Foz do Chapecó representar uma alternativa para a viabilização da Reserva Indígena Aldeia Condá precisa ser relativizado. Está correto afirmarmos que a Foz do Chapecó Energia S.A. colaborou com a aquisição da área para a instalação da Reserva, porém, é preciso ter em vista que se trata de uma obra financiada em aproximadamente 80% pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), logo, de maneira indireta, é o Estado quem está disponibilizando o recurso. Além disso, é preciso assinalar que o mesmo Estado tem participação acionária de 49% no empreendimento através da Eletrobras Furnas e da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-RS), além das participações dos Fundos de Pensão que integram a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), representando outra forma de participação do capital estatal no empreendimento.

Deslocando a análise para outra perspectiva, a dizer, o conflito entre os dois projetos políticos distintos representados de um lado pelos consórcios barrageiros, neste caso a Foz do Chapecó Energia S.A., em contraponto ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), enquanto opositor aos projetos hidrelétricos, podemos concluir que o atrelamento da instalação da hidrelétrica com a demarcação da Reserva Indígena causou uma reconfiguração de forças que do ponto de vista das relações de poder, podem representar uma inovação. As populações indígenas são importantes agentes na mobilização social contrária às barragens em diferentes partes do Brasil (SANTOS & NACKE, 2003), inclusive em hidrelétricas da região, como é o caso da

⁶⁸ É exemplar o caso da TI Votouro, no município de Faxinalzinho-RS.

vizinha UHE Monjolinho, no rio Passo Fundo (PAIM & ORTIZ, 2006). Porém, no caso da UHE Foz do Chapecó os indígenas acabaram se posicionando como apoiadores da hidrelétrica tendo em vista que a concretização desta – enquanto condicionante do licenciamento – passou a significar a conquista da terra para eles.

A discussão da questão indígena sob a luz da hidrelétrica levou ainda a outro rearranjo da luta pela terra na região. A relação entre o MAB e os sindicatos rurais está na gênese do movimento social, pois, conforme apresentamos na seção 2.3, juntamente com segmentos da Igreja Católica e Luterana, os sindicatos forneceram suporte para a mobilização dos agricultores familiares em oposição aos projetos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai. No caso em questão, podemos dizer que a relação entre o sindicato e o movimento social foi – senão de antagonismo – de distanciamento, pois, ao passo que o SINTRAF entendia a questão indígena como um ponto a ser negociado visando a melhor indenização para os agricultores que representava, o MAB entendia o mesmo caso pela perspectiva do confronto com o consórcio, sendo que a inviabilização da demarcação da área poderia representar o embargo da instalação da hidrelétrica.

Dentre os agentes desta rede parcial, sem esquecermos que a Foz do Chapecó Energia S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) oriunda de uma Parceria Público-Privada (PPP), podemos concluir que este acabou sendo o agente social em posição mais confortável nesta relação. Com recursos disponibilizados pelo Estado, sem ter que intermediar a negociação entre indígenas e agricultores familiares, e ainda podendo justificar o atraso no repasse dos recursos para a compra da área em decorrência de “conflitos sociais”, este agente obteve vantagem em relação ao MAB tendo em vista que no caso em tela, era o movimento social quem estaria obstruindo a *ajuda do empreendedor à causa indígena*, o que do ponto de vista da legitimação, representou um ponto importante em favor do consórcio e contra o movimento social.

Do ponto de vista dos indígenas, estes viram a sua luta ser transformada numa questão de barragem. Analisando o caso pela perspectiva indígena, a (re)configuração de forças na luta pela terra apresentou-se de tal forma que estes se viram obrigados a contrariar o movimento social com o qual mantinham relação de aliança, em favor de um empreendimento que, no final, significaria a conquista da área para a Reserva.

Como falamos anteriormente, mediante o impasse referente à questão indígena, a FCE justificou o atraso no atendimento à condicionante sem que isto chegasse a atrapalhar a evolução

dos trabalhos de instalação da hidrelétrica. Embora a área da Reserva tenha sido apresentada apenas em 2005, ainda em julho de 2002, o empreendedor apresentou o fechamento do Cadastro Socioeconômico (CSE) – uma atualização do CSE realizado em 1999 – a partir do que se orientariam as negociações para a indenização e remanejamento populacional⁶⁹. O referido cadastro apresentava um universo de 1.516 propriedades rurais, sendo 676 em Santa Catarina (margem direita) e 840 no Rio Grande do Sul (margem esquerda), totalizando de 2.474 famílias. Em abril de 2003, a FCE apresentou ao IBAMA o Projeto Básico Ambiental (PBA), elaborado pela Engenharia e Consultoria Sócio-Ambiental S/C Ltda. (ECSA), através do qual o empreendedor apresentou ao licenciador os projetos de mitigação e compensação que pretendia implantar diante das prerrogativas levantadas no EIA-RIMA.

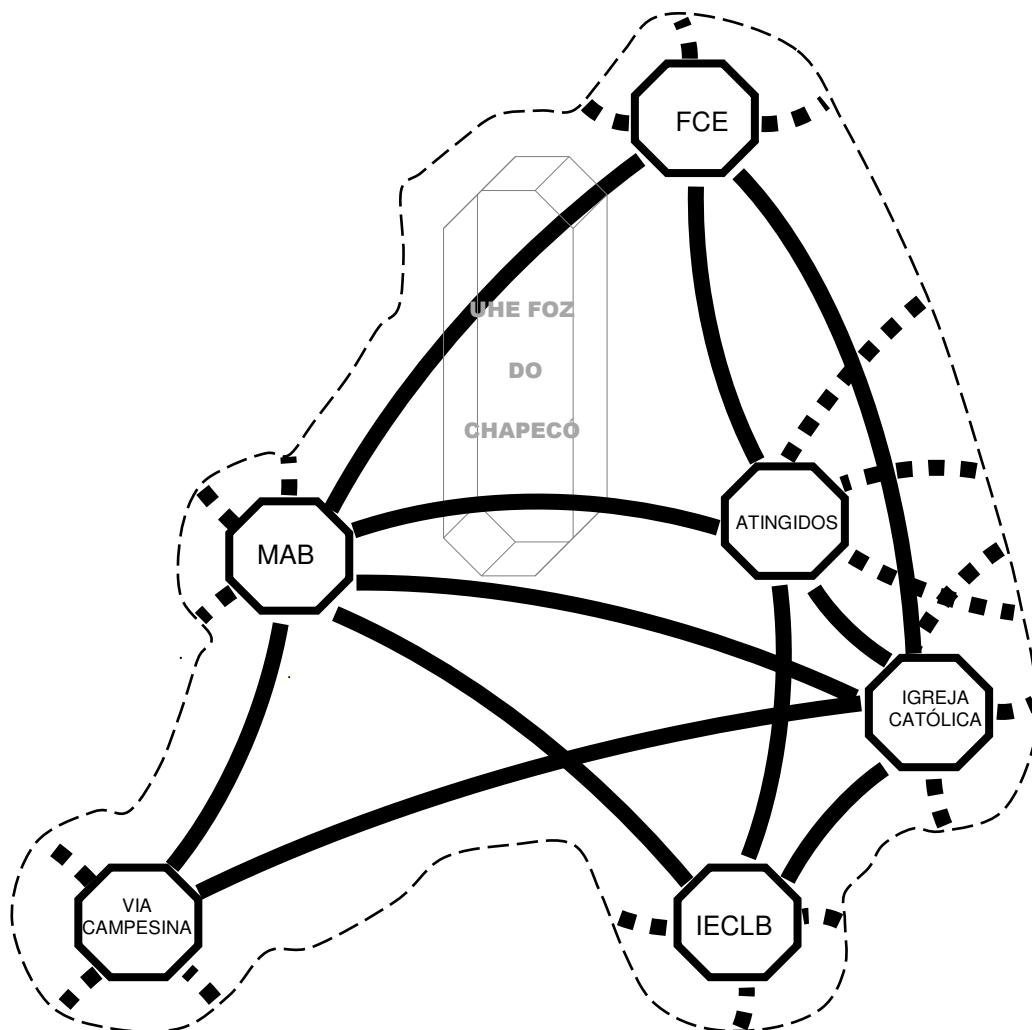
Do que foi exposto nesta seção, apuramos a trajetória do licenciamento ambiental da UHE Foz do Chapecó no que diz respeito às condicionantes que antecedem a Licença de Instalação (LI). A mesma licença foi concedida em 21 de setembro de 2004, sendo que o próximo passo seria a instalação do canteiro de obras para o início dos trabalhos de engenharia civil.

4.2 Mobilização e Resistência

Nesta seção discutimos a rede parcial (Figura 29) composta pelos atingidos, pela Igreja Católica e pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), pela Via Campesina (representada principalmente pelo MAB) e pela Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE). O agente que liga este conjunto-de-ação é o MAB que propulsiona as ações da rede parcial através da coordenação da resistência ao empreendimento, contrapondo a movimentação pró-barragem apresentada no capítulo anterior.

⁶⁹ Em solenidade que contou com a presença de integrantes da Via Campesina (principalmente do MAB), o presidente Lula assinou o Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, instituindo o “Cadastro Socioeconômico para Identificação, Qualificação e Registro Público da População Atingida por UHEs”, além de criar o “Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico”, no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Esta medida tem validade para os casos posteriores ao decreto.

Figura 29 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor.

Obtida a Licença de Instalação, o empreendedor iniciou as negociações para a instalação do canteiro de obras na localidade de Saltinho do Uruguai, município de Águas de Chapecó-SC. Porém, um fato novo alteraria o rumo do processo de instalação da UHE Foz do Chapecó.

No terceiro capítulo apresentamos a hipótese de Harvey (2004), no sentido de assinalar a mobilização de forças locais para atrair projetos globais buscando algum proveito para a sua região. Agora, recorreremos à ideia de Scherer-Warren (2005) para apresentarmos a mesma situação por um ângulo diferente, ou seja, daqueles que resistem à inserção desses projetos na sua região. Segundo a autora, o que se percebe nesses casos é um confronto entre o empreendedor, apoiado por forças locais revestidas de legalidade e defendendo um suposto desenvolvimento

econômico para a região, contra os atingidos representados principalmente pelo MAB, que questionam esse suposto desenvolvimento tendo em vista a expropriação a qual serão submetidos, o que – pelo ponto de vista destes – lhes confere uma legitimidade que contrapõe a legalidade do empreendimento.

Embora já tenhamos apresentado as linhas gerais sobre as quais nos orientamos ante a dicotomia legalidade/legitimidade⁷⁰, neste trabalho, antes de seguirmos na discussão sobre este aspecto do processo de instalação da hidrelétrica, convém apresentarmos um complemento tendo em vista a discussão nesta parte do processo. Habermas (2003a, p. 218) assinala a relação recíproca entre a legalidade (direito) e legitimidade (moral) dizendo que, no Estado de Direito, este entrelaçamento acontece pelo uso do direito para “distribuir os pesos da argumentação e institucionalizar caminhos de fundamentação abertos a argumentações morais”, o que, segundo o autor, permite que o direito e a moral “procedimentalizada” acabam por controlar-se mutuamente.

A relação legal/legítimo é apresentada por Habermas de forma recíproca, sendo que uma não acontece sem a outra. Porém, ao transportar considerações mais pontuais do autor sobre este binômio para o caso da hidreletricidade, onde a legalidade é o referencial do empreendedor em relação à legitimidade que é o argumento primeiro dos atingidos, podemos perceber uma assimetria que, no final, pode decidir em favor de um dos projetos em disputa.

Ao adentrar no campo legal para se fazer valer, os argumentos tidos como legítimos são enquadrados institucionalmente de forma “metódica” (em correspondência com a lei em vigor), “objetiva” (mediante prova concreta), “social” (no sentido da distribuição dos papéis) e “temporal” (em relação aos prazos) (Ibid., p. 219). Logo, mesmo que o autor não apresente a consideração sob esta perspectiva, é possível evidenciarmos a assimetria desta relação tendo em vista que enquanto os argumentos morais conferem legitimidade aos processos judiciais, os procedimentos destes, acabam por desvirtuar o essencial da argumentação moral.

No caso da instalação de uma hidrelétrica, os dois projetos políticos em disputa apresentam, em certa medida, argumentações legais e legítimas. O empreendedor busca legitimar sua posição com base na suposta “necessidade de energia”, e conta com o apoio da opinião pública principalmente nos grandes centros urbanos. O movimento social, sem ser definitivamente contrário à necessidade de energia, enfatiza a legitimidade de sua demanda

⁷⁰ Ver nota na Seção 1.1.

através dos direitos das minorias tendo em vista a sua “condição de atingido”. Neste sentido, é pertinente outra consideração do autor em referência ao entrelaçamento de direitos individuais e bens coletivos, sobre o que ele afirma que nesses casos “cresce a suspeita de que o choque entre essas preferências valorativas, não racionalizáveis, privilegie os interesses mais fortes” (Ibid., p. 213).

Mesmo que essa assimetria seja explícita, vale à pena trazermos para a discussão as colocações de Boaventura de Sousa Santos no que se refere às possibilidades de enfrentamento de grupos desfavorecidos em busca de uma emancipação, mesmo diante da ilegalidade que possa limitar a expressão da legitimidade das suas demandas. Com base no que o autor chama de “sociologia das emergências”, ele se refere à possibilidade de substituição de um vazio do futuro por um futuro de possibilidades que vão da utopia à concretude através do que o autor chama de “atividades de cuidado”, através do que, se buscaria a emancipação (SANTOS, 2002).

Essa emancipação que tem sua trajetória da utopia para a realidade passa em algum momento pela legalidade, porém, não tem necessariamente todo o seu caminho trilhado sobre ela. Sobre a possibilidade de emancipação pelo viés judicial, o autor explica que a recorrência ao direito formal implica na compreensão de que este, além das prerrogativas técnicas como as apresentadas acima, pertence a um horizonte político mais vasto. Disto, considerando que o legal e o ilegal são condicionados pelo direito, podemos considerar algumas práticas tidas como ilegais – como interdição do acesso ao canteiro de obras – como “um meio de lutar por uma legalidade alternativa”, que embora não esteja em plena concordância com a legislação vigente, pode significar um caminho para uma emancipação – via direito – daqueles grupos que estão à margem no que tange à “legalidade” das suas demandas (SANTOS, 2003).

Com esta breve consideração sobre o binômio legal/legítimo, acreditamos ter evidenciado a relação recíproca entre ambos. Porém, o que merece ser desenvolvido através da apresentação do caso concreto é a assimetria desta relação, o que faremos de forma a demonstrar seus efeitos no quadro geral das relações de poder para a instalação da hidrelétrica.

A resistência ao projeto é abordada nesta seção a partir de dois aspectos, um deles no sentido da mobilização popular de forma a criticar o empreendimento e manter o maior número possível de atingidos coesos objetivando potencializar suas reivindicações, destacando, principalmente, as ações da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O outro, no sentido da resistência, só que se colocando contra o

empreendimento, destacando o MAB, abordamos este agente social integrado à Via Campesina e considerando outra forma de resistência, a pressão popular.

Para a discussão sobre a resistência ao projeto pela ótica dos movimentos de pressão popular, a fala do agricultor familiar Valdemar Richter atingido do distrito de Goio-En (Chapecó-SC), quando de uma reunião promovida pelo empreendedor naquela comunidade, pode oferecer uma boa pista sobre o posicionamento desta parte dos atingidos em relação ao empreendimento. Segundo entrevista que fizemos com o agricultor, após ouvir a proposta do empreendedor para que os atingidos aderissem aos programas de negociação, o mesmo teria dito aos vizinhos: “*ói, eu não tenho nada, mas se vocês quiserem assiná... que eu perdo pra água e não dou pra eles!*” (RICHTER, 2010). Munidos deste sentimento, uma parte dos atingidos resistiu ao empreendimento através de uma série de manifestações populares como caminhadas, concentrações na região do canteiro de obras e, principalmente, a ocupação deste, sendo que dentre as vezes que isto aconteceu, uma vez influenciou significativamente sobre o rumo do processo de instalação da hidrelétrica, quando da ocupação do canteiro de obras liderada pelo MAB em maio de 2005, impedindo os trabalhos naquele lugar.⁷¹

Uma liderança do MAB nos explicou em entrevista os motivos desta ação. Segundo Ivonei da Luz, a ocupação do canteiro

começou em 19 de maio de 2005 e durou dezenove meses. Aquele acampamento foi montado porque as obras estavam começando no canteiro e as famílias daquela área não tinham sido indenizadas ainda. Então, nós não tinha invadido nada porque nós tava na propriedade de um agricultor que não tinha sido indenizado pelo consórcio, ele não tinha acertado a situação dele, tava pendente, então não era invasão. Passou 19 meses e a empresa conseguiu um decreto de utilidade pública daquela área e daí a polícia veio e terminou com o acampamento. Então a estratégia deles é mover a ação [Declaração de Utilidade Pública] pra polícia usar a força (LUZ, 2009).

Outra liderança do MAB, Pedro Melchiors, também em entrevista, nos explicou como foi mantida a ocupação durante o período. Segundo o entrevistado,

foi decidido em assembléia que [...] nós ia montar um acampamento no canteiro pra pressionar o consórcio a negociar e garantir o que era de direito dos atingidos. Então, nós organizamos um rodízio que cada grupo era responsável por tocar o acampamento

⁷¹ Desde as décadas de 1970-80 são registradas manifestações populares contrárias à instalação de barragens na região, dentre as quais se destacam as ações de “arrancar marcos” topográficos das obras. No caso recente da UHE Foz do Chapecó, destacamos as ações em tela por entendemos serem essas as mais importantes nas relações de poder analisadas neste trabalho.

por um tempo, mas com o passar do tempo o pessoal foi cansando (MELCHORS, 2008).

Figura 30 - Acampamento montado pelo MAB na região do canteiro de obras da UHE Foz do Chapecó



Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <www.mabnacional.org.br/noticias/290910_foz_chapeco.html>. Acesso em: 15 out. 2010.

Nesta forma de resistência foi o momento em que podemos perceber com maior clareza a ligação do MAB com a Via Campesina. Em entrevista que colhemos junto ao coordenador estadual do MST-SC e Via Campesina, Álvaro Santin, o entrevistado expôs o ponto de vista deste agente social no processo:

Tem que entender que o capital se utiliza de mecanismos muito fortes e tem que ver que os atingidos estão muito limitados nessa luta. É a persuasão, convencimento, promessa, e recursos e incentivos [através do] que eles têm um poder muito grande, então acaba que muitas vezes a comunidade acha que a barragem vai trazer benefícios, mas no nosso entendimento é que mesmo num processo negociação, a nossa força pra obstruir é muito pequena, mas se você desde o início partir só pra negociar, as conquistas vão ser muito poucas. Então a Via Campesina defende que primeiro é preciso fazer a resistência contra a barragem, não dando, daí se parte pra negociação. Então a luta tem que ser contra pra que se force a negociação vantajosa, porque o capital é muito forte. [...] Por que não é só a geração de energia mas também o controle do território, porque esses empreendimentos controlam a terra, a água e ainda está sobre o aquífero guarani, sem falar no acesso á água que é controlado pela empresa. E eles falam em turismo, mas é 4 ou 5 que vão explorar, não é o todo dos agricultores que antes produziam na região. [...] Nós vemos a chegada da usina como a retirada de um grande número de famílias camponesas, então tem um impacto direto sobre a redução de famílias. Pra ter idéia da luta pela terra na região, em vinte e poucos anos nós conseguimos assentar 6 mil

famílias na região, e só uma barragem como essa já remove milhares de famílias que deixam não só a região mas a agricultura (SANTIN, 2010).

Percebemos nas palavras do entrevistado a abordagem da questão pelo aspecto da disputa de espaço (territorial) entre uma proposta de Agricultura Familiar em oposição ao Capital Econômico representado pela hidrelétrica. Trazendo esta reflexão para o contexto deste trabalho, fica claro o cenário de conflito entre os dois projetos políticos antagônicos, sendo que o MAB, neste momento em rede com a Via Campesina, atua através de movimentos de pressão popular.

A partir disto, se estruturou a ocupação do canteiro que durou aproximadamente 19 meses, até que em 2 de maio de 2006 foi emitida a Declaração de Utilidade Pública da área do canteiro de obras em favor do empreendedor. É importante considerarmos um trecho da análise do Processo nº 48500.001706/2006-34 – ANEEL, que ajudou a fundamentar a emissão da Declaração:

I - DA ANÁLISE [...]

5. Segundo consta do processo, a situação patrimonial e negocial das áreas de terra necessárias à implantação do canteiro de obras do AHE Foz do Chapecó não pôde ser feita, até a presente data, devido às ações dos integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, que vêm dificultando todas as etapas de trabalho, bem como impedindo negociações com os proprietários das áreas necessárias à implantação do canteiro de obras do AHE Foz do Chapecó. Dessa forma, o quadro resumo das situações negociais não tem como ser apresentado. [...]

Embora o empreendedor tivesse solicitado a referida declaração antes da iniciativa do MAB de ocupar o canteiro de obras, podemos dizer que esta ação do movimento social contribuiu para que este processo fosse agilizado, acentuando a dicotomia legal/legítimo e resultando da resolução abaixo apresentada:

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 552, DE 2 DE MAIO DE 2006.

[...]

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra de 534,6794 ha (quinhentos e trinta e quatro hectares, sessenta e sete ares e noventa e quatro centiares), inserida em dois polígonos, sendo um de 210,4430 ha (duzentos e dez hectares, quarenta e quatro ares e trinta centiares) no Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina e outro de 324,2364 há (trezentos e vinte e quatro hectares, vinte e três ares e sessenta e quatro centiares), no Município de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul, em favor das empresas Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e Foz do Chapecó Energia S.A., integrantes do Consórcio Energético Foz do Chapecó, destinadas

à implantação do canteiro de obras, representadas nas plantas intituladas: “DOCUMENTO PARA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA”, em escala 1:7.500, devidamente assinada pelo Responsável Técnico.

Com a emissão da Declaração de Utilidade Pública, a dicotomia legalidade/legitimidade novamente seria posta à prova e o enfrentamento entre os ocupantes do canteiro de obras e o aparelho repressivo do Estado era iminente. Por ora, voltemos à compreensão do outro meio de resistência anunciado anteriormente, o da mobilização popular promovido principalmente pelas igrejas católica e luterana na região.

Como apresentamos no segundo capítulo, essas igrejas são mediadoras históricas na questão das barragens na bacia do rio Uruguai, ao ponto de serem consideradas, junto com os sindicatos rurais, os berços da CRAB (atual MAB).⁷² No caso da UHE Foz do Chapecó, esta mediação ganhou cores especiais no ano de 2004, quando a Campanha da Fraternidade tratou do tema sob o *slogan* “Água, fonte de vida” (Figura 31).

A Coordenadora das Pastorais Sociais da Diocese de Chapecó, Irmã Deloci dos Passos resumiu em entrevista a posição deste segmento da igreja diante da instalação da UHE Foz do Chapecó:

Várias comunidades são esfaceladas, são separadas e acabam. Então a gente precisa dar acompanhamento para essas famílias. É uma luta muito grande e nós participamos de vários momentos, seja de mobilização, ocupação de canteiro e celebrações. Em Alpestre nós fizemos uma grande [celebração], o bispo foi, organizamos caravanas. No caso da barragem, fazer parceria com o pessoal da barragem [FCE] nunca. Com esses que vêm defender o projeto [ou] esses grupos que pegam procurações para representar as pessoas, a gente não faz parceria. Se for pra sentar e discutir as necessidades dos atingidos a gente senta com qualquer grupo, mas parceria a gente não faz. Pra firmar qualquer parceria é preciso passar pela coordenação diocesana das pastorais, pois dependendo dos interesses em jogo, a gente não faz. Tem que ver também que se na década de 70 a igreja originava e originou muitos movimentos como o MAB, hoje eles já caminham e eles fazem a frente. O desafio hoje é manter e reforçar essa parceria. Dentro da própria igreja a gente enfrenta diferentes posições, como em qualquer instituição, mas o que fica é a opção da diocese (PASSOS, 2010).

⁷² Duas ressalvas são importantes no que se refere às igrejas neste trabalho: Quanto à participação da IECLB no processo de instalação da UHE Foz do Chapecó, tanto na opinião dos coordenadores desta, quanto de lideranças do MAB, as ações da Igreja foram bem restritas. A pesquisa de campo demonstrou que não houve ações incisivas, podendo ser destacada apenas a participação na 18ª Romaria da Terra e da Água. Sobre a Igreja Católica, um abaixo-assinado lançado pela CNBB assinalou a posição institucional da Igreja Católica sobre a questão em nível nacional, porém, considerando as contradições dessa instituição – inerentes a qualquer instituição dessa envergadura – trataremos apenas do caso na região em questão, especialmente o caso da UHE Foz do Chapecó.

Em 12 de setembro de 2004, ano da Campanha da Fraternidade e nos dias que antecediam a emissão da Licença de Instalação para o empreendimento, a 18ª Romaria da Terra e da Água, ocorrida no Balneário de Pratas, em São Carlos, reuniu aproximadamente dez mil pessoas dos três estados do sul (Figura 32). Segundo o jornal *Expresso d'Oeste* em reportagem sobre o evento, as manifestações das lideranças religiosas foram as seguintes:

O bispo da Diocese de Chapecó, Dom Manoel João Francisco, lembrou que a romaria foi realizada em São Carlos justamente para denunciar e promover o debate sobre os impactos negativos que a construção de usinas hidrelétricas podem trazer. Dom Manoel disse que os atingidos pela futura Usina Foz do Chapecó (entre São Carlos e Alpestre) ainda não tiveram garantias plenas de indenizações justas e temem graves prejuízos com o deslocamento obrigatório das moradias. "Nós defendemos formas alternativas de geração energia a partir do uso da biomassa e do ar. São formas viáveis de se evitar problemas assim", defendeu.

[...]

Para o pastor sinodal da Igreja de Confissão Luterana no Brasil, Valdemar Witter, é uma mobilização importante envolvendo todas as questões sociais. Neste sentido, também as igrejas precisam caminhar juntas, embora existam ainda limitações e entraves, mas consideramos que houve grandes avanços. Precisamos caminhar junto com o povo de Deus, que precisam sempre mais estar organizado e buscar, a partir do evangelho, a força orientadora e motivadora para sua vida prática (*Expresso d'Oeste*, 16 Set. 2004).

Figuras 31 e 32 – Cartaz da Campanha da Fraternidade 2004 e Romeiros na 18ª Romaria da Terra e da Água, em São Carlos-SC (12/09/2004)



Fonte: CNBB. Disponível em: <www.cnbb.org.br/site/home/notas-e-declaracoes/cat_view/241-cf-campanha-da-fraternidade/259-cf-2004>. Acesso em: 24 set. 2010. Jornal *Expresso d'Oeste* on-line. Disponível em: <www.adjorisc.com.br/jornais/expressodoeste/on-line/>. Acesso em: 02 mai. 2009.

O exposto acima assinala o discurso das igrejas no processo de instalação da UHE Foz do Chapecó em nível regional, porém, é preciso assinalar o caso específico da localidade de Saltinho do Uruguai, no município de Águas de Chapecó, onde foi instalado o canteiro de obras. Enfatizando os padrões socioculturais expostos no capítulo 2, diante da emissão da Declaração de Utilidade Pública, a comunidade da Capela São Miguel Arcanjo, localidade do canteiro de obras, reuniu-se no salão paroquial em pelo menos duas oportunidades para discutir a situação da comunidade. Segundo as Atas colhidas no livro daquela Capela, deliberou-se:

Aos 18 dias do mês de agosto de 2006 foi realizada uma reunião da Capela São Miguel Arcanjo da comunidade do Saltinho do Uruguai para tratar dos seguintes assuntos. 1º foi tratado do problema da comunidade com relação à construção da hidrelétrica. [...] O presidente do conselho colocou que a empresa tivesse como base o conceito de comunidade atingida. O coordenador do MAB falou da experiência da barragem de Itá [...]. O padre Flávio mostrou-se preocupado com o futuro da comunidade, diz ele que falou com os técnicos da ETS, prefeito, mas que a comunidade é que vai decidir o que for melhor para todos. (CAPELA SÃO MIGUEL ARCANJO - Livro de Atas, 2006, p. 2)

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2006 reuniram-se os sócios da capela São Miguel Arcanjo de Saltinho do Uruguai para tratar dos seguintes assuntos: 1º foi falado da situação da comunidade que o consórcio quer derrubar a igreja sendo que ninguém consultou a comunidade para resolver o problema da comunidade. [...] Foi discutido e foi tomado a decisão de que não deixaremos derrubar a igreja antes que acerte com a comunidade e que os verdadeiros donos (recebam) sejam respeitados garantindo o direito de todos. (CAPELA SÃO MIGUEL ARCANJO - Livro de Atas, 2006, p. 7)

Observando os trechos das Atas, podemos perceber que se mantém a ligação entre o MAB e a Igreja embora percebamos o padre como um dos mediadores entre a comunidade e o Consórcio responsável pela construção da usina hidrelétrica. Para além das reuniões, passado algum tempo, as negociações avançaram sob a mediação do padre. O salão paroquial e a igreja onde se deram as reuniões já foram desativados em decorrência da instalação da usina e novas instalações já foram entregues àquela comunidade em troca daquelas prejudicadas pela obra.

Quando da pesquisa de campo feita em janeiro de 2008 na comunidade Saltinho do Uruguai, podemos verificar o ganho material que a comunidade teve no tocante à estrutura física das instalações atuais da Capela (igreja e salão paroquial) em relação às antigas. Porém, verificamos o descontentamento de parte dos moradores no que diz respeito ao modo como foi conduzida a negociação por parte da igreja. Em entrevista que fizemos com o então presidente da comunidade na época da desapropriação, o agricultor familiar Laurindo de Paula, obtivemos a seguinte análise sobre esta parte do processo:

o padre e o prefeito venderam a comunidade. Eu nunca vi uma igreja feita só pra padre ou pra prefeito. Nós fizemos uma reunião da comunidade pra combinar que nós ia decidir junto pra ver o que ia ser feito da comunidade, o padre assinou a ata dizendo que ia junto com nós, que ia ajudar nós a negociar com a empresa, mas depois se reuniu sozinho com o prefeito e a empresa e fizeram o negócio. [...] O padre foi e disse na rádio que vendeu bem a comunidade que não valia a metade do que foi pago e que ia construir uma nova sede melhor. Mas quem botou preço na nossa comunidade nunca botou uma telha naquele lugar, não sabe o que era pra nós. Lá tudo mundo participava, vai ver agora quantos tem na igreja nova. [...] Eu me afastei da comunidade, não incomodei, saí quieto e hoje to lá na Nossa Senhora das Graças, porque a gente precisa né. Eu fui convidado e tudo, mas não tem como eu ir lá naquela nova, eu não consigo (PAULA, 2008).

No relato do entrevistado, é possível percebermos claramente o descontentamento do morador da comunidade em relação à participação do padre nas negociações. Sobre a atuação da Igreja Católica, de forma mais abrangente, um ponto importante a considerar é a heterogeneidade interna desta instituição (SOUZA, 2004). Neste sentido, uma matéria veiculada pelo jornal Expresso d'Oeste, em 10 de Novembro de 2006, tratando de uma festa em comemoração aos 75 anos da Paróquia de Águas de Chapecó-SC, ocorrida naqueles dias, é interessante registrar que representantes da Mitra Diocesana de Chapecó juntamente com autoridades políticas locais reivindicavam a construção de uma área de lazer na qual haveria também um espaço destinado aos padres vinculado à Diocese de Chapecó. Segundo o jornal, a preocupação com as comunidades atingidas também foram expressas pelos participantes do encontro, porém, o que ficou mais evidente foi a reivindicação, pela prefeitura municipal, de uma área de 50 mil metros quadrados, junto ao rio, dentre os quais 5 mil metros quadrados serviriam como área de lazer para a Diocese de Chapecó, sobre o que um dos padres participantes concedeu a seguinte entrevista ao jornal:

Nada mais justo o que estamos pedindo ao prefeito de Águas de Chapecó, já que comemoramos 75 anos de atuação dos missionários da Sagrada Família na região – e esse espaço não atenderia só os padres da Sagrada Família, mas todos da Diocese de Chapecó. É uma oportunidade para que tenhamos um pequeno retiro para pescar, jogar uma canastra, jejuar, rezar (Expresso d'Oeste, 10 Nov. 2006).

Esta passagem pode ser tratada sob dois aspectos. Primeiro, no sentido de corroborar as afirmações de Souza (2004), quando o autor menciona que a Igreja Católica não pode ser tratada como um bloco homogêneo – como qualquer outra instituição de grande porte –, pois tem suas

contradições internas e desafios frente à complexidade social. Por outro lado, quando o autor chama a atenção para a necessidade de “estar atento ao mundo eclesial mais amplo e às tendências e práticas nas igrejas locais” a passagem apresentada aqui pode apontar alguns caminhos para a compreensão da atuação da igreja no caso da UHE Foz do Chapecó.

Considerando as falas da coordenadora das Pastorais da Diocese de Chapecó e do padre entrevistado durante a festa da paróquia de Águas de Chapecó, podemos assinalar – pelo menos –, posturas diferentes ante o problema social decorrente da instalação da hidrelétrica, pois ao passo que a primeira encara a questão do ponto de vista da mobilização popular, o último, embora considere a situação dos atingidos, vislumbra e enfatiza a possibilidade de incremento da estrutura da mitra a partir de iniciativas do empreendedor e do poder público.

Apresentado este aspecto heterogêneo no interior da igreja em âmbito local, podemos assinalar também a diferença na relação entre Igreja e MAB, se considerado o caso atual em relação ao período das UHEs Itá e Machadinho, no final da década de 1970, quando se pôde perceber um protagonismo maior da igreja em favor dos atingidos. Sobre este aspecto são importantes as palavras de José Elemar Mallmann, um dos fundadores da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB, quando o entrevistado nos explicou a mudança na relação entre a Igreja Católica e o MAB:

Começou a luta das barragens até antes da CRAB com as Pastoral da Terra com o bispo José Gomes, isso já em 78 a gente participava com José Fritch, Padre Ivo Oro. [...] Existia mais luta e a luta era mais ferrenha. [...] Da Igreja, hoje nós ainda contamos com muitos padres que participam com os atingidos na luta pela terra, mas tem muitos que vão pelo mais fácil, negociar com a Camargo Corrêa, como aconteceu aqui no Saltinho do Uruguai, onde a igreja e o salão paroquial tavam dentro do canteiro de obras da usina e não houve resistência. A diretoria até tentou mas o padre vendeu as instalações com diretoria e tudo, o pessoal foi consultado mas não valeu. Isso pesa porque se a igreja resiste ali dentro, seria um marco para a igreja fora dali também, mas se renderam nos primeiros debates. Isso dificulta né (MALLMANN, 2008).

Pelas palavras do entrevistado, ficam claros dois pontos importantes no que se refere à relação entre a Igreja Católica e o MAB. Primeiro, é que a igreja foi fundamental para a formação do movimento social e que nos enfrentamentos atuais ela ainda tem sua importância. Paralelamente, o entrevistado assinala a mudança nesta relação no sentido de que a igreja não se posiciona em favor do movimento social com a mesma intensidade daquele tempo. Neste sentido, buscando explicações dos religiosos da região acerca deste aspecto, entrevistamos o padre Valter

Girelli, Reitor do Seminário Nossa Senhora de Fátima, em Erechim-RS e um dos principais mediadores do campo eclesial dos movimentos sociais na região no início da década de 1980, que, com base na larga experiência na região nos explicou o seguinte:

Já há algum tempo na igreja fala-se em um “momento de ressaca”, um refluxo. Nos anos 80 e 90 foi o auge da teologia da libertação, e da metade de 90 pra cá a igreja está passando um momento de refluxo, onde ela se volta muito mais para suas questões internas e especificamente religiosas. O papa João Paulo II foi muito categórico nisso, no fortalecimento da Igreja enquanto instituição, e o papa Bento [XVI] segue o mesmo ritmo. Então, hoje ainda se atua em diversas linhas, mas o grande movimento é pra dentro da própria igreja, muito mais preocupada com a questão de ordem, a questão litúrgica, preocupados com as vestes dos padres, com o idioma, [...] preocupados com o crescimento das seitas e a perda de católicos. Também faz parte desse momento o crescimento do movimento carismático, as TVs católicas, a ascensão de padres como o Marcelo Rossi. Então esse é o setor majoritário da igreja atual, mais preocupado com questões internas. Mas ainda tem um setor minoritário que ainda se volta para as questões sociais com mais força. É preciso entender também que grandes bispos dessa época já se foram ou se aposentaram (D. Elder, D. Ivo, D. Aloísio, D. José Gomes), e não se vê novos bispos que dêem segmento a esses setores da igreja. Então hoje é uma igreja mais burocrática, mais voltada para si mesma e que recebe muitas queixas dos movimentos sociais, no sentido de terem um apoio maior (GIRELLI, 2008).

Sobre a mesma questão, só que em nível local, a coordenadora das Pastorais da Diocese de Chapecó-SC nos explicou que

no caso da nossa diocese, tem uma história bonita e D. José teve uma presença que foi notada no país todo. Atualmente a gente tem uma certa dificuldade de fazer essa integração, temos algumas pastorais da juventude que se reúnem mais para os eventos artísticos – que também são importantes –, mas não se envolvem com movimentos sociais. Agora mesmo, nós temos o Grito dos Excluídos, eles, imagina, não participam, não vão, e isso é uma tendência. Mas há na nossa diocese, até pela sua história, uma preocupação de manter uma linha profética, esse é um dos nossos desafios (PASSOS, 2010).

Já sobre o caso da Capela São Miguel Arcanjo, removida para a instalação do canteiro de obras, a partir dos comentários feitos pelo ex-presidente, a coordenadora das Pastorais Sociais nos explicou o seguinte:

Nós enquanto igreja e liderança comunitária, tentamos muitas vezes organizar as comunidades, mas acontece que diverge muito. Muitas vezes, quando a gente buscava a união para que se negociasse todos juntos, as próprias lideranças locais foram os primeiros a negociar sozinhos, antes dos outros, e todos [essas lideranças] ganharam bem. Mas o que a gente pode fazer é acompanhar e tentar orientar, mas se percebe que

onde as lideranças mantiveram juntas as comunidades se saíram melhor (PASSOS, 2010).⁷³

Embora não seja o objetivo central deste trabalho discutir as linhas gerais de ação das igrejas, as palavras dos entrevistados vão de encontro ao que defende Souza (2007), quando entende o momento atual da Igreja Católica a partir de uma perspectiva de “resposta católica a um mercado religioso” que procura transmitir sua mensagem pela linha carismática, o que, segundo o autor, tem dois reflexos: internamente, contrário à Teologia da Libertação, mais influente nas décadas de 1970-80, e externamente, voltado ao neopentecostalismo, com uma linha muito mais midiática do que política de interação com o público. Isto, no contexto das relações de poder para a instalação da UHE Foz do Chapecó tem um peso importante, conforme nos explicou a Irmã Deloci em entrevista:

Acontece uma proposta de uma relação mais individualista com Deus, uma opção que não se compromete, e a gente percebe que a tendência é esta mesmo. As pessoas que não querem muito compromisso debandam para essa linha [carismática], mas é uma fé muito alienada. [...] Também tem a parte da mística que me parece que os movimentos sociais estão perdendo. Na década de 70 e 80 isso ajudava muito na mobilização, havia uma mística que muitas vezes, frente a uma dificuldade, um desafio, uma polícia na tua frente, essa mística te ajudava a não arredar o pé. Tu ia também pela paixão, pela espiritualidade, aquilo te dava confiança, e hoje tu já não vê isso, não é como antes (PASSOS, 2010).

O apelo místico assinalado pela entrevistada é importante em um cenário de conflito como o da instalação da hidrelétrica. Diante da complexidade e heterogeneidade de agentes sociais e estratégias, tendo em vista que o empreendedor dispõe de recursos econômicos e jurídicos muito superiores aos do movimento social, este precisa se valer de elementos que favoreçam a identificação entre os atingidos buscando reforçar aspectos de legitimação, resistência e projeto para este movimento, o que se dá através de elementos como as histórias de vida da população local, a religião, a geografia e a memória, que podem ser tomados como “matérias-primas” para a construção de uma coesão do grupo (CASTELLS, 2003 p. 4-5). Isto pode ser constatado através da análise do principal símbolo do MAB, a sua bandeira (Figura 33). De acordo com o contexto em que está inserido este símbolo, podemos sugerir alguns pontos de análise: *primeiro*, notamos a crucificação de um homem sugerindo a vitimização deste pelo

⁷³ O ideal seria a entrevista com o padre responsável pela Paróquia de Águas de Chapecó quando das negociações. Acontece que este foi transferido logo após a negociação, e o sucessor não havia acompanhado este processo.

sistema hidrelétrico representado pela torre das linhas de transmissão; *segundo*, esta pessoa crucificada é um trabalhador, apelo feito pelas ferramentas dispostas abaixo; depois, as águas simbolizadas em azul e o mapa brasileiro em verde remetem aos elementos naturais como patrimônios a serem defendidos; finalmente, o branco como cor predominante sugere um tom de paz e vida reforçado pelo lema “Águas para a vida e não para a morte!”. Além disso, através de outros lemas como “Barragens porque e para quem”, “Água e energia não são mercadorias”, “Nossa terra, nosso rio, não se vende; nossa terra, nosso rio se defende!”, notamos uma tendência da incorporação de idéias de luta mais abrangentes, partindo de argumentos como a defesa da vida e do não às barragens para a luta contra o projeto neoliberal.

Figura 33 – Bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens



Fonte: Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/>>. Acesso em: 21 set. 2010.

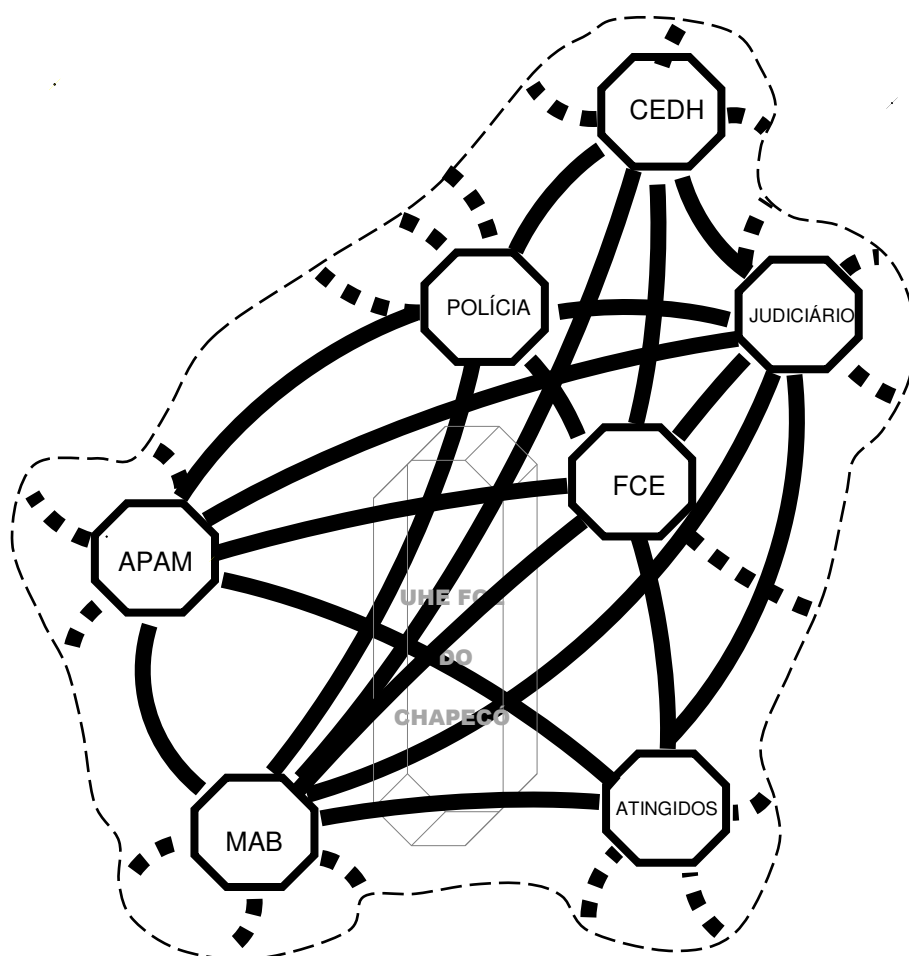
Retomando o processo de instalação, esta mística assinalada pela entrevistada e demonstrada através da rápida consideração sobre o principal símbolo do MAB, logo precisaria ser invocada pelos militantes no caso em questão. Segundo as lideranças do MAB que pudemos entrevistar durante o período da ocupação do canteiro de obras, a FCE se recusava a negociar com o movimento, até porque, o consórcio vivia um período de alteração na estruturação

acionária, o que, segundo os integrantes do movimento social, era decorrente da pressão do acampamento no canteiro. De qualquer forma, a partir da Declaração de Utilidade Pública, o empreendedor saiu da inércia, não para a negociação, mas para providenciar, com o apoio legal citado no início da seção, a retomada da área e das atividades de instalação da hidrelétrica. Então, em 14 de dezembro de 2006 a Polícia Militar de Santa Catarina, a partir de uma ordem judicial, desmontou o acampamento dos manifestantes dando fim à ocupação do canteiro. Então, percebemos a assimetria nas relações de poder, especialmente na perspectiva da dicotomia legal/legítimo.

4.3 A criminalização do movimento social

Nesta seção apresentamos a rede parcial (Figura 34) composta pelo Judiciário (Federal e Estadual), pelas polícias militar e civil do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pela FCE, pelo MAB, pela Associação para a Preservação do Meio Ambiente (APAM) e pela Secretaria Especial Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), através da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). O agente que sustenta este conjunto-de-ação é a Polícia, que assume papel central a partir da “criminalização” das ações de resistência ante o empreendimento – apresentadas na seção anterior – enquanto respostas do empreendedor às ações do movimento social, que, por sua vez, promove a participação da CDDPH/SEDH no processo de instalação da UHE Foz do Chapecó.

Figura 34 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor.

Do ponto de vista jurídico, para que exista um “crime” é preciso que haja uma “conduta humana” – de ação ou omissão – que configure um “fato típico”. Segundo Mirabete (2003), um “fato típico” precisa ser composto por uma “conduta” de ação ou omissão humana, em que seu “resultado” modifique o mundo exterior. Se a relação de “causalidade” entre a conduta e o resultado encontrar correspondência exata na lei, então esta será “tipificada” como criminosa.

A conceituação do autor segue prerrogativas técnicas do Direito as quais tomamos como ponto de partida. Todavia, tendo em vista que pretendemos uma discussão sociológica envolvendo o direito – e não uma discussão jurídica – se restringirmos nossa análise apenas à perspectiva de que o “crime é a concreção de uma conduta legalmente definida como tal, já não poderemos investigar a criminalidade como um fenômeno social, mas apenas enquanto definida

normativamente” (ANDRADE, 1997, p. 219-220). Portanto, por não ser o nosso objetivo – nem termos condição para – a discussão pelo viés jurídico, trataremos o aspecto criminal do caso seguindo a linha da “Criminologia crítica”, segundo a qual, o termo “criminalização” encontra fundamento ao apoiar-se nas teorias do *labelling approach* (que numa tradução aproximada podemos chamar de “abordagem rotulante”) e do “conflito”, defendendo que a criminalização envolve uma construção que não pode ser entendida apenas do ponto de vista dos criminosos, mas de um *etiquetagem* ou *rotulagem* destes, o que tende a corresponder aos interesses dos grupos mais poderosos (BARATTA, 2002).

Conforme mencionamos nas seções anteriores, a “Declaração de Utilidade Pública” representa um ponto estratégico na relação de poder envolvendo a instalação da hidrelétrica. Podemos perceber que a própria denominação do documento remete à ideia de que a obra em questão, embora contrarie os interesses de alguns, visa atender à sociedade em seu conjunto, o que por si só, justificaria eventuais “sacrifícios”. Sobre este aspecto, Vainer (2007, p. 124), argumenta que, apesar disto, “será necessário um grande esforço dos juristas para explicar qual pode vir a ser a utilidade pública de um aproveitamento hidrelétrico no qual uma empresa privada utiliza um potencial hidrelétrico que é patrimônio da nação”.

Analizando sob a perspectiva pretendida nesta seção, este documento pode ser visto como um elemento de pressão sobre os atingidos, que passam a ter materializada a inevitabilidade da desapropriação de sua terra, o que, do ponto de vista da relação de forças para a instalação do empreendimento, significa um desequilíbrio em favor dos empreendedores, já que a principal forma de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens, enquanto movimento social continua sendo a “pressão popular” (MAB, 2008, p. 27), tanto que ações de mobilização social, como passeatas, acampamentos nas vias de acesso e invasão de canteiros de obras das barragens, por exemplo, têm sido executadas nos diferentes locais de conflito.

Em resposta a esses movimentos de pressão popular, podemos dizer que a estratégia da criminalização – que não é recente na história do Brasil – assumiu uma nova roupagem no contexto neoliberal, o que se tem chamado de tentativas de “judicialização” e de “criminalização” dos movimentos sociais, procurando enquadrar suas ações como “crimes”, entre os quais se destacam: “Dano”, “Esbulho possessório”, “Furto simples e qualificado”, “Sequestro e Cárcere Privado”, “Formação de Quadrilha”, “Incitação ao crime” e “Apologia ao crime”, tudo previsto no Código Penal Brasileiro (MNDH, 2006, p. 14-15).

Referindo-se às ações que foram movidas contra militantes do MAB por ocasião de movimentos de resistência na bacia do rio Uruguai, o Anexo III de um Relatório produzido pelo MAB (2005), menciona – além do que foi relacionado acima – acusações de natureza criminal como “dano ao patrimônio particular”, “invasão de áreas de segurança nacional”, “descumprimento de decisão judicial”, “crime contra a liberdade do trabalho”, “ameaça aos funcionários das empresas”, “destruição de marcos das barragens”, “roubo de bens nos canteiros de obras”, “obstrução de vias públicas”, “perturbação do sossego público”, “extorsão”, “lesões corporais”, “constrangimento ilegal” e “vias de fato”. Já na vara cível, o mesmo documento apresenta ações de “reintegração de posse”, “obrigação de não fazer”, “interdito proibitório”, “cautelar inominada” e de “indenização”.

Um caso exemplar é o do agricultor familiar Irineu Breskowisk, proprietário de três hectares e arrendatário de outros pedaços de terra também na área do canteiro de obras. Em entrevista que fizemos com o agricultor, o mesmo relatou que

na época quando tudo começou lá, quando começaram os trabalhos nos começamos também com o movimento junto, sendo adversário do consórcio. Então eles [FCE] me botaram polícia em cima, levei algum processo. Me botaram na cadeia, [...] não desisti, foi feito a busca e apreensão na minha propriedade, me acusaram de bandido, de [formação de] quadrilha, que eu tinha roubado e tudo. Não acharam nada! Eu consegui comprovar que eu não era aquilo, consegui comprovar meus direito. [...] Porque eu tava com o MAB então a Foz do Chapecó [FCE] não aceitava porque que era do MAB. [...] Se eu não fosse do MAB eles me davam na primeira, e assim eles me judiaram bastante. [...] Eles diziam assim, que eu não tinha direito. Eles me mandavam pegar Carta de Crédito, digo “não, não quero”. [...] Foi uns 10 anos. Me ofereceram [Reassentamento em Área] remanescente e eu também não aceitei. Eu fui liberado agora, já terminei tudo isso ali, tudo; mas eu tenho uns cinco, seis, processo que a Foz Chapecó me processou. Eles me processaram [por] coisa que eu nem tava lá e eles me processaram igual, a Foz Chapecó me fez isso (BRESKOVISK, 2010).

A criminalização relatada pelo movimento social, pelos órgãos de direitos humanos além do próprio empreendedor, pela importância estratégica deste aspecto nas relações de poder que estudamos, chamou nossa atenção durante a pesquisa de campo, sendo que à medida que entrevistávamos mais pessoas, principalmente os acusados, podemos vislumbrar um cenário que em muito lembrou o caso estudado por Thompson (1987) sobre os “Senhores e caçadores” da Inglaterra do século XVIII. Não obstante a diferença de tempo e contexto, lembramos que, naquele caso, os camponeses resistiram de forma organizada (os Negros) contra “cercamentos” restritivos impostos pela coroa sobre seu modo de vida. O enquadramento criminal desses

camponeses como “quadrilhas” que atentavam contra a propriedade privada, sugeriu-nos ponderações sobre o perfil dos acusados (camponeses *Negros* do século XVIII e os *atingidos* do Alto Uruguai do século XXI) e a ação do poder instituído (coroa inglesa daquela época e o Estado brasileiro atual).

Quanto aos acusados, tanto os *Negros* quanto os *atingidos* foram enquadrados como “quadrilhas”, sobre o que Thompson ressalta que naquela época, o termo poderia se aplicar legalmente a qualquer grupo, “desde uma sociedade beneficente até um grupo de parentesco ou o salão literário de Fagin, que saísse fora da lei” (1987, p. 250), ao passo que na atual legislação brasileira, o Art. 288 do Código Penal caracteriza um grupo como quadrilha ao “associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes”, sobre o que é prevista a pena de “um a três anos”, aplicada em dobro se a suposta “quadrilha ou bando” for armado. Disto, a primeira ponderação que fizemos sobre o caso atual inspirados pela leitura de Thompson, é a de que, como naquela época, mesmo que os atingidos acusados no Alto Uruguai apresentem traços de “quadrilha” – do ponto de vista jurídico –, o que precisa ser levado em conta é que este foi o recurso encontrado por esses agricultores familiares num sentido “retributivo” ante “uma autoridade que ameaça sua economia, suas lavouras e seus direitos agrários costumeiros” (THOMPSON, 1987, p. 77).

Esta relativização sobre a criminalização dos atingidos encontrou mais uma inspiração no caso inglês, no que se refere ao perfil individual dos acusados. Naquele caso, os acusados que acabaram sendo enforcados, em “pouco se diferenciavam dos seus companheiros além do fato de, por má sorte ou pior avaliação, terem sido apanhados nas redes da lei”, de forma que o autor defendeu que se tivesse sido retirada “uma amostra casual de sete homens”, para avaliar seu perfil criminológico, provavelmente o resultado seria muito parecido em relação aos demais, de forma que, se a resistência daqueles pudesse ser caracterizada como uma “subcultura criminosa, toda a Inglaterra plebeia entraria nessa categoria” (THOMPSON, 1987, p. 250). De forma semelhante, a partir do que podemos perceber pela pesquisa empírica, ainda que de forma parcial com os atingidos⁷⁴, podemos propor que, se analisarmos a vida pregressa de cada um dos atingidos criminalizados, provavelmente não encontraremos nada que os qualifique como

⁷⁴ Embora o foco de nossa análise seja os atingidos militantes vinculados ao MAB, é importante assinalar que as ações de criminalização não se restringiram a este grupo, pois identificamos outros agentes como membros de associações e líderes sindicais que também foram processados cível e criminalmente no caso da UHE Foz do Chapecó.

perigosos, de forma que, em caso de condenação, a resistência ante a forma como foi imposto o empreendimento seria o fato que os teria iniciado na “vida criminosa”. Neste sentido, duas falas de agricultores familiares acusados de crimes no caso da UHE Foz do Chapecó ilustram bem esta hipótese. Em entrevista que colhemos com um agricultor familiar que tinha sua propriedade na área do canteiro, o mesmo nos relatou o seguinte:

tu acredita que eles disseram que eu fiz uma quadrilha de bandido? Mas eu quero que tu saia agora daqui e vá perguntar de um por um na casa do pessoal aqui e peça se eu algum dia fiz alguma coisa pra alguém. [...] Eles chegaram na minha casa, nunca tinha vindo polícia aqui, e entraram e mexeram nas coisa. Eles pegaram uma espingarda veia que o polícia quis abrir ela e teve que desnucar na perna, porque não abria, tava tudo enferrujada, ninguém usava, aquilo lá eu tinha porque tá com nós desde os véio[avós] lá. Mas eles pegaram e disseram que eu tava ilegal com a minha espingarda (BRESKOWISK, 2010).

Em outra entrevista que fizemos na mesma área do canteiro de obras o agricultor familiar relatou o cumprimento de um mandato de busca e apreensão realizado na sua propriedade:

Uma noite nós tava dormindo em casa a polícia chegou pra fazer uma busca. O piá [menino] que tava ali em casa foi olhar pelo buraco da corrente da porta e o polícia já gritou lá de fora: “é a polícia”, o piá abriu e eles foram entrando. Eu lembro que o polícia mexeu nas coberta da cama do outro piá com o cano da espingarda. Entraram, vasculharam e sabe o que que eles prenderam? Uma motosserra velha do finado pai que eu trouxe aqui pra tentar fazer funcionar. Pois tu acredita que eles queriam nota da motosserra. Eu tava já quente com eles disse: “mais olha moço, cabe na tua cabeça que uma motosserra véia dessa que tem mais de vinte anos vai ter nota ainda? Mas olhe, veja, tente ver se funciona”. Daí foram e queriam levar o motor da trilhadeira que não tinha nota. Eu disse que podiam levar porque eu não tinha nota dessas coisa que é tudo ainda do tempo do pai. O motor eles acabaram não levando, daí me chamaram pra pegar a motosserra lá na delegacia. Mas daí eu disse: “se ela tava ilegal, pois que agora pra mim ela tá mais ilegal ainda, podem prender ela aí”. E não fui atrás. Porque daí na verdade o ladrão mesmo foi eles, tu não acha? (PAULA, 2010).

Com base nas entrevistas realizadas, este pareceu ser o perfil predominante entre os atingidos acusados de crimes em decorrência da instalação da hidrelétrica. Não se trata de apresentarmos esses agricultores familiares como pessoas incapazes de qualquer ato violento, porém, é preciso analisar o caso a partir do contexto social em questão e não somente pelo aspecto técnico do direito sobre o caso pontual. Neste sentido, se recorrermos toda a bacia do rio Uruguai, provavelmente encontraremos muitos casos de porte ilegal de arma, equipamentos sem nota fiscal ou mesmo relações trabalhistas fora da legislação vigente. Porém, o que precisamos ter em vista é o modo de vida dessas pessoas que estabelecem essas práticas como estratégias de

vida no meio rural, o que foi drasticamente alterada pela chegada da hidrelétrica que acabou instituindo outra lógica para as relações sociais.

Ainda inspirados em Thompson (1987) é possível fazermos outra ponderação importante em relação à ação do poder instituído, a dizer, o judiciário e a Sociedade de Propósito Específico (SPE) responsável pela obra. Neste sentido, sobre o caso inglês, o autor assinala que a estratégia de criminalização adotada a partir daquele momento “permitiu à Lei assumir, com seus mantos, a postura da imparcialidade: era neutra em relação a todos os níveis entre os homens, e defendia apenas a inviolabilidade da propriedade das coisas” (THOMPSON, 1987, p. 282). Transpondo a ideia para o caso atual, é possível percebermos que as ações dos acusadores não se baseiam no contexto em que esses “crimes” são cometidos, que seja, a agressão ao modo de vida dessas pessoas, as indenizações aquém do que acreditam ser o justo, ou mesmo a negação destas. O que é colocado em análise é exclusivamente o dano à propriedade privada – mesmo que se trate de uma obra com financiamento público –, a partir do que, assim como defende o autor ao estudar o caso inglês, concordamos que por parte dos órgãos competentes, seja preciso fazer “alguma coisa”, no sentido de equacionar o problema, todavia, isto não implica na possibilidade de se fazer “qualquer coisa”, que seja a repressão aos que discordam da forma como é conduzida a obra (THOMPSON, 1987, p. 252).

Perguntado sobre eventuais medidas de “criminalização” dos movimentos sociais no caso da UHE Foz do Chapecó, Walter Zer dos Anjos, diretor adjunto da FCE, falando sobre este aspecto do processo de instalação da hidrelétrica nos explicou em entrevista que

esse termo [criminalização] foi criado para agir junto aos direitos humanos no sentido de que nós estaríamos perseguindo-os de alguma forma. Na realidade não é isso, me diga uma coisa: se você vai lá e implanta um marco [topográfico], protegido por lei, daí os caras vão lá e derrubam, daí se faz um Boletim de Ocorrência (BO), volta lá pra plantar o marco, daí vão lá algumas pessoas e ameaçam o pessoal da empresa que está fazendo o trabalho. Isto está correto?(ANJOS, 2009).

As palavras do entrevistado além de corroborarem a natureza conflitiva entre os projetos políticos neoliberal e democrático-participativo que perpassam todo este trabalho, acentuam também a dicotomia legal/legítimo, tornando nítido que o empreendedor, conforme as palavras do entrevistado, encampa a legalidade para “tipificar” as ações dos manifestantes.

A República brasileira passou por momentos de repressão acentuada em períodos como o Estado Novo (1938-45) e o Regime Militar (1964-85), não constituindo novidade a repressão. Porém, no contexto atual, essa ação não tem um condutor claro e específico como nos períodos citados anteriormente. No que concerne à questão das barragens, ocorre que o próprio Estado (proponente da obra) é quem media o conflito entre a Empresa e o MAB no campo judicial, o que – mesmo sob a consideração da independência entre os poderes estatais – deixa os empreendedores da obra novamente em posição privilegiada em relação aos seus opositores.

Além dos casos citados por Moral Hernández e Bermann (2007) sobre as UHEs Barra Grande e Campos Novos, para citarmos apenas casos da bacia do rio Uruguai, o caso da UHE Foz do Chapecó demonstra que o número expressivo de ações criminais movidas por empreendedores em toda a bacia do rio Uruguai inclusive pela FCE contra integrantes do MAB – apresentadas em Relatório (MAB, 2005) – tende a aumentar à medida que o movimento promove ações de pressão popular, numa forma de resposta do empreendedor ante as ações dos opositores.

Considerando a criminalização para além do aspecto legal, da possibilidade de pena para os acusados, essas ações movidas contra os manifestantes precisam ser compreendidas a partir de um sentido prático no cotidiano dessas pessoas. Neste sentido, a entrevista que colhemos junto a uma das lideranças do MAB na região é elucidativa:

Nós temos hoje mais de vinte pessoas processadas e algumas lideranças que chegam a ter vinte processos já. Mesmo tu sabendo que o que tu tá fazendo é o correto, fica ruim porque até uma parte da comunidade onde tu nasceu e se criou começa a te olhar diferente. Onde tu vai, numa festa ou na cidade resolver alguma coisa, sempre a polícia tá de olho, como se tu fosse provocar alguma coisa, como se fosse algum bandido. Vão nas casas das lideranças, fazem busca e apreensão, entram na casa da gente, mexem em tudo. Lá em casa nunca acharam nada, se eles tem os relatórios lá dá pra ver, nunca acharam um canivete, mas fica ruim alguém ir entrando na tua casa, revira, te incomoda. Foram lá esses dias em vinte policiais da Civil e da Brigada [Polícia Militar do Rio Grande do Sul], mas veja se tem a necessidade, se alguém é bandido perigoso. Tu sai de carro, eles param teu carro, revistam, mexem em tudo. Mesmo se já fizeram, fazem de novo, sempre na frente de um monte de gente pra mostrar que a função que a gente exerce no movimento é como a de um bandido. Me revistaram já não sei quantas vezes e nunca acharam nada, mas eles vão continuar, de preferência em lugar bem movimentado, pra mostrar que o que eles acusam é o certo, mas não é (LUZ, 2009).

No sentido do cotidiano, conforme mencionamos anteriormente, as palavras do entrevistado nos apontam dois aspectos para além da possível condenação judicial a que estão sujeitos os processados. Primeiro, é que esses processos correspondem a estratégias de criminalização dos acusados tendo em vista que esses recebem o rótulo de criminosos, ou, pelo

menos, ilegais, antes mesmo do desfecho judicial. Depois, para além da criminalização, é preciso considerar que a partir do momento em que os militantes recebem o *status* de criminosos, passam a ser percebidos pelas instituições policiais que através de ações de cunho ostensivo (revistas, buscas, interpelações) constroem as famílias e os próprios acusados, além estabelecer uma “vigilância permanente” sobre esses com o intuito de acompanhar seus movimentos e, no limite, “ordená-los segundo a norma” (FOUCAULT, 1999, p. 88).

Outro aspecto importante sobre a criminalização do movimento social refere-se ao alvo das acusações. Segundo entrevista que fizemos com o diretor da Foz do Chapecó Energia S.A., o que acontece, neste sentido, é o seguinte:

Então, está lá a pessoa, no ato, vai lá, arranca um marco [topográfico], ameaça os trabalhadores, em alguns casos até botam fogo em máquinas, então, são fatos que ocorreram e o Boletim de Ocorrência (BO) aponta o nome do sujeito, pois o Movimento [MAB] não tem CNPJ para ser acionado. Não se trata de criminalizar um Movimento, todas as ações contra essas pessoas é por algum fato ocorrido, testemunhado, daí se cita nominalmente. Nunca é contra o MAB, até porque, juridicamente ele não existe, mas os fatos apontados em BO são verídicos, testemunhados, e daí, contra aqueles que cometeram (ANJOS, 2009).

Concordamos com as palavras do diretor quando ele afirma a dificuldade de acionar judicialmente o movimento social devido à sua forma de organização desinstitucionalizada, atuando como movimento de massa e sem registro cartorial. Todavia, insistimos na ideia da criminalização dos movimentos sociais levando em consideração que, nesses casos “a criminalização não é individual, é sempre coletiva”. O castigo de um militante não é pessoal e individual, mas é parte de uma criminalização geral dos movimentos que lutam pela emancipação social (BUHL; KOROL, 2008, p. 12).

Na mesma linha, é preciso levar em conta que, nesses casos, a “violência de grupo e a institucional são consideradas apenas em relação a ações de pessoas individuais, e não no contexto do conflito social que elas expressam”, logo, as atenções – seja da polícia, da mídia, da comunidade – recaem não só sobre os militantes processados, mas sobre esses em relação ao movimento social, que acaba sendo o “criminoso em evidência”, sem que seja levado em conta – na maioria dos casos – o contexto do suposto crime, mas apenas o crime e o criminoso em si, dessa forma, contribuindo para a “descontextualização e a despolitização sociais”, neste caso, em favor de quem acusa (ANDRADE, 2003).

Além da ocupação do canteiro, mencionada na seção anterior, o MAB promoveu outras manifestações no local como estratégias de pressão popular. Um episódio importante envolvendo o triângulo Empreendedor/Estado/Movimento Social, se deu após os manifestantes obstruírem as vias de acesso ao canteiro de obras em 22 de julho de 2008. Segundo informações da própria Polícia Militar⁷⁵, “assim que o MAB bloqueou o acesso, o Comando do 2º BPM deslocou cerca de 40 policiais militares para o local”. Dentre os policiais deslocados de Chapecó, estavam o “Pelotão de Patrulhamento Tático, Canil e Cavalaria” (Figuras 35 e 36), que permaneceram no local até a retirada dos manifestantes, o que acabou acontecendo após o agendamento de uma reunião entre o MAB e a FCE, marcada para acontecer em Chapecó, dois dias após a manifestação.

Figuras 35 e 36 – PM acionada em decorrência de manifestação do MAB



Fonte: PM/SC. Disponível em: <www.pm.sc.gov.br/website/redirantior.php?act=1&id=3741>. Acesso em: 25 nov. 2009.

Ainda sobre a relação Estado/empreendedor/movimento social, outro aspecto importante da ação policial no caso da UHE Foz do Chapecó, diz respeito ao repasse de recursos provenientes da FCE para a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O “Relatório de Atividades

⁷⁵ Site da PM/SC. Disponível em: <www.pm.sc.gov.br/website/redirantior.php?act=1&id=3741>. Acesso em: 25 nov. 2009.

Realizadas”, publicado pelo empreendedor em junho de 2007, menciona o referido repasse, segundo trechos do documento:

3 – MELHORIAS NA REGIÃO DO CANTEIRO DE OBRAS

[...]

- Quartel da Brigada Militar em Alpestre

Atendendo reivindicação da comunidade que se sentia insegura devido ao fluxo de pessoas ligadas à obra, a Foz do Chapecó, através de convênio com a prefeitura de Alpestre, repassou recursos para a instalação de um quartel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul na comunidade Dom José, que se localiza próxima ao canteiro de obras. Os recursos foram utilizados na compra de viatura, mobília e equipamentos, bem como na reforma do prédio utilizado.

Valor do convênio: R\$ 130 mil. (FCE, 2007, p. 3-5).

Ao questionarmos o diretor adjunto da FCE, Walter Zer dos Anjos, sobre o repasse dos recursos, o entrevistado respondeu assim:

Eu perguntaria assim: como você vê o fato de chegarem mais de 2000 operários numa cidadezinha dessas? São pessoas de todo o Brasil, com diferentes culturas que vão para um lugar pequeno, interiorano, precisa segurança ou não precisa? Daí você chega no governo e tem o problema do efetivo, da falta de recursos. Então nós temos que fazer alguma coisa, já que nós causamos isso. [...] Se foi repassado uma viatura ou alojamento para a polícia, isso não vai resolver o problema em caso de uma invasão do canteiro por exemplo, nesse caso é preciso efetivo de fora, não é isso que vai resolver (ANJOS, 2009).

A afirmação do diretor acerca do repasse de recursos à polícia tendo em vista que a segurança pública ficou comprometida com o aumento populacional decorrente dos trabalhadores da obra, é plausível, embora, tenhamos percebido a intensificação das ações policiais sobre as lideranças do movimento social. Todavia, é preciso analisar a questão para além da relação direta de causa e consequência. Tendo em vista que as hidrelétricas são construídas a partir de parcerias público-privadas (PPP) que originam sociedades de propósito específico (SPE), onde, embora o Estado seja acionista minoritário, chega a financiar 80% do empreendimento, sem mencionar os fundos de pensão que também participam como acionistas, causa estranheza o repasse de recursos por parte do empreendedor à “instituições disciplinares” como a polícia.

Considerando que o monopólio da violência seja atribuição do Estado, a partir do momento em que acontece uma aproximação entre o estatal e o privado, assim como ocorreu no caso em questão, faz sentido a ponderação de Aton Fon Filho (2008, p. 82) quando o autor estima que essas articulações possam significar, no limite, a “privatização do monopólio da violência”.

Na mesma linha, a ideia de Faria (1989) é complementar, pois, com base nos argumentos do autor, podemos especular se as parcerias público-privadas, sob a perspectiva que estamos tratando, não poderiam ser tomadas sob a forma de um processo de “publicização do privado e reprivatização do público” numa suposta “estratégia de despolitização dos conflitos e de sua posterior repolitização” em favor dos grupos mais poderosos na relação conflituosa (Ibid., p. 30).

Entendendo a “criminalização” do ponto de vista de algo que fere a legitimidade que fundamenta as suas ações, o MAB recorreu ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)⁷⁶, através do registro de denúncia sobre eventuais violações dos direitos humanos na região do empreendimento, tendo como supostos responsáveis “órgãos públicos (IBAMA), empresas (CEFC), poder judiciário e polícias: militares do RS e SC”, sendo que essas se caracterizariam através de “ameaça, agressão física, intimidação, difamação, contra indivíduos e grupos que promovem e protegem os direitos humanos”. Disto, em 23 de janeiro de 2007 o CDDPH realizou visitas à região da hidrelétrica entre os dias 27 e 29 de junho de 2007, originando um Relatório publicado em 29 de setembro de 2007, sobre o qual é importante apresentarmos as principais conclusões e recomendações a que chegou a Comissão (SEDH, 2007).

Dentre as conclusões do Relatório, podemos assinalar que “os defensores dos direitos humanos” enfrentam processos civis e criminais decorrentes da própria violação dos seus direitos, sendo que a resistência diante desta situação, encampada pelos movimentos sociais, segundo a mesma comissão, “representa um valioso aporte para a democracia brasileira”.

Reconhecida a violação denunciada pelo MAB, a mesma Comissão fez “recomendações” para os governos estaduais, governo federal, empreendedor, e para o poder judiciário. Para os governos estaduais recomendou-se o melhor treinamento e a observância das polícias conforme as recomendações das Nações Unidas quanto aos Direitos Humanos; ao governo federal, recomendou-se a necessidade da “criação de mecanismos para supervisionar o desempenho de órgãos como o IBAMA e a FUNAI”, de forma a “abordar a séria questão dos atrasos na implementação dos programas sociais das hidrelétricas”; em relação ao empreendedor, a comissão mencionou que este deveria “retirar as ações que propôs contra defensores de direitos humanos”, tendo em vista tratar-se “de problema social das populações atingidas e não mera questão jurídica ou caso de polícia”; finalmente, em relação ao judiciário, foi recomendada a

⁷⁶ Sobre esses agentes, ver o Anexo I - Parte I.

revisão “do seu posicionamento de agente punitivo e garantidor do direito de propriedade, passando a ter papel pró-ativo no sentido de garantir também a implementação de políticas sociais pelo Estado, previstas na Constituição”.

Essas “recomendações” vão de encontro à dicotomia discutida neste capítulo – legal/legítimo – porém, no aspecto prático tocante às relações de poder na instalação da hidrelétrica, podemos dizer que, mesmo o MAB recorrendo ao órgão competente legalmente, suas conclusões e recomendações, embora condizentes com a denúncia, não chegaram a exercer pressão sobre o empreendedor, enquanto denunciado, o que aponta para a possibilidade da legalidade suplantando a legitimidade na dicotomia que perpassa as relações de poder no caso da instalação de projetos de grande escala como a UHE Foz do Chapecó.

Sobre isto, para além das discussões técnicas de operação do direito, a epígrafe que abriu este capítulo parece ter algum sentido, pois em pesquisa de campo posterior inclusive à operação da hidrelétrica, ainda ouvimos de alguns atingidos que estes estariam sendo chamados em juízo para prestarem esclarecimentos de supostos crimes cometidos quando do processo de instalação da hidrelétrica. No mesmo sentido, é importante assinalarmos que por ocasião da 202ª Reunião Ordinária do CCPDH/SDEH, realizada em Campo Grande-MS, em 22 de novembro de 2010, foi aprovado um Relatório Final sobre a violação dos Direitos Humanos em todo o país com base em relatórios formulados ao longo dos últimos quatro anos, inclusive do mencionado sobre o caso da UHE Foz do Chapecó. Além de corroborar o que foi apontado no caso da UHE Foz do Chapecó, o Relatório mais amplo, que tem uma parte destinada exclusivamente às barragens, refere-se também às populações indígenas e quilombolas, além dos processos de financiamento do BNDES para essas obras e os processos de licenciamento ambiental, que, segundo o mesmo relatório demonstraram uma tendência de repetição na violação dos direitos humanos nos diferentes casos analisados.

* * *

Do exposto nas seções anteriores deste capítulo podemos apresentar uma síntese a partir da análise das redes parciais de forma a visualizarmos os reflexos destas na rede social total, sob a luz do conflito entre dois projetos políticos divergentes.

No sentido da mobilização social protagonizada pelas igrejas – no caso da UHE Foz do Chapecó, principalmente a Católica – percebemos um esfriamento da relação dessas com o MAB em decorrência, primeiramente, do próprio momento de refluxo que atravessa a igreja tendo em vista o “mercado religioso”, ante o qual, ao fazer uma opção preferencial pela linha carismática, acabou refletindo nas relações com os movimentos sociais enfraquecendo-as. Outro aspecto a ser considerado é que o próprio movimento adquiriu certa autonomia, não dependendo mais da igreja para sua organização como acontecia nas décadas de 1970 e 1980, o que, de certa forma, favoreceu este distanciamento. Isto, em nível de articulação, pode representar perda para os dois lados, sendo que os atingidos neste caso são de maioria católica, portanto, podemos questionar a interação da igreja com seus seguidores ao passo que o MAB vê enfraquecido um importante meio de mobilização social.⁷⁷

Sobre a relação entre o MAB e os sindicatos rurais, primeiramente é preciso considerar a mesma emancipação do movimento social assinalada em relação à igreja. A isto, soma-se o fato da própria divisão da representatividade do meio rural através da FETAG, numa linha mais voltada à agricultura mecanizada, da FETRAF, representando os agricultores familiares e tendo uma ligação maior com as políticas do atual governo federal, ao passo que a Via Campesina atua numa proposta de enfrentamento ao sistema capitalista. Sendo que o MAB fez uma opção pela Via Campesina, mesmo que em essência as três frentes busquem demandas parecidas, o discurso e a forma de organização e ação acabam afastando estes agentes em questões pontuais como no caso em tela, onde podemos dizer que a FETAG e a FETRAF tendem a buscarem a negociação visando a melhor indenização aos atingidos, ao passo que a Via Campesina (MAB), concentra suas forças principalmente na oposição ao empreendimento enquanto projeto político.

Antes de comentar os reflexos da questão indígena sobre a rede social, é preciso concordar com Fernandes (2003) quando o autor assinala que no caso da UHE Foz do Chapecó o problema indígena foi deslocado para segundo plano se tornando um problema de barragem. Da análise que fizemos decorre que ao incluir a questão indígena como condicionante ao empreendimento, estrategicamente – ou não – o empreendedor colocou os indígenas numa

⁷⁷ Além desses dois aspectos, é preciso levar em conta outro ponto exterior desta relação entre a Igreja Católica e o MAB. A partir do momento em que se percebe um imbricamento cada vez maior entre o rural e o urbano – pelo menos na região – apresentam-se principalmente aos jovens, outros espaços de sociabilidade como clubes nos bairros das cidades ou grupos nas empresas onde trabalham, que acabam comprometendo o protagonismo das capelas como ponto de organização social destes e consequentemente da ação dos mediadores da igreja sobre a vida dessas pessoas.

posição, se não de apoio, ao menos de não contestação da obra. Podemos dizer que na relação de poder entre o MAB e a FCE, o empreendedor obteve vantagem, tendo em vista que além do apoio dos indígenas, o empreendedor pode propagandear a implantação da Reserva, ao passo que o MAB passou a representar um empecilho à regulamentação da mesma área.

Voltando para a análise no sentido amplo da rede social, podemos dizer que com as mudanças no setor energético ocorridas a partir da década de 1990, através das parcerias público-privadas, os empreendedores se empoderaram do ponto de vista das relações de poder para a instalação das hidrelétricas. O ponto principal disto é que a *simbiose* estatal/privado, representado em Sociedades de Propósito Específico como a FCE, permite um maior aporte de recursos financeiros, mas, principalmente uma *sobreposição nos papéis* representados pelo Estado de forma que este, ao mesmo tempo é empreendedor, licenciador, judiciário, polícia e defensor dos Direitos Humanos, de forma que nesta “seletividade” o papel de empreendedor tem suplantado os outros que emergem em questões pontuais, neste sentido, basta recordarmos o peso das ações do IBAMA no licenciamento, do judiciário na declaração de utilidade pública, da polícia na criminalização das lideranças do movimento social, em contraponto às visitas da SEDH mesmo que estas tenham apontado recomendações aos primeiros.

Ainda sobre esta *sobreposição nos papéis*, dois pontos precisam ser assinalados: primeiro, é que o fato da empresa repassar recursos à polícia – mesmo que a SPE conte com a participação do Estado –, cria um ambiente de desconfiança sobre as ações policiais envolvendo a instalação da hidrelétrica, mesmo sob as justificativas do empreendedor de que o Estado não teria recursos para aumentar o policiamento no local. Disto, as especulações de “criminalização” dos movimentos sociais passam a ganhar mais consistência. Depois, é que a “criminalização” pode sim ser entendida como estratégia eficaz do empreendedor diante de um oponente que tem nas manifestações de pressão popular sua principal forma de ação.

Finalmente, podemos dizer que em relação à dicotomia legal/legítimo, a legalidade encampada pelo empreendedor tem se sobressaído sobre a legitimidade dos que resistem ao empreendimento. Isto pode ser percebido através do efeito imediato das ações movidas pelo empreendedor no sentido da “criminalização” dos manifestantes ou da declaração de utilidade pública que concretamente representou o fim da resistência no canteiro de obras. Em contraponto, a recorrência do MAB à SEDH embora tenha confirmado a suspeita de violação dos direitos humanos no caso da UHE Foz do Chapecó, o Relatório Final tem o efeito de “Recomendação” e

não de “Lei” como nas ações movidas pelo empreendedor. E mesmo que se diga que estas “recomendações” possam servir de “jurisprudências” para fundamentar decisões sobre casos semelhantes, há que se considerar que o processo social referente à hidreletricidade no Brasil já ultrapassa um século e a SEDH já ultrapassa meio século, sendo que neste período, os casos têm sido julgados na maioria das vezes favoravelmente aos empreendedores em última instância. Por isso, mesmo que a tratemos recíproca e complementarmente, podemos dizer que a legalidade está prevalecendo sobre a legitimidade.

Para seguirmos na discussão sobre o processo de instalação da hidrelétrica segundo a linha cronológica do licenciamento ambiental, tendo em vista o embargo da obra decorrente da resistência ao empreendimento por parte do movimento social, em 5 de dezembro de 2006 o IBAMA emitiu uma nova Licença de Instalação (LI) agora com validade para 4 anos. Diante deste quadro adverso para os atingidos, ante a inevitabilidade da hidrelétrica, passou-se da resistência para a negociação, assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5: NEGOCIAÇÃO ANTE O INEVITÁVEL E A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO HIDRELÉTRICA PARA O LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

Somente conhecendo o resíduo da infelicidade
que nenhuma pedra preciosa conseguirá ressarcir
é que se pode computar o número exato
de quilates que o diamante final deve conter,
para não exceder o cálculo do projeto inicial.
(Ítalo Calvino – As cidades invisíveis)

Passado o período de licenciamento de instalação, a obra tem os trabalhos de engenharia acelerados e as negociações no aspecto socioambiental tornam-se a principal pauta das discussões. Das relações de poder fundadas na resistência liderada pelo MAB e a *criminalização* como resposta da FCE, chegou-se ao ponto em que a inevitabilidade da obra passa a pautar a discussão, logo, enquanto no capítulo anterior priorizamos as ações dos atingidos *militantes*, no sentido da resistência ao empreendimento, neste capítulo são enfatizados os atingido *negociantes*⁷⁸, que emergem ante a iminência do “deslocamento compulsório”, independentemente da sua condição anteriormente à Licença de Instalação.

O conflito social que foi pano de fundo para o capítulo anterior não cessa, sendo que o que acontece neste momento é a mudança de ambiente e estratégias dos agentes segundo seus projetos políticos, sendo, de um lado, os atingidos representados por diferentes agentes sociais no sentido de maximizar o valor das indenizações em contraponto ao empreendedor que procura controlar o processo de negociação, conforme as palavras do agricultor familiar Dirceu Lipreri, atingido do município de Alpestre-RS, quando ao se referir a este período do processo de instalação da hidrelétrica nos explicou em entrevista o seguinte:

Humpf, negociação? [...] Na verdade foi na base da porrada mesmo, na luta. [...] Deus o livre o quando nós sofremos. Eu mesmo [...] 10 anos, 11 anos de luta e coisa, senão não tinha conseguido. Não teve muita negociação, simplesmente eles faziam os laudos, traziam e diziam: “é isso, aceita ou vai pra depósito judicial”. E foi assim (LIPRERI, 2010).

⁷⁸ Ver Seção 1.3.

É sob este clima de conflito que será discutido este período do processo de instalação da hidrelétrica através das três seções que seguem. Na primeira seção, apresentamos como ocorreu o processo de negociação no que tange ao remanejamento populacional, procurando apresentar as modalidades e os cálculos dos valores a serem recebidos pelos atingidos. Por se tratar de uma discussão de cunho técnico, temos como referencial a documentação oficial – Cadastro Socioeconômico (CSE) e Termo de Acordo (TA) – oriunda dos espaços de negociação apresentados no terceiro capítulo, além de exemplos de casos que ilustram o processo indenizatório.

Na segunda seção discutimos o quadro das opções de remanejamento feitas pelos atingidos com base nas modalidades apresentadas na primeira seção, procurando discutir essas opções tendo em vista a configuração social do local em questão além das ações dos mediadores e do empreendedor no sentido de obter os melhores resultados no processo de negociação. Como referencial nesta seção contamos com uma retrospectiva das opções em outras hidrelétricas da bacia para discutir a situação da UHE Foz do Chapecó tendo como base o referencial do segundo capítulo além das idéias de Schutz (1979) sobre as interações sociais entre os agentes, Elias (1998) sobre o tempo e Santos (2008), sobre o espaço.

A terceira seção analisa o final do processo de instalação, momento em que o empreendedor, tendo logrado a maior parte das etapas do licenciamento ambiental, busca a Licença de Operação (LO) que autoriza o funcionamento da hidrelétrica. Ainda sob a perspectiva do conflito, a rede social será tratada a partir das ações do Ministério Público Federal (MPF), principalmente sobre pendências ambientais que deslocam a discussão novamente para o aspecto judicial. Pelo conteúdo técnico, esta seção se baseia principalmente em documentos judiciais a partir dos quais discutimos a “rede parcial” envolvendo o empreendedor, juntamente com a ANEEL e o IBAMA, em contraponto à AARU através do Ministério Público Federal.

Encaminhando o final do trabalho, neste capítulo discutimos as relações de poder num cenário de negociação e “judicialização” das demandas, sobre o que se procuramos responder às seguintes questões: 1) Quais são as possibilidades de remanejamento populacional para os atingidos tendo em vista o “deslocamento compulsório”? 2) Que fatores influenciam nas opções dos atingidos ante as possibilidades de remanejamento? 3) Tendo em vista que o empreendedor assume posição de “demandado” na judicialização neste momento do processo de instalação, que

diferenças podem ser percebidas na influência do judiciário neste momento do processo tendo em vista que este agente social foi decisivo na rede quando do período de resistência à obra?

Das respostas a essas questões é possível discutirmos partes da rede que envolvem os mesmos agentes mas por uma ótica diferente, da negociação, o que não impede o conflito. Apresentado este capítulo, temos o desfecho das relações de poder envolvendo a instalação da UHE Foz do Chapecó.

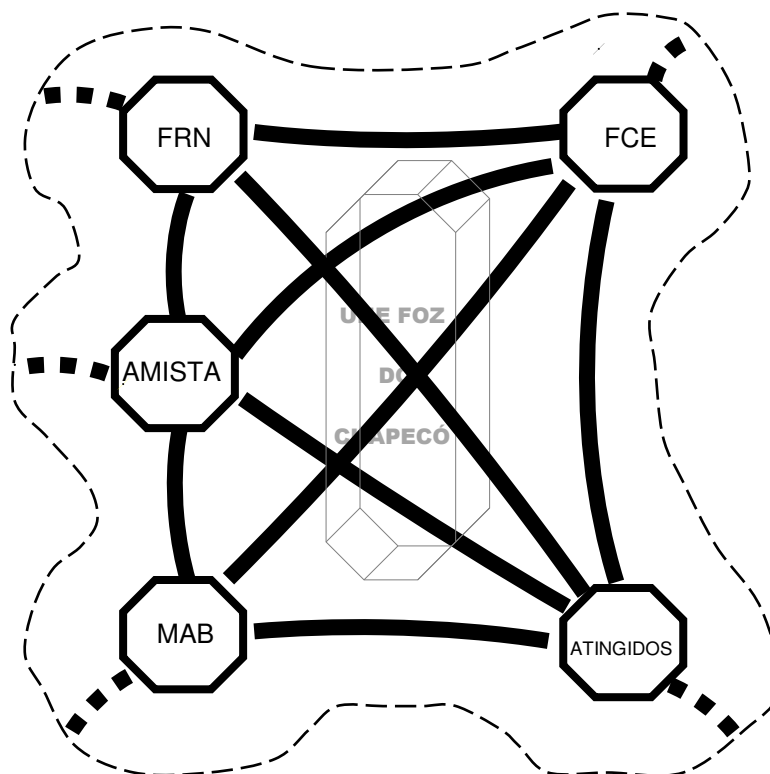
5.1 Critérios e procedimentos para o remanejamento populacional

Obtida a Licença de Instalação e com as obras de engenharia em estágio avançado, parte-se para o licenciamento de operação. No capítulo anterior tratamos da resistência dos atingidos ante o processo de licenciamento para a instalação do empreendimento. Acontece que não sendo os atingidos por barragem um grupo homogêneo e considerando que embora tenhamos adotado as três fases do licenciamento para organizarmos este trabalho, as ações dos diferentes agentes sociais não podem ser compartimentadas sob este recorte, tanto que, paralelamente à resistência mantida por parte dos atingidos – liderados pelo MAB –, outra parte, além do empreendedor, desenvolvia o processo de negociação das propriedades atingidas, o que será discutido nesta seção.

A rede parcial (Figura 37) a ser analisada nesta seção envolve a Foz do Chapecó Energia (FCE), os atingidos, os Comitês Municipais de Negociação (CMN) através do Fórum Representativo de Negociações (FRN), a Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (AMISTA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Tendo em vista a expansividade da rede social, é preciso mencionar ainda a Engenharia e Consultoria Sócio-Ambiental S/C Ltda. (ECSA), empresa contratada pela FCE para a elaboração do Projeto Básico Ambiental (PBA), onde o empreendedor apresentou o projeto de remanejamento e o Cadastro Socioeconômico (CSE), além da “Mãe Terra”, uma associação organizada pelos atingidos que optaram pelo Reassentamento Rural Coletivo (RRC). Estes agentes sociais, relacionados na rede parcial ou considerados tendo em vista a sua *expansividade*, estão ligados pelo Fórum Representativo de Negociação (FRN), agente através do qual o remanejamento populacional é

discutido através das modalidades explicadas nesta seção e que foram discutidas e homologadas tendo em vista os espaços de negociação⁷⁹.

Figura 37 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor.

Inicialmente, é importante compreendermos como se estabeleceram as linhas gerais para a negociação no que diz respeito aos critérios de remanejamento populacional, sendo que a discussão precisa ter em vista o que foi apresentado nas seções 1.3 (sobre a condição de atingido) e 3.3 (sobre a conformação dos espaços de negociação). No tocante aos critérios propriamente ditos, dois documentos são importantes, o Cadastro Socioeconômico (CSE) e o Termo de Acordo (TA).

O Cadastro Socioeconômico foi elaborado pelo empreendedor em 1999 e revisado em 2002, apresentando os dados segundo o quadro abaixo (Figura 38):

⁷⁹ Ver Seção 3.3.

Figura 38 – Quadro do número de famílias atingidas pela UHE Foz do Chapecó segundo o CSE

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO (*)	NÃO PROPRIETÁRIO	PROPRIETÁRIOS		NÃO PROPRIETÁRIOS		TOTAL DE FAMÍLIAS (*)	VÍNCULO COM A PROPRIEDADE						
				TRABALHAM	NÃO TRABALHAM	TRABALHAM	NÃO TRABALHAM		01(*)	02	03	04	05	06	07
MARGEM DIREITA															
CANTEIRO															
Águas de Chapecó	24	24	10	23	1	9	1	34	24	0	09	0	1	0	0
Sub-Total - MD	24	24	10	23	1	9	1	34	24	0	09	0	1	0	0
RESERVATÓRIO															
Águas de Chapecó	40	40	30	36	4	29	1	70	40	1	23	1	2	0	3
Caxambu do Sul	227	280	129	196	84	118	11	409	280	1	22	3	64	30	2
Guatambu	28	43	14	42	1	14	0	57	43	1	3	2	6	0	0
Chapecó	236	259	133	192	67	112	21	392	259	24	19	7	69	5	7
Paial	109	114	54	80	34	52	2	168	114	1	25	0	20	7	0
Itá	12	13	7	11	2	7	0	20	13	0	3	1	2	1	0
Sub-Total - MD	652	749	367	557	192	332	35	1116	749	28	95	14	163	43	12
Total MD - Canteiro+Reserv.	676	773	377	580	193	341	36	1150	773	28	104	14	164	43	12
MARGEM ESQUERDA															
CANTEIRO															
Alpestre	22	29	8	26	3	8	0	37	29	0	1	0	7	0	0
Sub-Total - ME	22	29	8	26	3	8	0	37	29	0	1	0	7	0	0
RESERVATÓRIO															
Alpestre	243	251	88	245	6	87	1	339	251	5	41	0	39	1	1
Rio dos Índios	228	240	144	187	53	127	17	384	240	3	19	0	112	2	2
Nonoai	113	150	61	139	11	61	0	211	150	1	7	0	46	4	0
Faxinalzinho	36	36	23	35	1	23	0	59	36	1	7	0	14	0	0
Erval Grande	70	64	44	48	16	44	0	108	64	14	3	0	24	2	0
Itatiba do Sul	117	120	45	96	24	43	2	165	120	0	8	0	35	0	2
Barra do Rio Azul	11	12	9	12	0	9	0	21	12	0	3	0	6	0	0
Sub-Total - ME	818	873	414	762	111	394	20	1.287	873	24	88	0	276	9	5
Total ME - Canteiro+Reserv.	840	902	422	788	114	402	20	1.324	902	24	89	0	283	9	5
TOTAL GERAL (Canteiro)	46	53	18	49	4	17	1	71	53	0	10	0	8	0	0
TOTAL GERAL (Reservatório)	1.470	1.622	781	1.319	303	726	55	2.403	1.622	52	183	14	439	52	17
TOTAL GERAL	1.516	1.675	799	1.368	307	743	56	2.474	1.675	52	193	14	447	52	17
CANTEIRO+RESERVATÓRIO															

Códigos de Vínculo:
01 - Proprietário 02 - Posseiro 03 - Arrendatário 04 - Assalariado
05 - Agregado 06 - Parceiro 07 - Residente 08 - Outros

(*) Estão Inclusos: Espólios (41) e Entidades (47)

Fonte: CSE

Fonte: Projeto Básico Ambiental UHE Foz do Chapecó (2003, p. 506).

Conforme dados do Cadastro Socioeconômico, concluído em outubro de 1999 e revisado em julho de 2002 pelo empreendedor, seriam atingidas parcial ou totalmente 1.516 propriedades rurais sendo 676 em Santa Catarina (margem direita) e 840 no Rio Grande do Sul (margem esquerda), num total de 2.474 famílias, das quais 799 não seriam proprietárias (meeiros, posseiros, arrendatários).

Passado mais de um século de história da hidreletricidade no Brasil, ainda não existe uma legislação específica referente ao remanejamento populacional, porém, é importante fazermos um apanhando do conjunto das principais leis que norteiam as discussões sobre este tema.⁸⁰

Em primeiro lugar, a Constituição Federal do Brasil oferece as linhas gerais que fundamentam as negociações, destacando o Artigo 5º através do Capítulo XXIII, sobre a função

⁸⁰ Para efeito de estudos na bacia do rio Uruguai, o “Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e seu entorno”, no item 7., destinado à legislação, traz uma lista dos principais decretos, leis, resoluções e normas pertinentes ao estudo. Disponível em: <http://www.consorcioita.com.br/pdf/plano_diretor_ita.pdf>.

social das propriedades e o Capítulo XXIV, sobre a desapropriação por utilidade pública mediante indenização, o Título VII: Da Ordem Econômica e Financeira – Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (Art. 184-191) e o Título VIII: Da Ordem Social – Capítulo VI – Do Meio Ambiente (Art. 225). Dentre as leis e decretos, destacamos o Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), o Decreto nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública) e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos). Em nível de resoluções, destacamos as resoluções do CONAMA: Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental) e a Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006 (Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária). Além desta legislação básica, no caso bacia do rio Uruguai, por ser este rio divisor entre duas Unidades da Federação, há que considerarmos ainda as legislações estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, bem como os respectivos órgãos ambientais, a dizer, a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), além das legislações municipais, tudo considerado pela lógica *kelseniana*⁸¹, segundo a qual, as leis precisam seguir uma ordem lógica de peso e valor para que não ocorra uma sobreposição destas na aplicação dos casos específicos.

Quanto ao remanejamento populacional, em cada hidrelétrica a ser instalada é previsto o estabelecimento de um *Termo de Acordo (TA)*⁸² entre os agentes sociais envolvidos, que, baseado na legislação referida, norteará as negociações sobre este aspecto da respectiva barragem. Este documento também se baseia em outro item importante do marco regulatório das negociações, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a ABNT/NBR 14.653/2004: Parte II - Avaliação de Imóveis Urbanos (substitui a NBR 5.676) e Parte III -

⁸¹ No caso da legislação pertinente às barragens, este princípio serve para evidenciar a relação entre leis federais, estaduais e municipais, bem como no tocante à Constituição, os Decretos, Leis e Resoluções. Para aprofundar esta discussão sugerimos duas referências: primeiro, do próprio autor (KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000), ou, um dos vários estudos sobre a sua teoria (COELHO, Fábio Ulhoa. *Para entender Kelsen*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1996).

⁸² A formulação deste documento é um dos requisitos legais para a instalação de hidrelétricas. Nas diferentes barragens da bacia do rio Uruguai, as respectivas formulações não se deram sem contradições. No caso da UHE Foz do Chapecó, o MAB não participou da formulação sob a alegação de que este, além deste estar aquém das necessidades dos atingidos, teria a função estratégica de legitimação das ações dos empreendedores. Já a FCE, responsável pela obra, refere-se ao mesmo documento como orientador fundamental das negociações, corroborando a relação conflitiva que caracteriza a instalação da hidrelétrica.

Avaliação de Imóveis Rurais (substitui a NBR 8.799), sobre a qual se baseia a estimativa de valores sobre as propriedades e suas respectivas indenizações. É sobre este arcabouço legal que as negociações referentes ao remanejamento populacional decorrente da instalação de usinas hidrelétricas têm se pautado fundamentalmente no Brasil.

Com base no “Termo de Acordo: Política, diretriz e critérios para remanejamento da população atingida pela implantação do Aproveitamento Hidrelétrico de Foz do Chapecó”, faremos uma breve apresentação das modalidades de remanejamento previstas para a UHE Foz do Chapecó, bem como, algumas particularidades de cada uma dessas modalidades que serão organizadas em subitens de forma facilitar o entendimento e fundamentar a análise.

Os remanejados

Na seção 1.3 buscamos explicar o que entendemos por *atingido* por barragem, neste trabalho. Porém, convém apresentarmos o que ficou estabelecido segundo o Termo de Acordo (TA) referente à UHE Foz do Chapecó. De acordo com o trecho que extraímos do próprio documento:

considera-se *área diretamente atingida* ou por simplificação *área atingida* a área coberta pela implantação do reservatório, consistindo da área da cota de inundação acrescida da faixa de preservação, APP. Por extensão, *propriedade atingida* e *população atingida*, esta também citada como *atingidos*, são aquelas situadas na área atingida, ora definida. Exceto onde explicitado de forma diferente, o conceito *atingido* é sempre utilizado com o significado acima descrito” (BRASIL, 2004, p. 3).

Este é o termo generalizante, onde fica evidente a prevalência do conceito de “atingido inundado” como parâmetro principal, ou seja, seriam considerados atingidos e passíveis de indenização, os casos à montante da barragem que seriam inundados pelas águas do reservatório. Disto, cada atingido – individual ou na Unidade Familiar (UF) – seria enquadrado a partir das modalidades de remanejamento acordadas.

Os procedimentos gerais para o remanejamento populacional

O empreendedor – através do Assistente Social – mantém contato direto com as famílias atingidas através de visitas periódicas durante a implantação do empreendimento a fim de

analisar os dados colhidos no Cadastro Socioeconômico. Técnicos e Advogados do empreendedor levantam, através de entrevistas com os atingidos, o histórico de ocupação e a situação cartorial da documentação das propriedades, enquanto outra equipe técnica irá avaliar a propriedade conforme as normas da ABNT constituindo o Levantamento Físico da Propriedade (LFP). Paralelamente, outra equipe realiza pesquisas de preços sobre as terras nuas num raio de 200 km no entorno dos municípios atingidos, sendo que nesta equipe, poderão participar representantes dos atingidos (participou a AMISTA) tanto na pesquisa quanto na atualização semestral dos valores apurados. Com o histórico de ocupação da propriedade, situação documental e o valor de mercado calculados, passa-se para a definição “em comum acordo” das vias para o derradeiro remanejamento.

No caso da UHE Foz do Chapecó, o remanejamento populacional poderia dar-se através de duas formas: *indenização em dinheiro* ou *reassentamento*, sendo que a última se desdobra em quatro submodalidades: *Reassentamento Rural Coletivo (RRC)*, *Pequenos Reassentamentos (PR)*, *Auto-reassentamento ou Cartas de Crédito (CC)* e *Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR)*.⁸³

5.1.1 As opções de remanejamento populacional

a) *Indenização em dinheiro*

Esta modalidade consiste na aquisição total ou parcial dos bens imóveis atingidos e de áreas remanescentes inviabilizados pelo empreendimento ou de interesse deste que pagará em dinheiro mediante avaliação baseada nas normas da ABNT e no Termo de Acordo (TA). Foram considerados “público alvo” desta modalidade, *proprietários* e *posseiros de boa fé* – estes últimos, desde que já vinculados à área atingida anteriormente à data do Cadastro Sócio

⁸³ Antes de prosseguir com a apresentação das modalidades de remanejamento é importante registrarmos a ocorrência dos “Casos Especiais”. Segundo o Termo de Acordo, são considerados “especiais” aqueles casos de “pessoas sozinhas cuja FT não atinja 1,00 (um) ou unidades familiares cuja FT não atinja 2,00 (dois), com limitações em sua capacidade produtiva agropecuária e/ou com características extraordinárias”, que, segundo o mesmo documento, “serão enquadradas e analisadas através de estudo específico como Caso Especial, a serem definidos em momento posterior” (BRASIL, 2004). Além do que prevê o documento, acompanhando as negociações podemos verificar casos considerados “especiais” envolvendo pessoas que estariam na condição de atingido, mas que por algum motivo não estavam presentes quando do Cadastro Socioeconômico (CSE), discussão sobre a comprovação do vínculo da pessoa com a propriedade atingida, propriedades não cadastradas ou reconhecidas como atingidas, ou ainda, discussões acerca da condição de atingido referente aos filhos de proprietários.

Econômico fechado em abril de 2002 –, das terras e benfeitorias, reprodutivas e não reprodutivas, das propriedades da área rural e núcleos populacionais atingidos pela implantação do empreendimento.

A “terra nua”, ou seja, sem as benfeitorias, foi avaliada a partir de critérios utilizando a metodologia brasileira proposta por Ramalho Filho e Beek (1995) e normalizada pelo Serviço Nacional de Pesquisa de Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁸⁴. Baseado neste referencial estabelece-se critérios para a avaliação das terras, que, segundo o Termo de Acordo ficou assim:

Figura 39 – Avaliação das terras na UHE Foz do Chapecó

CLASSE	METODOLOGIA DE RAMALHO FILHO & BEEK (1995)	CARACTERÍSTICAS GERAIS	DECLIVE (%)	PEDREGOSIDADE (%)
A	G 1 e G2	Mecanizável ou também denominada de <i>Boa</i>	20 - 25	Até 5
B	G3 e Parte do G4 e G5	Agricultável, Tração Animal ou também denominada de <i>Regular</i>	21 - 60	Até 30
C	Parte do G4, G5 e G6	Agricultável com Tração Braçal ou também denominada <i>Restrita</i>	61 - 80	31 – 60
D	Parte do G6	<i>Inapta</i> ao uso agrícola (banhados, floresta)	Superior a 81	Superior a 61

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados apresentados no TAC da UHE Foz do Chapecó.

⁸⁴ Considerando critérios de fertilidade, disponibilidade de água e oxigênio, susceptibilidade à erosão e possibilidade de mecanização, Ramalho Filho e Beek (1995) classificam a aptidão da terra em seis grupos (G): G1, G2 e G3 correspondem àquelas terras próprias para o uso mais intensivo de lavoura. G4 corresponde àquelas terras de uso mais propício para pastagem plantada. G 5 correspondem àquelas terras propícias para silvicultura e pastagem natural, enquanto o G6 correspondem àquelas terras consideradas inaptas para as atividades agrícolas, cabendo a sua preservação.

Além da avaliação da “terra nua”, as “benfeitorias” (casa, instalações agropecuárias) e as “benfeitorias secundárias” (estradas e caminhos, poços d’água, sistemas de abastecimento, redes elétricas e acessos) são avaliadas segundo as normas da ABNT e acrescidas da estimativa de custo de reposição ou relocação. As matas e culturas temporárias (lavouras) são indenizadas, exceto quando os proprietários tenham sido notificados seis meses antes em decorrência da desocupação das áreas. O pagamento dos valores para indenização deverá ser realizado pelo empreendedor num prazo de trinta dias a partir do acordo, disto, o atingido tem um prazo de seis meses para entregar a área.

No caso da UHE Foz do Chapecó, a maioria dos atingidos foi enquadrada nesta modalidade de remanejamento. Segundo o Termo de Acordo, o principal critério para o enquadramento das Unidades Familiares nesta modalidade foi o fato destas propriedades terem sido avaliadas num valor superior ao valor máximo de uma Carta de Crédito, que no caso em questão chegou a R\$ 145.000,00. Assim, toda a Unidade Familiar que tivesse o valor de sua propriedade avaliado acima deste montante não teria direito a modalidades de reassentamento, mas sim, receberia tal valor e buscaria seu remanejamento por conta própria.

Do universo de unidades familiares analisadas, além dos esclarecimentos do empreendedor e do MAB, fica difícil uma definição totalizante sobre a eficácia desta modalidade de remanejamento. Embora este trabalho não se proponha a esta definição, podemos dizer que nesta modalidade de remanejamento encontramos casos de melhoria significativa de vida para os atingidos no aspecto econômico, porém, há que se registrar que em muitos casos os atingidos enquadrados nesta modalidade não conseguiram manter o mesmo padrão econômico devido ao inflacionamento do preço das terras na região em decorrência da especulação imobiliária.

Da descrição feita sobre esta forma de indenização, uma indagação pode ser feita tendo em vista o perfil socioeconômico da população atingida: sendo que a média das propriedades da região aproxima-se dos 16 hectares (Figura 11), o valor fixado em R\$ 145.000,00 para as propriedades a serem enquadradas nesta modalidade não estaria excluindo a maior parte da população do acesso às modalidades de remanejamento? Antes da apresentação de qualquer indicação neste sentido, é preciso conhecer as modalidades de remanejamento.

b) Reassentamento

Nesta forma de remanejamento, os atingidos são transferidos para outras propriedades com o auxílio do empreendedor. O “público alvo” desta modalidade são os *proprietários*, os *posseiros de boa fé* (desde que tenham adquirido a propriedade antes da expedição da LP em 13/12/2002 e esta conste de um valor inferior ao valor de uma Carta de Crédito) e os *não proprietários* (arrendatários, meeiros, parceiros e agregados) que comprovadamente mantinham vínculo efetivo e dependência econômica com a propriedade atingida desde antes da expedição da Licença Prévia e que continuem nesta situação até o Levantamento Físico da Propriedade (LFP).

Os reassentados têm direito às despesas de mudança e escrituração da nova área custeada pelo empreendedor, além de uma “verba de manutenção” que deve perdurar até a primeira safra ou nove meses após a transferência (o que vier antes) constando de 1 salário mínimo para casais sem filhos, 1,5 salários mínimos para casais com até 2 filhos e 2 salários mínimos para casais com três filhos ou mais.

Além do Levantamento Físico da Propriedade, que incide sobre a terra e benfeitorias, a Força de Trabalho (FT) é outro fator preponderante na avaliação dos direitos dos atingidos nesta forma de remanejamento. Para a aferição deste fator tem-se como referência a Unidade Familiar (UF), que corresponde ao conjunto dos indivíduos pertencentes à mesma família e que moram juntos na mesma propriedade dependendo da renda desta, que será atingida. Sua respectiva Força de Trabalho (FT) corresponde a um “valor numérico, um peso atribuído à capacidade e disponibilidade de cada trabalhador para execução de tarefa vinculada à exploração agropecuária, variando de acordo com a faixa etária de cada membro da família” (FCE, 2003, p. 511-512), tendo como referência a capacidade de um trabalhador adulto (FT 1,0).

Segundo o Termo de Acordo referente à UHE Foz do Chapecó, a Força de Trabalho (FT) teve como referência o quadro abaixo (Figura 40):

Figura 40 – Cálculo da Força de Trabalho (FT) na UHE Foz do Chapecó

FAIXA	FAIXA ETÁRIA	SEXO	FT
01	05 a 10	Ambos	0,25
02	11 a 15	Ambos	0,60
03	16 a 60	Ambos	1,00
04	Mais de 60	Ambos	0,50

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados apresentados no TAC da UHE Foz do Chapecó.

Então, do somatório do Levantamento Físico da Propriedade (LFP) e da Força de Trabalho (FT), tem-se uma quantificação numérica do que teria direito cada Unidade Familiar (UF) atingida, sendo que não é demais lembrarmos que destas, apenas tiveram possibilidade de opção por uma das modalidades de remanejamento descritas nos itens subsequentes, os casos em que os valores totais desta quantificação foram inferiores a R\$ 145.000,00, valor máximo de uma Carta de Crédito.

Antes de apresentarmos as submodalidades de reassentamento, dois pontos – uma “condição” e uma “observação” – precisam ser assinalados no referido Termo de Acordo, por serem fundamentais para a análise posterior sobre as opções dos atingidos no caso da UHE Foz do Chapecó. O primeiro consta de uma “observação” que diz respeito ao cálculo da Força de Trabalho na Unidade Familiar:

1º Exceção: Filhos solteiros de proprietários ou de não proprietários de áreas atingidas com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos até a data de expedição da LP (13/12/2002), e que, mediante prova documental, comprovem ser desde então independentes economicamente de seus pais, mas vinculados e dependentes da propriedade atingida, excepcionalmente poderão, após estudo de caso a ser realizado pelo CEFC – cuja decisão vincula as partes – ter acesso à modalidade de remanejamento adequada às suas necessidades (reassentamento de caso especial), desde que a área remanescente do imóvel atingido, se houver, não comporte a Força de Trabalho individual (BRASIL, 2004);

O segundo consta de uma “condição” que diz respeito ao público-alvo dos programas de reassentamento. Esta “condição” prevê que:

Serão excluídas do “público-alvo” do presente programa todas as pessoas que, direta ou indiretamente, atentarem contra a integridade física de prepostos ou de propriedades do CEFC, que sejam autoras de ações contra o CEFC ou que se recusarem a realizar acordo nas ações ajuizadas pelo CEFC, ainda que preenchidos todos os critérios de acesso (Brasil, 2004).

Outro aspecto referente às modalidades de reassentamento implica na contração de uma dívida – “ressarcimento” – por parte do atingido junto ao empreendedor nos moldes de financiamento, correspondente ao valor da terra nua mais as benfeitorias individuais levando em conta também os custos para a aquisição e assistências prestadas aos atingidos. Eventuais bens imóveis nas áreas a serem atingidas de propriedade dos reassentados, deverão ser avaliados e podem servir com o pagamento de parte desta dívida contraída. Quanto ao valor restante desta dívida, ou naqueles casos em que os reassentados não tenham patrimônio algum nas áreas atingidas (arrendatários), o saldo deverá ser quitado em 10 (dez) anos, com uma carência de 3 (três) anos para iniciar o pagamento, que será efetuado anualmente, 90 (noventa) dias após a colheita da safra principal, de acordo com o calendário agrícola da região do reassentamento.

As parcelas serão calculadas com base na produção em sacas de milho, valor convertido em moeda corrente com base no preço mínimo estipulado pelo Governo Federal na época do pagamento. Para este cálculo, considera-se, novamente, a Força de Trabalho (FT) de cada Unidade Familiar (UF), conforme o quadro abaixo (Figura 41):

Figura 41 – Tabela para cálculo do ressarcimento do beneficiário ao empreendedor

Força de Trabalho (FT)	Ressarcimento (sacas de milho / ano)
Até 02	50
2,01 a 2,99	60
3,00 a 3,99	70
4,00 a 4,99	80
5,00 ou mais	90

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados apresentados no Termo de Acordo da UHE Foz do Chapecó.

No período em que perdura a dívida, a propriedade ficará alienada ao empreendedor, não podendo o reassentado incluí-la em transações financeiras. Essas são as linhas gerais da modalidade de reassentamento, a partir do que, podemos compreender as submodalidades de Reassentamento Rural Coletivo (RRC), Pequenos Reassentamentos (PR), Cartas de Crédito (CC) e Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR).

b.1) Reassentamento Rural Coletivo (RRC)

Destinado para grupos a partir de 20 famílias, esta submodalidade compreende áreas com infraestruturas coletivas (centro comunitário, templo ecumênico e escola) e lotes rurais individuais (residência e benfeitoria de apoio) com tamanhos que podem variar de acordo com as avaliações das propriedades atingidas. A área deveria ter sido apresentada pelo empreendedor para aprovação dos atingidos devendo ser adquirida após a formação de um grupo mínimo de beneficiários. Os beneficiários informariam sobre a intenção em participar de Reassentamento Rural Coletivo (RRC), confirmando-a definitivamente após reconhecimento da área. Uma vez confirmada, a opção não mais poderia ser alterada, exceto quando houvesse impedimento à aquisição da área por parte do empreendedor, sendo que neste caso, o projeto seria desenvolvido em outro local, que confere ao atingido uma nova oportunidade de escolha.

Com base no valor da Força de Trabalho (FT) na Unidade Familiar (Figura 40), recorre-se à tabela abaixo (Figura 42) para apontar qual será a área de terra correspondente ao lote de determinada Unidade Familiar:

Figura 42 – Correspondência entre tamanho do lote/Força de Trabalho

UTILIZAÇÃO DA PARCELA	CLASSE DE APTIDÃO AGRÍCOLA (Figura 35)	ÁREA (ha) CONFORME FT FAMILIAR				
		2 FT	3 FT	4 FT	5 FT	6 FT
Instalação e Acesso Interno	B	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0
Lavoura	A e/ou B	10,0	16,0	18,2	22,0	25,8
Pastagem	B e/ou C	3,0	3,0	4,0	5,0	6,0
Reserva Legal	C	3,5	3,5	5,8	7,0	8,2
Área total do lote	-----	17,0	23,0	29,0	35,0	41,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados apresentados no TAC da UHE Foz do Chapecó.

Apontado o tamanho do lote, calculam-se as características da residência e do galpão (benfeitoria de apoio) correspondentes à propriedade, sendo que é previsto uma residência mista (alvenaria e madeira), com sala, cozinha, banheiro, área de serviço e avarandado, enquanto o galpão consta de área livre coberta, vazada, com piso de terra batida, com pilares e telhado, para usos múltiplos. O tamanho de ambas as benfeitorias é calculado com base no número de membros da Unidade Familiar, conforme a tabela abaixo (Figura 43):

Figura 43 – Quadro para determinação do tamanho das benfeitorias

Tipo de UF	Membros da UF	Residência			Galpão
		Casa Tipo	Número de dormitórios	Área Útil Total (m ²)	Área Útil Total (m ²)
Convencional	Até 5 pessoas, com filhos do mesmo sexo	I	2	54	96
	Até 7 pessoas	II	3	63	
	8 ou mais pessoas	III	3	72	
Especial	Até 2 pessoas, sendo marido e mulher ou pessoas do mesmo sexo	I-E	1	40	40
	Até 4 pessoas, exceto se casal com filhos de sexo diferente	II-E	2	45	
	4 pessoas, sendo casal com filhos de sexo diferente	III-E	3	50	

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados apresentados no Termo de Acordo da UHE Foz do Chapecó.

Considerando que houve acordo entre as partes sobre as características de cada lote a ser destinado nos respectivos casos, a partir da chegada dos reassentados nos lotes especificados anteriormente, o empreendedor tem a obrigação de prestar assistência técnica através de visitas de técnicos agropecuários e engenheiros agrônomos pelo prazo de 5 anos, além de assistência social através de visitas periódicas de sociólogos e assistentes sociais pelo prazo de 1 ano aos reassentados.

Tendo em vista que o Termo de Acordo firmado entre os atingidos e o empreendedor corresponde às orientações que podem ser alteradas com a devida anuência das partes, convém ilustrarmos os cálculos referentes à modalidade de Reassentamento Rural Coletivo (RRC) apresentando um caso que corresponde à média dos demais nesta modalidade.

O exemplo aplicado corresponde a unidade familiar de um agricultor familiar proprietário-arrendatário oriundo da área do canteiro de obras no município de Águas de Chapecó-SC. Neri Miguel da Silva, era proprietário de uma área de 5 hectares de terra tendo como benfeitorias uma casa e um galpão em madeira onde vivia com a esposa e duas filhas.

Os cinco hectares de terra estavam classificados na Classe B (Figura 39) e a Força de Trabalho somou “4 FT” (Figura 40). Pelos cálculos do empreendedor, o caso compreendia uma Carta de Crédito no valor de R\$ 145.000,00, o que foi recusado por Neri. Optando pelo Reassentamento Rural Coletivo (RRC) o cálculo da indenização do atingido seguiu a seguinte lógica:

- Terra: 4 FT = 29 hectares (Figura 42)
- Benfeitorias: 1 casa Tipo I, com dois dormitórios e área útil de 54 m² (Figura 43)
1 Galpão com área útil de 96 m² (Figura 43)

Acontece que quando da organização do grupo de famílias que iriam para o Reassentamento Rural Coletivo (RRC), foi criada uma associação denominada “Mãe Terra”, através da qual os próprios atingidos com a assessoria do MAB, se dispuseram a gerenciar os recursos disponibilizados pelo empreendedor para a instalação das propriedades. Sobre isto, entrevistamos Evancelei Farias, uma das lideranças do MAB responsável pela assessoria à associação. O entrevistado demonstrou que os custos médios para a instalação das propriedades corresponderam aos seguintes valores:

- Benfeitorias coletivas (Estrada, saneamento, luz, ginásio, igreja) seriam de responsabilidade do empreendedor.
- Casa: 64m² = custo aproximado de R\$ 23,3 mil
100m² = custo aproximado de R\$ 38 mil
- Galpão: 40m² = custo aproximado de R\$ 10 mil
90m² = custo aproximado de R\$ 23 mil
- Terra: considerando que o preço de mercado na região girou em torno de R\$ 13 mil o hectare, os lotes de 17 ha contabilizam o valor aproximado de R\$ 221.000,00 (FARIAS, 2010).

Segundo as informações que obtivemos através de entrevista com o agricultor familiar remanejado, o capital da família, após as negociações ficou da seguinte forma:

Agora tem três propriedades porque eu passei as partes pras filhas então ficou assim: Eu [Neri] fiquei com 21 hectare mais 4 ha que é de reserva ambiental [totalizando 25 hectares]; A Vaneide [uma das filhas] ficou com 8,5 hectares mais 1,6 hectare que é de reserva [ambiental] [totalizando 10,1 hectares]; E a Vera [segunda filha]: 8,0 hectares mais 1,6 hectares de reserva [ambiental] [totalizando 9,6 hectares] (SILVA, 2010).

Das palavras do entrevistado podemos concluir que a Unidade Familiar em questão passou a contar – a partir do RRC – com uma propriedade totalizando 44,7 hectares de área, já que se tratam de lotes lindeiros. Além do que foi informado pelo entrevistado, há que se registrar que a propriedade do agricultor familiar contém uma casa de 100 m² e um galpão nos moldes do previsto no Termo de Acordo, ao passo que cada uma das propriedades das filhas conta com uma casa de alvenaria de 64 m² tendo em vista que estas foram consideradas “Casos Especiais” – conforme apresentado anteriormente – mediante reconhecimento do empreendedor sobre o fato de que as filhas compunham Força de Trabalho independente em relação ao pai.

Do que foi apresentado, podemos perceber que houve mudanças nos parâmetros de instalação do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) em relação ao previsto no Termo de Acordo, o que foi verificado em todos os lotes do Reassentamento Rural Coletivo (RRC). Segundo os entrevistados (Evancelei e Neri), o fato de a associação comprar o material de construção em maior quantidade possibilitou um poder de barganha que ocasionou a redução dos preços do material de construção e da mão-de-obra (já que os próprios remanejados trabalharam como serventes de obra), o que explica o aumento do tamanho das casas em relação ao previsto no Termo de Acordo.

Figura 44 – Lote com casa e galpão no RRC Mangueirinha-PR



Fonte: Arquivo do autor.

A partir do trabalho da mesma Associação, podemos perceber o incremento também nas instalações comunitárias como a igreja e o salão comunitário, sendo que este em decorrência da racionalização dos recursos acabou se tornando um ginásio de esportes.

Figura 45 – Obras do ginásio de esportes no Reassentamento Rural Coletivo (RRC) em Mangueirinha-PR



Fonte: Arquivo do autor.

Quando da emissão da Licença de Operação (LO) em 25 de agosto de 2010, o Reassentamento Rural Coletivo de Mangueirinha-PR contava com 44 lotes com estruturas semelhantes ao apresentado acima. Segundo os reassentados, o próximo passo seria a construção da igreja, que já dispunha dos recursos. Quanto ao aspecto político, ainda segundo os reassentados, “a luta” seria para tentar reverter as dívidas contraídas por conta do ressarcimento ao empreendedor (Figura 41) em benefício de obras coletivas para o RRC, bem como o acesso a linhas de financiamento como o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar).

b.2) Pequenos Reassentamentos (PR)

Esta submodalidade é composta minimamente por cinco lotes individuais idênticos aos do Reassentamento Rural Coletivo (RRC), porém, sem a infraestrutura comunitária. Já a determinação do tamanho dos lotes para esta submodalidade de reassentamento baseia-se apenas no quadro abaixo (Figura 46):

Figura 46 – Quadro para o tamanho dos lotes em PR

Força de Trabalho (FT) da UF	Área do lote individual (ha)
2 a 3	17
3,1 a 4	19
4,1 a 5	21
Mais de 5	23

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados apresentados no Termo de Acordo da UHE Foz do Chapecó.

As demais características de opção, edificações, assistência técnica e social e ressarcimento, são idênticas ao apresentado sobre o Reassentamento Rural Coletivo (RRC).

Esta submodalidade teve maior ênfase no caso da UHE Campos Novos a partir da mobilização dos atingidos, tanto que a Associação para a Preservação do Meio Ambiente (APAM), encampando esta proposta, chegou a representar famílias atingidas nas negociações com o empreendedor no caso da UHE Foz do Chapecó, mas, sem conseguir concretizar a proposta, acabou intermediando apenas remanejamentos por Cartas de Crédito.

Segundo informações que colhemos junto ao empreendedor (ANJOS, 2010), a opção estava disponível no processo de remanejamento mas não foi executada por falta de procura dos atingidos, ao passo que, segundo as lideranças da associação do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) e do MAB (FARIAS; SILVA, 2010), a modalidade de Pequeno Reassentamento (PR) foi inviabilizada pelo empreendedor principalmente pela demora na apresentação de áreas passíveis de compra.

b.3) Auto-Reassentamento (AR) ou Carta de Crédito (CC)

Nesta submodalidade os atingidos são responsáveis pela apresentação de uma área rural ou urbana, que, após vistoria do empreendedor para verificação da adequação do imóvel às

características daquela Unidade Familiar, esta poderá ser adquirida através de Carta de Crédito (CC).

O valor de cada Carta de Crédito foi apontado a partir do Levantamento Físico da Propriedade (LFP) e da Força de Trabalho (FT), nos casos dos proprietários e posseiros de boa-fé. No caso dos não-proprietários (arrendatários), o valor foi determinado com base em um imóvel hipotético de 17 ha, com distribuição da terra e benfeitorias conforme as tabelas referentes ao Reassentamento Rural Coletivo (Figuras 42 e 43), o que, segundo os cálculos hipotéticos, corresponderia ao valor máximo de R\$ 145.000,00.

Nesta submodalidade, é prevista a assistência técnica e social apenas uma vez, no ato da ocupação da nova propriedade. As demais características de ressarcimento e de eventuais “casos especiais” são idênticas ao apresentado sobre o Reassentamento Rural Coletivo e Pequeno Reassentamento.

O caso da Unidade Familiar de um proprietário-arrendatário atingido no distrito de Salinho do Uruguai (município de Águas de Chapecó-SC) pode servir de exemplo para ilustrar esta modalidade. Em entrevista que realizamos com o agricultor familiar Laurindo de Paula, o mesmo nos explicou que, além das terras que a família arrendava dentro da área onde foi instalado o canteiro de obras, sua propriedade compreendia 3,5 hectares que foi classificada como terra de “Classe B” (Figura 39), tendo como benfeitorias um galpão de fumo e uma casa de madeira onde vivia com a esposa e um filho de 20 anos, o que somou Força de Trabalho 3 (Figura 40). Estes dados resultaram em uma Carta de Crédito no valor de R\$ 142.000,00 a partir da qual o atingido deveria procurar uma propriedade que, com a anuência do empreendedor, seria o novo endereço da família.

Depois de impasses acerca do valor da indenização e alguns desacordos sobre outras propriedades que poderiam ser adquiridas com a referida Carta de Crédito, inúmeras propostas de imobiliárias da região e de uma pesquisa por conta própria, foi através da indicação de um irmão de Laurindo, que a Unidade Familiar foi remanejada para uma propriedade no município de Pinhalzinho-SC.

A nova propriedade constou de 9 hectares – que segundo o entrevistado é aproximadamente 80% mecanizável – com casa mista (alvenaria e madeira) e galpão, o que indica, no aspecto econômico, um relativo ganho de capital para a família, apesar de o entrevistado afirmar que o real destino desejado pela mesma seria o do Reassentamento Rural

Coletivo (RRC) no município de Mangueirinha-PR, o que, ainda segundo o entrevistado, teria sido um direito inviabilizado pelo empreendedor.⁸⁵

b.4) Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR)

As áreas remanescentes compreendem propriedades completas ou partes destas que foram adquiridas pelo empreendedor durante o processo de remanejamento, e que acabaram sendo inviabilizadas por estarem em áreas a serem inundadas ou por compreenderem parte da Área de Preservação Permanente (APP).

Nessas áreas poderão ser reassentadas novas Unidades Familiares desde que consistam em áreas mínimas de lotes como nas outras modalidades, podendo ainda, ocorrer a permuta entre propriedades lindeiras para a formação de um novo lote.

A assistência técnica e social será igual à modalidade de Carta de Crédito, enquanto as características de opção, tamanho dos lotes e ressarcimento e “casos especiais” serão aquelas comuns a todas as modalidades de reassentamento.

Na modalidade de Reassentamento em Área Remanescente (RAR), é exemplar o caso da Unidade familiar do agricultor-arrendatário Arone Carlos Balzan, localizada na área do canteiro de obras no município de Águas de Chapecó-SC. Em entrevista que realizamos com o agricultor familiar, o mesmo explicou que a sua propriedade constava de 4,8 hectares considerados “Classe B” (Figura 39), tendo como benfeitorias uma casa, galpão e chiqueiro. Tendo em vista que moravam na propriedade apenas o agricultor a esposa e um filho adolescente, a Força de Trabalho correspondente ficou em “2,6 FT” (Figura 40).

Segundo os parâmetros do Termo de Acordo, neste caso, o atingido teria direito a 17 hectares (Figura 42), além de uma casa convencional tipo I medindo 54 m² mais um galpão com área útil de 96 m² (Figura 43), sendo que a oferta feita pelo empreendedor foi de R\$ 91.000,00, o que foi recusado pelo agricultor, de acordo com o que o mesmo relatou em entrevista:

eu já queria reassentamento; e [com a oferta de] carta de crédito, eu tinha que sair campear uma terra. E eu sabia de casos aí de [atingidos] que correram até 60, 70 dias atrás de terra e acabaram comprando terras que eram pior que aquelas que tu tinha. Então não prestava pra mim (BALZAN, 2010).

⁸⁵ Este aspecto será tratado na próxima seção.

Embora tivesse sua terra na área do canteiro de obras, a indenização do agricultor familiar em questão foi uma das últimas a serem concedidas – o que será tratado na próxima seção – e ainda nos dias que sucederam a Licença de Operação (25 agosto de 2010), a família ainda esperava pelo complemento de uma parcela da terra. Embora o Termo de Acordo previsse área e benfeitorias específicas tendo em vista o patrimônio e a Força de Trabalho do atingido, em casos como este de Remanejamento em Áreas Remanescentes (RAR), ocorre uma renegociação a partir das áreas remanescentes disponíveis e sua viabilidade. Nas palavras do entrevistado, sua situação, do ponto de vista da indenização, foi resolvida da seguinte forma:

na negociação nossa, eu ficava com a minha terra [4,8 ha], ficava com mais uns 3 hectare do Lauro [Laurindo de Paula, vizinho lindeiro que optou por Carta de Crédito] e o resto depois seria dentro do canteiro [2,2 ha], daí chegava até 10, 10 e pouco [hectares]. Eu ainda não tenho toda terra que eles me prometeram. E daí essa casa aqui, eles me deram (BALZAN, 2010).

Quando da época da Licença de Operação (LO), em 25 de agosto de 2010, o entrevistado explicou que pretendia trabalhar com vacas de leite, porém, aguardava ainda a liberação das terras do canteiro de obras para atingir a área total da sua propriedade. Quanto às demais benfeitorias previstas (galpão), o agricultor familiar permaneceu com as antigas tendo em vista o acordo feito com o empreendedor.

Além das modalidades de indenização e reassentamento é preciso registrar como estavam previstas as eventuais recomposições de núcleos populacionais (comunidades) atingidas pelo empreendimento, como é o caso da localidade de Salinho do Uruguai, no município de Águas de Chapecó-SC, onde foi instalado o canteiro de obras. Nesses casos é prevista a formação de um Grupo de Trabalho (GT) composto por dois representantes do poder público, um da comunidade, um do comércio local, um de cada atividade desenvolvida naquele trecho do rio, um de cada religião do local. Tendo em vista que cada caso é tratado pontualmente, criando um plano próprio, os respectivos Grupos de Trabalho negociarão entre si e com o empreendedor os critérios e procedimentos, a escolha da área de destino e acompanharão o projeto e a execução da relocação.

O que apresentamos até aqui fornece um panorama geral dos programas de remanejamento populacional previstos para a UHE Foz do Chapecó. Além do que foi exposto, é preciso esclarecer que existem casos que não se enquadram nos critérios gerais, como aquelas

pessoas que não somam Força de Trabalho de valor mínimo para cálculo do benefício (pessoas sozinhas que não representem “FT 1” ou Unidade Familiar que não atinja FT 2), que não estavam no local na época do Cadastro Socioeconômico (CSE), mas que vivem na região, ou ainda, que não concordam com os valores do Levantamento Físico da Propriedade (LFP). Esses casos também são considerados “Especiais”, sendo analisados em separado e negociados entre empreendedor e atingido (paritárias), ou, em caso de desacerto, tornam-se ações judiciais.⁸⁶

Mesmo que esta seção tenha sido marcada pela narrativa e dados técnicos, podemos apontar algumas conclusões prévias sobre cada modalidade de remanejamento e seus desdobramentos considerando o conjunto das negociações de remanejamento populacional enquanto relações sociais.

Podemos afirmar que o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) mostrou-se o mais vantajoso economicamente para os atingidos. Se comparadas as linhas gerais entre todas as modalidades ou mesmo os exemplos apresentados nesta seção, percebemos que o capital familiar tende a aumentar nesta modalidade, além do atingido contar com assistência técnica e social por um período mais longo em relação às outras modalidades de reassentamento ou indenização. Já do ponto de vista do empreendedor, esta modalidade representa um aumento substancial nos gastos tendo em vista que é necessária a compra da área, o loteamento, estrutura de água e esgoto, eletrificação, telefonia, além das benfeitorias coletivas, gastos que não são despendidos pelo empreendedor nas outras modalidades.

A modalidade de Cartas de Crédito ao passo que permite ao atingido uma liberdade maior de escolha da nova propriedade, nem sempre garante o mesmo patrimônio da modalidade anterior, tendo em vista, principalmente, o inflacionamento das terras na região em decorrência da especulação imobiliária. Já do ponto de vista do empreendedor, esta modalidade representa o caminho mais rápido e barato para o remanejamento populacional, já que não depende da aquisição de área nem da preparação desta para receber os atingidos, além de exigir assistência técnica e social apenas no momento do remanejamento.

A modalidade de Remanejamento em Áreas Remanescentes (RAR) mostrou-se eficiente e bem aceita entre os atingidos. Embora não apresente os mesmos ganhos econômicos do Reassentamento Rural Coletivo (RRC), esta mantém o atingido na região e possibilita um eventual ganho patrimonial de acordo com a “condição do atingido” (FT). Além disso, um fator

⁸⁶ Este aspecto será discutido na Seção 5.2.

preponderante recai sobre as relações sociais no local no sentido de viabilizar as permutas e arranjos entre os vizinhos de forma a que um destes possa permanecer no local através da apropriação sobre a terra dos outros de forma a constituir uma nova propriedade que ofereça condições favoráveis, conforme apresentamos nesta seção.

Sobre a indenização em dinheiro, o ponto principal que merece revisão para casos futuros na bacia do rio Uruguai é sobre o valor de R\$ 145.000,00 estipulado pelo Termo de Acordo de forma a servir como parâmetro para o enquadramento dos atingidos nesta modalidade, pois, conforme apresentamos, este não condiz com a realidade local. Considerando que a área média das propriedades na região atingida é de aproximadamente 16 hectares (Figura 11), a maioria dessas famílias tendem a ultrapassar com certa facilidade o valor mínimo estipulado, que, embora ainda baixo, acaba impedindo o acesso às modalidades de Reassentamento Rural Coletivo (RRC), que, como veremos na próxima seção, seria a preferência da maioria dos entrevistados. Sobre as “opções” dos atingidos é importante salientarmos que, quando das pesquisas de campo *ouvimos ecos* de afirmações apresentadas por Reis (1998) em referência aos atingidos pela UHE Itá quando aqueles manifestavam falas como: “*melhor é não ter que sair*”, “*não tem dinheiro que pague*” ou mesmo quando aqueles manifestavam a possibilidade de melhoria de vida para os não-proprietários.

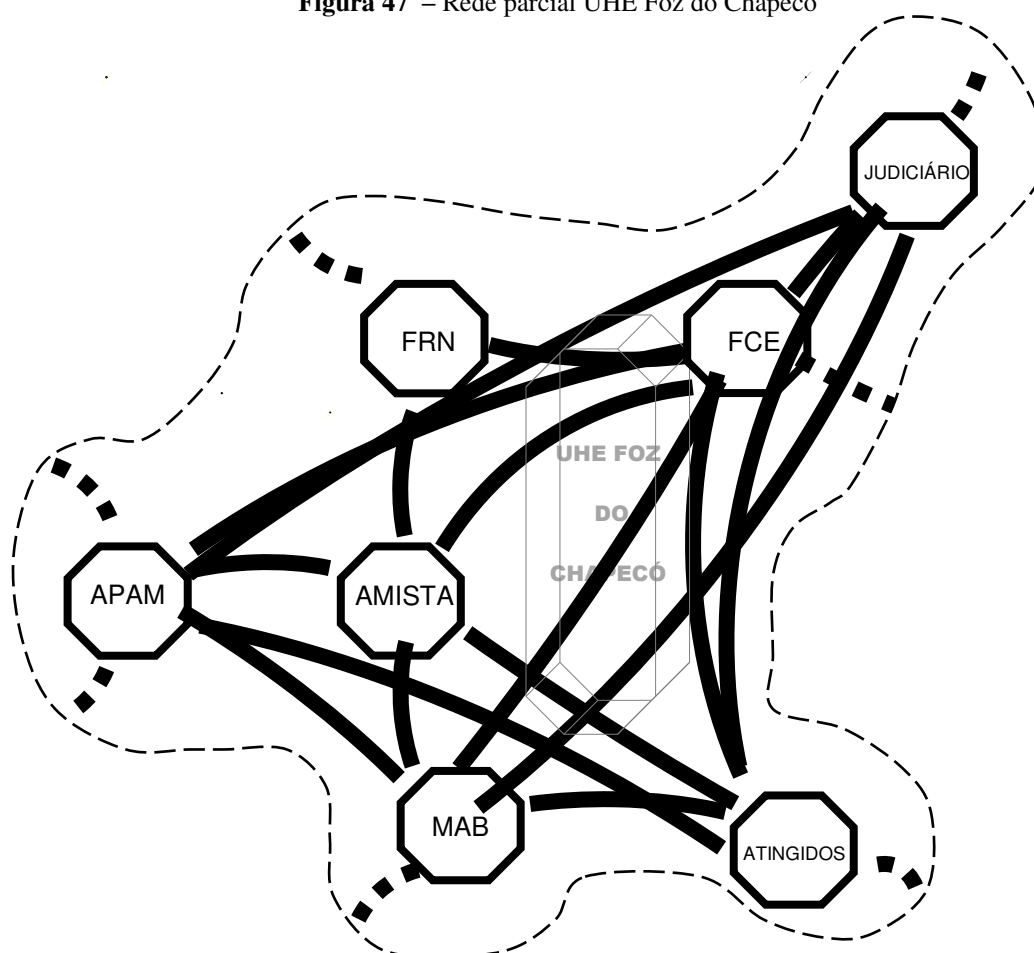
Procurando concentrar-se principalmente no período anterior à operação da hidrelétrica, ou seja, nas relações de poder para a instalação desta, esta seção procurou apresentar as possibilidades de remanejamento populacional diante do “deslocamento compulsório”. Disto, podemos perceber que o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) apresentou-se como mais vantajoso para os atingidos ante as modalidades de remanejamento, o que leva à segunda questão: Se o Reassentamento Rural Coletivo apresenta-se como mais vantajoso entre as modalidades de reassentamento, quais foram as escolhas dos atingidos entre as modalidades e como podem ser explicadas tais escolhas? A resposta é o objetivo da próxima seção.

5.2 As “opções” dos atingidos sob a luz da configuração social e do controle do espaço-tempo

A partir do que apresentamos na seção anterior, temos um panorama sobre os parâmetros que orientaram o processo de remanejamento populacional no caso da UHE Foz do Chapecó. Disto, analisamos nesta seção, como se deram essas opções, ou seja, o que contribuiu para que os atingidos tomassem tais decisões no que diz respeito à escolha da modalidade de remanejamento.

Esta seção analisa o caso a partir da rede parcial (Figura 47) envolvendo os atingidos, a FCE e o MAB, o Judiciário, os Comitês Municipais de Negociação (CMN) através do Fórum Representativo de Negociação (FRN), a Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (AMISTA) e a Associação para a Preservação do Meio Ambiente (APAM). Ainda é importante assinalar a participação de agências imobiliárias que trabalharam na catalogação e intermediação de negociações de propriedades, que não foram relacionadas com base na *expansividade* da rede social. O agente que vincula este conjunto-de-ação é a Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE) que ao conduzir as negociações a partir das opções apresentadas na seção anterior, nos permite a compreensão das estratégias de cada agente social em relação ao contexto.

Figura 47 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor.

Retomando a idéia processual da hidreletricidade, o quadro abaixo (Figura 48) apresenta um breve apanhado das “opções” dos atingidos nos principais empreendimentos da bacia do rio Uruguai, de forma a entendermos melhor o caso da UHE Foz do Chapecó.

Figura 48 – Opções das famílias a partir das modalidades disponíveis para negociação nas principais hidrelétricas da bacia do rio Uruguai

UHE / MODALIDADES DE REMANEJAMENTO*	ITÁ	MACHADINHO	BARRA GRANDE	CAMPOS NOVOS	FOZ DO CHAPECÓ
ÁREA INUNDADA	141 Km ²	56,7 km ²	77,3 km ²	34,6 Km ²	79,9 Km ²
INDENIZAÇÃO EM DINHEIRO	3260** (78%)	873 (38%)	959 (63%)	449 (59%)	1200 (73%)
CARTAS DE CRÉDITO (CC)	458 (11%)	796 (35%)	249 (16%)	167 (22%)	314 (19%)
REASSENTAMENTOS RURAIS COLETIVOS (RRC)	370 (9%)	200 (9%)	193 (13%)	81 (11%)	44 (2,7%)
REASSENTAMENTOS EM ÁREAS REMANESCENTES (RAR)	72 (2%)	31 (1,5%)	5 (0,5%)	62 (8%)	25 (1,5%)
OUTROS	-----	375 (16,5%)	114 (7,5%)	-----	61 (3,7%)
TOTAL (Famílias)	4160 (100%)	2275 (100%)	1520 (100%)	759 (100%)	1644 (100%)

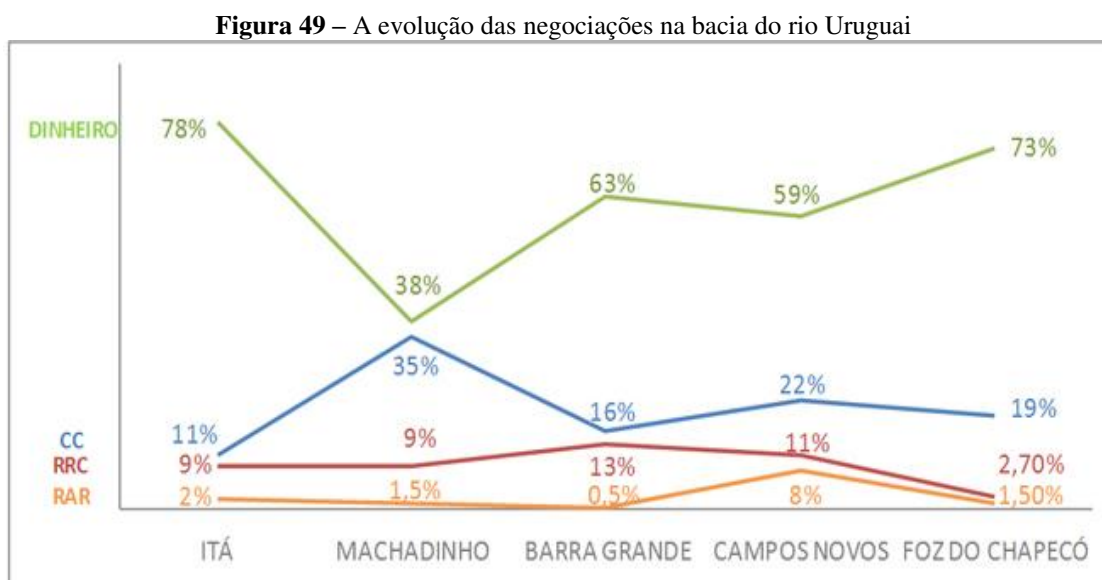
*Os dados da tabela podem apresentar discrepâncias entre as referências usadas neste trabalho e os números finais das respectivas usinas. Isto se explica pelo fato de não considerarmos a população urbana e indiretamente atingida, além dos casos especiais de indenização como permuta por terra, por benfeitoria ou terra e benfeitoria, além das pendências judiciais.

**Deste número, 544 famílias eram da zona urbana, o que resultou na transferência completa da cidade.

Fonte: Quadro elaborado a partir de NUTI (2007), complementado com informações dos empreendedores colhidas durante a pesquisa.

Resgatando um pouco da história do remanejamento populacional na bacia do rio Uruguai, é importante ressaltarmos que o remanejamento da população atingida através de Reassentamento Rural Coletivo (RRC) começou a ser efetivado sistematicamente a partir da UHE Itá, fruto de um acordo histórico entre a ELETROSUL e a CRAB (futuro MAB) em 1986-87, quando das negociações referentes àquela barragem. Ainda em referência ao mesmo caso, em 1998 a ELETROSUL – já num contexto de privatização –, implantou a modalidade de Carta de Crédito (CC) ou Auto-reassentamento “à revelia da CRAB” (REIS, 2001, p. 157). Baseado nos

números da tabela anterior, apresentamos outro gráfico (Figura 49) referente à evolução das escolhas das famílias atingidas ao longo das principais barragens já concluídas na bacia do rio Uruguai:



Fonte: Elaborado a partir da tabela anterior.

Analisando o caso da UHE Foz do Chapecó e considerando o processo de instalação das hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, fica evidente a redução abrupta do Reassentamento Rural Coletivo (proposta defendida pelo MAB) enquanto as outras modalidades se mantêm como opções escolhidas pelos atingidos, principalmente no que tange à modalidade de Carta de Crédito ou Auto-reassentamento (proposta defendida pela AMISTA), que, se considerando apenas as modalidades de reassentamento, corresponde a 82% das opções dos atingidos, mesmo que, conforme apresentamos na seção anterior, a modalidade de Reassentamento Rural Coletivo (RRC) ofereça melhores condições do ponto de vista da assistência técnica e de infraestrutura coletiva. Para a explicação de como se chegou a estes números nas negociações da instalação da UHE Foz do Chapecó, consideramos uma série de fatores que serão explicados a partir de duas perspectivas: da *configuração social*, que será tratada enquanto tendência, e do *controle do espaço-tempo*, tratado enquanto ação efetiva. Apresentados esses fatores, poderemos vislumbrar uma síntese explicativa sobre o desfecho nas negociações.

As “opções” dos atingidos compreendidas pela ótica da configuração social

Para a discussão deste ponto do processo de instalação da UHE Foz do Chapecó sob a luz da configuração social, usaremos o conceito inspirado em Elias e Scotson (2000, p. 57) segundo os quais, esta expressão remete ao “modo como os indivíduos se agregam, como e por que eles formam entre si uma dada configuração ou como e por que as configurações assim formadas se modificam”. A expressão recupera, portanto, a idéia de processo e evita a compreensão equivocada de um grupo autocontido. Sob a luz deste conceito, buscaremos explicar como determinadas opções tendem a serem feitas pela população atingida mesmo diante da possibilidade de estarem abrindo mão de uma outra opção economicamente mais vantajosa.

Sendo o Brasil um país de proporções continentais, são evidentes as diferenças socioambientais entre os locais de instalação de hidrelétricas bem como as diferentes relações interpessoais e com os respectivos ambientes por partes das populações atingidas. Neste sentido, Lygia Sigaud (1992, p. 19) enfatiza que “historicamente e culturalmente construídas, essas relações não estão dadas nem são idênticas onde quer que se decida erigir uma barragem”, logo, do ponto de vista social, cada barragem a ser instalada remete a um processo social marcado por relações específicas.

Considerando o aspecto demográfico, Silva et al (2003) demonstram que a região no período da instalação da hidrelétrica vivia um processo de *desruralização/urbanização*, sendo que apenas os municípios de Chapecó-SC e Erechim-RS, pólos regionais, não apresentavam declínio populacional, em parte por absorverem população dos municípios menores. Disto, resultaram perdas no número e na área das propriedades rurais além da migração rural-urbana principalmente entre os jovens em idade escolar e adultos com idade abaixo dos 40 anos. Em referência aos anos seguintes ao empreendimento, além do envelhecimento e diminuição da população rural, os autores estimam uma redução de cerca de 35% no número de propriedades agrícolas da região, o que corresponde a mais de 30 mil unidades familiares de produção.

Embora este panorama possa ser usado – inadequadamente – por grupos para reforçar a inserção do projeto no local, para o objetivo da nossa análise este aspecto demográfico reflete nas negociações no sentido de que a modalidade de Carta de Crédito pode significar a possibilidade de reassentamento na cidade, tanto para os jovens que pretendem deixar o campo, quanto para os

idosos que buscam a cidade devido às melhores condições de infraestrutura – principalmente hospitalar – além de simplesmente seguirem os filhos mais jovens, já instalados na cidade.⁸⁷

A tendência de deslocamento – principalmente entre os idosos – da população remanejada para a cidade é um dado concreto no caso em questão. Segundo a coordenação das Pastorais Sociais da Diocese de Chapecó, através de trabalhos sociais realizados recentemente nos bairros da cidade, tem-se percebido esta realidade, conforme nos relatou em entrevista a coordenadora das pastorais:

Nós acabamos de fazer uma visita que mostrou que a realidade aqui do oeste [catarinense]. Nas quarenta paróquias estão ficando cada vez mais idosos, e nessa região da barragem não é diferente, porque a opção primeira do povo é ir para próximo da cidade pra se tratar. Eu moro aqui no Bormam [distrito de Chapecó] e acompanho muita gente que subiu da barranca do rio porque ali é mais perto do ônibus, do hospital. Eles viviam em lugares com difícil acesso, por exemplo, no São José do Capinzal [outro Distrito de Chapecó] onde não passava ônibus, nada. Então, eles viram [nas Cartas de Crédito] uma oportunidade de vir pra cá [cidade] (PASSOS, 2010).

As palavras da entrevistada confirmam as perspectivas levantadas no trabalho de Silva et al (2003), no sentido de que as Cartas de Crédito representam para uma parte significativa dos atingidos a possibilidade de se aproximar ou morar definitivamente na cidade. Sem discutirmos aqui os méritos desta opção, o que importa do ponto de vista das opções por remanejamento é que as Cartas de Crédito podem ser atrativas por representarem a possibilidade de ir para a cidade imediatamente, o que seria mais difícil num contexto de ter que vender a propriedade no campo e ir para a cidade.

O que a coordenadora explicou se confirma nas palavras de um atingido que saiu da barranca do rio e se instalou no bairro Colatto (saída da cidade de Chapecó em direção para Águas de Chapecó). O ex-proprietário Darci Favero nos contou em entrevista que a sua opção pela indenização em dinheiro deu-se pelo seguinte motivo:

Nós tinha 4 alqueire e meio [11,5 hectares]. Tinha um galpão de fumo, casa, tinha um galpãozinho véio. [...] A Foz [FCE] dizia que não precisa indenizar, que não vai pegar [inundar]. Eles [FCE] disseram: “nós vamos te pagar só daqui pra baixo”, e ficou assim. [...] Pra nós eles não queria pagar toda ela, só pagaram o cantinho da reserva. [...] Se nos achar de vender vendemos lá pra comprar aqui. Mas o problema de vender agora, tá tentando de conseguir vender se não vamos fazer aqui. [...] De lá eu recebi

⁸⁷ Embora as negociações ainda não tivessem sido encerradas quando escrevemos esta seção, segundo dados do empreendedor, aproximadamente 10% das famílias remanejadas por Cartas de Crédito teriam trocado a zona rural pela urbana.

20 pila, total, 20 conto [R\$ 20 mil]. [...] Tentamos negociar, mas da última vez eles disseram que não, e pronto (FAVERO, 2010).

A esposa, Ivanir em entrevista conjunta explicou a situação atual da família a partir da indenização recebida pela inundação de parte da propriedade na barranca do rio:

Daí nós não conseguimos comprar aqui ainda e nós tamo pagando aluguel. Compramo um terreninho ali em cima, mas tamo pagando por mês e o terreno tá lá que nem sei quando é que vão liberar, tá enrolado [sobre a documentação]. Nós demo os 20 [R\$ 20 mil] de entrada e ficemo pagando por mês, é 38 [mil reais] o terreno. Nós queria vender lá e comprar aqui, mas tu não vende mais lá pra compra aqui, aqui tu não compra mais. Então é comprar uma parte e outra parte financiar, sabe lá o que fazer (FAVERO, 2010).

O caso desta Unidade Familiar apresenta uma conjunção de problemas: primeiro, ocorre o que já foi afirmado sobre o valor para acesso as modalidade de remanejamento, tendo em vista que o atingido desejava uma Carta de Crédito, porém, como a empresa entendeu que apenas uma parte da propriedade seria atingida não inviabilizando a propriedade, a indenização foi parcial, o que sugere o controle da FCE sobre o processo de negociação. Além disso, mesmo considerando a indenização integral, o valor ultrapassaria os R\$ 145.000,00 e a família não teria direito às modalidades de reassentamento. Finalmente, o entrevistado resumiu seu sentimento diante da situação:

Eu vim sobreviver. Vai viver como? Não tem mais condições de viver. [...] É pouca terra, não é muita, e pouca gente pra trabalhar. [...] A idade vai pegando. Não tem como. E aqui também tem que trabalhar né. [...] Eu e ela, fazer o que? Tem que trabalhar, pagar aluguel pagar tudo. [...] Aqui é praticamente como não ter [...] é complicado, porque eles deveriam ter indenizado tudo aquilo lá (FAVERO, 2010).

As palavras do entrevistado explicam a tendência de opção dos atingidos sob a luz do aspecto do ciclo do desenvolvimento do grupo doméstico – os jovens deixaram a casa dos pais, por casamento ou migração, e o casal envelhecido se vê sem condições de continuar na terra – que tem como elemento principal a necessidade ou o desejo de ir para a cidade seja para procurar tratamento hospitalar ou mesmo ficar perto dos filhos, que, na condição de “agricultores fracos”, já deixaram o campo e trabalham na cidade.⁸⁸

⁸⁸ É importante ressaltar que empresas como a Sadia, por exemplo, mantém um sistema de transporte diário que busca os agricultores familiares nas propriedades para o trabalho nas unidades da cidade. Isto de certa forma tem colaborado para a opção dos agricultores pelo trabalho urbano.

Conforme mencionamos, a região da UHE Foz do Chapecó apresenta uma configuração social predominantemente formada de imigrantes italianos e alemães, seguido de caboclos e indígenas, estes em menor número, sendo que, independente da etnia, esta é uma população predominantemente de agricultores familiares. Considerando que as barragens na bacia do rio Uruguai atingem o meio rural com maior ênfase, convém retomarmos alguns aspectos fundamentais deste rural e como isso tende a se refletir nas escolhas dos atingidos durante as negociações.

Com base no que apresentamos no segundo capítulo, partimos de algumas ideias fundamentais para o caso em questão: primeiramente, Tepicht (1973) assinala que o “caráter familiar”⁸⁹ seria a base da lógica rural, sendo marcado duplamente por um “coletivismo interno” rigoroso da família (“o nós”), simultâneo a um “egocentrismo crescente” em relação ao exterior” (“os outros”); segundo, para situar esta “unidade doméstica”, dentro do mundo rural de forma mais ampla, temos como essencial a perspectiva de Mauss (2008), segundo a qual, os vários aspectos econômico, jurídico e moral, encontram-se imbricados e atravessam as várias dimensões da vida social; terceiro, é que a ideia de permanecer no campo precisa ser relativizada no caso em questão, já que ocorre de parte dos “agricultores fracos” optarem pela vida na cidade tendo em vista que parte da família já trabalha na zona urbana como complemento da renda familiar ou mesmo estratégia de sobrevivência da unidade familiar que não dá conta de acolher a todos tendo em vista a pequena quantidade de terra, logo, a possibilidade de remanejamento para cidade – perto dos filhos –, no caso dos mais velhos – precisa ser considerada.

Schutz (1979, p. 76) explica que “na vida diária é só parcialmente – e ousamos dizer, excepcionalmente – que o homem se interessa pela clareza de seu conhecimento, isto é, por uma visão mais profunda das relações entre os elementos desse mundo e os princípios gerais que as regulam”; e vai além, dizendo que “tudo o que [o homem] quer é informação sobre possibilidades, e visão das chances e riscos que a situação à mão acarreta com relação ao

⁸⁹ Neste contexto o termo *família* precisa ser compreendido a partir do conceito de “grupo ou unidade doméstica”. Segundo Garcia Jr. (1983, p. 116), “ao falarmos da unidade casa-roçado e do conjunto de pessoas que trabalham e consomem conjuntamente, estamos falando de *grupo doméstico*. É o grupo doméstico que constitui a unidade de residência que organiza a reprodução física e social de seus membros”. Embora o autor enfatize a importância da diferença entre os termos família e grupo doméstico, sendo que o primeiro pode compreender um conjunto de vários grupos num determinado caso, neste trabalho, o termo família usado localmente quer dizer grupo doméstico, no sentido dado pelo autor, sendo que as eventuais situações de relação entre pessoas da mesma família, mas de grupos domésticos distintos serão explicados no texto. Então, quando mencionamos agricultura familiar, pequena propriedade ou família atingida, é o “grupo doméstico” que está em evidência.

resultado de suas ações”. A ideia do autor serve para o entendimento da postura dos atingidos diante da instalação da hidrelétrica, no sentido de que estes tendem a tratar a questão de acordo com a sua condição de atingido⁹⁰, sendo que, quando da negociação da sua situação particular, tendem a privilegiar o que entendam, naquele momento, como sendo o melhor para as suas unidades familiares.

Sem ignorar a influência que os mediadores dos projetos políticos podem exercer sobre as decisões de cada atingido, nem tomando o mesmo atingido como um ser apolítico, é importante retomarmos outro ponto levantado por Schutz (1979, p. 233) quando o autor afirma que “em qualquer interação social, uma porção do sistema de relevâncias intrínsecas de cada parceiro permanece não compartilhada pelo outro”. À medida que os dois parceiros têm relevâncias distintas, a maior ou menor afinidade entre as relevâncias daquele que propõe algo (MAB ou AMISTA), em relação aquele que é objeto da proposta (os atingidos), vai tornar as ideias dos primeiros mais ou menos atrativas aos olhos dos últimos.

No caso da UHE Foz do Chapecó, no tocante às opções de remanejamento, os projetos políticos se apresentaram principalmente por meio de dois mediadores: o MAB, com a proposta de Reassentamento Rural Coletivo (RRC), e a AMISTA, propondo a negociação através da Indenização em Dinheiro ou Carta de Crédito. Além dessas vias de negociação, é preciso termos em vista que os governos municipais, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato Patronal dos Trabalhadores Rurais (SPTR) e as Igrejas (Católica e Luterana), mesmo sem intermediar negociações, também exercem importante papel de orientação aos atingidos, além da possibilidade desses poderem tratar seu caso diretamente com o empreendedor.

Disto, considerando os aspectos demográficos apresentados como tendências a serem seguidas pelos atingidos quando da opção pelas modalidades de remanejamento, constatamos que a Carta de Crédito (proposta encampada pela AMISTA) representava melhor as aspirações dos atingidos, enquanto o Reassentamento Rural Coletivo (proposta do MAB) pelo fato de – a princípio – não garantir a localização próxima à estrutura hospitalar, ser definitivamente em área rural e restringir a possibilidade de reassentamento a partir de uma área determinada, este tendeu a ser colocado em segundo plano pelos atingidos.

Na mesma linha, são importantes as considerações de Scherer-Warren, Reis e Bloemer (1990, p. 31-32), quando explicam que, diante da *incerteza* do período de negociação, os

⁹⁰ Ver Seção 1.3.

agricultores da bacia do rio Uruguai tendem a “repensar seu modo de vida, reatualizando, assim, sua identidade”. Neste sentido, são enfatizados aspectos como “trabalhadores livres”, “não ter patrão”, “ser dono do próprio tempo”, “produção autônoma da própria subsistência” além dos “fortes laços sociais que os unem”, sem esquecer, ao final, da “consciência de que seu trabalho é árduo e que se desenvolve de ‘sol a sol’”. Logo, os agricultores tendem a fazer uma idealização do passado e do presente diante da incerteza do futuro, de modo que essa idealização norteia sua conduta na negociação.

Ainda sobre a realidade dos agricultores, Garcia Jr. (1989) assinala que estes têm suas vidas pautadas no que o autor chama de “cálculo”, que os agricultores fazem num sentido amplo para analisar o ciclo agrícola tentando prever se este será bom ou mal, ou para definir coisas como o tamanho da área a ser destinada à produção para a venda e subsistência, quanto de semente e adubo devem comprar ou o que vão plantar de acordo com os preços do mercado e a variação climática. Além deste cálculo maior, outros menores são constantemente necessários em atividades como a definição de tarefas diárias, semanais ou mensais, a distribuição do trabalho dentro da unidade familiar, a recorrência ou não à “ajuda”, a troca de dias ou trabalho assalariado, ou ainda, o melhor momento para o plantio ou colheita de acordo com o clima e os preços.

As duas considerações feitas acima – “reatualização” e “cálculo” – servem para mostrar que, no momento das negociações referentes ao remanejamento, a relevância primeira que orientará a opção dos atingidos, considerando o meio rural, é a sua condição camponesa a partir dos elementos de configuração social apresentados anteriormente, o que vai ser seguida pelo cálculo que esses camponeses farão a partir do que entendam como as melhores possibilidades de reprodução desta condição, o que ainda poderá se distinguir de acordo com as variáveis que condicionam cada atingido⁹¹. Dito de outra forma, no momento da opção por uma das modalidades de remanejamento, o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) tende a representar uma possibilidade de perda da autonomia familiar – que tem o “nós” da família como horizonte primeiro – além de que o “coletivo” do RRC tende a representar uma socialização que diferentemente da coletivização de terra e equipamentos, se realiza através da “reciprocidade” inerente aos agricultores da bacia do rio Uruguai⁹².

⁹¹ Ver Seção 1.3.

⁹² Ver Seção 2.2.

O mesmo que apresentamos em relação aos agricultores pode ser aplicado aos pescadores no que diz respeito às opções destes no momento da negociação. Tendo em vista que a Colônia de Pesadores Z 35 no município de São Carlos-SC foi a mais prejudicada pela diminuição do volume d'água nesta parte específica do rio chamada “Volta Grande”, um levantamento sobre o “público-alvo” de eventuais indenizações na região – feita pelo consórcio com a colaboração dos pescadores – demonstrou que dos 220 pescadores da referida Colônia, aproximadamente 140 estariam na região da “Volta Grande”, sendo que destes, o consórcio reconheceu apenas 40 como sendo “pescadores assíduos”, ou seja, passíveis de discussão de direitos de indenização.

Esta disparidade entre o número de pescadores com registro profissional e o número de pescadores considerados “assíduos” pelo consórcio, reforça o fato de que a maioria dos pescadores do Alto Uruguai – no caso em estudo – por serem caracterizados como *pescadores-agricultores*, não têm na pesca a única ou a principal fonte de renda, ao contrário dos “pescadores assíduos”, o que se explica através de outra característica dos agricultores familiares da região, a “pluriatividade”.

É importante notar como esta particularidade da categoria influenciou no processo de negociação, retomando a fala de Elmídio Geolzer⁹³, pescador profissional da Colônia Z 35 no município de São Carlos-SC, quando comentou sobre o reflexo da alteração no número de pescadores-agricultores com registro profissional no momento da negociação, tendo em vista os pescadores considerados “assíduos”, ficou visível o descontentamento com o fato da disparidade das indenizações entre todos os membros da colônia sem diferenciar quem é pescador profissional ou ocasional, que mesmo sem depender exclusivamente da pesca, obteve acesso ao registro profissional.

Sobre a facilidade com que alguém pode ter acesso ao registro de pescador profissional, ainda do ponto de vista dos pescadores, é importante retomarmos a entrevista com o pescador Silvênio Geonatto⁹⁴ quando o mesmo esclareceu que o fato de existirem muitos pescadores que

⁹³ Quando o pescador comentou que: “a gente tava contente porque ainda tivemos maior numero de pessoas pra fazer mobilização, daí a gente conseguiu mais coisa. [...] Mas daí, tipo, teve aquele dinheiro [galpão, barco] daí tivemos de repartir em 200 daí veja, vamos repartir em 30, ou 50, vamos supor, o numero daí é muito grande. [...] Eu até não sou contra de ninguém tenha uma carteira, porque o rio é público, todo mundo tem o direito a pescar um peixe, e é isso aí porque eu não vou poder proibir ninguém a pescar peixe. [...] Mas a gente tá direto nessas atividade, daí a gente conhece [quem é pescador assíduo] (GOELZER, 2010)”.

⁹⁴ Quando o pescador comentou que: “o governo dá a carteira pra todo mundo e depois num trecho desses tem uns 150 pescador, mas pescador mesmo que nem eu, tem pouco. Eles tão tudo querendo se aproveitar, querendo ganhar alguma coisa né, mas não são pescador, pescador mesmo (GEONATTO, 2010)”.

embora com registro profissional, não tenham nessa atividade a fonte primeira do seu sustento, tende a dificultar a mobilização da categoria no sentido da resistência ante ao projeto hidrelétrico e da melhoria das indenizações.

Retomando a discussão sobre a negociação, considerando que um número significativo de pessoas com registro profissional de pescador desenvolve outras atividades como principal forma de sustento (pescador-agricultor), um Programa como o “Novo Rumo” que oferece a possibilidade de ajuda financeira e cursos de formação em outras áreas que muitas vezes podem ser aquelas em que estes trabalham enquanto “agricultores fracos” (carpintaria, marcenaria), pode significar uma tendência destes a negociarem com mais facilidade. Ao aceitar a oferta – mesmo com ganhos menores – estes acabam legitimando as propostas do consórcio e dificultando a ação de mobilização dos pescadores por excelência, ou, para usar as palavras de um dos nossos entrevistados, aquele “pescador, pescador mesmo”, que realmente terá seu único meio de sobrevivência inviabilizado. Disto, fica nítido que a relação dos atingidos com o rio na bacia do rio Uruguai, mesmo em se tratando dos pescadores, também precisa ser vista em suas múltiplas formas, as quais interferem diretamente no processo de negociação, pois, pelo fato dos pescadores desenvolverem a pesca paralelamente à agricultura (*pescadores-agricultores*), sendo esta a principal atividade na maioria dos casos, esses atingidos tendem a aceitarem programas de compensação que não resolvem o problema e ainda tendem a afastar tanto os pescadores ocasionais quanto os assíduos da atividade pesqueira.

Com base no que foi apresentado sobre a configuração social, o Alto Uruguai apresenta particularidades que precisam ser consideradas nas análises dos processos de instalação de hidrelétricas, principalmente em relação ao período de negociações ante o deslocamento compulsório quando é enfatizado o meio rural através das categorias de agricultores e de pescadores.

Neste sentido, aspectos como a “reciprocidade” e a “pluriatividade” – especialmente entre os “agricultores-pescadores” e “agricultores-operários” – inerentes aos atingidos do Alto Uruguai, são pontos cruciais da configuração social que através do caso da UHE Foz do Chapecó apresentamos para assinalar a tendência que os atingidos têm de opção ante as modalidades de remanejamento e compensação financeira.

Com base nisto, podemos dizer que as Cartas de Crédito têm sido preferidas pelos atingidos tendo em vista o processo de migração, sobretudo dos filhos em idade ativa, que

provocou um relativo “envelhecimento” do rural, em curso na região na época da instalação da hidrelétrica, já que esta modalidade permitia a transferência dos agricultores para a cidade.

Sobre o Reassentamento Rural Coletivo, embora represente a mais rentável modalidade para o atingido pelo fato de prever maior tempo de assistência técnica e social, além de infraestrutura coletiva, esta tem sido preterida em razão da suposta “coletividade” dos reassentamentos que poderia representar a perda da autonomia para as famílias dos agricultores, além disso, a coletividade é expressa pelos agricultores do Alto Uruguai através da “reciprocidade”, que se mostrou ainda mais cara à população local quando da negação do RRC em virtude de sua localização no município de Mangueirinha-PR, o que, segundo os próprios atingidos, separaria as famílias de suas redes de parentesco, compadrio e vizinhança ou mesmo dos filhos que já estariam na cidade (Chapecó-SC).

As opções dos atingidos compreendida pela possibilidade de controle do espaço-tempo

Seguindo na compreensão de como aconteceram as opções de remanejamento dos atingidos sob a influência da *configuração social*, passamos às ações de *controle do espaço-tempo* entendidas como um conjunto de estratégias adotadas por determinado agente social no sentido de pressionar outros agentes tendo em vista seus interesses nas relações de poder sobre a instalação da hidrelétrica, neste caso, especialmente sobre as opções de remanejamento, o que trataremos como um aspecto mais incisivo e determinante sobre as opções de remanejamento.

Do ponto de vista sociológico, Émile Durkheim (2000) destaca as noções de espaço e de tempo como “categorias de entendimento” que, segundo o autor, por corresponderem “às propriedades mais universais das coisas” ocupam lugar fundamental no entendimento da vida social, o que, embora apresente traços de subjetivação – principalmente no que se refere ao tempo –, pode ser feito com razoável valoração objetiva. Partindo desta orientação, e baseados no referencial teórico apresentado anteriormente, entendemos que o espaço e o tempo representam aspectos fundamentais e analisáveis no processo de instalação de cada nova hidrelétrica com base no referencial espacial e temporal de seus agentes. Portanto, começaremos com as considerações gerais sobre essas duas categorias de forma individualizada para depois podermos compreendê-las segundo o conjunto *espaço-tempo*.

Henri Bergson (2006, p. 114) defende que, da perspectiva das ciências humanas, o principal não é escolher entre os possíveis pontos de referência para a compreensão da natureza do tempo, mas sim, procurar “descobrir o que é para cada um deles o tempo vivido”. Em outras palavras, embora consideremos a perspectiva da física sobre o tempo, isto não é o objetivo neste trabalho, mas sim, entendermos como o tempo é percebido, vivido pelos agentes sociais que figuram nesta parte da rede e de que forma isto reflete nas suas ações.

A perspectiva de estudo que propomos neste trabalho pode ser percebida já nos escritos de Santo Agostinho (XI, 23), que, mesmo admitindo a importância dos astros como referenciais para a orientação da vida humana, enfatiza que o tempo é mais do que este movimento que pode ser marcado pelos relógios, é a impressão que temos dele a partir de uma distensão da alma. Na mesma linha, Comte-Sponville (2006, p. 31-33) explica que o tempo “necessita da alma, não para ser tempo real, o tempo do mundo ou da natureza, mas para ser, e é bastante lógico, o tempo... da alma”, o que ele acredita ser melhor denominado como *temporalidade*, o que “não é o tempo tal como ele é, ou seja, tal como passa; é o tempo tal como dele nos lembramos ou como imaginamos, é o tempo tal como o percebemos”, o que é completado com a ideia de que “toda a consciência é temporal, ou melhor, temporalizante”, o que nos remete à ideia de “formas de temporalidade”.

Retomando a ideia de conflito entre dois projetos distintos – neoliberal e democrático-participativo – são importantes as considerações feitas por Thompson (1998, p. 271) quando o autor defende que, no que tange às comunidades de “pequenos agricultores e pescadores” a orientação mais eficaz do tempo se dá através das tarefas diárias que são desenvolvidas segundo as necessidades e de forma a misturar trabalho e relações sociais, logo, o ritmo de vida está diretamente ligado ao ritmo do trabalho. Já sobre tempo pela ótica do capital, o autor (1998, p. 298) defende que “na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’” (*grifos do autor*).

A coexistência de diferentes temporalidades nos leva às considerações acerca do *espaço*, sobre o que concordamos com Milton Santos (2004, p. 63), quando o autor conceitua o mesmo como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Num contexto de globalização, onde o local e o global são articulados, importa ter em vista o que o mesmo autor chama de “tempo do lugar”, que ele define como sendo “o conjunto de

temporalidades próprias de cada ponto do espaço”, que é dado “pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço” (SANTOS, 2008, p. 58). Nesta relação espaço-tempo, o autor apresenta uma ideia que serve como referencial para a discussão acerca da instalação de hidrelétricas sob a perspectiva conflitiva que propomos, quando chama a atenção para a coexistência de “temporalidades hegemônicas e não-hegemônicas, ou hegemônicas”, no sentido de que as primeiras tendem a exercer ação sobre as últimas (SANTOS, 2008, p. 29).

Assim como desenvolvemos – mesmo que brevemente – a ideia de *tempo* e consequentemente de *temporalidade*, é importante avançarmos também sobre o conceito de *espaço* buscando, da mesma forma, assinalar respectivamente os conceitos de *território* e de *territorialidade*, fundamentais na perspectiva deste trabalho, o que fazemos partindo do princípio de que o “território se forma a partir do espaço”, sendo que, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação)”, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Retomando as ideias de Milton Santos (2005, p. 96), o *território* pode ser compreendido como “o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Então, é possível distinguirmos os diferentes locais onde se pretendem instalar hidrelétricas, com base nas populações e os seus respectivos modos de vida, logo, evocamos a noção de *territorialidade*, segundo a qual, os indivíduos subjetivam o seu pertencimento a determinado território que reciprocamente os pertence enquanto chão onde estabeleceram seu modo de vida. No caso do Alto Uruguai, por exemplo, podemos perceber uma territorialidade caracterizada pela agricultura familiar, onde prevalecem as pequenas propriedades de agricultores fracos caracterizados principalmente pela pluriatividade e a reciprocidade.

Da interface entre as ideias dos autores citados até aqui, compreendemos como *espaço-tempo* as temporalidades distintas – neste caso, a do consórcio e a dos atingidos – que coexistem no espaço correspondente ao da hidrelétrica em questão, interessando, então, entendermos as estratégias adotadas por determinado agente social – hegemônico – no sentido de pressionar o outro – hegemônico – tendo em vista seus interesses nas relações de poder sobre a instalação da hidrelétrica. Apresentamos esta discussão pela perspectiva proposta por Nicolas (1996, p. 85-86), segundo a qual, o “espaço-tempo corresponde justamente à capacidade dos sujeitos sociais

de usar o espaço, de inseri-lo em seu encadeamento pessoal ou societário de tempos parciais”, sendo que os agentes sociais ao buscarem apropriar-se do espaço tendem a transmitir-lhe “um valor que se integra à sua atividade”, de forma que ao transformar o espaço, transforma-se também a sociedade.

Considerando que as hidrelétricas são propostas e instaladas por grupos de empresas estatais e privadas que buscam espaços – principalmente na bacia do rio Uruguai -, onde normalmente predomina a agricultura familiar, é preciso ter em vista que “apropriar-se de um espaço é reconstruir sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço, diferente do anterior” (NICOLAS, 1996, p. 86). Tendo em vista que esta tentativa de reconstrução normalmente incorre na deflagração de um conflito social, é importante entendermos como ocorre este processo e quais são as estratégias dos agentes sociais envolvidos para ter êxito nesta apropriação, o que tratamos aqui como estratégias de *controle do espaço-tempo*.

Nesta perspectiva é importante a ideia de Raffestin (1993, p. 225) quando o mesmo explica a distinção entre “matéria” e “recurso”, enfatizando que a primeira torna-se o segundo através de um processo de produção. No caso que estudamos, a água é a matéria que, passando pela hidrelétrica gerará energia (recurso). Neste sentido, o autor enfatiza que esta “relação que faz surgir um recurso não é puramente instrumental, mas também política”. Para ter acesso a esta matéria, o empreendedor precisa ter o controle desta parte do rio que será modificado, logo, este acesso e esta modificação não incidem apenas sobre a matéria, mas também a própria sociedade. Nesta perspectiva, o autor assinala que “toda a relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político” através de relações de poder entre os agentes envolvidos.

As relações que analisamos a partir do conflito entre dois projetos políticos, implicam na apropriação da matéria transformando-a em recurso através do controle do espaço. Nicolas (1996, p. 86-88) apresenta três formas básicas de apropriação do espaço, o “espaço-tempo circular”, o “espaço-tempo linear” e o “espaço-tempo da simultaneidade”, sendo que cada uma delas se caracteriza segundo uma lógica específica de desenvolvimento temporal. No caso que estudamos, duas delas estão em evidência: o “espaço-tempo circular”, que, segundo o autor, é a “*forma de articulação* entre espaço e tempo que se dá nas sociedades tradicionais”, segundo o que, a “permanência e a repetição se constroem a partir da apropriação imutável (ou de transformação muito lenta) do espaço”. Esta corresponde a forma de apropriação do espaço pelos atingidos,

pequenos agricultores, que se apropriam deste espaço utilizando tecnologias simples e alterando-o lentamente. A outra forma apresentada pelo autor e identificada no caso que estudamos é a de “espaço-tempo linear” que segue “uma visão desenvolvimentista que implica a possibilidade de um avanço no controle do espaço e no controle do tempo”. Esta forma corresponde à do consórcio proponente da hidrelétrica, sendo que através da complexidade tecnológica empreendida, a relação deste grupo com o espaço “acaba então por não respeitar os tempos próprios da natureza, da organização própria da mesma estrutura espacial, mas impõe tempos societários e espaços permanentemente reconstruídos” (Ibid., p. 88).

O choque dessas duas lógicas espaço-temporais, do ponto de vista aqui pretendido, “representa um distúrbio” (NICOLAS, 1996, p. 97), já que a instalação de uma hidrelétrica de grande porte por um consórcio de empresas implica na alteração do modo de vida e no deslocamento compulsório das sociedades tradicionais. Então, procuramos entender como se dá esta apropriação do espaço por um grupo – neste caso – em detrimento de outro e consequentemente, conforme a discussão apresentada anteriormente acerca das modalidades de remanejamento, como se explica o fato de que, embora a maioria dos atingidos tendam a optar pela submodalidade de Reassentamento Rural Coletivo, pela maior rentabilidade, com o passar do tempo a submodalidade de reassentamento que prevalece acaba sendo a Carta de Crédito.

O controle do Espaço

No caso em tela, o espaço corresponde tanto ao espaço natural, o lugar do rio onde será instalada a hidrelétrica, bem como às mesas de negociação e audiências públicas que entendemos como sendo *espaços* institucionais cruciais ao aspecto decisório do processo social. Neste sentido, três pontos são importantes como estratégias de controle do espaço: a *constituição do espaço de negociação*, a *Declaração de Utilidade Pública*, e a *definição da área do Reassentamento Rural Coletivo*.

A *constituição dos espaços de negociação* se refere ao Fórum Representativo para Negociação (FRN), formado basicamente pelo empreendedor, pelos Comitês Municipais de Negociação (CMN) e pela Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (AMISTA), ao passo que o MAB – enquanto projeto democrático-participativo – se recusou a participar desta instância por entender que a disparidade de condições neste cenário em relação

ao projeto contrário – neoliberal –, serviria apenas para endossar decisões tomadas à revelia do movimento social⁹⁵. Neste caso, o que permanece é o fato de que um espaço de negociação formado por iniciativa do proponente da obra⁹⁶, com a mediação de associações como a AMISTA e em conformação com comitês municipais também formados a partir da mesma iniciativa, tende a homologar decisões condizentes com os interesses destes, neste caso, a opção de remanejamento por Carta de Crédito.

A iniciativa do consórcio em formar este espaço de negociação pode ser entendida na perspectiva apresentada por Harvey (2005, p. 148-149) quando o autor defende que a ação dos empreendedores “não apenas utiliza o capital fixo e imobilizado diretamente empregado por ela, mas também depende de uma matriz completa de serviços físicos e sociais (de costureiras a cientistas), que devem estar disponíveis *in situ*”. Desta forma, é preciso ter em vista que ao passo que alguns grupos serão atingidos pela instalação da hidrelétrica, outros percebem a mesma como uma oportunidade de acordo com a atividade que desempenham, logo, do ponto de vista do empreendedor, o autor assinala que “a capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço”.

O espaço não é produzido apenas pelo empreendedor que deseja instalar a hidrelétrica no território, mas, também, pelas “elites locais” que passam a “implementar estratégias de controle da mão-de-obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal”, com o objetivo de atrair o que entendam como sendo o “desenvolvimento” para seu espaço particular (HARVEY, 2004, p. 166). Esta afirmação é importante para registrar que existe concordância local nas proposições dos consórcios, principalmente no que se refere ao poder público e elites locais, que tomam a hidrelétrica como oportunidade de aumentar o volume de arrecadação e negócios, sendo que é importante mencionar que os comitês e associações de maior influência nas negociações com os consórcios estão de alguma forma relacionados com esses grupos.⁹⁷

Interessa-nos analisar as possibilidades de cada um dos diferentes grupos a partir da conformação deste espaço de negociação. Acompanhando o processo, podemos perceber que a

⁹⁵ Esta discussão foi iniciada na Seção 3.3.

⁹⁶ Conforme o previsto na Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei de Águas).

⁹⁷ Ver Seções 3.2 e 3.3.

diferença de experiência entre os negociadores do consórcio – verdadeiros “bichos-de-obra”⁹⁸ –, em relação aos demais grupos participantes da mesa é considerável, pois, enquanto os primeiros – segundo relatos de entrevistas com os próprios – já trabalhavam no setor hidrelétrico na bacia do rio Uruguai desde o processo de instalação da UHE Passo Fundo, em 1971, os demais participantes da mesa, tanto dos Comitês como das Associações, se encontram nos seus primeiros envolvimento – e possivelmente os únicos – na matéria, o que, agravado pela ausência do MAB, que seria o agente em melhores condições técnicas e políticas para um suposto questionamento sobre o processo, leva-nos a crer no domínio do consórcio neste espaço de negociação.

Para além da conformação da mesa de negociação, no caso em questão, a presença de outros grupos, como a Associação para a Preservação do Meio Ambiente (APAM), que também agiu como mediadora entre os atingidos e o consórcio – mesmo que este afirmasse não reconhecer a APAM como mediadora legítima dos atingidos –, aumentou a diversidade de grupos representando os atingidos e consequentemente disputando essa representatividade entre si, pulverizando a representação e dificultando ainda mais a capacidade de mobilização. Consequentemente ocorreu a diminuição do poder de pressão e de barganha dos atingidos, o que poderia ser diferente mediante uma coalizão maior de forças como a que ocorreu na UHE Itá (RS/SC), por exemplo, embora o contexto político fosse outro.

O segundo aspecto referente ao *espaço* diz respeito à apropriação de áreas de terra pelo consórcio, principalmente a área referente ao canteiro de obras, estratégico para o desenvolvimento dos trabalhos de engenharia civil. Neste sentido, a *Declaração de Utilidade Pública*⁹⁹ em favor da hidrelétrica diminui significativamente o poder de resistência dos atingidos, que, diante da declaração, passaram da condição de atingidos *militantes* (contrários à obra) para *negociantes* (buscando a melhor indenização) ante a inevitabilidade do deslocamento, seja, negociado, seja, pela reintegração de posse, seja, pelo despejo.

⁹⁸ Gustavo Lins Ribeiro (1991) explica que o termo “é uma expressão que os participantes argentinos do circuito migratório dos grandes projetos usam para se auto-classificarem”. Tendo a UHE de Yacyretá (Paraguai/Argentina) como referência, o autor explica que o termo equivalente no Brasil seria o “Barrageiro”, que refere àquelas pessoas especialistas nesses empreendimentos que à medida que vão participando de projetos sucessivos vão desenvolvendo uma *expertise* na função que exercem de modo a construir uma carreira no setor. Numa via de mão dupla o autor explica que essas pessoas constroem carreira neste setor, ao passo que as empresas disputam esses profissionais devido ao seu auto grau de conhecimento sobre a atividade, disto, o autor assinala que “enquanto existirem grandes projetos, existirão *bichos-de-obra*”.

⁹⁹ De acordo com o Art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que confere à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o poder de Declaração de Utilidade Pública para as áreas de instalação de hidrelétricas.

Para a aquisição do espaço do canteiro de obras, o consórcio precisa negociar e indenizar as propriedades ali existentes. No caso da UHE Foz do Chapecó, tendo em vista que parte dos proprietários resistiam ao ponto de impedir o andamento dos trabalhos, o consórcio optou por alterar o traçado do perímetro da área destinada ao canteiro de obras, de modo que três propriedades – pertencentes a atingidos que resistiam – ficaram tecnicamente fora da área do canteiro de obras, perdendo o caráter obrigatório de negociação imediata. Então, mesmo fora da área delimitada, as três propriedades referidas – como as demais – continuaram sendo prejudicadas pelos trabalhos de engenharia (implosões, ruídos, poeira, trânsito de máquinas pesadas), mesmo assim, a Declaração de Utilidade Pública representou o dispositivo legal que garantiu o espaço ao consórcio, aquém dos argumentos e da resistência desses atingidos.

O terceiro aspecto do ponto de vista espacial diz respeito à área do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) que deveria ser comprada pelo consórcio para o remanejamento populacional. De acordo com as entrevistas que coletamos junto a lideranças do MAB responsáveis pela escolha de áreas para o RRC, o consórcio teria apresentado aproximadamente trinta áreas passíveis de compra das quais o MAB vistoriou e apontou três áreas que poderiam servir como destino para os atingidos. A primeira área, constando de 1.670 hectares, localizava-se no município de Trindade do Sul-RS; a segunda, em Chapecó-SC, correspondia a 600 hectares; por fim, a área no município de Manguueirinha-PR, constava de aproximados 2.000 hectares.

Questionado sobre o fato de o MAB ter escolhido uma área distante da região o que acabou desagradando a maior parte dos atingidos, um dos líderes do MAB e responsável pela escolha nos explicou em entrevista o seguinte:

Não, o MAB apresentou as três áreas, e Manguueirinha tava dentro das três áreas, junto com Chapecó e Trindade. Mas daí, o acordo que se tinha era apresentar as três áreas, daí levar o grupo de atingidos [para] escolher qual das três áreas iam querer. Só que quando [se] apresentou as três áreas, eles [FCE] já compraram Manguueirinha e justificaram pro governo o seguinte: a de lá [Trindade] os caras querem fora do preço e a de Chapecó o cara não vendia mais [...] daí que sobrou Manguueirinha. [...] E aí nós conversando com o governo e o governo dizia: “vocês exigiram que tinha que comprar eles compraram, tá cumprida a exigência de vocês” (LUZ, 2009).

Sobre o fato da compra da área distante da região, o presidente da AMISTA, Amadeu Kovaleski comentou em entrevista que

isso é um ponto importante, porque não tem um atingido que procurou a AMISTA ou os Comitês que não tenha pedido reassentamento na região atingida. Daí o que que aconteceu, [...] o Consórcio compra uma área lá em Mangueirinha, no Paraná, aprovada pelo MAB. É uma área que não tem nada a ver, lá no Paraná, tanto é que se tu for olhar, lá tem espaço pra uma 80 famílias, eu não sei se eles arranjam 20 [na época]. Ninguém quer ir pra lá. [...] Mas isso tem que resolver com o MAB, que aprovou a área. Não foi a AMISTA ou algum Comitê que indicou aquela área longe, foi o MAB (KOVALESKI, 2009).

O apontamento de uma área distante da região de origem dos atingidos pode ser tomado como um erro de estratégia do MAB somado a uma estratégia perspicaz do empreendedor, que, ao se apressar na compra da área mais distante da região “territorializada” pelos atingidos, reforça a ideia da *expertise* dos seus negociadores, que, como já foi dito, podem ser considerados verdadeiros “bichos-de-obra”.

De qualquer forma, o resultado desta parte do processo de negociação foi que a opção por Reassentamento Rural Coletivo, embora possa ser considerada a mais vantajosa para os atingidos, ficou comprometida pela distância desta área em relação à região da hidrelétrica, o que provavelmente seria diferente se tivesse sido concretizada a compra das áreas na região, conforme as palavras de lideranças do MAB e da própria AMISTA que representa uma proposta diferente. As áreas em Chapecó-SC e em Trindade do Sul-RS distam aproximadamente 50 km em relação à região da hidrelétrica, mas acabaram não se concretizando, enquanto o RRC instalado no município de Mangueirinha-PR, dista em linha reta aproximadamente 150 km ao passo que o trajeto rodoviário considerado desde a UHE no município de Águas de Chapecó-SC totaliza aproximadamente 220 km de distância (Figura 50).

Figura 50 – Distâncias entre a UHE Foz do Chapecó e o RRC Mangueirinha-PR



No mapa estão representadas as áreas pretendidas como primeira opção pelos MAB [n° 1 em Chapecó-SC e n° 2 em Trindade do Sul-RS] que distam aproximadamente 50 km em relação à hidrelétrica mas que acabaram não se concretizando, enquanto o RRC instalado no município de Mangueirinha-PR [n° 3 no mapa] apresenta a distância em linha reta [pontilhada] de aproximadamente 150 km ao passo que o trajeto rodoviário [linha contínua] considerado desde a UHE no município de Águas de Chapecó-SC totaliza aproximadamente 220 km.

Fonte: Mapa adaptado pelo autor a partir de: <<http://mapas.ipea.gov.br>>.

Os três aspectos apresentados, a dizer, a *conformação dos espaços de negociação*, a aquisição da área do canteiro de obras através da *Declaração de Utilidade Pública* e a *definição da área do Reassentamento Rural Coletivo (RRC)* optando pelo local mais distante em relação à região de origem dos atingidos, podem representar estratégias de controle do espaço que conferem ao empreendedor uma ampla vantagem neste sentido, o que acaba refletindo no panorama geral das relações de poder referentes ao processo de instalação de hidrelétricas.

O controle do tempo

Retomando alguns aspectos apresentados sobre o tempo no início desta seção, desenvolvemos a análise sobre este aspecto da discussão considerando a coexistência de duas

temporalidades distintas – do empreendedor sob a perspectiva do capital em contraponto aos atingidos, na perspectiva dos pequenos agricultores e pescadores – numa relação conflitiva que se desenrola no espaço de instalação da hidrelétrica, nos interessando, principalmente, entender as estratégias utilizadas por determinado agente no sentido de hegemonizar a temporalidade do outro, sobre o que destacamos: o *depósito em juízo*, o *controle do fluxo das negociações*, e a *apresentação da área para Reassentamento Rural Coletivo (RRC)*.

Anteriormente apresentamos a conformação dos espaços de negociação como pontos que tendem a favorecer ao empreendedor. Todavia, supondo que mesmo diante de tal desvantagem, determinada família atingida não concorde com os valores ofertados pela sua propriedade, esta tem o direito de acionar judicialmente o consórcio para que o valor seja revisto. Neste caso, o que acontece é o confronto entre duas realidades distintas, sendo que, enquanto uma das partes corresponde a um grupo de empresas privadas e estatais, com um amplo corpo jurídico, além de recursos financeiros para manter a disputa judicial por longo tempo, a outra parte corresponde a uma família, que, na maioria dos casos na bacia do rio Uruguai, detém uma pequena área de terra que é a sua única fonte de sustento – isso quando não são agregados ou arrendatários –, o que agrava a urgência pela resolução, já que disto depende a reprodução do seu modo de vida.

O caso de uma família da Linha Volta Grande, em Alpestre-RS, é exemplar neste sentido. O agricultor Darci Pavão era proprietário de 33 hectares de terra, o que determinava que seu remanejamento fosse através da modalidade de indenização em dinheiro. Quando o entrevistamos, já no lugar de destino, a Linha Taquarinha, no município de Planalto Alegre-SC, o agricultor manifestou sua inconformidade dizendo:

Eu acabei aqui por que eles chegaram assim: “Darci ou tu pega o dinheiro ou tu vai parar na justiça”. Eu dizia: “eu só troco por 33 [hectares de terra]”. Eu fiz a proposta, eles [FCE] não aceitaram. Daí, eles me pagaram o que eu tinha em cima e mais ou menos uns 10 [hectares], mas ficou 23 hectares pra trás. A questão é essa: essa terra não era aquela terra que a gente tinha lá por isso que a gente queria a troca de terra. [...] Eu não tinha terra pra vender, eu não queria dinheiro. E com aquele valor nós não conseguimos comprar os 33 ha. [...] Na justiça foi mais de dois anos. [...] A gente pegou advogado, mas daí eu tive que gastar com advogado. Daí eu consegui recuperar 30 mil [reais] em cima da área. Daí eu vi que era pouco ainda, mas eu achei que nós tinha que acertar porque [...] o juiz falou que de repente se nós não se acertasse ali, nós ia ter que pegar um outro técnico pra fazer um novo levantamento, pagar daí de novo, né. Daí, acabamos acertando (PAVÃO, 2010).

Sem poder discutir a ação do judiciário, nem analisar o caso do ponto de vista legal, o que nos interessa é que este caso indica uma estratégia adotada por um agente de modo a *cansar* outra parte através de recursos e protelações legais, o que pode ser corroborado pela situação vivida pela família do agricultor João Pavoski, proprietário na localidade de Faxinal Grande, no município de Faxinalzinho-RS. Neste caso, a demora do processo de negociação somado à morosidade do processo judicial, acabaram agindo como forma de pressão sobre o atingido, o que pode ser percebido nas palavras do entrevistado ao recordar que

Foi muita luta, foi difícil. Porque logo que começaram com o projeto da barragem, o povo já começou a parar de progredir. Tu ia fazer um projeto, ampliar tua morada, fazer qualquer coisa, e já não tinha mais o financiamento porque ia sair a barragem. Tu ia construir o chiqueirão, não dava porque ia ter a barragem. E daí, paramo no tempo, foi dez anos que nos perdemo, ficando parados no tempo. Em vez de evoluir, só baixava. [...] Olha, na realidade nós tinha 37 hectare, depois eu reduzi, vendi uns 18 [hectare], fiquei com uns 20 [hectare], porque eu precisava investir me virar né. Eu fui na justiça mas desisti porque a justiça não ajuda essa parte aí da negociação com empresa de barragem, não adianta. Eu botei e sai fora, e quem botou na justiça tá lá até hoje (PAVOSKI, 2010).

Com base nos casos descritos acima, alguns pontos são importantes. Primeiro, é que o depósito em juízo acaba desfavorecendo o atingido na negociação devido à urgência e pouco recurso para manter a disputa. Depois, pelo fato das terras estarem na iminência do alagamento decorrente da barragem, as vias de financiamento para investimento nas propriedades são limitadas pelos órgãos de financiamento, o que precisa ser analisado considerando que se passou uma década desde o início dos trabalhos até a inundação de fato.

Diante do que foi exposto, o *depósito judicial* pode ser entendido como favorecendo o empreendedor, podendo se especular se não seria uma estratégia adotada por este, já que nesses casos, as famílias podem resgatar 80% do valor fiscal da propriedade, e seguir na disputa judicial – já fora da propriedade – esperando o melhor desfecho. Ao final, ocorre das famílias acabarem por preferir um acordo com o consórcio, por não terem recursos necessários para estender a disputa no campo judicial. Então, o que em tese serviria para equilibrar as ações na negociação, acaba se tornando uma forma de pressão sobre os atingidos, que acabam, como foi apresentado nas falas acima, não acreditando na justiça para resolver sua demanda, pois conforme assinalam Adorno e Pasinato (2007, p. 132), “o tempo é medida da justiça”, sendo que quanto maior for a

vinculação que “o cidadão comum” conseguir estabelecer entre o início da sua demanda e o desfecho do processo judicial, maior tende a ser a “sensação de que a justiça foi aplicada”.

Outro aspecto considerado uma forma de controle do tempo se dá através da ação do empreendedor sobre o *fluxo das negociações*. Além do fato de que as decisões referentes às indenizações, na maioria das vezes são resultado do Fórum Representativo de Negociação (FRN) e que o depósito em juízo apresenta-se inviável para o atingido do ponto de vista do enfrentamento com o empreendedor, é possível especularmos que, a partir do momento em que o empreendedor negocia com cada atingido individualmente, e sendo ele quem conduz o processo indenizatório, possa ocorrer do empreendedor regular o ritmo de cada processo de acordo com o perfil do atingido a ser indenizado, ou seja, pode acontecer que algumas indenizações sejam feitas de forma mais rápida e flexível do que outras, além daqueles “casos especiais” assinalados na seção anterior (“Exceção” e “Condição”), onde o julgamento da procedência ou não destes é determinada pelos técnicos do empreendedor. A diferença no tempo de resolução de cada caso costuma repercutir entre os atingidos no sentido de sugerir qual o melhor caminho para tratar de seus interesses.

Neste sentido, o caso da família do agricultor Laurindo de Paula, é exemplar. Proprietário de uma área no espaço que seria destinado ao canteiro de obras, com a mudança do traçado perimetral do mesmo, a propriedade atingida perdeu o direito de urgência de indenização. Com isto, o atingido passou a conviver com os já referidos problemas de ruído, implosões, poeira e trânsito intenso de pessoas e máquinas no local, sem ser indenizado. Em entrevista que colhemos junto ao agricultor, o mesmo explicou que

tinha a terra dentro do canteiro e daí eles desviaram a cerca pra baixo. Eles diziam que eu não tinha o direito, e iam quebrando aqueles pedrão lá perto de casa [detonação]. Eu queria reassentamento [RRC] mas acabei pegando a Carta [de Crédito] por que nós fiquemos muito tempo lutando e gastando, e daí já não conseguia mais. Porque era ir pra Chapecó, e vai pra Florianópolis e vai pra Brasília. Um dia que eu tava em Chapecó, numa reunião eles me falaram: “tu tá lá ainda porque tu quer, porque tu não quis pegar uma Carta [de Crédito]” (PAULA, 2010).

Caso semelhante aconteceu com a família do agricultor José Mauro Brem, proprietário de uma área de 72 hectares na Linha Volta Grande, no município de Alpestre. Em entrevista que colhemos já no local de destino, no município de Maravilha-SC, percebemos que o caso

corroborar a ideia de controle do fluxo de negociação de acordo com o perfil do atingido, o que pode ser ilustrado nas palavras do agricultor, quando diz que

como eu era uma referencia lá [liderança local], a empresa, negando o meu direito, foi usado isso também: “ó, negaram o direito do Mauro porque o Mauro era contra a empresa”. [...] Eu fiquei dois anos com o direito negado lá dentro do canteiro. Aí nesses dois anos eu também comecei a entrar em parafuso. [...] Aí um belo dia, a empresa veio e: “olha Mauro, a empresa resolveu te indenizar, agora se tu quiser ficar aí, tu que sabe”. E aí também, eu por mim, sozinho eu teria aguentado, mas eu tenho família. Tenho mulher, tenho filha. Tava uma situação insuportável, porque tava eu sozinho lá na margem. Os outros tinham saído tudo e era questão de honra pra empresa usar o meu fato, a minha situação vamos dizer, pra pressionar as outras famílias pra cima também. Aí criou um problema pros dois lados a minha saída. Criou pra mim, criou pro movimento, criou pros atingidos, mas eu também, chegou num momento que eu tive que tomar um rumo (BREM, 2010).

Das falas apresentadas acima, o que precisa ser assinalado é o fato de que os entrevistados têm um histórico de resistência ao empreendimento, inclusive participando da ocupação do canteiro de obras. Logo, podemos questionar qual a relação entre o tratamento que o empreendedor deu ao caso dessas famílias e o fato destas serem ligadas ao MAB. O fato da alteração do traçado perimetral do canteiro de obras, de forma a excluir os integrantes do MAB da condição de obrigatoriedade de negociação imediata, além da judicialização dos casos, podem ser indícios que apontam para esta possibilidade.

A terceira estratégia de controle do tempo retoma o caso da *apresentação da área a ser destinada para Reassentamento Rural Coletivo (RRC)* – tratado anteriormente pelo viés do espaço – na mesma linha do que foi apresentado sobre a estratégia de controle no fluxo das negociações, só que, agora, influenciando sobre as decisões da totalidade da população atingida.

Segundo entrevista que fizemos com o diretor adjunto da FCE, Valter Zer dos Anjos, o processo de aquisição da área se deu da seguinte forma:

A LI em 5 de dezembro de 2006 estabelecia que se adquirisse a área em até um ano. Então, isso demora um pouco, até que se percorra todo o reservatório. Percorremos todo o reservatório e levantamos 13 famílias que se interessariam em reassentamento [RRC], com o passar do tempo, já eram 8, então nós mandamos carta para o ministério [MMA], dizendo da dificuldade pelo número de interessados, mesmo assim tínhamos que comprar a área. Escolhemos 3 áreas, os comitês já haviam aprovado, então o MAB vistoriou e aprovou, uma em Chapecó, uma em Trindade e outra em Manguaí, no Paraná, que acabou sendo a comprada. Então, com a escritura, nós avisamos o IBAMA

de que a prerrogativa havia sido cumprida. Feito isso, se inicia uma campanha em Rio dos Índios, onde as famílias queriam que fosse aqui na região, mas as terras haviam sido aprovadas pelos comitês e o MAB, depois de comprada, daí não tem como mudar. Essa propriedade adquirida lá comporta 80 famílias, se quiser área aqui na região, é só escolher no nosso banco de propriedades que em seguida recebe, pois como que vamos criar um reassentamento pra duas ou três famílias, isso é Carta de Crédito, pois como vai se montar uma estrutura inteira para poucas famílias (ANJOS, 2009).

Manifestações como esta da “campanha em Rio dos Índios”, mencionada pelo diretor, puderam ser constatadas em diferentes municípios da região. Um exemplo é o caso referido em entrevista que colhemos com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nonoai-RS, Adão Moraes, quando o sindicalista lembrou que

nós tinha uma área de 2 mil e poucos hectares aqui em Nonoai que o cara vendia, mas não pelo preço que a Foz [FCE] queria dar, que não era o que valia mesmo. Imagina o ganho que nós teria com todas as famílias colocadas aqui, mas o Consórcio não viabilizou. Eles vão minando os negócios e não sai nada. Aqui [Nonoai], foi que nem lá em Rio dos Índios, o Sindicato organizou um grupo de 17 famílias que iam pra área certa, já tava resolvido já pra assentar o pessoal na área lá no município. Mas de vagarinho foram minando [o empreendedor], cada dia saía um e daí acabou não saindo aquele [RRC] também. [...] A empresa não quer fazer reassentamento porque é três vezes mais [caro] pra eles (MORAES, 2010).

Comentando a dificuldade de instalação de Reassentamento Rural Coletivo (RRC), Ricardo Montagner, liderança nacional do MAB, em entrevista que colhemos em Erechim-RS, menciona que a UHE Foz do Chapecó é exemplar em nível nacional, pois segundo palavras do militante,

em Foz do Chapecó não se consegue avançar muito no Reassentamento [RRC], mais é Carta de Crédito. É que se quando começasse instalar o canteiro já tivesse uma área destinada ao reassentamento, provavelmente, a maioria dos atingidos optaria por isso, já saberia para onde iria, a vizinhança, a comunidade se reuniria, a coisa ia amadurecendo. Mas, estrategicamente, o consórcio não repassa nada antes, e na dúvida se prefere o dinheiro ou a Carta [de Crédito] que parece mais certo. Demora anos pra ter uma definição, o agricultor fica naquela angústia, já fica ruim pra programar as atividades, plantar, é uma pressão psicológica. Depois, a Carta [de Crédito] é mais barato pro consórcio, além de que, aquele que pegou a Carta, provavelmente não vai tá reunido numa mesma comunidade pra reivindicar direitos depois, o que pode acontecer no reassentamento (MONTAGNER, 2008).

O empreendedor apresentou definitivamente a área aos atingidos em fevereiro de 2008, portanto, depois do prazo estipulado pela Licença de Instalação (LI), conforme a entrevista do próprio diretor do consórcio. Considerando apenas a Licença Prévia (LP), as obras da hidrelétrica

teriam começado no ano de 2001, logo, o consórcio apresentou a área para a instalação do Reassentamento Rural Coletivo, sete anos depois, o que o mesmo justificou através de impasses e conflitos no processo, além da alegação de que não haveria público para o RRC, o que os entrevistados atribuem – em maior parte – às ações do próprio consórcio que colaboraram para tal condição.

Então, o caso da demora na apresentação da área a ser destinada para a instalação do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) – somada à distância desta em relação à região – pode ser interpretada como outra estratégia de *controle do espaço-tempo* no sentido de pressionar os atingidos através do prolongamento da incerteza sobre o lugar de destino, o que na modalidade de Carta de Crédito, tem-se a promessa de desfecho imediato.

Analisando os efeitos do tempo sobre o comportamento humano, Esquirol (2010, p. 114) explica que “quando se está muito afetado pela dor ou pelo sofrimento, uma reação natural seja o desejo de fugir”. Partindo do pressuposto que, “com frequência, toda tentativa de conseguir isso é inútil, e então sobrevém um opressivo sentimento de impotência”, o autor reconhece que isto faz diminuir “a perspectiva do amanhã, ao mesmo tempo em que se abandona todo o projeto, e dessa situação de assédio surge uma angústia asfixiante”. O exercício intelectual do autor é descrito tal e qual nas palavras de uma atingida da barranca do rio Uruguai. Em entrevista que colhemos com Leoni Pavão a agricultora resumiu assim o período de negociação:

não é que nós desistimos, nós fomos obrigado, aquela pressão, é tipo assim [...], deixa eu explicar bem pra você, é tipo assim [...], você tá com a soga [corda] ali, digamos, a soga tá no teu pescoço, a mesma comparação, a soga tá ali e tu tá dependurada, e ela vai te apertando, e quando tu vê que tu vai morrer mesmo tu tira ela do teu pescoço, tu tenta tirar [...] (PAVÃO, 2010).

Analisando a questão pela perspectiva aqui proposta, podemos concluir que o consórcio detém as melhores condições de controle do tempo tendo em vista que no confronto das temporalidades, este se orienta pelo fluxo dos trabalhos de engenharia pré-estabelecidos segundo um cronograma que compreende vários empreendimentos pelo mundo, o que é conduzido com uma margem de segurança baseada num aparato econômico, político e jurídico decorrente de Parcerias Público-Privadas. Em contrapartida, os atingidos, sem tais recursos, têm sua temporalidade – que se orienta pelos ciclos naturais e de produção – hegemonizada pela força do

capital, contra o que, na atual conjuntura, pouco pode fazer uma família de pequenos agricultores e pescadores da barranca de um rio.

Apontamentos sobre as escolhas dos atingidos para remanejamento

Baseado no que foi exposto nesta seção e procurando sintetizar os pontos que podem explicar o desfecho das negociações, retomamos a ideia de projetos políticos em disputa, que, no tocante às negociações para remanejamento populacional, correspondem à Carta de Crédito – proposta que parece mais favorável ao empreendedor –, sendo mediada pela AMISTA, em detrimento ao Reassentamento Rural Coletivo, defendido pelo MAB.

Disto, segue um decágono de pontos – cinco em referência ao empreendedor e cinco referindo-se ao MAB – de forma a levantar algumas hipóteses que possam apontar caminhos para a compreensão do desfecho das negociações no caso da UHE Foz do Chapecó.

Quanto ao projeto do empreendedor, que tem a mediação da AMISTA através das Cartas de Crédito, as hipóteses são as seguintes:

- 1) a *FCE* exerceria uma importante influência nas negociações desde a formação do Fórum Representativo de Negociação (FRN) e do fomento a associações de representação como a AMISTA e os Comitês Municipais de Negociação (CMN), que formariam um espaço de negociação com vistas a isolar o MAB – excluindo um opositor capacitado – e facilitando a elaboração do Termo de Acordo¹⁰⁰ e a condução das negociações em conformidade com os interesses do empreendedor;
- 2) tendo o *controle do espaço* através da Declaração de Utilidade Pública, o empreendedor, sendo o detentor dos recursos financeiros, exerceria o *controle do tempo* no que se refere ao ritmo das negociações. Além da demora em adquirir áreas destinadas para Reassentamento Rural Coletivo (RRC), este controle se daria através do descompasso do ritmo das negociações entre casos semelhantes de forma a sugerir ao menos favorecido que o retardo do seu processo se deve à opção feita – no caso, pelo RRC – sendo que o vizinho em situação parecida, e optante pela Carta

¹⁰⁰ Embora tenhamos registrado a diferença entre o Termo de Acordo (TA) e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a mesma característica “flexibilizante” (ZUCARELLI, 2011) atribuída ao TAC na questão indígena, se aplica ao TA referente às negociações para remanejamento populacional. Assim como na questão indígena, em que o empreendedor pode protelar condicionantes através do TAC, no remanejamento, o TA apresenta em caráter conciliatório, itens – como o teto de R\$ 145.000,00 (considerado baixo) como valor de avaliação das propriedades com direito a reassentamento – que podem ser tomados como favoráveis ao empreendedor.

de Crédito, teve seu processo resolvido. Isto, no contexto das negociações, serviria como uma forma de pressão do empreendedor sobre o atingido, que, no limite, teria que recorrer ao judiciário onde o tempo de espera pode ser maior tendo em vista que o depósito em juízo, pela demora, também tem se mostrado uma estratégia em favor do empreendedor;

3) a emissão de Cartas de Crédito em detrimento ao Reassentamento Rural Coletivo, seria uma forma de agilizar o processo de desocupação das áreas de interesse do empreendedor, visto que, no caso do RRC seria preciso esperar a conclusão da instalação das benfeitorias individuais e coletivas, ao passo que nas Cartas de Crédito, o remanejamento fica por conta do atingido, portanto, o empreendedor exerceria pressão para que as opções recaíssem sobre esta modalidade;

4) o empreendedor teria um gasto muito maior para a instalação de um Reassentamento Rural Coletivo em comparação com o mesmo número de famílias assentadas por meio de Cartas de Crédito, pois, além da estrutura física individual e coletiva, há que se pesar a assistência técnica e social destacada para o RRC pelo prazo de cinco anos, ao passo que nas Cartas de Crédito, essas ocorrem apenas quando da chegada do atingido ao local;

5) o empreendedor e os mediadores da proposta de Cartas de Crédito, ao promover esta modalidade de remanejamento, organizariam em torno disso uma estrutura de mercado imobiliário a partir da qual estes lucrariam com as negociações de auto-reassentamento, além do fato de que, ao espalhar os atingidos em diferentes regiões, o empreendedor estaria dificultando a organização destes no sentido das reivindicações e reclamações sobre a modalidade, o que fica favorecida no caso dos Reassentamento Rural Coletivo.

Por outro lado, a proposta do MAB no tocante à negociação, ao priorizar o Reassentamento Rural Coletivo – embora represente também atingidos nas outras modalidades –, também é passiva de algumas hipóteses que podem ser apresentadas, tal como foi feito sobre o projeto antagônico anteriormente:

1) o MAB, seja por erro de estratégia, seja por pressão do empreendedor, teria descuidado de uma prerrogativa que representa uma importante conquista do próprio movimento social quando da UHE Itá, no que diz respeito ao reassentamento “na região”. A distância da área do Reassentamento Rural Coletivo em relação à região da hidrelétrica, se mostrou um dos principais argumentos dos atingidos para o não engajamento a esta modalidade. Ocorre que, a partir do momento em que o próprio MAB aprova a área, outros mediadores como a AMISTA passam a

assinalar um eventual erro ou descaso do movimento social sobre este aspecto, atribuindo ao MAB a responsabilidade pela escolha de uma área distante.

2) o MAB não teria um projeto eficiente de Reassentamento Rural Coletivo – do ponto de vista da atração dos atingidos à modalidade – que fosse apresentado de forma clara quando do processo de negociação das opções, o que acaba aumentando a insegurança dos atingidos em optar por esta modalidade de remanejamento. Ao passo que o empreendedor e seus mediadores organizam uma estrutura de mercado para a promoção do auto-reassentamento, a proposta do MAB – de RRC, nem tampouco de Pequenos Reassentamentos –, mesmo depois de anos de luta na referida bacia, ainda não conta com estrutura semelhante, isto devido provavelmente, à concentração das ações para barrar o empreendimento, o que, dado o momento da inevitabilidade do mesmo, quando o conflito muda de perspectiva, o movimento social não demonstra a mesma desenvoltura dos momentos de resistência;

3) ao propor o remanejamento populacional através da modalidade de Reassentamento Rural Coletivo, o MAB não estaria preocupado com o restabelecimento do modo de vida ou da melhoria na qualidade de vida dos atingidos. Ao invés disso, o que o movimento social buscaria seria um enfrentamento político contra o capital através da reforma agrária e pressão sobre o empreendedor, acreditando, provavelmente, que disso decorreria a melhoria na qualidade de vida. O primeiro aspecto seria buscado através da aquisição de grandes áreas de terra (latifúndios) que seriam convertidas em pequenas propriedades para a agricultura familiar, enquanto o segundo aspecto, seria possibilitado através da criação de focos de resistência e pressão a partir desses reassentamentos, não só sobre o empreendedor que responde pela hidrelétrica que atingiu esta população, mas em relação aos novos empreendimentos os quais o MAB poderia contar com um número considerável de militantes já a partir de reassentamentos instalados;

4) considerando os aspectos da *configuração social*, além da Carta de Crédito corresponder aos anseios de parte dos atingidos que pretendem migrar para a cidade, o MAB estaria distante do real anseio destes, que seja, a manutenção da unidade familiar e da autogestão que se dão concomitantemente a um caráter coletivo que não corresponde aos moldes pressupostos pelo Reassentamento Rural Coletivo, onde, para o agricultor, este “coletivo” sugeriria a perda da autonomia. Logo, é preciso considerar a ação dos mediadores no sentido contrário, somado ao fraco – ou inexistente – projeto apresentado pelo MAB desde o início do processo. Mesmo diante da flexibilização desta “coletividade” através da proposta de *coletivização parcial* (semi-coletivo)

num Reassentamento Rural Coletivo em Marmeleiro-PR (REIS, 2001 p. 152-154) em que somente máquinas e implementos eram de uso coletivo enquanto os lotes eram individuais, os agricultores mostraram-se temerosos em relação à possível perda desta autogestão, o que acabou gerando desavenças e conseqüentemente frustrando a experiência do coletivo. Daí, a pertinência da questão levantada por Esterci (1984, p. 38), sobre a violência que poderia representar a coletivização sobre a lógica vivida pelo camponês.¹⁰¹

5) na mesma linha do que foi levantado no item 5, referente ao empreendedor e seus mediadores, é possível especular eventuais ganhos financeiros do MAB sobre a modalidade de Reassentamento Rural Coletivo, tendo em vista que, formado o grupo e tendo a área destinada ao reassentamento, é o MAB quem coordena as ações de instalação do mesmo por meio de associações e cooperativas através das quais o movimento social gerencia a instalação do RRC. Esta hipótese fica reforçada a partir do momento em que o MAB aprova uma área distante da região de origem dos atingidos, o que serviu de argumento para os mediadores de propostas contrárias neste sentido.

Direcionando a conclusão para a relação de poder entre dois projetos antagônicos envolvendo a instalação da hidrelétrica, podemos dizer que a *legalidade* é o ponto de partida para a discussão sobre a sua viabilidade, ao passo que a *legitimidade* vai sendo construída ao longo do processo através de estratégias que chamamos aqui de *controle do espaço-tempo*, que, ao final, acabam favorecendo os propositores dessas obras de grande escala, a partir do que, justificamos a ênfase que demos ao termo “opção” dos atingidos.

Seguindo a cronologia proposta para esta segunda parte do trabalho, o empreendedor estaria prestes a atingir mais uma condicionante do licenciamento ambiental do projeto ao finalizar o processo de remanejamento populacional, o que só termina realmente, após o julgamento dos casos daqueles atingidos que questionaram as indenizações judicialmente, o que, conforme exposto anteriormente, não impede o avanço do processo de instalação da hidrelétrica. Então, na próxima seção analisamos dos aspectos envolvendo a emissão da Licença de Operação (LO).

¹⁰¹ Ainda sobre este aspecto, é importante mencionar prováveis “desdobramentos” da tensão decorrente da mudança de vida dos atingidos nos reassentamentos. Segundo Reis (2001 p. 156), o abandono do reassentamento, a incidência de alcoolismo e até o suicídio, ocorridos em reassentamentos da UHE Itá, podem ser tomados como possíveis reflexos desta situação.

5.3 A judicialização do caso e a emissão da Licença de Operação (LO)

Concluído o remanejamento populacional – a que pese as pendências judiciais –, o processo de instalação da hidrelétrica entra no período final do licenciamento de operação (LO).

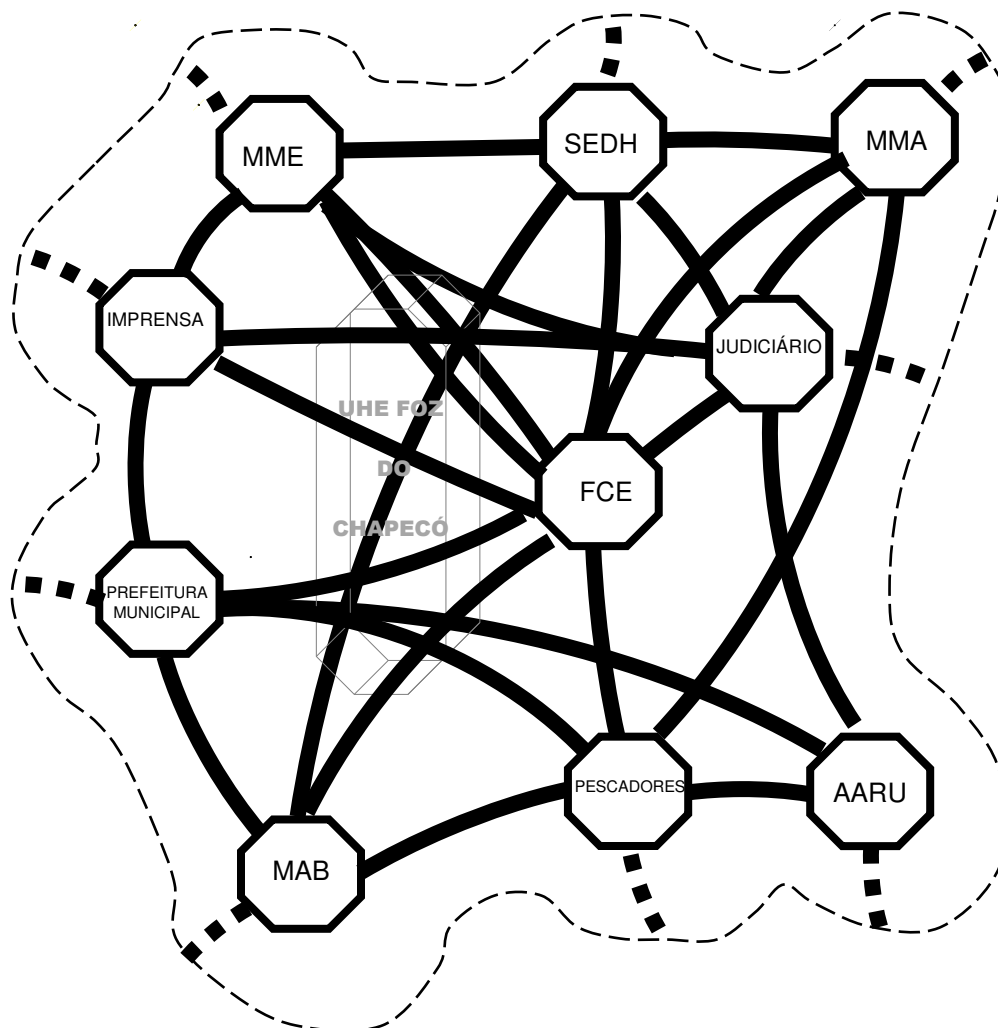
Para discutirmos este momento do processo de instalação, a análise concentra-se na rede parcial (Figura 51) composta pelo Judiciário, Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), empreendedor (FCE), Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes (AARU), Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), Prefeituras Municipais, pescadores, imprensa e o MAB. Além desses agentes sociais relacionados, mencionamos a participação da Advocacia Geral da União (AGU) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no sentido da expansividade da rede. O agente que liga este conjunto-de-ação é o judiciário, já que o conflito acerca da concessão da Licença de Operação da hidrelétrica se desenvolveu, sobretudo, através da judicialização da questão.

A “judicialização da política” foi tratada nas Ciências Sociais inicialmente por Vallinder (1994)¹⁰², quando o autor dimensionou o termo como sendo tanto a transferência de decisões do legislativo e executivo para o judiciário, como a expansão dos métodos decisórios deste para outros espaços sociais que não fossem propriamente judiciais, sendo que, de uma forma ou de outra, o autor resume que “a judicialização envolve essencialmente transformar algo em uma forma de processo judicial” (VALLINDER, 1994, p. 91).

Em referência ao caso brasileiro, Vianna et al. (1999) explicam que a judicialização das relações sociais tende a acontecer em decorrência da desqualificação do Executivo – através de ausências do Estado – e do legislativo, sobretudo da democracia, bem como da debilidade das ideologias, da religião, das estruturas familiares além das instituições mediadoras da democracia, como os sindicatos, partidos políticos e associações. Neste cenário, o judiciário não chega a substituir os outros poderes, mas preenche um vazio deixado por estes de forma que do somatório dos casos pontuais decididos pelo judiciário, acaba estabelecendo o que podemos chamar de judicialização das relações sociais.

¹⁰² O mesmo texto foi publicado numa coletânea organizada pelo autor juntamente com Neal Tate (1995), onde reúnem estudos do processo de judicialização em diferentes partes do mundo.

Figura 51 – Rede parcial UHE Foz do Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor.

Paralelamente às negociações referentes à área inundada e canteiro de obras, mencionadas nas seções anteriores, desenrolaram-se as negociações referentes à Linha de Transmissão (LT). De acordo com o processo nº 48500.001544/2009-21-ANEEL, a LT Guarita-Foz do Chapecó-Xanxerê (Figura 14), obteve Licença Prévia (LP) em 11 de março de 2009, a Declaração de Utilidade Pública em 05 de maio de 2009, a Licença de Instalação (LI) em 16 de julho de 2009, e finalmente, a Licença de Operação (LO) em 17 de setembro de 2010.

Concluída a instalação da Linha de Transmissão e sua devida Licença de Operação (LO), bem como, concluídas as instalações da barragem propriamente e da casa de força, o

empreendedor colocava-se em condições de proceder ao enchimento do reservatório e posteriormente iniciar a operação, o que dependia apenas da emissão da Licença de Operação do empreendimento como um todo, o que segundo o cronograma do empreendedor estava previsto para agosto de 2010.

Retomando a discussão sobre a judicialização das relações sociais, Arantes (1999) amplia o entendimento sobre o termo chamando a atenção para a ação do Ministério Público, especialmente através da Ação Civil Pública. Embora a Constituição de 1988 tenha consolidado a Ação Civil Pública como instrumento de defesa de interesses coletivos, é importante a lembrança do autor sobre o fato de que, inicialmente, esta teve origem através do Artigo 14, §1º da Lei nº 6938, de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e conferiu ao Ministério Público a legitimidade para proposição de *ação de responsabilidade civil e criminal* por danos causados ao meio ambiente, o que depois seria expandido para outros campos através da Lei nº 7347/85 e da própria Constituição de 1988. Fizemos esta breve retrospectiva para chegarmos ao fato de que, nos dias que antecederiam a emissão da referida licença, uma Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público Federal (MPF) de Chapecó, em 18 de junho de 2010, tinha como réus o empreendedor (Foz do Chapecó Energia S.A.) e o licenciador ambiental (IBAMA), o que abriria um novo capítulo sobre a instalação da hidrelétrica.¹⁰³

Para a elaboração da Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal partiu de uma denúncia da Associação dos Amigos do Rio Uruguai e Afluentes (AARU) e contou com a assessoria de analistas periciais (Biologia e Engenharia Sanitária) do próprio Ministério Público Federal além da Polícia Militar Ambiental. Três demandas principais foram levantadas pela referida ação judicial: a proposta de construção de um canal artificial lateral para favorecer a piracema, baseado no projeto da UHE Itaipu¹⁰⁴; a revisão da proposta de vazão remanescente para o trecho a jusante da barragem, principalmente na parte entre o barramento e a casa de força (a chamada Volta Grande); e a supressão de 100% da vegetação de grande porte da área a ser alagada pelo reservatório da usina hidrelétrica, já que o empreendedor, com o aval do IBAMA, retirou apenas parte da vegetação desta área.

¹⁰³ Ação Civil Pública nº 5000930-57.2010.404.7202/SC movida pelo Ministério Público Federal em Chapecó-SC contra o IBAMA e a Foz do Chapecó Energia S.A..

¹⁰⁴ Na UHE Foz do Chapecó optou-se pela construção de tanques de reprodução de alevinos (Estação de Piscicultura do município de São Carlos - EPISCAR), a partir de exemplares de espécies capturadas no próprio rio Uruguai, sendo que esses alevinos seriam lançados em partes determinadas do rio tanto a montante como a jusante da barragem.

Ante a Ação Civil Pública, o Juizado Federal de Chapecó expediu uma liminar ainda em 18 de junho de 2010, determinando o prazo de 30 dias para o empreendedor apresentar ao IBAMA propostas acerca dos itens levantados pela Ação, sendo que, a partir da apresentação dessas propostas, o IBAMA teria mais 30 dias para analisar e dar segmento aos trabalhos de mitigação. Enquanto isto não acontecesse, ficava o IBAMA impedido de expedir a Licença de Operação e consequentemente o empreendedor impedido de proceder ao enchimento do reservatório e o início da operação da hidrelétrica.

Ante a liminar expedida pela juíza em primeira instância, o IBAMA se pronunciou em 20 de julho de 2010¹⁰⁵ apresentando as seguintes explicações:

Sobre a *supressão da vegetação*, os especialistas do instituto concluíram que a “supressão total da vegetação, caracteriza-se por uma medida de difícil execução, pois há que considerar as dificuldades em efetuar o desmatamento em áreas muito íngremes e além disso os estudos recomendam a manutenção de alguma vegetação com fins de refúgio para a ictiofauna”. Sobre as *alterações nas características do rio* no trecho da Volta Grande, os especialistas do Instituto admitiram possíveis impactos sobre esta região e apresentaram explicações a partir destes aspectos, sendo que, *sobre a qualidade da água*, a equipe recomendava que fosse “efetuado o monitoramento diário da qualidade da água durante o primeiro ano após o início de enchimento do reservatório e que o empreendedor adote ações de saneamento básico na área de influência do empreendimento”. Em relação à *difículdade de navegação*, no mesmo trecho do rio, o Instituto argumentou que o “empreendedor afirma garantir a manutenção da navegação nesses canais preferenciais por embarcações, tais como voadeiras similares àquelas utilizadas pela comunidade pesqueira”. Com relação à *inviabilização da atividade pesqueira*, o Instituto assegurava que estaria “em curso um Programa de Apoio aos Pescadores”, através do qual seria feita uma “compensação financeira aos pescadores durante o período de adaptação”, a “construção de três pontos de apoio, equipados com cozinha, banheiro, freezer, fogão, garagem para barcos”, além de “um veículo de transporte para cada ponto de apoio” e a “implantação de dois pontos de venda para os pescados, sendo um em Chapecó e outro em São Carlos”. Com relação às *atividades de lazer e turismo* prejudicadas pela mudança do regime do rio, os especialistas do Instituto informaram que ainda durante as tratativas de inserção do empreendimento, teria sido firmado um acordo entre o empreendedor e o poder público local para a “construção de uma nova área de

¹⁰⁵ Parecer COHID/CGENE/DILIC/IBAMA nº 65/2010, de 20 de julho de 2010.

lazer denominada Parque Aquático no Balneário de São Carlos, considerando que o Balneário Águas do Prata será impactado pela redução da vazão”, sendo que esta seria uma medida de “caráter compensatório” (BRASIL/MMA, 2010).

Finalmente, no que tange à *ictiofauna*, principal reivindicação da AARU junto ao Ministério Público Federal e que foi considerado o motivo principal da ação, os especialistas do Instituto explicaram que “(i) a operação da Estação de Piscicultura de São Carlos; (ii) o monitoramento de eventual rota migratória para o rio Chapecó; (iii) o estabelecimento de ordenamento pesqueiro específico para a região” seriam medidas “adequadas para a sua mitigação”; além disso, tratando especificamente da questão da transposição da ictiofauna, os especialistas defenderam que “uma vez desconhecida a existência de áreas a montante, onde os ovos ou larvas possam se desenvolver a contento, quaisquer mecanismos eventualmente propostos para transposição da ictiofauna no sítio do barramento da UHE Foz do Chapecó, deverá ser preterido em detrimento da atividade de peixamento com matrizes autóctones” o que se daria através da Estação de Piscicultura (EPISCAR) (BRASIL/MMA, 2010).

Embora não seja o objetivo deste trabalho – nem se tenha competência para tanto – discutir o conteúdo técnico dos pareceres, o que podemos afirmar após a leitura do parecer dos especialistas do IBAMA, é que os pontos aferidos pelo Instituto não dão conta de resolver os problemas, mas sim, constituem-se no sentido da “difícil execução”, do “monitoramento” ou da “compensação”, o que concretamente não atende às demandas levantadas pela Ação Civil Pública.

A defesa apresentada pelo IBAMA não foi suficiente para reverter a Liminar expedida em primeira instância em Chapecó. Logo, a FCE recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região em 23 de julho de 2010¹⁰⁶, agora com o reforço da Advocacia Geral da União (AGU), que recorreu em 26 de julho¹⁰⁷, além do IBAMA que voltou a manifestar-se na mesma instância em 03 de agosto de 2010¹⁰⁸. Ante os argumentos do agravado (MPF) e dos agravantes (FCE, AGU e IBAMA), em segunda instância a decisão foi proferida em 4 de agosto de 2010, do qual extraímos os seguintes trechos:

¹⁰⁶ Recurso de Agravado de Instrumento Nº 5003695-73.2010.404.0000 – TRF.

¹⁰⁷ Recurso de Agravado de Instrumento Nº 5003742-47.2010.404.0000 – TRF.

¹⁰⁸ Recurso de Agravado de Instrumento Nº 5004103-64.2010.404.0000 – TRF.

Agravo de Instrumento Nº 5003695-73.2010.404.0000/SC

[...] **É o relatório. Decido.** [...]

De todo o modo, sopesados o contexto e a graduação dos direitos em colisão, entendo que não é possível, *prima facie*, aferir qual deles deve prevalecer, o que desaconselha, desde já, qualquer provimento de caráter liminar em sentido contrário àquele proferido em primeiro grau, fundamentado, aliás, com particular clareza e profundidade para a espécie.

A pertinência irreversibilidade da decisão indica que a pertinência ou não da tutela recursal deve ser avaliada em um segundo momento, já pelo órgão colegiado e após a oitiva do agravado.

Por todo o exposto, considerando a celeridade no rito do agravo de instrumento, indefiro a tutela recursal, e reservo a análise final da tutela recursal para o momento do julgamento pelo colegiado.

Comunique-se ao juízo *a quo*.

Intimem-se, sendo que o agravado para os fins do art. 527, V do Código de Processo Civil.

Porto Alegre, 04 de agosto de 2010.

A decisão em segunda instância corrobora os aspectos de *conflito* e *complexidade* que caracterizaram a maior parte do processo de instalação da hidrelétrica. Diante de tais aspectos, a juíza decidiu por manter a decisão de suspensão do licenciamento, disto, o empreendedor recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nesta instância, apresentaram recurso o IBAMA¹⁰⁹ e a Advocacia Geral da União (AGU), agora com o reforço da ANEEL¹¹⁰.

Embora os argumentos dos requerentes converjam na mesma linha (requerendo a Licença de Operação), é importante analisarmos os argumentos em separado. O IBAMA apresentou nos seus argumentos, além do conteúdo técnico já apresentado no parecer anterior emitido pelo Instituto em primeira instância, considerações enfatizando a *legalidade* tanto do órgão licenciador quanto do processo de licenciamento, bem como considerações de cunho econômico.

No aspecto constitucional, apoiado no princípio da separação dos poderes, o IBAMA defendeu que a liminar impedindo a emissão da licença pelo órgão competente “ofende a ordem administrativa por meio da indevida ingerência do Poder Judiciário sobre o Executivo”, a partir do momento em que impede o Instituto de “exercer o seu poder de polícia [...] de forma a efetuar sua utilização como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente”. Depois, no sentido do licenciamento da UHE Foz do Chapecó, propriamente, o Instituto defende que, se mantido o impedimento da derradeira licença, “serão desconsiderados todos os atos administrativos realizados de forma *legal* e *legítima* nos mais de 10 (dez) anos de

¹⁰⁹ STJ - Processo de Suspensão de Liminar e de Sentença nº 001270 - Data da Publicação: DJe 27/08/2010a.

¹¹⁰ STJ - Processo de Suspensão de Liminar e de Sentença nº 001271 - Data da Publicação: DJe 27/08/2010b.

duração do processo de licenciamento, que ainda não restou finalizado” (BRASIL/STJ, 2010a) (*Grifo nosso*).

Finalmente, evocando aspectos de cunho econômico, o Instituto preveniu que “as obras referentes à UHE Foz do Chapecó já foram concluídas e os danos que podem advir da suspensão de sua entrada em funcionamento são incalculáveis. Há prejuízos não só econômicos, mas também sociais e ambientais”. Neste sentido o Instituto explicou que “além da sujeição do meio ambiente aos riscos decorrentes da ociosidade de uma obra de grande porte, haverá considerável emissão de poluição, tendo em vista a necessidade de geração de energia por fontes mais agressivas à natureza, notadamente as usinas termelétricas” (BRASIL/STJ, 2010a).

Analisando os argumentos do Instituto, podemos perceber a defesa da competência do mesmo sobre a matéria – o que é plausível legalmente – de forma que as contestações advindas de outros campos não devam ter força ante as decisões deste órgão. Sobre o processo de licenciamento, ao defender que este impedimento último comprometeria todo o percurso já realizado de forma *legal e legítima*¹¹¹, faz-se importante a lembrança de que ainda por ocasião das Audiências Públicas (seção 3.2) outro órgão também competente no campo ambiental (IPPUR-UFRJ) já havia apontado eventuais problemas no licenciamento ambiental, o que foi reafirmado pelos técnicos do Ministério Público Federal, sendo que tais apontamentos foram respondidos, mas não solucionados. Finalmente, o Instituto ambiental evocou argumentos econômicos em confluência com os ambientais para alertar que em caso de impedimento da operação da hidrelétrica, termelétricas precisariam ser acionadas comprometendo ainda mais o meio ambiente, o que – mesmo que não tenha sido a intenção – passa a ideia sobre a hidrelétrica em questão como algo irreversível sendo que a sua suspensão seria ainda pior.

No mesmo sentido, a Advocacia Geral da União e a ANEEL apresentaram seus agravos. Além de uma descrição da obra e sua finalidade do ponto de vista do abastecimento energético e da corroboração da competência do IBAMA sobre a questão do licenciamento ambiental, os argumentos apresentados pela AGU e a ANEEL chamam a atenção principalmente no que diz respeito ao “desenvolvimento regional” que supostamente seria levado para a região através da obra, o que, somado aos aspectos econômicos e jurídicos, confeririam a inevitabilidade à obra¹¹².

¹¹¹ O grifo anterior sobre estes dois termos é para assinalar a dualidade entre ambos. Embora o Instituto argumente que ambos caracterizam o processo, minimamente pode-se questionar as formas com que se construíram essas características.

¹¹² O mesmo argumento compôs o discurso do empreendedor quando da inserção do projeto no local (Seção 3.2).

Sobre o suposto “desenvolvimento regional” proporcionado pelo empreendimento, os agravantes assinalam que este, “ao longo de suas fases de implantação, trouxe desenvolvimento e qualidade de vida a toda a região” baseado principalmente na geração de empregos e no repasse de “milhões de reais em impostos e tributos aos municípios da região, especialmente aos municípios que foram o canteiro de obras (Águas de Chapecó SC e Alpestre RS)”. Além disso, são evocados os argumentos de inevitabilidade da obra, pois ainda segundo os agravantes, “ao ser ofertado na licitação, o empreendimento, como é o caso do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Foz do Chapecó, já está totalmente incorporado ao planejamento setorial energético, tornando-se uma peça indispensável para que os objetivos deste sejam atingidos”, tendo em vista que a “energia é necessária face ao aumento da demanda no país, fato público e notório que vem sendo noticiado cotidianamente em rede Nacional” (BRASIL/STJ, 2010b).

Depois, referindo-se especialmente ao empreendedor, os argumentos assinalam que “a Foz do Chapecó Energia S.A. tem compromisso de iniciar a operação comercial da primeira unidade geradora até 31/08/2010. Esse breve lapso temporal configura o *periculum in mora* a exigir a interposição da presente medida de urgência”. No mesmo sentido, os requerentes afirmam que o “prejuízo diário pela paralisação no andamento dos trabalhos e atraso no cronograma de entrada em operação da usina, apenas para se ter uma idéia, é de centenas de milhares de reais, pois a obra envolve grande número de maquinários alugados e, como já colocado, milhares de empregados” (BRASIL/STJ, 2010b).

Analisando os argumentos apresentados pela Advocacia Geral da União e pela ANEEL, podemos fazer dois apontamentos: primeiro, sobre o “desenvolvimento regional”, embora os requerentes tenham apresentados os números, vale a pena lembrar a epígrafe deste capítulo, pois é possível discutir de que “desenvolvimento regional” está se falando, ou a que custo (RIBEIRO, 1991). Depois, sobre a inevitabilidade da obra, podemos questionar se, quando licitadas, essas obras – apesar dos impactos e da resistência de parte da população – não podem ser tomadas como “fatos consumados”, conforme apresentou Bermann (1991).

De qualquer forma, os argumentos apresentados acima, tanto do IBAMA, como da Advocacia Geral da União e ANEEL, foram acolhidos e geraram a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 19 de agosto de 2010.¹¹³

¹¹³ Voto do Relator do Processo de Suspensão de Liminar e de Sentença nº 001270 - Data da Publicação: DJ 27/08/2010c.

Tendo como base duas outras decisões recentes sobre casos semelhantes, o relator da decisão tomou como exemplo o “Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, julgado em 2008, do qual se assinalou a ideia de que “a alegação de risco ao meio ambiente, deduzida no regimental, não fragiliza, diante dos elementos contidos nos autos, a ideia de que a paralisação do projeto de construção de usinas hidrelétricas, neste momento, poderá causar grave risco de prejuízos à ordem e à economia pública.” Outro caso que serviu de parâmetro foi o da “Usina Hidrelétrica de Mauá - UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, Município de Telêmaco Borba, no Estado do Paraná”, apreciado em 2009 pelo mesmo Tribunal, sobre o qual o relator assinalou o argumento de que a referida obra, por compor “um projeto maior, envolvendo a construção de outras usinas hidrelétricas, revela-se de extrema importância para a população brasileira, que vem crescendo a cada dia”, logo, se fazia necessário o incremento da infraestrutura, que, ainda segundo o relator, “tudo isso depende, sem dúvida alguma, da geração de energia em montante capaz de atender às demandas da população, sobretudo a elétrica” (BRASIL/STJ, 2010c).

A partir dos dois exemplos mencionados, o relator decidiu pela suspensão da liminar, “sobretudo pelo fato de o órgão ambiental competente postular, mediante argumentos técnicos fortes, a continuidade do empreendimento”, além de que, do ponto de vista econômico, “a liminar ora impugnada poderá causar grave lesão aos bens juridicamente tutelados pela lei de regência, cabendo o acolhimento da pretensão deduzida pelo Ibama” (BRASIL/STJ, 2010c).

Com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, o IBAMA estava liberado para emitir a Licença de Operação em favor do empreendedor atendendo às reivindicações da ANEEL e da Advocacia Geral da União, o que aconteceu oficialmente através da Licença de Operação (LO) nº 949/2010, expedida em 25 de agosto de 2010.

Embora não seja demais reafirmar a despreensão deste trabalho de julgar as decisões técnicas, sejam elas jurídicas ou ambientais, alguns apontamentos merecem ser feitos a partir do voto do relator. Primeiro, tendo como base o caso da hidrelétrica do Paraná, podemos perceber que as análises sobre os casos específicos são feitas a partir de uma perspectiva macro sobre uma iminente crise energética que estaria sendo prevenida através de um plano (PAC) que não pode ter o seu conjunto “prejudicado” por casos isolados. Já no caso apresentado, sobre o Rio São Francisco, temos a impressão de que, em que se pese o meio ambiente e a economia, tende a prevalecer o segundo, com base no fato de que o atual nível de degradação do primeiro não

chegaria a justificar a revisão do segundo, pelo menos por enquanto. Além disso, é importante assinalarmos a “função simbólica” que o judiciário exerce nesses casos, pois ao se aproximar do poder político e do poder econômico, tende a legitimar o conjunto das ações sociais nessa linha de forma a produzir “um efeito de confirmação dos valores violados” (SANTOS; MARQUES; PEDROSO, 1996), o que de certa forma, pode ser caracterizado nas *jurisprudências*¹¹⁴.

Em relação ao trâmite da disputa judicial, considerando a Ação Civil Pública de 18 de junho, passaram-se 61 dias até a decisão em última instância. Considerando que este seria o prazo para a apresentação dos argumentos do empreendedor ao IBAMA – ainda em primeira instância – e daí este teria outros trinta dias para manifestar seus argumentos em juízo, podemos dizer que o desfecho da disputa judicial foi extremamente rápido. Disto – guardadas as proporções –, podemos fazer um comparativo entre a desenvoltura tanto do empreendedor quanto do próprio judiciário neste caso em relação às ações envolvendo os direitos dos atingidos discutidos nos casos de depósito em juízo¹¹⁵, ou seja, enquanto o primeiro percorreu todas as instâncias em dois meses, os últimos chegam a demorar anos, o que nos dois casos tende a favorecer o empreendedor.

Historicamente, o direito é pautado pelos costumes – do passado – que, de acordo com a evolução social vai se moldando aos diferentes contextos. Vianna, Burgos e Salles (2007) ao retomarem a análise da judicialização da política no Brasil, dezessete anos depois, entendem que a legislação do “capitalismo organizado”, contrariamente ao princípio da orientação jurídica pelo tempo passado, “assume uma natureza aberta, indeterminada e programática na medida em que se expõe à incorporação de aspectos materiais”, caracterizando uma “sociedade fragmentada entregue às oscilações do mercado” (VIANNA; BURGOS; SALLES, 2007, p. 40). Neste sentido, para atender às exigências econômicas em primeiro lugar, a legislação atrelada ao capitalismo orienta o presente – e até o futuro – a partir das necessidades imediatas, o que é facilitado pelo cenário de *desregulação*, onde a conflitualidade de legislações e grupos sociais estabelece uma confusão que na maioria das vezes acaba no judiciário, que, no caso em questão, usou os

¹¹⁴ A “jurisprudência” consiste numa “súmula vinculante”, que, quando aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, por pelo menos 2/3 do plenário, se torna um entendimento a ser seguido por todo o judiciário. A “súmula vinculante” foi criada através da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Segundo a mesma lei, Art. 2º § 1º, “a súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica”.

¹¹⁵ Ver seção 5.2.

argumentos da urgência econômica para suplantar – ou pelo menos preencher o vazio das – as instâncias democráticas.

Mesmo embasado em argumentos técnicos, a ação do judiciário no caso que estudamos remete a o que Boaventura de Sousa Santos (2009) caracteriza como uma “contra-revolução jurídica” que pode ser percebida na América Latina, inclusive no Brasil. Segundo o autor, “trata-se de uma forma de ativismo judiciário conservador que consiste em neutralizar, por via judicial, muito dos avanços democráticos que foram conquistados ao longo das duas últimas décadas pela via política”. Ainda segundo o autor, não se trata de “um movimento concertado, muito menos uma conspiração”, tanto que é possível encontrar contrariedades dentro do próprio judiciário, todavia, a partir de “um entendimento tácito entre elites político-econômicas e judiciais, criado a partir de decisões judiciais concretas, em que as primeiras entendem ler sinais de que as segundas as encorajam a serem mais ativas” (SANTOS, 2009). Neste sentido, especialmente sobre as relações de poder para a instalação de hidrelétricas, a desregulação e as decisões pautadas primeiramente sobre o plano econômico, tendem a neutralizar as utopias e os movimentos emancipatórios, o que coloca o judiciário numa posição conservadora.

Com o desfecho judicial favorável, a parte burocrática foi resolvida e o empreendedor passou para as atividades operacionais. Na mesma noite em que foi emitida a referida licença (25 de agosto de 2010), a empresa deu início ao enchimento do reservatório da hidrelétrica, o que se prolongou até a madrugada do dia 12 de setembro, concordando com a previsão do empreendedor que era de 20 dias, quando o nível do rio Uruguai na área próxima à barragem havia subido aproximadamente 40 metros, condição considerada ideal para a formação do reservatório, conforme apresentado na figura abaixo (Figura 52) que, a partir da comparação com o estado do rio anteriormente ao enchimento (Figura 7), pode dar uma idéia da diferença no nível do rio, sem esquecer de que se trata de um dos locais mais íngremes do país para a construção de hidrelétricas.

Figura 52 - Enchimento do reservatório da UHE Foz do Chapecó em setembro de 2010



Fonte: Arquivo do autor.

Tendo em vista que a primeira das quatro turbinas projetadas para a hidrelétrica já estava instalada, além da linha de transmissão e o reservatório concluídos e devidamente licenciados para operação, em 29 de setembro iniciaram-se os testes desta primeira unidade geradora da UHE Foz do Chapecó, que já sob a orientação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), foi conectada à subestação de Guarita (RS) buscando a sua sincronia no Sistema Interligado Nacional (SIN). Então, a hidrelétrica já apresentava condições de operar, tanto no que se refere à parte de engenharia civil e mecânica quanto à parte da engenharia política.

* * *

Do que apresentamos neste capítulo, podemos apontar uma síntese do processo de instalação nesta fase do licenciamento de operação de forma a encaminharmos o final da discussão.

Sobre o remanejamento populacional, podemos questionar o uso do termo “opção” para referir-se ao acesso dos atingidos às formas de indenização em dinheiro ou reassentamento segundo suas quatro submodalidades. Sendo que o valor das propriedades que teriam direito a

reassentamento ficou estipulado em um máximo de R\$ 145.000,00 – baseado numa propriedade hipotética de 17 hectares –, e considerando o fato de que a média das propriedades na região é aproximadamente de 16 hectares, podemos dizer que isto excluiu automaticamente a maior parte dos atingidos das “opções” de reassentamento, o que, como foi explicado, mostrou-se desvantajoso para os atingidos e vantajoso para o empreendedor.

Sobre as submodalidades de Carta de Crédito e Pequenos Reassentamentos, em relação à primeira é preciso assinalar a estrutura imobiliária que o empreendedor montou com o auxílio da AMISTA no sentido de favorecer o fluxo das negociações nesta modalidade. Por outro lado, sobre a proposta de Pequenos Reassentamentos, a pouca participação da Associação para a Preservação do Meio Ambiente (APAM) – não reconhecida pela FCE e taxada por muitos dos entrevistados como oportunista – e o desinteresse do MAB pela modalidade, tornaram esta inoperante, sendo que poderia representar uma alternativa de permanência dos atingidos no campo e na região.

Como vimos, o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) pode ser considerado a submodalidade mais vantajosa para o atingido do ponto de vista econômico e social, tendo em vista a comparação com as outras modalidades no que tange ao valor patrimonial individual, além das estruturas comunitárias de infraestrutura além das assistências técnica e social estendidas por mais tempo. Embora contenha todas essas vantagens, esta modalidade teve uma baixa aceitação entre os atingidos em decorrência principalmente da distância em relação à região de origem, sendo que, segundo os entrevistados tanto do MAB quanto da AMISTA, se esta modalidade tivesse sido instalada na região, a adesão seria da maioria dos atingidos.

A compreensão da conformação das modalidades de remanejamento bem como o estabelecimento do Termo de Acordo, foi feita com vistas nas estratégias de *controle do espaço*, segundo o que consideramos que o Fórum Representativo de Negociações (FRN) constou de uma arena formada principalmente pelos Comitês Municipais de Negociação (CMN), pela AMISTA, e pela FCE, sendo que os primeiros – mesmo com as melhores intenções – seja pelo despreparo na matéria, seja pela *expertise* do empreendedor, acabaram homologando um Termo de Acordo que, em essência favoreceu o empreendedor no processo de negociação. Outra estratégia de controle do espaço analisada foi a Declaração de Utilidade Pública, segundo a qual, em tese, o empreendedor torna os atingidos *militantes* em *negociantes* tendo em vista a força do documento que coloca a obra na condição de inevitabilidade. Ainda sobre o controle do espaço, a escolha da

área do RRC foi compreendida como outra estratégia utilizada pelo empreendedor nas relações de poder – o que contou com a não atenção do MAB no momento da indicação da área – no sentido de desvalorizar esta modalidade através da distância em relação à região do empreendimento.

Ainda sobre o Reassentamento Rural Coletivo (RRC), mas agora no que se refere ao *controle do tempo*, entendemos a demora do empreendedor em apresentar uma área passível de instalação da modalidade, como uma estratégia no sentido de aumentar a incerteza dos atingidos sobre as vantagens ou mesmo a concretização do RRC, favorecendo a opção por outras modalidades como a Carta de Crédito. Este controle do fluxo das negociações por parte do empreendedor pode ser percebido também sobre as negociações individualizadas, sendo que nesses casos o empreendedor teve o poder de agilizar e flexibilizar a negociação de determinados casos e obstruir outros tendo em vista a *condição* de *militante* ou *negociante* do atingido em questão, sendo que isto, conforme nossas análises, funcionou como outra forma de pressão sobre os que resistiam ao empreendimento. Ainda sobre o controle do tempo, podemos mencionar os “depósitos em juízo” como outra estratégia que tendeu a favorecer o empreendedor, que ao contar com um corpo jurídico especializado, recursos para estender a disputa, além da já mencionada declaração de utilidade pública, tinha a enfrentar uma família de pequenos agricultores, sem recursos jurídicos nem financeiros para manter a disputa, além destes não disporem de tempo para a solução do problema, tendo em vista que a propriedade vai sendo inviabilizada pela perda de acesso às linhas de crédito, além do avanço dos trabalhos de engenharia civil (detonações, trânsito de máquinas e pessoal, poeira) que prejudicam as atividades agropecuárias.

Ao passo que o depósito em juízo tem representado uma forma de pressão sobre o atingido, a tentativa de justificar esta demora tendo em vista a inegável sobrecarga de trabalho do judiciário, acaba sendo contraposta – guardadas as proporções – pela rapidez com que a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra a FCE e o IBAMA percorreu a primeira (Justiça Federal em Chapecó), a segunda (Tribuna Regional Federal em Porto Alegre) e a terceira instância (Superior Tribunal de Justiça em Brasília) em apenas dois meses, enquanto as pendências dos agricultores chegam a demorar anos.

Outro aspecto a ser mencionado sobre o judiciário neste processo, diz respeito aos parâmetros das decisões referentes aos casos envolvendo hidrelétricas. Neste sentido, é preciso considerar que embora importantes os apontamentos feitos pela Secretaria Especial dos Direitos

Humanos (SEDH), através da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), sobre as violações dos direitos humanos no caso da UHE Foz do Chapecó, esses apontamentos não surtiram efeito no quadro das relações de poder no mesmo caso. Indo além, é preciso assinalar que a decisão final do Superior Tribunal de Justiça sobre o caso da UHE Foz do Chapecó, apresentado neste capítulo, baseou-se em dois outros casos (no Paraná e no Nordeste) em que se assinalou a necessidade de energia, a opção pelo econômico ao ambiental, além de analisar o caso específico como uma parte importante de um projeto maior de interesse nacional. Dito de outra forma, os apontamentos favoráveis ao empreendedor têm peso de lei, enquanto os apontamentos favoráveis aos que resistem ao mesmo empreendimento têm peso de “recomendação”, tanto que a SEDH já está na 202ª reunião ordinária, a qual apontou as violações de direitos humanos como um fato recorrente nas hidrelétricas do país, e, mesmo assim, isto não teve reflexo concreto no caso em questão.

Voltando a conclusão para as relações de poder entre dois projetos antagônicos envolvendo a instalação da UHE Foz do Chapecó, este capítulo complementa o que foi apresentado no quarto capítulo sobre a dicotomia *legal/legítimo* e a “criminalização”. Neste sentido, podemos dizer que a *legalidade* é ponto de partida para a discussão do empreendimento ao passo que a *legitimidade* vai sendo construída ao longo do processo através de estratégias de *controle do espaço-tempo* e da “judicialização” da discussão, que, ao final, conforme apresentamos neste caso, acabaram favorecendo o empreendedor, enquanto representante do projeto neoliberal, em detrimento ao MAB, principal representante do projeto democrático-participativo.

Disto, em 14 de outubro de 2010 entrou em operação comercial a primeira unidade geradora com potência aproximada de 214 MW. Em 23 de novembro de 2010 entrou em operação a segunda unidade geradora estabelecendo a potência aproximada de geração de 428 MW. Em 30 de dezembro de 2010 a terceira unidade geradora entrou em funcionamento estabelecendo a potência de 642 MW. Finalmente, em 12 de março de 2011, entrou em operação a quarta e última unidade, totalizando os 855 MW de potência correspondentes à UHE Foz do Chapecó.

Figura 53 – Barragem da UHE Foz do Chapecó concluída em setembro de 2010



Fonte: Banco de imagens FCE. Disponível em: <www.fozdochapeco.com.br/_galerias/_img/191.jpg>. Acesso em: 15 jan. 2011.

Encerrado mais um processo de instalação de hidrelétrica no Brasil, podemos evidenciar as novidades e continuísmos em relação aos processos anteriores, bem como, percebermos algumas tendências para o processo mais amplo e que está ainda em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu quase que nada não sei.
Mas desconfio de muita coisa.
O senhor concedendo, eu digo:
para pensar longe, sou cão mestre
– o senhor solte em minha frente uma idéia ligeira,
e eu rasteio essa por fundo de todos os matos, amém!
(João Guimarães Rosa - Grande sertão: veredas)

No estudo das relações de poder para a instalação de hidrelétricas, especialmente a UHE Foz do Chapecó, procuramos “rastear” as ideias e buscamos abordagens multidisciplinares que nos permitissem conclusões sob as perspectivas de diferentes campos e agentes sociais. Sendo que recorremos a análises situacionais, retomaremos de forma panorâmica o processo de forma a reagrupar as redes parciais segundo uma lógica que nos permita a compreensão do conjunto que compreende o processo de instalação de uma hidrelétrica.

No que se refere à abordagem sociológica, é importante considerarmos o processo social da hidreletricidade que, no Brasil, tendo como marco inicial a instalação da UHE Ribeirão do Inferno, em 1883, chega ao estágio da UHE Foz do Chapecó identificando aspectos herdados de hidrelétricas anteriores, que, ao influenciarem o caso em questão, se modificam e tendem a refletir em casos futuros, como é o caso da UHE Itapiranga, que, no momento em que escrevemos estas considerações finais, está sendo (re)discutida a sua viabilidade.

O caso da hidrelétrica que estudamos remonta à década de 1960, quando o projeto começou a ser discutido, sendo que na década de 1970 a UHE Iraí foi pretendida para a região, mas acabou sendo rechaçada pela população local. Trinta anos depois, o projeto foi refeito, o local do eixo da usina foi alterado e o mesmo foi executado sob a denominação de UHE Foz do Chapecó, o que chama a atenção para a mudança de contexto social, político e econômico.

Num cenário global de predominância neoliberal, grupos privados internacionais como a General Eletric (GE) e coalizões de países como a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana), da qual o Brasil participa principalmente através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), se organizam para a promoção de obras de grande escala dentre as quais as hidrelétricas assumem papel estratégico, a partir da mobilização de grupos para

o planejamento, construção civil e equipamentos que se organizam em torno de um mercado de energia que se retroalimenta através da ação desses grupos.

Ao compor o PAC, numa perspectiva de projeto nacional, a UHE Foz do Chapecó teve sua inserção no local, mais especificamente, na comunidade do Saltinho do Uruguai no município catarinense de Águas de Chapecó-SC, através da mobilização dos grupos que mencionamos anteriormente, o que foi complementado fundamentalmente por grupos locais como a imprensa e as universidades que, através de convênios, parcerias ou mesmo serviços, acabaram fortalecendo a legitimidade do discurso favorável à obra.

Nesta fase do processo, a inserção do projeto no local foi discutida principalmente sob a perspectiva ambiental. De acordo com a legislação vigente, foram estabelecidos espaços formais de discussão dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e consequentemente do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que se resumiram a duas Audiências Públicas segundo as quais o órgão licenciador (IBAMA) tomou a questão como suficientemente discutida com a sociedade.

Apesar das falhas importantes no EIA-RIMA, apontadas por instituições idôneas como o IPPUR-UFRJ, o aspecto ambiental foi discutido – e distorcido – segundo a possibilidade de “desenvolvimento regional” e “desenvolvimento sustentável”, sobre o que o poder público apoiou a inserção do projeto no local e fomentou a criação de Comitês Municipais de Negociação (CMN) e associações como a AMISTA para a composição de um Fórum Representativo de Negociação (FRN), que, tendo em vista o suposto caráter democrático previsto na legislação em vigor, buscava a negociação com a maior parte da sociedade.

Esta inserção pela ótica neoliberal encontrou oposição de grupos que podem ser identificados na perspectiva de um projeto político democrático-participativo, segundo o qual, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – com horizonte global através da Via Campesina – e a Associação dos Amigos do Rio Uruguai e Afluentes (AARU) executaram as iniciativas mais contundentes. Percebemos através da pesquisa que os “atingidos por barragem” compreendem um grupo heterogêneo, que procuramos compreender enquanto uma construção, legal e legítima, que, pelo seu caráter transitório em decorrência do processo de instalação da hidrelétrica, confere aos atingidos condições diferentes dentro do mesmo grupo.

A heterogeneidade da categoria de atingido que é inerente à própria sociedade que discute a obra, fundamentou a ideia de democratização prevista legalmente e discursada pelos defensores do projeto. Todavia, esta suposta democratização demonstrou problemas ao promover a

confluência de interesses, o tecnicismo das discussões e a deliberação a partir do princípio da maioria, o que acabou prejudicando os grupos em *condição* mais vulnerável, a dizer, aqueles atingidos da barranca do rio, com pouco ou nenhum recurso para a discussão.

Na mesma linha da heterogeneidade e da confluência de interesses, os indígenas foram envolvidos no processo de instalação da hidrelétrica ao serem relacionados em um dos Anexos ao edital de concessão do empreendimento. Sob o argumento da compensação ambiental, a FUNAI atrelou junto à ANEEL uma condicionante segundo a qual o empreendedor deveria adquirir uma área de terra onde seria instalada a Reserva Indígena Aldeia Condá, para abrigar os índios kaingang do município de Chapecó. Os índios acabaram conquistando a terra, porém, retomando a confluência de interesses, estes se viram na posição de apoio – mesmo que indireto – ao empreendimento, contrariando uma posição histórica de oposição indígena ante as hidrelétricas. No mesmo caso, o SINTRAF, ao defender os interesses dos agricultores familiares envolvidos na questão indígena e também na questão da barragem, adotaram uma posição adversa ao MAB, que, ao perceber a criação da reserva apenas pela perspectiva da barragem, acabou por se afastar tanto do movimento indígena, como do sindical, o que, da perspectiva do conflito com o projeto neoliberal, favoreceu o empreendedor que assistiu ao aumento da fragmentação da representatividade além de assumir, em certa medida, um discurso de promotor da causa indígena.

Então, a partir do cenário *democrático* dos espaços de negociação amparado na legislação vigente (Lei de Águas), percebemos o aumento na pulverização da representação segundo interesses distintos de grupos importantes como os sindicatos rurais, os indígenas, os pescadores e os movimentos sociais, o que foi agravado pelo momento atual em que vivem as igrejas e as universidades que, em casos anteriores estabeleceram forte resistência aos empreendimentos, além do apoio de segmentos importantes como o poder público e a imprensa que foram fundamentais para a inserção definitiva do projeto no local através da instalação do canteiro de obras.

Ante a impossibilidade de impedir o empreendimento quando das discussões durante o período de licenciamento prévio, o MAB partiu para a estratégia da pressão popular mais incisiva, promovendo a ocupação do canteiro de obras com o intuito de paralisar os trabalhos de engenharia e construção da hidrelétrica até que fossem atendidas as reivindicações de indenizações justas para parte dos atingidos. Neste momento ficou evidente o peso estratégico da

Parceria Público Privada (PPP), pois, além dos recursos do BNDES para 80% da obra, o empreendedor contou com o amparo *legal* para desmobilizar o acampamento dos manifestantes que já durava um ano e meio. Lançando mão da Declaração de Utilidade Pública, a força policial foi acionada e os manifestantes deixaram o canteiro permitindo a sequência do projeto.

Além da ocupação do canteiro, outras ações de pressão popular seriam desenvolvidas pelo MAB na região do empreendimento, como o trancamento de estradas e do portão de acesso do canteiro, além de passeatas e manifestos nos escritórios do empreendedor. Em reação a essas ações, o mesmo lançou mão de uma estratégia de “criminalização” do movimento social, que, para além da discussão jurídica, evidenciou a prevalência do aspecto legal sobre o legítimo. Neste sentido, ações cíveis e criminais movidas pelo empreendedor contra lideranças do movimento social, exerceram pressões sobre o cotidiano dos mesmos, o que, mesmo em se tratando de ações dirigidas a pessoas físicas, acabou refletindo negativamente na organização do movimento social.

Desarticulado o movimento de resistência ao empreendimento, aqueles atingidos que até então priorizavam uma *condição de militantes* seriam obrigados à *condição de negociantes*, ante a inevitabilidade da obra, conseqüentemente, do deslocamento compulsório, o que se deu através das modalidades de Indenização em Dinheiro, Reassentamento Rural Coletivo e Pequeno Reassentamento, Carta de Crédito e Reassentamento em Área Remanescente, que foram propostas apresentadas como “opções” aos atingidos.

Para além da variável de aptidão de cada agricultor, o que podemos perceber é que a modalidade de Reassentamento Rural Coletivo, defendida pelo MAB, permite aos atingidos se reagruparem e aumentarem o patrimônio, além de contarem com assistência técnica e social por cinco anos, ao passo que a Carta de Crédito, embora permita ao atingido maior autonomia na escolha do local e na estruturação da nova propriedade, esta é deficitária no que diz respeito ao patrimônio tendo em vista o inflacionamento das terras da região devido ao aumento na procura por conta do deslocamento compulsório, enquanto as assistências técnicas e sociais são previstas apenas quando da chegada do atingido na nova propriedade.

Tendo em vista que a modalidade de Reassentamento Rural Coletivo, embora mais vantajosa para o atingido, represente um custo até três vezes maior para o empreendedor em relação à modalidade de Carta de Crédito, e tendo em vista que a modalidade que prevaleceu como “opção” dos atingidos foi a segunda, procuramos compreender como se daram essas “escolhas”.

Passamos a grifar as palavras “opção” e “escolha” à medida que a pesquisa nos indicava – para além da configuração social que ajuda a compreender algumas opções dos atingidos –, cada vez mais a possibilidade de um controle do espaço-tempo por parte de um dos agentes sociais. Percebemos que o empreendedor exerceu o controle do espaço por meio de estratégias como a *conformação dos espaços decisórios* através da constituição do Fórum Representativo de Negociação, a *Declaração de Utilidade Pública* para o acesso ao espaço do canteiro de obras independentemente da vontade dos que ali estavam, e da compra de uma *área para Reassentamento Rural Coletivo distante da região da hidrelétrica*, logo, distante dos vínculos sociais dos atingidos.

Como estratégias de controle do tempo, percebemos que a *apresentação da área para Reassentamento Rural Coletivo* foi postergada ao máximo pelo empreendedor, aumentando a insegurança dos atingidos quanto à modalidade. Tendo em vista que as negociações eram feitas individualmente e sob a orientação de um Termo de Acordo firmado num espaço de negociação de predominância do empreendedor, percebemos o controle no *fluxo das negociações*, que tendeu a mudar em virtude do atingido em questão, sendo que, se este fosse militante do MAB, seu processo tendia a ser lento, ao passo que entre os atingidos negociantes, no sentido de não estarem alinhados ao movimento social, os processos tendiam a serem agilizados e flexibilizados em valores. Depois, nos casos em que os atingidos, militantes ou negociantes, discordavam dos valores e modalidades de remanejamento, o empreendedor novamente recorria à legalidade através dos *depósitos em juízo*, o que, do ponto de vista do enfrentamento entre uma Sociedade de Propósito Específico, com grande vulto de recursos econômicos e jurídicos, e uma família de agricultores fracos, com pouco ou nenhum recurso, além de terem pressa para resolver o problema e seguirem com a atividade que é a sua única forma de sustento, esta recorrência ao campo judiciário representa uma estratégia de pressão sobre o atingido que tende a aceitar os acordos propostos pelo empreendedor.

A velocidade com que foi efetivado o deslocamento compulsório da população atingida foi paralela ao ritmo das obras de engenharia, tanto que a obra notabilizou-se pelo avanço dos trabalhos em ritmo acelerado. Concluída a barragem, as linhas de transmissão e a instalação das turbinas, o fatal enchimento do reservatório seria o último procedimento técnico antes da operação da hidrelétrica. Porém, um procedimento de engenharia política viria a obstruir a sequência do projeto. Tendo em vista que o empreendedor não teria cumprido exigências

ambientais para proceder ao enchimento do reservatório e a operação da hidrelétrica, através de uma Ação Civil Pública motivada pela AARU e movida pelo Ministério Público Federal, a Licença de Operação (LO) foi embargada, logo, o enchimento do reservatório foi cancelado.

Neste estágio do processo, a “judicialização”, seja de questões ambientais, políticas ou sociais, no caso das hidrelétricas, tende a favorecer ao empreendedor. Assim como no caso das manifestações populares, o que foi resolvido através do que podemos chamar de “criminalização” do movimento social, a questão ambiental, demanda da Ação Civil Pública, foi analisada juridicamente com base em jurisprudência favorável ao empreendedor e sobrepondo os interesses econômicos aos ambientais. Disto, a reciprocidade entre *legalidade* e *legitimidade* ficou em segundo plano e a primeira suplantou definitivamente a segunda no caso em questão, logo, a área foi inundada e a hidrelétrica entrou em operação.

Então, o estudo do caso da UHE Foz do Chapecó nos possibilitou confirmar a nossa tese da assimetria nas relações de poder na instalação de hidrelétricas, especialmente no que diz respeito à continuidade do processo de acumulação através da expropriação, ponto de partida do nosso estudo. Essas conclusões são específicas do caso estudado, mas também corroboram aspectos que podem ser percebidos em outras hidrelétricas na bacia hidrográfica do rio Uruguai e no Brasil, o que nos permite apresentar considerações gerais sobre o processo de instalação de hidrelétricas.

A suposta vocação brasileira para a hidreletricidade baseada na abundância natural é verdadeira tendo em vista as outras formas de energia consolidadas no atual estágio tecnológico. Porém, isto não pode ser tomado como prerrogativa para a instalação indiscriminada de hidrelétricas, pois, o aumento na disponibilidade de energia precisa ser buscado através da racionalização da matriz energética (repotencializando usinas, melhorando o sistema de transmissão e distribuição, evitando desperdícios), além do aprofundamento de pesquisas em fontes alternativas. Além disso, é preciso relativizar o paradigma de hidrelétrica como fonte de energia “limpa e barata”. Em comparação a outras fontes de energia como a termoeétrica, por exemplo, esta realmente mostra-se mais limpa e barata, porém, uma análise mais detalhada sobre casos específicos demonstra que estas podem não serem tão “limpas”, se considerarmos a emissão de gases decorrentes da vegetação submersa, além de não serem tão “baratas”, se considerarmos o preço final da energia elétrica residencial no Brasil, bem como o tratamento muito aquém do necessário que é dispensado às populações atingidas.

Compreendendo as hidrelétricas como parte de um projeto – neoliberal – maior que tem na lógica do mercado sua base mais sólida, podemos dizer que essas obras, uma vez projetadas para determinado lugar, tendem a serem executadas. Mesmo que enfrentem resistências por motivos ambientais ou sociais, estas têm seus projetos remodelados e acabam voltando insistentemente e com estratégias inovadoras de forma a vencer a resistência, o que pode levar décadas, mas, acabam sendo instaladas. A quase que inevitabilidade dessas obras parte do princípio da “necessidade de energia”, da “iminência de apagão” e da possibilidade de desenvolvimento “nacional” e “regional” através dessas obras. Disto, a opinião pública de forma ampla, tende a concordar com essas obras, porém, à medida que nos aproximamos geograficamente do eixo das hidrelétricas, percebemos que aquelas pessoas que serão atingidas diretamente, que na maioria das vezes contam com pouco ou nenhum recurso, tendem a serem “penalizadas” em nome deste suposto desenvolvimento, logo, é preciso relativizar também esta noção de desenvolvimento.

A organização dos atingidos através do MAB tem representado a última chance dessas pessoas de terem seus direitos reconhecidos. Porém, na perspectiva do conflito com o empreendedor, o movimento social tem enfrentado dificuldades que podem ser compreendidas segundo a ação de uma “máquina de guerra” nômade que esconde suas engrenagens e mecanismos opressivos sob uma carenagem de aspecto democrático através da qual se insere em diferentes locais, ocupando os espaços, controlando o tempo e impondo regras. Neste sentido, a permissividade dos órgãos reguladores, especialmente o IBAMA, o imbróglio jurídico que tende a confundir a discussão, a insuficiência da suposta “democratização” da discussão que pulveriza e captura grupos locais, a “criminalização” que inibe as manifestações populares e a “judicialização” de pontos específicos como o ambientalismo e a política tendendo a decisões conservadoras, conferem uma natureza altamente assimétrica às relações de poder para a instalação de hidrelétricas, ante o que, não conseguimos vislumbrar melhora sem uma profunda revisão e reforma no marco regulatório acerca da hidreletricidade, em que se pese o equilíbrio entre os campos político, econômico, ambiental e social.

Finalmente, lembramos a epígrafe para admitirmos que não esgotamos o assunto, mas apontamos algumas considerações pertinentes, a partir do que, embora reconheçamos a importância da energia elétrica no atual contexto social em que vivemos, não podemos concordar com a forma como esta necessidade seja tomada de maneira a suplantar impreterivelmente os

aspectos sociais, no que diz respeito principalmente ao modo de vida das populações locais, bem como o ambiental, no que diz respeito à sustentabilidade, não apenas enquanto discurso, mas enquanto real garantia para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebeca; JORGE, Karina Dino. *Descentralização da gestão da água: por que os comitês da bacia estão sendo criados?* *Ambiente & Sociedade*, v. 8, n. 2, jul/dez. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/317/31780206.pdf>>.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara: Fundação Heinrich Boll, 2004, p. 13-35.

_____. MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. A justiça no tempo, o tempo da justiça. *Tempo social*, São Paulo, nov. 2007, vol. 19, n. 2, pp. 131-155.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel de. *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 521-537.

ALMEIDA, Alvenir Antônio de. *As usinas hidrelétricas e os atingidos da bacia do Rio Uruguai: intenções entrecruzadas*. 2004. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História/UPF.

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, 2000, p. 111-124.

ANA. Água: fatos e tendências. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). 2. ed. Brasília: ANA, 2009.

ANEEL. Atlas de Energia Elétrica do Brasil. 2. ed. Brasília: ANEEL, 2005.

_____. Atlas de Energia Elétrica do Brasil. 3. ed. Brasília: ANEEL, 2008.

_____. Bacia do Rio Uruguai. Disponível em: <www.aneel.gov.br/area.cfm?id_area=111>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. Banco de Informações de Geração (BIG). Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>>. Acesso em 18 out. 2011.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo versus cidadania mínima: códigos de violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

AGNOLIN, Gilberto Luiz; WINCKLER, Silvana; RENK, Arlene. Disputas e debates em torno do PACUERA do reservatório da UHE Foz do Chapecó-SC. *Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul*, Curitiba-PR, 2011.

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.14, n. 39, 1999, pp. 83-102.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ART, Henry W. et al.. *Dicionário de ecologia e ciências ambientais*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renavan: Instituto Carioca de criminologia, 2002.

BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987, p. 159-193.

BECKER, Ítala. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. In: MACHADO, O. (Org.). *O índio no Rio Grande do Sul: Aspectos arqueológicos, históricos, etnográficos e étnicos*. Porto Alegre: Governo RS: Comissão Executiva de Homenagem ao Índio, 1975.

BECKETT, Samuel. *Molloy*. São Paulo: Globo, 2007.

BENINCÁ, Dirceu. (Org.). *A Universidade e suas fronteiras*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Duração e simultaneidade: a propósito da teoria de Einstein*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, 2007, p. 139-153.

_____. Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil. (Tese de Doutorado em Engenharia Mecânica). UNICAMP-SP: Campinas, 1991.

BIROU, Alain. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1973.

BOAMAR, Paulo Fernando de Azambuja. *A Bacia do Rio Uruguai e o setor elétrico brasileiro: as obras, os conflitos e as estratégias*. São Paulo: Insular, 2001.

_____. *A implantação de empreendimentos hidroelétricos: o caso da UHE de Machadinho*. (Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção). UFSC: Florianópolis, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília, DF; São Paulo: UnB: Imprensa Oficial, 2000. 2v.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 18. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: USP, 1996.

BRONZ, Deborah. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2011.

BUHL, Kathrin; KOROL, Claudia (Orgs.). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008.

BURNS, Thomas J.; LEMOYNE, Terri. Como os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes: priorizando temas ambientais no discurso político. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, dez. 2007.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 3. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal*. Vol. 1 São Paulo: Saraiva, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Análise de Sistemas em Geografia – Introdução*. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1979.

COMTE-SPONVILLE, André. *O ser-tempo: algumas reflexões sobre o tempo da consciência*. São Paulo : Martins Fontes, 2006.

CPFL. *História*. Disponível em: <www.cpfl.com.br/HistóriaCPFLEnergia/tabid/106/Default.aspx>. Acesso: 10 mai. 2010.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (Orgs.). Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo; Campinas: Paz e Terra: UNICAMP, 2006.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro. *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações, 1971-1990*. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

_____. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1999, pp. 155-161.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EINSTEIN, Albert. A teoria da relatividade. In: *Escritos da maturidade: artigos sobre ciência, educação, religião, relações sociais, racismo, ciências sociais e religião*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ELETROSUL. *Bacia hidrográfica do Rio Uruguai: estudo de inventario hidroenergético*. [s.l.]: ELETROSUL, CNEC, 1979.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Escritos & ensaios; I: Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____; SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017*. Rio de Janeiro: EPE, 2009, Vol 1, 2.

ESQUIROL, Josep M. *O respirar dos dias: uma reflexão filosófica sobre a experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESTERCI, Neide. Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In: (Org.). *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 34-63.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FARIA, José Eduardo. O modelo liberal de direito e Estado. In: FARIA, José Eduardo (Org.). *Direito e justiça: a função social do judiciário*. São Paulo, SP: Ática, 1989.

FERNANDES, Ricardo Cid. Terra, tradição e identidade: os Kaingang da Aldeia Condá no contexto da UHE Foz do Chapecó. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Anelises. (Orgs.). *Hidrelétricas e povos indígenas*. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

FON FILHO, Aton. Criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos. In: BUHL, Kathrin; KOROL, Claudia (Orgs.). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GALEANO, Eduardo. *Espelhos: uma história quase universal*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo; Brasília, DF: Marco Zero: Ed. Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

_____. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEISSER, Vincent; DABÈNE, Olivier; MASSARDIER, Gilles. La démocratisation contre La démocratie. In: In: DABÈNE, Olivier; GEISSER, Vincent; MASSARDIER, Gilles. *Autoritarismes démocratiques et démocraties autoritaires au XXI^e siècle: convergences Nord-Sud: mélanges offerts à Michel Camau*. Paris: La Découverte, 2008, pp. 7-27.

GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Para além da direita e da esquerda*. O futuro da política radical. São Paulo: UNESP, 1996.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Maria Carmem Aires. Ambivalência político-discursiva: o entrecruzamento dos gêneros discursivos – Relatório de Impacto Ambiental e Audiência Pública. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa-MG: UFV, 2008, p. 296-328.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. “*Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: a disputa pelas ‘fontes’ e o controle dos excedentes*”. (Tese de Doutorado) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia (PIPGE) da Universidade de São Paulo (EPUSP- FEA- IEE-IF/USP). São Paulo, 2007.

GUEDES, André Dumans Frederico Guilherme Bandeira de Araujo (Orientador). Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso dos atingidos por barragens (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. (vol.1)

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a. (vol.2)

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HEINSFELD, Adelar. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná: território disputado e início da colonização. In: HEINSFELD, Adelar; TEDESCO, João Carlos. (Org.). *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim: Habilis Editora, 2009, v. II, p. 9-27.

HERNANDEZ, José. *Martin Fierro*. Buenos Aires: Editorial Universitaria: 1962.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ÍSOLA, Leda. *Atlas Geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2004.

KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001

_____. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: EDIFURB, 2000.

_____. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEITE LOPES, José Sérgio, et al. Audiência Pública em Angra dos Reis: debate em torno do licenciamento de uma usina nuclear. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Orgs.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2006, p. 369-393.

LIGHT. *História*. Disponível em:
<www.light.com.br/web/institucional/cultura/seculolight/teseculo.asp?mid=8687942772267226>
. Acesso em: 10 mai. 2010.

LOCATELLI, Carlos; WEBER, Maria Helena. A comunicação estratégica entre a cidadania e a construção de barragens no Brasil. In: MORIGI, Valdir José; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; ALMEIDA, Cristovão Domingos de. *Comunicação, informação e cidadania: refletindo práticas e contextos*. Porto Alegre: Sulina, 2011, pp. 133-160.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: UNICAMP, 1989.

LUNA, Matilde. Redes sociales. *Revista Mexicana de Sociologia*, año 66, num. Especial, México, D. F., 2004, p. 59-75.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. *Lamento e Dor*. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. (Tese de Doutorado do

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13). Belém: UFPA, 2007.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MASSARDIER, Gilles. Les espaces non pluralistes dans les démocraties contemporaines. In: DABÈNE, Olivier; GEISSER, Vincent; MASSARDIER, Gilles. *Autoritarismes démocratiques et démocraties autoritaires au XXI^e siècle: convergences Nord-Sud: mélanges offerts à Michel Camau*. Paris : La Découverte, 2008, pp. 29-57.

MATTOZO, Vania; CAMARGO, Cornélio Celso de Brasil. *Energia, ambiente e mídia: qual é a questão?* Florianópolis: EdUFSC, 2005.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008.

MAYER, Adrian C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987, p. 127-158.

MCCULLY, Patrick. *Ríos Silenciados: Ecología y política de las grandes represas*. Santa Fé: Proteger Ediciones, 2004.

MIELNIK, O; NEVES, C.C.. Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otavio. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais*. Rio de Janeiro; São Paulo: AIE/COPPE: Marco Zero, 1988; Publicado em co-edição com: CNPq: [s.n.].

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, Pontes de. *À margem do direito: ensaio de psicologia jurídica*. Campinas: Bookseller, 2002.

MORAES, Maria Stela Marcondes de. No rastro das águas: pedagogia do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978-1990. (Tese de Doutorado). Departamento de Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1994.

_____. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. *Revista Brasileira de Educação*, Jan/Fev/Mar/Abr 1996, nº 1, pp. 81-92.

MORAES, Maria Stela. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Zander. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996a.

MORAL HERNÁNDEZ, Francisco Del; BERMANN, Célio. Rarefação do diálogo e criminalização do outro no processo de eletrificação: conexões e desconexões entre política, eletricidade voto e movimentos sociais. In: *Anais I Encuentro de Ciencias Sociales y Represas; II Encontro de Ciências Sociais e Barragens*, 2007, Salvador, Bahia.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. *A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética*. (Cartilha). São Paulo-SP, 2008.

_____. *Criminalização contra os defensores de direitos humanos na implantação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai*. (Relatório). Brasília, 2005.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – MNDH. *A criminalização dos movimentos sociais no Brasil: relatório de casos exemplares*. (Organizado por Rosiana Pereira Queiroz). Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006.

NICOLAS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adelia A. de (Coord.). *Território: globalização e fragmentação*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

NUTI, Mírian Regini. Análise das estimativas de população atingida por projetos hidrelétricos. In: VERDUM, Ricardo. (Org.). *Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007, p. 57-88.

ONS – *Dados relevantes de 2008*. Disponível em: <http://www.ons.org.br/download/biblioteca_virtual/publicacoes/dados_relevantes_2008/pdf/dr.pdf>.

PAIM, Elisangela Soldatelli; ORTIZ, Lúcia Schild (Coords.). *Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai: guia para ONGs e movimentos sociais*. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

PASE, Hemerson Luiz. ; ROCHA, Humberto José da . O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. *Revista debates (UFRGS)*, v. 4, p. 32-59, 2010.

PERTILE, Noeli. *Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis-SC, 2008.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: FAPES, 2001.

POLI, Odilon Luiz. Oeste catarinense: modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. In: *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó, SC: Grifos, 1999, p. 63-163.

_____. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense*. (Dissertação Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 1995.

POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 1. ed. 46. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO FILHO, Antonio; BEEK, Klaas Jan (co-aut.). *Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras*. 3. ed. Rio de Janeiro; [Brasília]: CNPS: EMBRAPA, 1995.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. *O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

REIS, Maria José. *Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1998.

_____. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e recriação dos espaços. In: REIS; BLOEMER. (Orgs.). *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 119-166.

_____. *O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas*. In: Anais do II Seminário Nacional NPMS/USC, pp. 473-501, 2007, Florianópolis.

_____; BLOEMER, Neusa Maria. (Orgs.). *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: UFSC, 2001.

REZENDE, Leonardo Pereira. *Dano moral & licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas*. Curitiba: Juruá, 2006.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. São Paulo: Marco Zero: ANPOCS, 1991.

_____. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Série Antropologia, Universidade de Brasília, v. 123, 1992, p. 2-36.

_____. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. Série Antropologia, v. 383, Universidade de Brasília, 2005, p. 01-19.

_____. Do nacional ao global. Uma trajetória. Série Antropologia, v. 422, Universidade de Brasília, 2008, p. 7-51.

RILKE, Rainer Maria. *As elegias de Duíno e Sonetos a Orfeu*. Porto: Editorial Inova Ltda., 1968.

_____. *Cartas a um jovem poeta*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

ROCHA, Cinthia Creatini da. *Adoecer e curar: processos da sociabilidade kaingang*. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, SC, 2005.

ROCHA, Humberto José da. *A condição de atingido por barragem*. Anais do I Seminário Internacional e III Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis-SC, 11 a 13 de agosto de 2010.

_____. O Movimento dos Atingidos por barragens na bacia do rio Uruguai: conquistas e desafios – 2009-2010. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. (Orgs.). *Conflitos agrários no norte gaúcho*. Passo Fundo, IMED, 2010a, pp. 179-210.

_____. Apontamentos teórico-metodológicos para uma abordagem sociológica sobre a questão das barragens. *Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural*. Porto de Galinhas-PE, 2010b.

_____. Carta aos atingidos: as negociações na bacia do rio Uruguai. *Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política: “Sociedade e Política em Tempos de Incerteza”*- UFPR. Curitiba-PR, 2009.

_____. A ação pedagógica da Igreja Católica no Movimento dos Atingidos por Barragens: história e perspectiva. *Anais do Simpósio Nacional de Educação - "Ser Professor na Sociedade Contemporânea: Desafios e Contradições"*. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Erechim-RS: EDIFAPES, 2008.

_____. Movimentos Sociais na bacia do Rio Uruguai: perspectivas a partir de um panorama sócio-histórico. *Anais do II Seminário de História Regional: Imigração, Colonização e Movimentos Sociais*. Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo, 2007.

ROSA, João Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. *Sociologia do Direito: o fenômeno jurídico como fato social*. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otavio. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais*. Rio de Janeiro; São Paulo: AIE/COPPE: Marco Zero, 1988; Publicado em co-edição com: CNPq: [s.n.].

ROTHMAN, Franklin Daniel. Licenciamento Ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo comparativo. In: *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa-MG: UFV, 2008, 187-218.

_____. [et. al.]. Parceria entre Universidade, ONG e o Movimento dos Atingidos por Barragens para o Fortalecimento da Organização das Comunidades Atingidas. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

_____. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (1979-1983). In: NAVARRO, Zander. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 2002, nº 63, pp. 237-280.

_____. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra/Portugal, 2003, nº 65, pp. 3-76.

_____. A contra-revolução jurídica. *Carta Maior*, 21. dez. 2009. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 23 dez. 2010.

_____; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. Os tribunais nas sociedades contemporâneas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 11, n. 30, p. 15-22, fev, 1996, pp. 29-62.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In: VERDUM, Ricardo. (Org.). *Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007, p. 41-56.

SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Aneliese. A implantação da UHE Machadinho num cenário privatizado: um caso para reflexão. In: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens. (Orgs.). *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: UFSC, 2001, pp. 71-92.

_____.; NACKE, Aneliese. (Org.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 12º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2005.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____.; REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria. Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. *Travessia*. São Paulo, Ano II, nº 6, jan-abr, 1990, p. 29-32.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHUGURENSKY, Daniel; NAIDORF, Judith. Parceria universidade-empresa e mudanças na cultura acadêmica: análise comparativa dos casos da Argentina e do Canadá. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004, p. 997-1022.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. Os alemães no sul do Brasil. Canoas-RS: ULBRA, 1994. p. 11-27.

_____. As contradições da liberdade: Análise de Representações sobre a Identidade Camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992.

_____. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista*. São Paulo, Estudos CEBRAP, nº 26, 1976, p. 42-80.

SIGAUD, Lygia. Os efeitos das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 18, fev. 1992, p. 18-29.

SILVA, César Augusto Freyesleben; et. al. *Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense*. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003.

SIMMEL, Georg. Le conflit. In: *Sociologie: etude sur les formes de la socialisation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. p. 265-346.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES, FILHO, Evaristo de. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983a, p. 122-134.

_____. A competição. In: MORAES, FILHO, Evaristo de. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983b, p. 135-149.

_____. Conflito e estrutura de grupo. In: MORAES, FILHO, Evaristo de. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983c, p. 150-164.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18. n. 52, 2004, pp. 77-95.

SOUZA, André Ricardo de. Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, 2007 pp. 156-174.

TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjorn. The global expansion of judicial power: the judicialization of politics. In: *Global Expansion of Judicial Power*. New York: New York University Press. 1995.

TEDESCO, João Carlos; MARCON, Telmo. As transformações na agricultura e as terras indígenas. In: MARCON, Telmo. (Coord.). *História e Cultura Kaingang no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994, pp. 162-199.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. São Paulo: Nacional, 1969.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUCCI, Carlos E. M. (Org.). *Hidrologia: ciência e aplicação*. Porto Alegre: UFRGS/ABRH, 1993.

VAINER, Carlos Bernard. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, 2007, p. 119-137.

_____. O conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa-MG: UFRV, 2008. p. 39-63.

_____. O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho. Uma experiência inovadora de extensão universitária e planejamento. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XXVII, nº 1, 2003, p. 135-153.

VALLINDER, Torbjorn. The judicialization of politics - a world-wide phenomenon: introduction. *International Political Science Review*, 15, 2, 1994, pp. 91-99.

VERDUM, Ricardo. Obras de infra-estrutura no contexto da integração Sul-Americana. In: (Org.). *Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007, p. 13-40.

VIANA, Raquel de Mattos. *Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Rio de Janeiro, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck; et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins Dezanete anos de judicialização da política. *Tempo social*, São Paulo, Nov. 2007, vol.19, n. 2, pp. 39-85.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lucia Mendonça Morato de. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, Leinad Ayer de Oliveira; ANDRADE, L.M.M. de. (Orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio-SP, 1988, p. 7-23.

WEBER, Max. *Economias e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. V. 1.

WOLF, Eric R.. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: UNICAMP, 2003. p. 73-91.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiados do nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 89-118.

ZHOURI, Andréa; ROTHMAN, Franklin Daniel. Assessoria aos Atingidos por Barragens em Minas Gerais: Desafios, Limites e Potenciais. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa-MG: UFV, 2008. p. 122-167.

ZUCARELI, Marcos Cristiano. O papel do Termo de Ajustamento de Conduta no licenciamento ambiental de hidrelétricas. In: ZHOURI, Andréa. *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 151-181.

FONTES PRIMÁRIAS

Documentos Oficiais

AARU. Estatuto da Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes. Chapecó-SC, 31 de Julho de 1997.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas - Norma Brasileira nº 14.653/2004: Parte II - Avaliação de Imóveis Urbanos.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas - Norma Brasileira nº 14.653/2004: Parte III - Avaliação de Imóveis Rurais.

AMISTA. *Estatuto da Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó*. Chapecó-SC, 11 de setembro de 2002.

ANEEL. Anexo 11 ao Edital de Leilão nº 002/2001- ANEEL. Termo de Referência da FUNAI para o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó.

BRASIL. Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934. (Código de Águas).

BRASIL. Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850 (Lei de Terras).

BRASIL. Decreto nº 3.365 de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por Utilidade Pública.

BRASIL. Decreto nº 5.184 , de 16 de Agosto de 2004. Cria a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, aprova seu Estatuto Social e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. (“Lei das Águas”).

BRASIL. Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA.

BRASIL. Lei nº 11.029 de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

BRASIL. Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Cria os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Promove a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.074, de 7 de Julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA. Parecer COHID/CGENE/DILIC/IBAMA nº 65/2010, de 20 de julho de 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Ação Civil Pública nº 5000930-57.2010.404.7202/SC.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA-STJ. Processo de Suspensão de Liminar e de Sentença nº 001270 - Data da Publicação: DJe 27/08/2010a.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA-STJ. Processo de Suspensão de Liminar e de Sentença nº 001271 - Data da Publicação: DJe 27/08/2010b.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA-STJ. Voto do Relator do Processo de Suspensão de Liminar e de Sentença nº 001270 - Data da Publicação: DJ 27/08/2010c.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL-TRF. Recurso de Agravo de Instrumento Nº 5003695-73.2010.404.0000. 23/07/2010.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL-TRF. Recurso de Agravo de Instrumento Nº 5003742-47.2010.404.0000 – TRF. 26/07/2010.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL-TRF. Recurso de Agravo de Instrumento Nº 5004103-64.2010.404.0000 – TRF. 03/08/2010.

BRASIL. *Termo de Acordo: Política, diretriz e critérios para remanejamento da população atingida pela implantação do Aproveitamento Hidrelétrico de Foz do Chapecó*. Nonoai-RS, 24 nov. 2004.

CAPELA SÃO MIGUEL ARCANJO. *Livro de Atas*. Águas de Chapecó-SC, 2006.

CNRH. Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003. Institui a Divisão Hidrográfica Nacional.

CONAMA. Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997. Estabelece procedimentos e critérios utilizados no Licenciamento Ambiental.

CONAMA. Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

DESENVIX. Relatório de Impacto Ambiental da UHE Foz do Chapecó. 25 de fevereiro 2000.

FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA. *Projeto Básico Ambiental*. Porto Alegre-RS, Abril, 2003.

_____. *Relatórios de Atividades Realizadas*: Melhorias na região do canteiro de obras. Chapecó-SC, 24 jul. 2008.

IBAMA. *Ata da Audiência Pública para discussão do Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó, no Rio Uruguai, entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Chapecó-SC, 12 de abril de 2002.

IBAMA. *Ata da Primeira Audiência Pública para discussão do Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó, no Rio Uruguai, entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Alpestre-RS, 11 de abril de 2002.

IPPUR-UFRJ. *Parecer sobre o RIMA da UHE Foz do Chapecó*. Rio de Janeiro, 2001.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Portarias nº 86 e 87, de 23 de janeiro de 1986. Institui Grupos de Trabalho para Avaliação de Impactos da Construção das Hidrelétricas da Itá e Machadinho.

SEDH. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Relatório do Caso Foz do Chapecó*. Brasília, 29 de setembro de 2007.

UNOCHAPECÓ. Estatuto da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.

URI. Estatuto da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Entrevistas

ANJOS, Walter Zer dos. *Diretor adjunto de meio ambiente do Consórcio Foz do Chapecó S.A.*. Chapecó-SC, 17 jan. 2009.

BALZAN, Arone Carlos. *Agricultor remanejado pela modalidade de Reassentamento em Área Remanescente (RAR) na linha Saltinho do Uruguai*. Águas de Chapecó-SC, 01 nov. 2010.

BERGAMIN, Alexandre. *Coordenador Adjunto da FETRAF-SUL em Santa Catarina*. Chapecó-SC, 30 ago. 2010.

BREIER, Sidnei. *Pescador da Colônia de Pescadores Z 35*. São Carlos-SC, 01 nov. 2010.

BREM, Mauro. *Agricultor da Linha Volta Grande/Alpestre-RS, remanejado pela modalidade de Indenização em Dinheiro*. Maravilha-SC, 05 nov. 2010.

BRESKOWISK, Irineu. *Agricultor atingido na Linha Saltinho do Uruguai e remanejado pela modalidade de Reassentamento Rural Coletivo*. Mangueirinha-PR, 3 nov. 2010.

CONCI, Vanderlei. *Presidente do Comitê Municipal de Negociações de Faxinalzinho-RS*. Faxinalzinho-RS, 10 jan. 2008.

FARIAS, Evanclei. *Liderança local do Movimento do Atingidos por Barragens (MAB) e um dos principais planejadores do Reassentamento Rural Coletivo (RRC)*. São Carlos-SC, 01 nov. 2010.

FARINA, Paulo. *Liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim que na década de 1980, então presidente, colaborou com a estruturação da CRAB*. Erechim – RS, 12 fev. 2008.

FAVERO, Darci; FAVERO, Ivanir. *Atingidos do município de Caxambú do Sul que foram remanejados através de indenização em dinheiro*. Chapecó-SC, 01 nov. 2010.

FERRARI, Ari. *Presidente da APAM (Associação para a Preservação do Meio Ambiente)*. Erval Grande-RS, 23 fev. 2009.

GALLI, Levino. *Agricultor residente na Linha Nossa Senhora das Graças*. Águas de Chapecó-SC, 08 jan. 2008.

GEOELZER, Elmídio. *Pescador da Colônia de Pescadores Z 35*. São Carlos-SC, 01 nov. 2010.

GEONATTO, Silvênio. *Pescador da Colônia de Pescadores Z 35*. São Carlos-SC, 23 jan. 2010.

GIRELLI, Valter. *Reitor do Seminário Nossa Senhora de Fátima em Erechim (RS), um dos principais mediadores eclesiais dos movimentos sociais na diocese de Erechim no início da década de 1980*. Erechim - RS, 07 fev. 2008.

KOVALESKI, Amadeu L. *Presidente do Sindicato Patronal Rural de Chapecó e Presidente da AMISTA (Associação Mista dos Municípios Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó)*. Chapecó-SC, 14 fev. 2009.

LIPRERI, Dirlei. *Agricultor atingido na Linha Volta Grande/Alpestre-RS e remanejado pela modalidade de Reassentamento Rural Coletivo*. Manguaçu-PR, 3 nov. 2010.

LUZ, Ivonei da. *Líder local do Movimento dos Atingidos por Barragens*. Linha Volta Grande, Alpestre-RS, 19 jan. 2009.

MACIEL, Rubens. *Pescador da Colônia de Pescadores Z 29, remanejado através da modalidade de Reassentamento Rural Coletivo*. Manguaçu-PR, 01 nov. 2010.

MALLMANN, José Elemar. *Liderança do sindicalismo rural na região e um dos fundadores da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB*. Águas de Chapecó-SC, 08 jan. 2008.

MATHIAS, Vilmar. *Secretário Executivo da APAM (Associação de Proteção ao Meio Ambiente)*. Nonoai-RS, 13 fev. 2009.

MELCHORS, Pedro Eloir. *Liderança regional do Movimento dos Atingidos por Barragens*. São Carlos-SC, 08 jan. 2008.

MERGEN, Hélio Paulo. *Presidente da Colônia de Pescadores Z35*. São Carlos-SC, 22 jan. 2010.

MONTAGNER, Ricardo. *Líder nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens*. Linha Florentim – Charrua-RS. 23 jul. 2008.

MORAES, Adão Luiz de. *Presidente do STR Nonoai – FETAG-RS*. Nonoai-RS, 31 ago. 2010.

NADALETTI, Cristiane. *Líder do Movimento dos Atingidos por Barragens, responsável pelo setor pedagógico do MAB/Sul*. Erechim-RS, 31 jan. 2008.

OSELAME, João Batista. *Coordenador Regional Substituto da FUNAI/Chapecó e Chefe do Serviço de Assistência*. Chapecó-SC, 21 jan. 2010.

PASSOS, Deloci dos. *Coordenadora das Pastorais Sociais da Diocese de Chapecó*. Chapecó-SC. 01 set. 2010.

PAULA, Laurindo de. *Presidente da comunidade por ocasião da desapropriação da área do salão comunitário e da igreja da comunidade de Saltinho do Uruguai*. Águas de Chapecó-SC, 08 jan. 2008 e 2 nov. 2010.

PAVÃO, Darci; PAVÃO, Leoni. *Atingidos da Linha Volta Grande/Alpestre-RS e remanejados através de indenização em dinheiro*. Linha Taquarinha/Planalto Alegre-SC, 01 Nov. 2010.

PAVOSKI, João. *Agricultor atingido na Linha Calha/Faxinalzinho-RS e remanejado pela modalidade de Reassentamento Rural Coletivo*. Mangueirinha-PR, 3 nov. 2010.

PEDROZA, Raimundo. *Ex-professor da FAPES e um dos mediadores da CRAB na década de 1970-80*. Erechim-RS, 29 jan. 2008.

RICHTER, Valdemar. *Agricultor atingido na localidade de Goio-En/Chapecó-SC e remanejado pela modalidade de Reassentamento Rural Coletivo*. Mangueirinha-PR, 3 nov. 2010.

RODRIGUES, Augusto. *Liderança Indígena da Aldeia Condá*. Chapecó-SC, 21 jan. 2010.

SALVADOR, Carlinhos. *Cacique da Reserva Indígena Aldeia Condá*. Chapecó-SC, 21 jan. 2010.

SANTIN, Álvaro. *Coordenador estadual do MST-SC e Via Campesina*. Chapecó-SC, 01 set. 2010.

SILVA, Neri Miguel da. *Agricultor atingido na Linha Saltinho do Uruguai/Águas de Chapecó-SC e remanejado pela modalidade de Reassentamento Rural Coletivo*. Mangueirinha-PR, 3 nov. 2010.

TODESCATTO, Claidi. *Assessora Pedagógica da Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes (AARU)*. Chapecó-SC, 28 jan. 2010.

VALDEZ, Silvia. *Secretária Executiva do Consórcio Iberê*. Chapecó-SC, 28 jan. 2010.

WILKE, Edeмар. *Pescador da Colônia de Pescadores Z 35*. São Carlos-SC, 1 nov. 2010

SITES CONSULTADOS

ANEEL. ANEEL assina contratos de concessão de dez hidrelétricas. Disponível em: <www.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/output_noticias.cfm?identidade=866>. Acesso em: 12 set. 2009.

BNDES. A Empresa. Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRADESPAR. Disponível em: <www.bradespar.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA CHAPECÓ – CEC. Disponível em: <www.uhequebraqueixo.com.br/index.htm>. Acesso em: 19 set. 2009.

CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.. Disponível em: <www.enercan.com.br/site/home.php>. Acesso em: 12 set. 2009.

CONSÓRCIO ITÁ. Disponível em: <www.consorticioita.com.br/index.php>. Acesso em: 12 set. 2009.

CPFL ENERGIA. Disponível em: <www.cpfl.com.br/QuemSomos/EstruturaSocietaria/tabid/54/Default.aspx>. Acesso em: 13 set. 2009.

ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.. Disponível em: <www.baesa.com.br/home.aspx>. Acesso em: 12 set. 2009.

FOLHA ONLINE - DINHEIRO. Veja a lista das empresas interessadas nas 11 hidrelétricas. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u33448.shtml>. Acesso em: 12 set. 2009.

FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.. Disponível em: <www.fozdochapeco.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2009.

FUNCESP. <www.prevc esp.com.br/wps/portal/home>. Acesso em: 13 set. 2009.

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.. Disponível em: <www.furnas.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2009.

GRUPO CAMARGO CORRÊA. Disponível em: <www.camargocorrea.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2009.

GRUPO CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica-RS. Disponível em: <www.cee.com.br/portal/cee/Component/Controller.aspx?CC=12430>. Acesso em: 13 set. 2009.

GRUPO VOTORANTIM. Disponível em: <www.votorantim.com.br/pt-BR/Paginas/Home.aspx>. Acesso em: 13 set. 2009.

MACHADINHO ENERGÉTICA S.A.. Disponível em: <www.maesa.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2009.

MONJOLINHO ENERGÉTICA S.A.. Disponível em: <www.monel.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2009.

PETROS. Disponível em: <www.petros.com.br/petrossite/>. Acesso em: 13 set. 2009.

PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Disponível em: <www.previ.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2009.

SABESPREV. Disponível em: <www.sabesprev.com.br/Default.asp?Content=25>. Acesso em: 13 set. 2009.

SISTEL - Fundação Sistel de Seguridade Social. Disponível em: <www.sistel.com.br/sistel/opencms/sistel/index.html#>. Acesso em: 13 set. 2009.

TRACTEBEL ENERGIA - SUEZ. Disponível em: <www.tractebelenergia.com.br/modules/system/viewPage.asp?P=1181&VID=default&SID=878887575588252&S=1&A=closeall&C=4530>. Acesso em: 12 set. 2009.

VBC ENERGIA S.A.. Disponível em: <www.fiduciario.com.br/uploads/docs/Relat%C3%B3rio_Anuual_2006/Planner/VBC.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.

World Commission on Dams (WCD). Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Disponível em: <www.dams.org/report/wcd_sumario.htm>. Acesso em: 4 jul. 2010.